

# O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

RELATÓRIO ANUAL 2004



O PROVIDOR  
DE JUSTIÇA  
EUROPEU

RELATÓRIO ANUAL **2004**

© O Provedor de Justiça Europeu 2005

Todos os direitos reservados.

A reprodução para fins didáticos e não comerciais é permitida, desde que a fonte seja indicada.

Fotografias da capa e separadores tiradas por Glory Rozakis. As restantes, salvo menção em contrário, são propriedade do Provedor de Justiça Europeu.

O texto integral do relatório encontra-se publicado na Internet, no seguinte endereço:  
<http://www.euro-ombudsman.eu.int/report/pt/default.htm>

O PROVIDOR  
DE JUSTIÇA  
EUROPEU  
RELATÓRIO ANUAL 2004



# O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU



P. NIKIFOROS DIAMANDOUROS

Excelentíssimo Senhor  
Josep BORRELL FONTELLES  
Presidente do Parlamento Europeu  
Rue Wiertz  
B-1047 Bruxelas

Estrasburgo, 8 de Março de 2005

Senhor Presidente,

Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 195º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no nº 8 do artigo 3º da Decisão do Parlamento Europeu relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções do Provedor de Justiça Europeu, junto apresento o meu relatório relativo ao ano de 2004.

Com os melhores cumprimentos,

P. Nikiforos DIAMANDOUROS







INTRODUÇÃO	17	INTRODUÇÃO
1 SÍNTESE	25	SÍNTESE
2 QUEIXAS E INQUÉRITOS	37	QUEIXAS E INQUÉRITOS
3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO	57	DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO
4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA	113	RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS
5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS	119	RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS
6 COMUNICAÇÕES	133	COMUNICAÇÕES
7 ANEXOS	169	ANEXOS





	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1</b>	<b>SÍNTESE</b>	<b>25</b>
<b>2</b>	<b>QUEIXAS E INQUÉRITOS</b>	<b>37</b>
2.1	A BASE JURÍDICA DA ACTIVIDADE DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	38
2.2	O MANDATO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU	38
2.2.1	Queixas não admissíveis	38
2.2.2	Instituições e organismos da Comunidade	38
2.2.3	«Má administração»	39
2.3	ADMISSIBILIDADE E FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS	40
2.4	ANÁLISE DAS QUEIXAS APRECIADAS EM 2004	41
2.5	TRANSFERÊNCIAS E ACONSELHAMENTO	42
2.6	OS PROCEDIMENTOS DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	44
2.6.1	Abertura de um inquérito	44
2.6.2	Procedimento imparcial	44
2.6.3	Verificação dos documentos e audição de testemunhas	45
2.6.4	Procedimento aberto	45
2.7	OS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS	45
2.7.1	Inexistência de caso de má administração	46
2.7.2	Casos resolvidos pela instituição e soluções amigáveis	46
2.7.3	Observações críticas, projectos de recomendações e relatórios especiais	46
2.8	DECISÕES DE ARQUIVAR QUEIXAS TOMADAS EM 2004	47
2.8.1	Acesso a documentos e protecção de dados	48
2.8.2	A Comissão como «Guardião do Tratado»	49
2.8.3	Contratos e subvenções	50
2.8.4	Recrutamento e questões relativas ao pessoal	51
2.8.5	Respostas da Comissão aos inquéritos do Provedor de Justiça	52



<b>3</b>	<b>DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO</b>	<b>57</b>
<b>3.1</b>	<b>QUEIXAS EM QUE NÃO FOI DETECTADO QUALQUER CASO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>57</b>
<b>3.1.1</b>	<b>O Parlamento Europeu</b>	<b>57</b>
	NORMAS DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE ESTÁGIOS.....	57
	REGIME DE PENSÕES PARA DEPUTADOS DO PARLAMENTO EUROPEU .....	58
<b>3.1.2</b>	<b>O Conselho da União Europeia</b>	<b>59</b>
	NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTORIDADE EUROPEIA PARA A SEGURANÇA DOS ALIMENTOS.....	59
	ACESSO A PARECERES DO SERVIÇO JURÍDICO .....	60
<b>3.1.3</b>	<b>A Comissão Europeia</b>	<b>61</b>
	EXCLUSÃO DE UM PROJECTO SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	61
	TRANSPOSIÇÃO DE DIRECTIVAS SOBRE SEGUROS PARA A LEGISLAÇÃO GREGA.....	62
	LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE TOURADAS .....	63
	ACESSO À MINUTA DE UMA DECLARAÇÃO DO COMITÉ MISTO DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU .....	64
	ACESSO AOS DOCUMENTOS DE NEGOCIAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO .....	65
	ACESSO A UM RELATÓRIO DO SERVIÇO ALIMENTAR E VETERINÁRIO SOBRE A ROMÉLIA.....	66
	ACESSO A UM RELATÓRIO DE MISSÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU .....	67
	PROGRAMA LEONARDO DA VINCI .....	68
	PROCESSO DE SELECÇÃO PARA UM PROJECTO EUROPEAID .....	68
	ALEGADO TRATAMENTO INCORRECTO DE PROCESSOS POR INCUMPRIMENTO .....	69
	ACESSO A UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTAL DA ALEMANHA .....	70
<b>3.1.4</b>	<b>O Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias</b>	<b>71</b>
	ALEGADA FALTA DE EXPLICAÇÃO FUNDAMENTADA NUM PROCESSO DE SELECÇÃO .....	71
<b>3.2</b>	<b>CASOS SOLUCIONADOS PELA INSTITUIÇÃO</b>	<b>72</b>
<b>3.2.1</b>	<b>O Parlamento Europeu</b>	<b>72</b>
	DECISÃO DO COMITÉ DE SELECÇÃO SOBRE UMA CANDIDATURA.....	72
<b>3.2.2</b>	<b>A Comissão Europeia</b>	<b>72</b>
	FALTA DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS.....	72
	NÃO PAGAMENTO DE UMA SUBVENÇÃO .....	73
	ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A UM PLANO FERROVIÁRIO .....	73
	ATRASO NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS.....	74
<b>3.2.3</b>	<b>O Organismo Europeu de Luta Antifraude</b>	<b>75</b>
	ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A UM CASO DE SEGURANÇA NUCLEAR .....	75
<b>3.3</b>	<b>SOLUÇÕES AMIGÁVEIS CONSEGUIDAS PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>76</b>
	ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS.....	76
	ACESSO AOS RESULTADOS DE TESTES DE CONDUÇÃO .....	77
<b>3.4</b>	<b>CASOS ARQUIVADOS COM UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>78</b>
<b>3.4.1</b>	<b>O Parlamento Europeu</b>	<b>78</b>
	APLICAÇÃO DAS REGRAS RELATIVAS À PROIBIÇÃO DE FUMAR.....	78
<b>3.4.2</b>	<b>O Conselho da União Europeia</b>	<b>79</b>
	ACESSO A FICHEIROS PESSOAIS NUM CASO DE REFORMA ANTECIPADA.....	79



<b>3.4.3 A Comissão Europeia</b>	<b>80</b>
CLASSIFICAÇÃO MENOS FAVORÁVEL EM VIRTUDE DE UM ATRASO NO RECRUTAMENTO.....	80
FALTA DE JUSTIFICAÇÃO PARA A SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS.....	81
RECUSA DE REEMBOLSO DE CUSTOS DE SECRETARIADO.....	82
INCUMPRIMENTO DO DEVER DE REGISTAR QUEIXAS AO ABRIGO DO ARTIGO 226º.....	82
TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RESPEITANTE A AUXÍLIOS ESTATAIS.....	83
INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSTAR NA DECLARAÇÃO RELATIVA AOS PROFESSORES DE LÍNGUAS O REGIME DE TRABALHO A TEMPO INTEIRO.....	85
TRATAMENTO INÍQUO RELATIVAMENTE A UMA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL.....	86
ACESSO À PROFISSÃO DE ADVOGADO EM ITÁLIA.....	87
INFORMAÇÃO INSUFICIENTE SOBRE UM POSSÍVEL FINANCIAMENTO A UM CENTRO DE EQUITACÃO.....	88
CALENDÁRIO PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO.....	89
VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DE NÃO DISCRIMINAÇÃO NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO.....	90
NÃO RENOVAÇÃO DE UM CONTRATO DE CONSELHEIRO TÉCNICO.....	90
RECUSA INJUSTIFICADA DE ACESSO AO PROCESSO DE UMA ONG.....	91
AUSÊNCIA DE RESPOSTA A UMA CARTA DE UM CANDIDATO A UMA SUBVENÇÃO QUE NÃO FOI SELECIONADO.....	92
DEMORA NO TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RELATIVA A UMA INFRAÇÃO.....	93
<b>3.4.4 O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia</b>	<b>94</b>
RESCISÃO INJUSTIFICADA DE CONTRATOS DE TRADUÇÃO.....	94
<b>3.4.5 O Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias</b>	<b>95</b>
ALEGAÇÃO DE INJUSTIÇA E FALTA DE TRANSPARÊNCIA NUM PROCESSO DE SELECÇÃO.....	95
INSUFICIENTE JUSTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS LINGÜÍSTICOS APLICADOS NUM CONCURSO PÚBLICO.....	96
<b>3.4.6 Europol</b>	<b>97</b>
INCUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO PESSOAL NO RECRUTAMENTO DE UMA ASSISTENTE ADMINISTRATIVA.....	97
<b>3.5 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO</b>	<b>98</b>
<b>3.5.1 A Comissão Europeia</b>	<b>98</b>
EXIGUIDADE DE PRAZO NA ORIGEM DE ERROS NUMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO.....	98
DEMORA INJUSTIFICADA NO TRATAMENTO DE UM PROCESSO DE INFRAÇÃO.....	99
<b>3.5.2 A Comissão Europeia e o Organismo Europeu de Luta Antifraude</b>	<b>100</b>
ALEGAÇÕES DE FRAUDE NO PROCESSO «BLUE DRAGON».....	100
<b>3.6 CASOS ENCERRADOS POR OUTRAS RAZÕES</b>	<b>102</b>
<b>3.6.1 O Conselho da União Europeia</b>	<b>102</b>
CRIANÇA PRIVADA DE COBERTURA DO SEGURO DE DOENÇA DA UE.....	102
<b>3.6.2 A Comissão Europeia</b>	<b>103</b>
RECUSA DE PAGAMENTO DE FACTURAS REFERENTES A UM CONTRATO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA TACIS.....	103
CLASSIFICAÇÃO DE SUBVENÇÃO POR UM BURRO ANÃO.....	104
<b>3.6.3 Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias</b>	<b>105</b>
ALEGADA FALTA DE RESPOSTA DA ENTIDADE COMPETENTE PARA PROCEDER A NOMEAÇÕES.....	105
<b>3.6.4 O Comité das Regiões</b>	<b>106</b>
PREÇOS DAS REFEIÇÕES PARA ESTAGIÁRIOS.....	106
<b>3.6.5 O Instituto Universitário Europeu</b>	<b>107</b>
LIMITES DE IDADE NO RECRUTAMENTO.....	107



<b>3.7</b>	<b>CASO ENCERRADO APÓS UM RELATÓRIO ESPECIAL</b>	<b>108</b>
	CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES DE ADIDOS DE IMPRENSA NAS DELEGAÇÕES DA COMISSÃO EM PAÍSES TERCEIROS.....	108
<b>3.8</b>	<b>INQUÉRITOS POR INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>109</b>
	INEXISTÊNCIA DE UM PROCEDIMENTO DE QUEIXA RELATIVO A PERITOS NACIONAIS DESTACADOS.....	109
	QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS EUROPEIAS.....	110
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>113</b>
<b>4.1</b>	<b>O PARLAMENTO EUROPEU</b>	<b>114</b>
<b>4.2</b>	<b>A COMISSÃO EUROPEIA</b>	<b>115</b>
<b>4.3</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS</b>	<b>116</b>
<b>5</b>	<b>RELAÇÕES COM PROVIDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS</b>	<b>119</b>
<b>5.1</b>	<b>A REDE EUROPEIA DE PROVIDORES DE JUSTIÇA</b>	<b>119</b>
<b>5.2</b>	<b>OUTROS SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>122</b>
<b>5.3</b>	<b>OUTROS EVENTOS COM A PRESENÇA DE PROVIDORES DE JUSTIÇA E DA SUA EQUIPA</b>	<b>127</b>
<b>6</b>	<b>COMUNICAÇÕES</b>	<b>133</b>
<b>6.1</b>	<b>DESTAQUES DO ANO</b>	<b>133</b>
<b>6.2</b>	<b>VISITAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>136</b>
<b>6.3</b>	<b>OUTRAS CONFERÊNCIAS E REUNIÕES</b>	<b>149</b>
<b>6.4</b>	<b>RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	<b>157</b>
<b>6.5</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>	<b>164</b>
<b>6.6</b>	<b>COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS</b>	<b>165</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>169</b>
<b>A</b>	<b>ESTATÍSTICAS</b>	<b>169</b>
<b>B</b>	<b>O ORÇAMENTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>178</b>
<b>C</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>180</b>
<b>D</b>	<b>ÍNDICE DAS DECISÕES</b>	<b>186</b>

## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVIDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---







## INTRODUÇÃO

O ano de 2004 foi fértil no que aos direitos dos cidadãos europeus diz respeito. Estes direitos tornaram-se realidade para mais 75 milhões de pessoas, cujos países aderiram à União Europeia no dia 1 de Maio. Uma das primeiras oportunidades para os exercerem surgiu no início de Junho, com as eleições para o Parlamento Europeu, e em meados de Junho verificou-se, como é sabido, a adopção do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. O processo de ratificação da Constituição nos 25 Estados-Membros irá gerar, certamente, um debate animado sobre o significado de se ser cidadão da União.

Do ponto de vista do Provedor de Justiça Europeu, 2004 assinalou o fim do segundo mandato da instituição. Uma equipa de duas pessoas que começou a trabalhar em Estrasburgo em Setembro de 1995, transformou-se numa instituição respeitada pelas instituições e organismos da UE e merecedora da confiança dos cidadãos, que recorrem a ela cada vez em maior número. No ano passado, registou-se um aumento sem precedentes, superior a 50%, das queixas recebidas: um sinal claro de que existe uma crescente consciência do direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça em casos de má administração.

Para mim, pessoalmente, o ano de 2004 serviu, fundamentalmente, para determinar se era ou não capaz de cumprir as promessas que fiz ao assumir o cargo de Provedor de Justiça Europeu. Como o meu mandato coincidiu com a última parte da legislatura de 1999-2004, eu desejava veementemente respeitar as prioridades que traçara em 1 de Abril de 2003. Eram elas aumentar a eficácia da Provedoria de Justiça, promover o Estado de direito, a boa administração e o respeito dos direitos humanos, bem como ir ao encontro de todos os cidadãos da Europa. O alargamento da União estava no centro destas três prioridades, tendo eu, na sua abordagem, adoptado a filosofia orientadora de ser simultaneamente «reactivo», isto é, dar resposta aos queixosos, e «proactivo», isto é, ir ao encontro dos diversos públicos-alvo do Provedor de Justiça através de várias iniciativas destinadas a maximizar o serviço prestado aos utilizadores.

### Cumprir as minhas promessas

Uma provedoria de justiça deve esforçar-se por garantir que todos os cidadãos que a ela recorrem recebem ajuda ou aconselhamento, de forma oportuna e adequada. Com isto em mente, trabalhamos muito em 2004 para desenvolver a instituição e prepará-la para servir os cidadãos dos 25 Estados-Membros, nas 21 línguas oficiais referidas no Tratado. Em 1 de Maio, estávamos em condições de fazê-lo. Recrutámos o pessoal jurídico e administrativo necessário e garantimos a operacionalidade plena da nossa nova base de dados de queixas, o que nos permitiu responder ao aumento sem precedentes da procura dos nossos serviços.

E obtivemos resultados! Em 2004, o Provedor de Justiça pôde auxiliar os queixosos em quase 70% dos casos, abrindo um inquérito, transferindo o processo para um organismo competente, ou aconselhando-os sobre a instância a que deviam recorrer para uma solução rápida e eficaz do problema. Mais do que isso, na sequência dos inquéritos do Provedor de Justiça, as instituições pagaram o que deviam, incluindo juros, divulgaram documentos e deram explicações, repararam injustiças e pediram desculpas pelos seus erros. Em suma, as instituições e organismos comunitários demonstraram grande desejo de cooperar com o Provedor de Justiça em benefício dos cidadãos, uma atitude fundamental para reforçar a confiança no serviço que ele presta. Os cidadãos não se dirigirão a mim com os seus problemas se não acreditarem que a sua queixa fará alguma diferença. Em 2004, continuámos a provar que o faz.

A minha segunda prioridade envolveu o reforço das relações com os provedores de justiça de toda a Europa para promover o Estado de direito, a boa administração e o respeito dos direitos humanos.



Foi com isto em mente que acelerei a minha viagem de informação, tendo visitado os dez países da adesão até 1 de Maio e prosseguido as visitas à Roménia, aos Países Baixos, a Portugal e à França antes do fim do ano. Estas visitas revelaram-se muito úteis, incluindo cada uma delas reuniões com cidadãos e potenciais queixosos para explicar o papel do Provedor de Justiça, trocas de pontos de vista com agentes públicos para realçar a importância das soluções extrajudiciais e debates com outros provedores de justiça para determinar a melhor forma de defender e promover os direitos dos cidadãos. Para fomentar o conceito de Provedor de Justiça e para prestar aconselhamento sobre a criação da instituição, visitei a Turquia, a Sérvia e o Montenegro. Nesta viagem de informação e noutras visitas, efectuei, no total, mais de 30 conferências e apresentações e realizei mais de 150 reuniões com provedores de justiça, agentes públicos e outros interlocutores.

As visitas de informação também deram um contributo fundamental para que eu cumprisse a minha terceira prioridade. As conferências públicas, reuniões e entrevistas aos meios de comunicação social ofereceram múltiplas oportunidades para informar os cidadãos sobre os seus direitos e a melhor maneira de os exercer. Continuámos a intensificar os nossos esforços para orientar a informação para os potenciais utilizadores dos serviços do Provedor da Justiça, dirigindo-nos a organizações não governamentais, câmaras de comércio, departamentos jurídicos e de administração pública das universidades e outros grupos de interesses em seminários, reuniões e conferências. As nossas publicações, em várias línguas, ou mesmo nas 25 línguas oficiais, foram amplamente distribuídas e também disponibilizadas via Internet, a fim de dar a conhecer melhor o Provedor de Justiça em toda a Europa.

Gostaria de pensar que a decisão tomada pelo Parlamento Europeu de me reeleger, em 11 de Janeiro deste ano, constitui o reconhecimento destas actividades. De um modo mais geral, considero que o forte apoio dado por quase todos os grupos políticos à minha candidatura é uma prova palpável da estima que o Parlamento veio a dedicar a esta instituição. Esse apoio vasto e transversal aos partidos é crucial, num momento em que a instituição vai entrar na sua segunda década de existência.

### Um Relatório Anual com novo visual

O Parlamento supervisiona o trabalho do Provedor de Justiça apoiando-se, em grande medida, no Relatório Anual que apresento em cada ano e que é a publicação mais importante desta instituição. Ao apresentar um panorama geral das minhas actividades relativas ao tratamento de queixas num dado ano, este relatório torna o Parlamento mais apto a chamar as instituições e organismos da União a prestar contas e, ao pôr em evidência as áreas problemáticas da administração, também constitui um recurso precioso de auto-regulação para as instituições e organismos comunitários. Porém, o Relatório do Provedor de Justiça tem também interesse para um grande variedade de grupos e indivíduos a múltiplos níveis – outros provedores de justiça, políticos, funcionários públicos, profissionais, membros das universidades, grupos de interesse, organizações não governamentais, jornalistas e cidadãos, aos níveis europeu, nacional, regional e local.

A fim de responder melhor às diferentes expectativas dos diversos públicos-alvo, reformulámos o Relatório Anual e lançámos uma série de publicações a este associadas. Em termos do próprio Relatório Anual, o texto integral das decisões foi substituído por sínteses que realçam os aspectos principais. Uma análise temática destaca as conclusões legais e factuais mais importantes em quatro grandes domínios de actividade. Os capítulos relativos às comunicações e às relações com outros organismos foram revistos de modo a pôr em evidência os benefícios destas actividades, ilustrando-os com descrições pormenorizadas dos factos ocorridos. O resultado é, segundo cremos, um documento mais fácil de consultar e com um verdadeiro valor acrescentado. As pessoas que conhecem bem o trabalho do Provedor de Justiça podem familiarizar-se de imediato com as linhas de evolução mais importantes e aquelas cujo primeiro contacto com o Provedor de Justiça tenha lugar através do Relatório Anual deverão conseguir entender rápida e facilmente o que esta função envolve. A nossa determinação em tornar o trabalho do Provedor de Justiça mais acessível é complementada pelo nosso empenho em dar a melhor utilização ao erário público e em respeitar o ambiente. Com esta grande redução da extensão do Relatório, esperamos ter agido no melhor interesse do cidadão. Essa é uma preocupação constante do Provedor de Justiça!



Foi com esta mesma preocupação que lançámos a publicação *Síntese e Estatísticas* em 2004, fornecendo esta Síntese uma panorâmica concisa das actividades do Provedor de Justiça num dado ano. Para completar a série de materiais disponibilizados e, muito em especial, para responder aos que querem estudar o trabalho do Provedor de Justiça mais aprofundadamente, lançamos, este ano, uma publicação electrónica mais vasta, que contém o texto integral, em inglês, francês e alemão, das decisões tomadas nos casos incluídos no Capítulo 3 do Relatório Anual. Esta publicação será disponibilizada no segundo semestre de 2005, sob a forma de um documento electrónico único, no sítio Web do Provedor de Justiça, sendo também possível solicitar uma versão em papel ou CD-ROM à Provedoria da Justiça. Além disso, é evidente que as decisões de encerramento de processos continuam a ser publicadas no sítio Web do Provedor de Justiça em inglês e na língua do queixoso, caso seja diferente. Com todos estes materiais, esperamos responder melhor às diversas necessidades do nosso público.

### Os próximos anos

Atravessamos, sem dúvida, uma conjuntura crítica para o desenvolvimento de uma Europa dos cidadãos. A Constituição, que será, segundo espero, ratificada pelos cidadãos e os parlamentos dos 25 Estados-Membros, constitui um importante passo em frente num grande número de domínios. Como observador na Convenção Europeia que elaborou o projecto de Constituição, bati-me duramente para assegurar que os interesses dos cidadãos fossem colocados no centro do debate. O direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça figura, na verdade, de forma destacada no texto e considero, também, que uma carta de direitos juridicamente vinculativa constitui um dos avanços mais significativos para os cidadãos.

A concretização das potencialidades contidas na Carta dos Direitos Fundamentais da UE exige uma intervenção proactiva que sensibilize os cidadãos para as novas possibilidades ao seu dispor e incentive e ajude as autoridades públicas, a todos os níveis da União, a fazerem dos direitos e aspirações nela consagrados a pedra de toque das suas acções. O Provedor de Justiça tem a incumbência especial de sensibilizar as pessoas para a Carta, à medida que o debate sobre a Constituição se intensificar em toda a União. Já transmiti aos meus interlocutores nas instituições da UE e nos Estados-Membros o meu desejo e o meu empenho em realizar esta tarefa. Considero que ela faz parte integrante dos três desafios que o Provedor de Justiça terá de enfrentar nos próximos anos.

*O primeiro desafio é assegurar que os direitos dos cidadãos consagrados no direito comunitário serão respeitados a todos os níveis da União.*

Para que tal aconteça, os cidadãos devem estar conscientes dos seus direitos. Como Provedor de Justiça Europeu, continuarei a procurar melhorar a qualidade das informações fornecidas aos cidadãos e aos potenciais queixosos a respeito dos seus direitos. O aumento contínuo das queixas e dos pedidos de informação recebidos pelo Provedor de Justiça indica que estamos no caminho certo, mas ainda há muito mais a fazer.

Neste aspecto, é igualmente importante que as administrações públicas a nível europeu, nacional, regional e local tenham os direitos dos cidadãos plenamente em conta no seu trabalho quotidiano. Afinal, a aplicação do direito comunitário é, em grande medida, da responsabilidade das administrações dos Estados-Membros. Quando as administrações públicas não tomam esses direitos cabalmente em consideração, os provedores de justiça nacionais e regionais têm um papel a desempenhar, e tê-lo-ão cada vez mais quando a Carta se tornar juridicamente vinculativa. Tenciono intensificar, futuramente, a minha cooperação com os meus homólogos dos Estados-Membros, examinando a possibilidade de realizar inquéritos conjuntos e investigando a viabilidade de criar um número de telefone único em toda a União para as pessoas que queiram contactar a rede de provedores de justiça. Esta medida poderia ser particularmente útil para os cidadãos que pretendam exercer o direito de circular e residir livremente na União.

Quando a Constituição for ratificada, também gostaria de estudar com o Parlamento a maneira de assegurar que as queixas dos cidadãos sobre as violações dos direitos consagrados na Carta serão investigadas o mais rápida e eficazmente possível e, eventualmente, intentadas perante o Tribunal de Justiça, se uma questão de princípio importante não puder ser resolvida de outro modo.



*O segundo desafio consiste em assegurar que, em tudo aquilo que fazem, as instituições e organismos da UE observam as mais exigentes normas de administração.*

A crescente boa vontade demonstrada pelas instituições e organismos da UE para colaborarem comigo na resolução das queixas dos cidadãos constitui uma permanente fonte de incentivo, tanto mais que o modo como reagem às queixas é uma indicação fundamental da sua sensibilidade face às preocupações dos cidadãos. Quanto mais disposta estiver a instituição a resolver as queixas ou a aceitar as soluções amigáveis propostas pelo Provedor de Justiça, melhor será para todos os interessados. Por esta razão, tenciono efectuar uma vasta análise de todas as soluções amigáveis alcançadas pelo Provedor de Justiça desde que a instituição foi criada, procurando características comuns que ajudem a identificar outras queixas susceptíveis de produzir este tipo de resultados, que beneficiam todas as partes envolvidas.

Esta acção faz parte dos meus esforços no sentido de promover a função do Provedor de Justiça como um recurso capaz de contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela administração da União. As instituições e organismos comunitários podem aprender com as queixas sobre o modo de prestarem melhores serviços. Em consequência, todos aqueles que contactarem, em algum momento, com as instituições – e não apenas os que apresentam queixas – beneficiarão do trabalho do Provedor de Justiça, ao passo que as instituições serão objecto de menos queixas no futuro. Também tenciono lançar mais inquéritos de iniciativa própria, a fim de identificar os problemas e estimular as melhores práticas. Os resultados positivos dos meus inquéritos de iniciativa própria sobre a boa administração das Escolas Europeias e a introdução de um processo de resolução de litígios destinado aos peritos nacionais destacados junto da Comissão são bons exemplos do que é possível fazer nesta matéria. Foi também com o intuito de promover as mais exigentes normas de administração que apresentei em 2004 várias observações adicionais às instituições e organismos. Fi-lo nos casos em que, embora não tivessem sido encontrados problemas de má administração, eu considerei que as instituições tinham a oportunidade de melhorar a sua administração futuramente, tanto em termos de acesso a documentos como nas práticas de recrutamento ou nos processos de adjudicação dos contratos.

Em 2004, houve alguns casos em que a resposta da instituição aos pedidos de informação do Provedor de Justiça podia ter sido mais adequada. Apresentei o meu primeiro relatório especial ao Parlamento em virtude de a Comissão não me ter fornecido uma explicação convincente para as diferenças existentes na classificação dos adidos de imprensa das suas delegações em países terceiros e de ter rejeitado um projecto de recomendação para que reconsiderasse as regras em causa. Esta questão surgiu na sequência de uma queixa em que se alegava existir discriminação com base na nacionalidade. Espero que, quando analisar o trabalho do Provedor de Justiça em 2004, o Parlamento tenha em conta a cooperação muito positiva que a Comissão e as outras instituições demonstraram na grande maioria dos casos e as incentive a proceder assim em todos eles, futuramente. Poderemos colaborar, deste modo, na promoção das mais exigentes normas de administração.

*O terceiro desafio é garantir que a instituição do Provedor de Justiça servirá o cidadão da forma mais eficiente e eficaz possível.*

O Provedor de Justiça Europeu é o guardião da boa administração e, para tal, tem um instrumento fundamental ao seu dispor: o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa. Como o Parlamento Europeu solicitou, ao aprovar este texto em 2001, o Provedor de Justiça utiliza o Código para avaliar se existe ou não má administração.

O Código também é um guia e um recurso útil para os funcionários públicos. Fico satisfeito ao constatar que o seu impacto não se confinou às instituições e organismos da União, tendo sido adoptado por vários Estados-Membros e países candidatos. Num esforço para o tornar mais conhecido, mandei-o traduzir para todas as línguas oficiais e dos países candidatos em 2004. Em 2005 será publicada uma nova versão, para que todos os cidadãos da Europa possam familiarizar-se com os direitos nele consignados.

Não obstante a influência positiva que o Código tem exercido, continuo a pensar que uma lei sobre a boa administração, aplicável a todas as instituições e organismos da UE, terá muitas vantagens.



A sua adopção acentuaria a importância dos princípios estabelecidos no Código, tanto para os cidadãos como para os funcionários, e contribuiria para eliminar a confusão presentemente suscitada pela existência em paralelo de diversos códigos de boa conduta administrativa, na maior parte das instituições e organismos. Por último, e o que é mais importante, permitiria que se avançasse na concretização do direito fundamental dos cidadãos a uma boa administração, consagrado no artigo 41º da Carta (Artigo II-101º da Constituição). Prosseguirei, assim, os meus esforços para incentivar a Comissão Europeia a propor, tão rapidamente quanto possível, uma lei visando promover a boa administração das instituições e organismos comunitários.

### Conclusão

Gostaria de resumir a minha perspectiva para os próximos cinco anos da instituição do Provedor de Justiça Europeu. Tenho a ambição de que todos os cidadãos da UE disponham dos meios necessários para conhecerem os seus direitos e saberem como garantir o pleno respeito dos direitos que a União lhes confere. Este objectivo só poderá ser realizado através de uma estreita cooperação com as instituições da UE, nomeadamente com o Parlamento Europeu, e com os provedores de justiça nacionais e regionais dos Estados-Membros. Sinto-me mais tranquilo por saber que posso contar com o entusiasmo e a dedicação dos meus colaboradores. Ciente das pesadas responsabilidades que o amplo apoio recentemente dado pelo Parlamento coloca sobre os meus ombros, anseio tornar essa ambição realidade, neste momento em que a instituição entra na sua segunda década, continuando a servir os cidadãos da UE com diligência, dinamismo, eficácia e, o que é mais importante, com justiça e imparcialidade.

P. Nikiforos DIAMANDOUROS





## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---







# 1 SÍNTESE

O décimo Relatório Anual do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu faculta um relato das actividades do Provedor de Justiça em 2004. Trata-se do segundo Relatório Anual apresentado por P. Nikiforos DIAMANDOUROS, que assumiu o cargo em 1 de Abril de 2003.

## ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório é composto por seis capítulos e quatro anexos, começando por uma introdução pessoal do Provedor de Justiça, na qual este analisa as principais actividades e realizações do ano e enuncia as suas prioridades futuras. A presente Síntese constitui o capítulo 1 do relatório.

O capítulo 2 descreve os procedimentos do Provedor de Justiça para a análise das queixas e a realização dos inquéritos delas decorrentes. Destaca os novos acontecimentos mais importantes e faz uma descrição geral das queixas tratadas durante o ano, incluindo uma análise temática dos resultados dos processos arquivados na sequência de um inquérito. Esta análise abrange as conclusões mais importantes de direito e de facto contidas nas decisões do Provedor de Justiça em 2004.

O capítulo 3 é composto por uma selecção de resumos destas decisões, que ilustra a variedade de temas e de instituições envolvidos nas queixas e nos inquéritos por iniciativa própria, e inclui resumos de todas as decisões mencionadas na análise temática do capítulo 2. Os resumos das decisões sobre as queixas são organizados, em primeiro lugar, pelo tipo de conclusão ou resultado e, depois, pela instituição ou organismo em causa. Os resumos das decisões tomadas na sequência de inquéritos de iniciativa própria figuram no fim do capítulo.

O capítulo 4 diz respeito às relações com outras instituições e organismos da União Europeia. Começa por descrever a importância de relações de trabalho construtivas do Provedor de Justiça com essas instituições e organismos, enumerando seguidamente as várias reuniões e acontecimentos que, em 2004, tiveram lugar neste domínio.

O capítulo 5 trata das relações do Provedor de Justiça Europeu com a comunidade de provedores de justiça nacionais, regionais e locais da Europa e fora dela. As actividades da rede europeia de provedores de justiça são pormenorizadamente descritas e é igualmente focada a participação do Provedor de Justiça em seminários, conferências e reuniões.

O capítulo 6 apresenta uma panorâmica das actividades do Provedor de Justiça no domínio da informação e da comunicação. Encontra-se dividido em seis secções, que abrangem os acontecimentos em destaque do ano, as visitas de informação do Provedor de Justiça, as conferências e reuniões em que este ou os seus colaboradores participaram, as relações com os meios de comunicação social, as publicações e as comunicações em linha.

O anexo A contém estatísticas sobre a actividade do Provedor de Justiça Europeu em 2004. Os anexos B e C facultam pormenores sobre, respectivamente, o orçamento e o pessoal. O anexo D apresenta um índice das decisões constantes do capítulo 3 por número de processo, por assunto e por tipo de má administração alegado.



## SINOPSE

### A missão do Provedor de Justiça Europeu

O cargo de Provedor de Justiça Europeu foi criado pelo Tratado de Maastricht como parte da cidadania da União Europeia. O Provedor de Justiça investiga queixas sobre má administração nas actividades das instituições e organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Com a aprovação do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça definiu «má administração» de uma forma que inclui o âmbito do respeito pelos direitos do Homem, pelo Estado de direito e pelos princípios da boa administração.

Para além de responder a queixas de particulares, empresas e associações, o Provedor de Justiça trabalha de forma proactiva, lançando inquéritos por sua própria iniciativa e procurando ir ao encontro dos cidadãos, a fim de os informar sobre os seus direitos e sobre a forma de os exercer.

O direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça figura no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, cujo processo de ratificação pelos Estados-Membros da UE está actualmente em curso.

### Queixas e inquéritos em 2004

O número total de queixas recebidas em 2004 foi de 3 726, o que representa um aumento de 53% em relação a 2003. Deste aumento global de 53%, 51% correspondem a queixas dos 10 novos Estados-Membros que aderiram à União em 1 de Maio de 2004. Os restantes 49% correspondem a um aumento das queixas provenientes dos 15 antigos Estados-Membros e de outras regiões do mundo, reflectindo um maior conhecimento do Provedor de Justiça Europeu dentro e fora da UE.

Pela primeira vez, mais de metade das queixas foram enviadas ao Provedor de Justiça por via electrónica, quer por correio electrónico quer através do formulário para apresentação de queixa disponível no seu sítio Web. As queixas foram directamente enviadas por particulares em 3 536 casos, tendo 190 queixas sido enviadas por associações ou empresas.

Em quase 70% dos casos, o Provedor de Justiça conseguiu ajudar o queixoso mediante a abertura de um inquérito sobre a queixa, a transferência desta para uma entidade competente, ou aconselhando-o sobre a quem deveria recorrer para obter uma solução imediata e eficaz para o seu problema. No total, foram abertos 351 novos inquéritos ao longo do ano, incluindo oito inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça.

A maior parte das queixas conducentes à abertura de um inquérito foi apresentada contra a Comissão Europeia, com 375 casos, responsáveis por 69% dos inquéritos abertos. Como a Comissão é a principal instituição da Comunidade que toma decisões com um impacto directo sobre os cidadãos, é normal que ela seja o alvo principal das queixas dos mesmos. Foram apresentadas 58 queixas contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO), 48 contra o Parlamento Europeu e 22 contra o Conselho da União Europeia.

Os principais tipos de má administração alegados foram a falta de transparência, incluindo a recusa de informações (127 casos), discriminação (106 casos), atraso evitável (67 casos), procedimentos insatisfatórios (52 casos), ilegalidade ou abuso de poder (38 casos), não cumprimento das obrigações que lhe incumbem, ou seja, o facto de a Comissão não desempenhar o seu papel de «guardião dos Tratados» face aos Estados-Membros (37 casos), negligência (33 casos) e erros jurídicos (26 casos).

No ano de 2004 também se registou o maior aumento de sempre nos pedidos de informação ao Provedor de Justiça: foram recebidos mais de 3200 pedidos de informação individuais por correio electrónico, quando em 2003, e também em 2002, tinham sido cerca de 2 000.



## Os resultados dos inquéritos do Provedor de Justiça

Em 2004, o Provedor de Justiça arquivou 251 queixas na sequência de inquéritos. Deste número, 247 eram inquéritos relativos a queixas e quatro por iniciativa própria. As conclusões foram as seguintes:

### *Ausência de má administração*

Em 113 casos, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou qualquer caso de má administração. Esta conclusão nem sempre é negativa para o queixoso, o qual, pelo menos, tem a vantagem de obter uma explicação completa das acções da instituição ou do organismo em causa, ou recebe um pedido de desculpas. Por exemplo:

- A Comissão Europeia agiu de forma rápida e construtiva para corrigir um erro que a levava a rejeitar uma proposta preliminar de um consultor alemão por este não ter cumprido o prazo de apresentação de propostas. A proposta preliminar foi seleccionada e, após a intervenção do Provedor de Justiça, foi concedido ao queixoso o mesmo número de dias que fora dado aos outros promotores para preparar a sua proposta completa. (221/2004/GG)
- A Comissão forneceu uma explicação útil sobre o quadro jurídico pertinente em resposta às alegações de uma companhia de seguros grega de que não tinha sido assegurada a transposição correcta de algumas directivas para a legislação nacional grega. O presidente da companhia escreveu ao Provedor de Justiça agradecendo-lhe o seu inquérito, que lhe chamara a atenção para as possibilidades de que dispunha para avançar com outras acções quanto às questões de fundo. (841/2003/(FA)OV)

Ainda que o Provedor de Justiça não confirme a existência de má administração, pode identificar uma oportunidade para que a instituição ou organismo melhorem a qualidade da sua administração futuramente. Nesses casos, o Provedor de Justiça apresenta uma observação adicional, como fez, por exemplo, nos seguintes casos:

- O Provedor de Justiça confirmou que, com base nas derrogações previstas nas suas regras relativas ao acesso aos documentos, a Comissão tinha razão em recusar o acesso a determinados documentos sobre as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os documentos tinham sido pedidos pela organização ambientalista «Amigos da Terra». Em virtude, porém, de muitos cidadãos terem expectativas de uma maior transparência neste importante domínio político, o Provedor incentivou a Comissão a ponderar outros meios susceptíveis de tornar as negociações mais transparentes para os cidadãos e facilitar, assim, o acesso do público às conversações entre as partes. (1286/2003/JMA)
- Na sequência de uma queixa apresentada ao Provedor de Justiça, o Parlamento Europeu explicou a um cidadão espanhol por que razão a sua candidatura a um estágio fora rejeitada. A fim de promover normas de administração mais exigentes, o Provedor observou que o Parlamento poderia considerar a possibilidade de dar informações mais específicas sobre os critérios de apreciação das candidaturas a estágios. Sugeriu igualmente que o Parlamento ponderasse a possibilidade de rever as suas regras de modo a deixar bem claro que a lista de nomes das pessoas que aceitam uma oferta de estágio passará a ser um documento público. (821/2003/JMA)
- Foi recusado ao fundador de uma organização alemã de defesa dos direitos dos animais o acesso a partes de um relatório de missão elaborado pelo Serviço Alimentar e Veterinário da Comissão. Embora o Provedor de Justiça concordasse com a decisão da Comissão de recusar aquele acesso, fez notar que seria útil registar as informações não confidenciais separadamente das informações confidenciais, na medida do possível. Esta medida poderia simplificar a concessão de um acesso parcial, segundo disse. A Comissão confirmou subsequentemente que as suas regras sobre o acesso a documentos tinham conduzido a uma separação mais clara entre documentos confidenciais e não confidenciais. (1304/2003/PB)



### *Casos solucionados pela instituição e soluções amigáveis*

Sempre que possível, o Provedor de Justiça tenta alcançar um resultado positivo que satisfaça tanto o queixoso como a instituição visada pela queixa. A cooperação das instituições e organismos comunitários é essencial para se conseguir alcançar tais resultados, que ajudam a reforçar as relações entre as instituições e os cidadãos e podem evitar a necessidade de litígios dispendiosos e demorados.

Em 2004, 65 casos foram solucionados pela própria instituição ou organismo, na sequência de queixas apresentadas ao Provedor de Justiça. Entre eles, contavam-se os seguintes:

- A Comissão pagou facturas num valor total de 17 437 euros a uma pequena empresa alemã, que recorreu ao Provedor de Justiça depois de ter enviado sete cartas de insistência àquela instituição. A Comissão explicou que o atraso se devera a alterações técnicas nos procedimentos orçamentais e assegurou que a criação de uma unidade financeira significava que essas questões já tinham sido revistas. Depois de o Provedor de Justiça ter feito notar que as pequenas e médias empresas eram particularmente vulneráveis aos efeitos de atrasos de pagamentos, a Comissão acedeu igualmente a pagar juros de mora. (435/2004/GG)
- Pouco tempo depois de o Provedor de Justiça ter aberto um inquérito, o Parlamento admitiu um agente da polícia italiano num processo de recrutamento no domínio da segurança geral. O candidato contactara o Parlamento por duas vezes para contestar a decisão de rejeição da sua candidatura, fazendo notar que a sua experiência de quase cinco anos deveria satisfazer os critérios em causa. Apresentou queixa ao Provedor de Justiça em virtude de o Parlamento não lhe ter dado resposta. (1600/2003/ADB)

Quando o Provedor de Justiça detecta um caso de má administração, procura sempre, se for possível, obter uma solução amigável. Em alguns casos, tal poderá implicar que a instituição ou organismo em causa proponha uma indemnização ao queixoso. Essa proposta é feita *ex gratia*, isto é, sem admissão de responsabilidade jurídica e sem criação de um precedente.

Em 2004, foram propostas 12 soluções amigáveis. Foram arquivadas cinco queixas por se ter chegado a uma solução amigável (incluindo 2 casos em que a proposta foi apresentada em 2003). No final de 2004, ainda estavam a ser analisadas 11 propostas. Entre as soluções amigáveis alcançadas em 2004, contam-se as seguintes:

- Um caso em que a Comissão concedeu a um queixoso o acesso aos resultados por ele obtidos num teste rodoviário. O queixoso tinha-se candidato a um lugar de agente auxiliar como condutor na Comissão e pedira, sem êxito, que lhe revelassem os resultados que obtivera, depois de ter sido informado de que fora reprovado no teste. O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não justificara a sua recusa em facultar ao queixoso o acesso aos seus próprios resultados. (1320/2003/ELB)
- Um caso em que a Comissão forneceu ao Corporate Observatory Europe, um grupo europeu de investigação e acção, uma lista de documentos relativos às negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre investimento. O queixoso, cujo pedido de documentos fora bastante genérico, recebeu, deste modo, as informações necessárias para apresentar um pedido mais preciso. (415/2003/TN)

### *Observações críticas, projectos de recomendações e relatórios especiais*

Caso não seja possível obter uma solução amigável, o Provedor de Justiça poderá arquivar a queixa formulando uma observação crítica, ou apresentar um projecto de recomendação.

Uma observação crítica é utilizada sempre que já não seja possível à instituição em causa eliminar um caso de má administração, este não pareça ter implicações gerais, nem se afigure necessária qualquer acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça. Para o queixoso, uma



observação crítica confirma a justificação da sua queixa, para além de mostrar à instituição ou organismo em causa o erro que cometeu, ajudando a evitar casos de má administração futuros. Em 2004, o Provedor de Justiça formulou 36 observações críticas. Por exemplo:

- O Provedor de Justiça criticou o facto de o Parlamento Europeu não ter adoptado medidas adequadas para promover o efectivo cumprimento da proibição de fumar nas suas instalações. Esta crítica foi formulada no seguimento de uma queixa apresentada por um funcionário dinamarquês que trabalhava no Parlamento. O Provedor de Justiça fez notar que, tendo em conta os possíveis efeitos nocivos para a saúde da exposição ao fumo do tabaco, o Parlamento deveria prestar uma atenção especial a esta questão, uma vez que ela também suscita eventuais problemas de responsabilidade jurídica. (260/2003/OV)
- O Provedor de Justiça lamentou a atitude da Comissão num caso relativo ao recrutamento de um cidadão sueco. A Comissão recusou-se a ponderar a possibilidade de reexaminar a classificação do queixoso, que o Provedor de Justiça tinha considerado injusta. Acrescentou ainda que o facto de a Comissão não ter comentado um alegado equívoco interno relativo à disponibilidade de um lugar não era consentâneo com as obrigações que lhe incumbem por força do direito comunitário. (1435/2002/GG)
- O Provedor de Justiça criticou o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) por não ter justificado adequadamente a sua decisão de redigir a correspondência endereçada aos candidatos de um concurso público apenas em inglês, francês ou alemão. O queixoso alegava que esta decisão violava o princípio de igualdade das línguas oficiais e das línguas de trabalho contido na regulamentação pertinente. Dado que se tratava de uma queixa «*actio popularis*», o Provedor de Justiça declarou que não era adequado procurar uma solução amigável. (2216/2003/MHZ)

É importante que as instituições e organismos dêem seguimento às observações críticas do Provedor de Justiça, tomando medidas para resolver os problemas pendentes e evitar novos casos de má administração no futuro. Em 2004, a Comissão informou o Provedor de Justiça sobre o seguimento dado a 11 observações críticas, designadamente:

- A apresentação de um pedido de desculpas e o seguimento do processo em questão depois de o Provedor de Justiça a ter criticado por não ter dado uma explicação convincente para o facto de não ter tomado quaisquer medidas durante quase dois anos. Esta atitude foi suscitada por duas queixas relativas a auxílios estatais concedidos pelo Governo português que, no entender do queixoso, não tinham sido adequadamente tratadas pela Comissão. (2185/2002/IP)
- Manifestação de pesar por as expectativas de um queixoso não terem sido tratadas por escrito, adequadamente e sem ambiguidades, e confirmação de que os seus princípios de boa administração tinham sido, desde então, definidos de forma mais clara. O Provedor de Justiça criticara a Comissão por esta se ter recusado a reembolsar os custos estimados de 170 000 euros por serviços de secretariado prestados por um instituto holandês. (1986/2002/OV)

Nos casos em que a má administração é especialmente grave ou tem implicações gerais, ou se ainda for possível à instituição em causa eliminar o caso de má administração, o Provedor de Justiça apresenta um projecto de recomendação. A instituição ou organismo em questão deve responder ao Provedor de Justiça com um parecer circunstanciado no prazo de três meses.

Em 2004 foram apresentados 17 novos projectos de recomendações e tomadas decisões sobre outros cinco projectos apresentados em 2003. Sete casos foram arquivados durante o ano, com a aceitação de um projecto de recomendação pela instituição. Um caso levou à elaboração de um relatório especial endereçado ao Parlamento Europeu. Cinco casos foram arquivados por outras razões e, no final de 2004, ainda estavam a ser analisados nove projectos de recomendação. Entre os que foram aceites nesse ano, contam-se os seguintes:

- O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) forneceu uma explicação circunstanciada em resposta ao pedido do Provedor de Justiça para que reexaminasse o seu inquérito sobre o





denominado caso «Blue Dragon». A investigação do Provedor de Justiça revelara vários aspectos que suscitavam preocupações quanto à adequação do inquérito do OLAF sobre as alegações apresentadas pelos directores da empresa Blue Dragon. Tendo em conta as informações fornecidas pelo OLAF de que a Comissão estava a realizar uma investigação sobre o assunto, o Provedor de Justiça considerou ser razoável que o OLAF não reabrisse o seu próprio inquérito. (1769/2002/(IJH)ELB)

- A Comissão pagou uma indemnização de 21 000 euros, a título puramente ex gratia, a uma pequena empresa do Reino Unido, depois de o Provedor de Justiça ter concluído que ela não tinha concedido à empresa tempo suficiente para elaborar uma proposta no âmbito de um contrato de investigação e desenvolvimento. Este facto acabou por levar a que a proposta fosse considerada inaceitável devido a um erro que continha. A Comissão salientou que não queria, de modo algum, prejudicar as pequenas e médias empresas e reconhecia que circunstâncias excepcionais tinham dificultado a correcta execução do contrato pelo queixoso. (1878/2002/GG)
- O OLAF facultou três documentos a uma queixosa e explicou que os outros documentos que ela pedira não existiam, na sequência de uma intervenção do Provedor de Justiça. A queixosa, uma funcionária que trabalhara para o Instituto de Elementos Transurânicos (ITU) em Karlsruhe, solicitou os documentos no âmbito do inquérito relativo às suas alegações de graves irregularidades no trabalho do ITU. (220/2004/GG)

Quando uma instituição ou organismo comunitário não responde satisfatoriamente a um projecto de recomendação, o Provedor de Justiça pode enviar um relatório especial ao Parlamento Europeu. O relatório especial constitui a arma máxima do Provedor de Justiça e é a última medida substantiva que este toma no tratamento de um caso, uma vez que a aprovação de uma resolução e o exercício dos poderes do Parlamento são matérias que competem à apreciação política deste último. Em 2004 foi elaborado um relatório especial:

- O Provedor de Justiça apresentou um relatório especial ao Parlamento porque a Comissão não deu uma explicação coerente e convincente para as diferenças existentes na classificação dos adidos de imprensa das suas delegações em países terceiros e rejeitou um projecto de recomendação no sentido de reconsiderar as suas regras relativas à classificação destes lugares. Um cidadão paquistanês que trabalhava como adido de imprensa e informação na delegação da Comissão em Islamabad alegou que, ao ser classificado num grupo de categoria inferior, fora discriminado com base na sua nacionalidade. (OI/2/2003/GG)

### Inquéritos de iniciativa própria

O Provedor de Justiça utiliza o seu poder de abrir inquéritos por iniciativa própria sobretudo em dois casos. Em primeiro lugar, pode utilizá-lo para investigar um eventual caso de má administração, quando a queixa tiver sido apresentada por uma pessoa não autorizada (isto é, quando o queixoso não for cidadão comunitário ou residente na União, nem uma pessoa colectiva com sede registada num Estado-Membro). Em 2004 foram abertos oito desses inquéritos de iniciativa própria, incluindo seis baseados em queixas apresentadas antes de 1 de Maio por cidadãos de países que aderiram à União nessa data. Quatro destes inquéritos foram concluídos durante o ano. O Provedor de Justiça também pode utilizar esse poder para procurar resolver o que se afigure ser um problema sistémico das instituições. Durante o ano, foram concluídos dois inquéritos de iniciativa própria com resultados positivos, nomeadamente:

- A Comissão tomou medidas para melhorar a administração das Escolas Europeias, procurando identificar e resolver as suas insuficiências operacionais mais graves. O Provedor de Justiça congratulou-se com a resposta desta instituição ao seu inquérito sobre a boa administração das Escolas e, em especial, com o seu compromisso de cooperar com os pais. Incentivou-a ainda a procurar assegurar que as próprias Escolas reconheçam, como parte da sua missão fulcral, a necessidade de fomentar a participação dos pais e conquistar a confiança destes. O Provedor de Justiça abriu este inquérito na sequência de uma série de queixas em que alguns pais de crianças que frequentavam as Escolas manifestavam um sentimento de frustração e impotência. (OI/5/2003/IJH)



- A Comissão aceitou a introduzir um processo interno de apresentação de queixas para os peritos nacionais destacados, na sequência de um inquérito de iniciativa própria. Depois de o Provedor de Justiça ter realçado que a Comissão não apresentara um calendário de acção definido, esta afirmou que o processo poderia ser adoptado até Março de 2005. Os peritos nacionais destacados são funcionários públicos nacionais ou internacionais, ou trabalhadores do sector privado, que estão a trabalhar temporariamente para as instituições europeias. O Provedor de Justiça abriu o inquérito depois de ter sido alertado para o facto de estes peritos não terem acesso a um processo interno de apresentação de queixas. (OI/1/2003/ELB)

### **Análise aprofundada**

Estes e outros casos são analisados das seguintes perspectivas temáticas, na secção final do capítulo 2 do Relatório Anual: acesso a documentos e protecção de dados, Comissão como «Guardiã do Tratado», contratos e subvenções, questões de recrutamento e de pessoal. Uma vez que quase 70% dos inquéritos do Provedor de Justiça dizem respeito à Comissão, a secção conclui com uma avaliação das relações da Comissão com o Provedor de Justiça e com os queixosos, tal como se encontram reflectidas nas decisões de 2004 e nas respostas dadas pela Comissão durante esse ano às observações complementares e às observações críticas. O Provedor de Justiça chama a atenção do Parlamento para vários casos em que a Comissão poderia ter respondido de forma mais positiva e declara que acolheria com satisfação eventuais iniciativas do Parlamento visando incentivar a Comissão a alargar, futuramente, a todos os casos a boa cooperação que, em 2004, demonstrou na grande maioria deles.

O capítulo 3 do Relatório contém resumos de 59 das 251 decisões de encerramento de queixas tomadas em 2004, os quais reflectem a variedade de inquéritos em termos de assunto, instituições abrangidas e tipo de resultado. Os casos em apreço foram escolhidos por conterem novas interpretações legislativas, novo material relativo à competência ou aos procedimentos do Provedor de Justiça, ou elementos de facto que sejam de importância ou interesse geral.

Todas as decisões do Provedor de Justiça na sequência de inquéritos, com excepção de alguns casos confidenciais em que não é possível assegurar um anonimato satisfatório, são publicados no sítio Web do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) em inglês e na língua do queixoso, caso sejam diferentes.

### **Relações com instituições e organismos da União Europeia**

A existência de relações de trabalho construtivas com as instituições e organismos comunitários é essencial para que o Provedor de Justiça alcance resultados positivos para os cidadãos. Esta cooperação assume a forma de reuniões e eventos conjuntos regulares, nos quais o Provedor de Justiça e os seus interlocutores obtêm uma maior compreensão do trabalho uns dos outros, investigam a melhor forma de defender e promover os direitos dos cidadãos e identificam domínios em que poderão colaborar futuramente.

Em 2004, o Provedor de Justiça reuniu com membros e funcionários das instituições e organismos em mais de 30 ocasiões. Nestes eventos, incluem-se apresentações do trabalho do Provedor, nas quais este ofereceu orientações sobre a melhor maneira de responder às queixas e o modo de melhorar os procedimentos. Esta actividade, que constitui mais um exemplo da dimensão proactiva do Provedor de Justiça, faz parte integrante do duplo papel desta instituição, como mecanismo de controlo externo e meio para ajudar a melhorar a qualidade da administração. Estudaram-se iniciativas destinadas a reforçar a cooperação interinstitucional, muito em especial no que respeita a assegurar que toda e qualquer pessoa que possa ter razões para apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça receba informações sobre a forma de exercer esse direito. Realizaram-se outras reuniões para debater as prioridades do Provedor de Justiça e os recursos necessários para as realizar, com especial atenção ao orçamento da instituição.

O Provedor de Justiça apresenta um relatório anual ao Parlamento Europeu e mantém os deputados regularmente informados sobre as suas actividades, fornecendo-lhes exemplares das suas publicações ao longo do ano. Em 2004 foram distribuídas oito publicações aos deputados.



O Provedor de Justiça tem uma relação de trabalho produtiva com a Comissão das Petições do Parlamento Europeu, na qual se inclui um processo de transferência mútua de queixas sempre que oportuno, a fim de prestar o melhor serviço possível aos cidadãos europeus. O Provedor de Justiça também aconselha os queixosos que pretendem uma alteração na legislação ou na política europeia sobre a possibilidade de apresentarem uma petição ao Parlamento Europeu. O Relatório DE ROSSA sobre o *Relatório Anual de 2003* do Provedor de Justiça incluía uma proposta no sentido de que a Comissão das Petições se tornasse membro efectivo da rede europeia de provedores de justiça. O Provedor congratulou-se com esta proposta e tomou medidas para a sua rápida aplicação.

### Relações com provedores de justiça e órgãos homólogos

A estreita colaboração com os seus homólogos a nível nacional, regional e local é uma das prioridades fundamentais do Provedor de Justiça Europeu. Esta colaboração contribui para assegurar que as queixas dos cidadãos são tratadas com diligência e eficácia, sendo igualmente essencial para acompanhar desenvolvimentos importantes no mundo dos provedores de justiça, trocar informações sobre a legislação da UE e partilhar as melhores práticas.

#### Rede

A rede europeia de provedores de justiça, que se desenvolveu paulatinamente até se tornar num instrumento de colaboração eficaz, assume uma extrema importância para o Provedor de Justiça Europeu. A rede compreende agora quase 90 provedorias em 29 países, incluindo provedorias nacionais e regionais na União Europeia e nacionais nos países candidatos à adesão à UE, na Noruega e na Islândia. Existe um mecanismo eficaz de cooperação no que se refere ao tratamento dos casos, facto particularmente importante, dado que muitos queixosos recorrem ao Provedor de Justiça Europeu quando têm problemas com uma administração nacional, regional ou local. Em muitos casos, um provedor de justiça do Estado em questão pode constituir uma via de recurso eficaz. Sempre que possível, o Provedor de Justiça Europeu transfere os processos directamente para os provedores de justiça nacionais e regionais, ou aconselha adequadamente o queixoso. Em 2004, o Provedor de Justiça aconselhou 906 queixosos a recorrerem a um provedor de justiça nacional ou regional e transferiu 54 queixas directamente para o provedor de justiça competente. Os provedores de justiça da rede também estão bem posicionados para ajudarem a informar os cidadãos a respeito dos seus direitos ao abrigo da legislação comunitária e sobre o modo de os exercerem e defenderem.

Se para tal for solicitado, o Provedor de Justiça Europeu também auxilia os provedores de justiça nacionais e regionais a realizarem os seus inquéritos, respondendo a pedidos de informação sobre o direito comunitário, ou canalizando o pedido para uma instituição ou organismo da UE que lhe dê resposta. Em 2004, foram recebidos pedidos de informação do Provedor de Justiça Regional de Veneto (Itália), do Provedor de Justiça irlandês e do Provedor de Justiça de Chipre.

A rede também opera em termos de partilha de experiências e de melhores práticas. Esta partilha tem lugar através de seminários e reuniões, de um boletim informativo periódico, de um fórum interactivo na Internet e de um serviço noticioso electrónico diário. Os preparativos para o quinto seminário de provedores de justiça nacionais dos Estados-Membros da UE e dos países candidatos começaram intensivamente em 2004, tendo o Provedor de Justiça Europeu e o seu homólogo holandês, Roel FERNHOUT, realizado três reuniões com o intuito de assegurar que este seminário, que deverá ter lugar em Haia, no mês de Setembro de 2005, seja um grande sucesso. Em 2004, o *European Ombudsmen – Newsletter* continuou a constituir um instrumento extremamente valioso para o intercâmbio de informações sobre a legislação comunitária e as melhores práticas. Os seus dois números, publicados em Abril e Outubro, abordaram temas como a nova Constituição para a Europa e as suas implicações para os provedores de justiça, os problemas com que se deparam as pessoas que querem exercer o seu direito à liberdade de circulação e os obstáculos que enfrentam as pessoas com deficiência. Quanto ao fórum interactivo do Provedor de Justiça na Internet, o arranque efectivo dos espaços documental e de debate deu-se durante este ano, permitindo que as provedorias partilhassem informações através do envio de perguntas e respostas. Iniciaram-se vários grandes debates sobre temas tão diversos como a cobertura televisiva dos provedores de





justiça no que respeita ao seu direito de visitar as prisões, tendo a maioria das provedorias nacionais contribuído para um ou vários destes debates. O serviço noticioso electrónico diário do Provedor de Justiça – *Ombudsman Daily News* – foi publicado todos os dias úteis, incluindo artigos, comunicados de imprensa e anúncios das provedorias de todos os países abrangidos pela rede.

A cooperação no interior da rede foi intensificada em 2004, em resultado das visitas de informação aos Estados-Membros e aos países candidatos à adesão. Os provedores de justiça de toda a Europa deram uma ajuda inestimável na organização destas visitas, que previam sistematicamente a realização de reuniões aprofundadas entre os provedores de justiça, a fim de analisarem novas formas de colaboração em benefício dos cidadãos. No final de 2004, o Provedor de Justiça já tinha visitado os 25 Estados-Membros, tendo iniciado essas visitas desde que assumiu o cargo em Abril de 2003.

### Reuniões

Durante o ano, os esforços do Provedor de Justiça para colaborar com os seus homólogos não se restringiram às actividades da rede europeia de provedores de justiça. Como membro activo de várias organizações de provedores de justiça, participou em conferências e seminários realizados na Europa e noutros continentes, nomeadamente na Oitava Conferência Mundial do Instituto Internacional do Provedor de Justiça (International Ombudsmen Institute – IOI), realizada na cidade de Quebec, no Canadá. Participou com entusiasmo em eventos organizados por provedores de justiça nacionais e regionais, ou garantiu a representação da sua provedoria nesses eventos. No contexto do seu trabalho de promoção do Estado de direito, do respeito dos direitos do Homem e da boa administração, o Provedor de Justiça esteve presente em vários eventos realizados em 2004, nomeadamente na Turquia e na Sérvia e Montenegro, com o objectivo de criar novas instituições de provedor de justiça. No mesmo contexto, o Provedor de Justiça continuou a facultar o *European Ombudsmen – Newsletter*, o fórum interactivo na Internet e o serviço noticioso diário a todos os membros da Região Europeia do IOI.

### Actividades de comunicação

Os esforços do Provedor de Justiça para colaborar construtivamente com as instituições e organismos da UE e com os outros provedores de justiça têm o objectivo primordial de assegurar o melhor serviço possível aos cidadãos. Para que este objectivo seja atingido, é fundamental consciencializar os cidadãos para os seus direitos, muito em especial para o direito de apresentarem queixa ao Provedor de Justiça. Fizeram-se grandes progressos neste aspecto, ao longo do ano.

Em 2004, o Provedor de Justiça intensificou as suas visitas de informação aos Estados-Membros, aos países aderentes e aos países candidatos à adesão à UE. Em cada uma destas visitas, reuniu-se com cidadãos, potenciais queixosos, administradores, membros do sistema judicial e representantes políticos de alto nível. As visitas demonstraram ser um excelente meio para aumentar a consciência que os cidadãos têm dos seus direitos. Além disso, contribuíram para dar maior visibilidade ao trabalho do Provedor de Justiça junto de alguns membros importantes dos ramos judicial, legislativo e executivo, a nível nacional e regional, e enriqueceram a valiosa colaboração de que o Provedor de Justiça já usufrui com os seus homólogos dos Estados-Membros e dos países candidatos à adesão. O apoio das provedorias de justiça dos países em questão, bem como dos Gabinetes do Parlamento Europeu e das Representações e Delegações da Comissão Europeia, representou um contributo fundamental para o êxito destas visitas.

Para além dos eventos realizados durante as visitas de informação, o Provedor de Justiça e os seus colaboradores participaram, ao longo do ano, em mais de 70 conferências, reuniões e grupos de trabalho, por toda a União, onde se debateram questões como os esforços da UE para comunicar com os cidadãos, a Constituição para a Europa e os direitos das pessoas com deficiência. Estas reuniões contribuíram para dar a conhecer as actividades do Provedor de Justiça aos potenciais queixosos e a todos os cidadãos interessados.

As actividades relacionadas com os meios de comunicação social foram intensificadas em 2004, tendo sido emitido um comunicado de imprensa de 11 em 11 dias, em média. O Provedor de



Justiça deu mais de 40 entrevistas a jornalistas de órgãos de imprensa, de radiodifusão e de Internet em Estrasburgo, Bruxelas e, no decurso das suas visitas de informação, noutros locais. Também apresentou o seu trabalho e respondeu a perguntas em conferências de imprensa, sessões de informação, reuniões e almoços de trabalho.

Ao longo do ano, realizou-se uma distribuição em larga escala de material sobre as actividades do Provedor de Justiça Europeu, em especial nas Jornadas «Portas Abertas» organizadas pelo Parlamento Europeu em Maio. Na Jornada «Portas Abertas» de Bruxelas, realizada em 1 de Maio, foi feito o lançamento do folheto *O Provedor de Justiça Europeu num Relance*, em 24 línguas, e o formulário para a apresentação de queixas e a brochura sobre o Provedor foram disponibilizados em todas as línguas oficiais, pouco tempo após o alargamento. Pela primeira vez, o Relatório Anual do Provedor de Justiça foi divulgado em 20 línguas, ao mesmo tempo que a publicação *Síntese e Estatísticas*, de fácil leitura, tornou o Relatório mais acessível a todos.

Todas estas publicações estão disponíveis no sítio Web do Provedor de Justiça, juntamente com as decisões, os comunicados de imprensa, as estatísticas e dados pormenorizados sobre as suas actividades no domínio da comunicação, que nele são publicados regularmente. Durante o ano, o sítio Web (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) sofreu uma transformação do ponto de vista linguístico, tendo as suas páginas iniciais e de navegação, que antes estavam disponíveis em 11 línguas, passado a figurar também em 10 novas línguas – as nove línguas dos novos Estados-Membros da UE e o gaélico.

### Preparativos para o 10º aniversário

Tendo em vista o 10º aniversário da instituição, em 2005, o Provedor de Justiça reuniu, num *workshop* organizado em Estrasburgo, várias pessoas que desempenharam um papel importante na sua fundação. O «Workshop dos Fundadores» deu origem a animados debates, que permitiram trazer à lume informações preciosas sobre as origens, o estabelecimento e a fase inicial de desenvolvimento da instituição. Está prevista para 2005 uma publicação comemorativa do 10º aniversário, inspirada nas conclusões do «Workshop dos Fundadores».

### Desenvolvimentos Internos

Nos primeiros quatro meses de 2004, o Provedor de Justiça desenvolveu o trabalho realizado nos últimos anos a fim de preparar a Provedoria para o alargamento. Graças aos intensos esforços envidados, foi possível assegurar que a instituição passasse a ter condições para tratar das queixas de cidadãos de 25 Estados-Membros nas 21 línguas dos Tratados, a partir de 1 de Maio.

O número de lugares no quadro de pessoal do Provedor de Justiça aumentou de 31 em 2003 para 38 em 2004, tal como estava previsto no plano orçamental plurianual aprovado pelo Parlamento em 2002. Este plano previa uma introdução faseada dos novos lugares relacionados com o alargamento em 2003-2005. No orçamento para 2005, aprovado pelas autoridades orçamentais em Dezembro de 2004, está previsto um aumento para 51 lugares.

A nova base de dados de queixas do Provedor de Justiça ficou plenamente operacional durante o ano, permitindo que a Provedoria enfrentasse com êxito o desafio suscitado por um aumento sem precedentes do número de queixas e pela expansão do número de línguas abrangidas. Associadas a uma melhor utilização dos recursos humanos e à contínua actualização das infra-estruturas informáticas da Provedoria, estas iniciativas permitiram melhorar o serviço prestado aos cidadãos em 2004.



## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

## 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---





## 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

Um dos meios mais importantes à disposição do Provedor de Justiça Europeu para promover a boa administração consiste na possibilidade de investigar eventuais casos de má administração e recomendar medidas correctivas sempre que o considere necessário. Os eventuais casos de má administração chegam à atenção do Provedor de Justiça sobretudo através de queixas cujo tratamento representa o aspecto mais importante do seu papel reactivo.

O direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu é um dos direitos de cidadania da União Europeia (artigo 21º do Tratado CE) e está consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais (artigo 43º).

O Provedor de Justiça tem também a possibilidade de proceder a inquéritos por iniciativa própria e assumir assim um papel pró-activo no combate à má administração.

### 2.1 A BASE JURÍDICA DA ACTIVIDADE DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

As funções do Provedor de Justiça são exercidas em conformidade com o artigo 195º do Tratado CE, com o Estatuto do Provedor de Justiça (adoptado por uma decisão do Parlamento Europeu<sup>1</sup>) e com as disposições de execução adoptadas pelo Provedor de Justiça ao abrigo do artigo 14º do seu Estatuto.

As disposições de execução tratam do funcionamento interno da Provedoria de Justiça. Contudo, a fim de constituírem um documento compreensível e útil para os cidadãos, contêm igualmente determinadas informações relativas a outras instituições e organismos, já incluídas no Estatuto. As actuais disposições de execução entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2003 e encontram-se disponíveis em todas as línguas oficiais no *website* do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) e em formato papel na Provedoria de Justiça.

#### *O Provedor de Justiça Europeu e a Constituição para a Europa*

O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa foi assinado em Roma em 29 de Outubro de 2004 pelos Chefes de Estado ou de Governo e pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros, e encontra-se actualmente em fase de ratificação pelos Estados-Membros.

O direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça está consagrado na Parte I da Constituição, no título dedicado e aos direitos fundamentais e à cidadania da União (artigo I-10), bem como na Carta dos Direitos Fundamentais (artigo II-103). O título da Parte I da Constituição dedicado à vida democrática da União determina que o Provedor de Justiça é eleito pelo Parlamento Europeu e é independente (artigo I-49). O artigo III-335, que corresponde ao artigo 195º do Tratado CE actualmente em vigor, estabelece que o Estatuto do Provedor de Justiça é definido por lei europeia do Parlamento Europeu.

<sup>1</sup>

Decisão nº 94/262 do Parlamento Europeu, de 9 de Março de 1994, relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, JO L 113 de 1994, p. 15.



## 2.2 O MANDATO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

O artigo 195º do Tratado CE confere ao Provedor de Justiça poderes para receber queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou por qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, respeitantes a casos de má administração na actuação das instituições e organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Assim, uma queixa não se insere no seu âmbito de competências se:

- 1 o queixoso não estiver habilitado a apresentar uma queixa;
- 2 a queixa não for dirigida contra uma instituição ou organismo da Comunidade;
- 3 a queixa for dirigida contra o Tribunal de Justiça ou o Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais; ou
- 4 a queixa não se referir a um eventual caso de má administração.

Ver igualmente os pontos 1, 2 e 4 infra.

### 2.2.1 Queixas não admissíveis

Embora o direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu esteja restringido aos cidadãos, residentes e pessoas colectivas com sede estatutária num Estado-Membro, o Provedor de Justiça também tem poderes para abrir inquéritos por iniciativa própria. Usando desse poder, o Provedor de Justiça pode investigar um eventual caso de má administração suscitado por uma queixa, mesmo que o queixoso não seja uma pessoa habilitada. Em 2004, foram abertos oito inquéritos por iniciativa própria nestas condições, incluindo seis queixas apresentadas antes de 1 de Maio de 2004 por cidadãos de Estados que aderiram à União nessa data.

As decisões do Provedor de Justiça relativamente a fazer uso do seu poder de iniciativa própria são tomadas caso a caso. Ainda não foi rejeitada qualquer queixa pelo simples facto de o queixoso ser uma pessoa não habilitada.

### 2.2.2 Instituições e organismos da Comunidade

O mandato do Provedor de Justiça abrange as instituições e organismos da Comunidade. As instituições são enumeradas no artigo 7º do Tratado, mas não existe qualquer definição ou lista oficial de organismos comunitários. O termo inclui os organismos instituídos pelos Tratados, tais como o Comité Económico e Social e o Banco Central Europeu, bem como as agências instituídas por meio de actos legislativos, como é o caso, por exemplo, da Agência Europeia do Ambiente e do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia.

Em resposta a uma queixa apresentada em 2000, o Provedor de Justiça convidou o Instituto Universitário Europeu (IUE) a comentar se poderia ser considerado um organismo comunitário para efeitos do mandato do Provedor de Justiça. O IUE limitou-se a emitir parecer sobre a matéria de fundo da queixa, de modo que não foi necessário o Provedor de Justiça decidir sobre a sua competência na matéria<sup>2</sup>. Em 2004, no seu parecer sobre uma queixa posterior, o IUE argumentou que não estava abrangido pelo mandato do Provedor de Justiça. Após uma análise minuciosa, o Provedor de Justiça considerou que a perspectiva do IUE estava correcta e ordenou o encerramento do inquérito (Queixa 2225/2003/(ADB)PB, resumida no capítulo 3).

<sup>2</sup>

Queixa 659/2000, Relatório Anual 2000, p. 99.





A futura Constituição para a Europa vem alargar o mandato do Provedor de Justiça Europeu por forma a incluir todas as instituições, organismos, gabinetes e agências da União.

### Exemplo de uma queixa não dirigida contra uma instituição ou organismo comunitário

#### QUEIXA CONTRA O PROVIDOR DE JUSTIÇA POLACO

Um cidadão polaco queixou-se de que o Comissário polaco para a Protecção dos Direitos Civis não permite a apresentação de queixas por via electrónica. A queixa não se inseria no âmbito das competências do Provedor de Justiça Europeu, porque o Comissário polaco para a Protecção dos Direitos Civis não é uma instituição ou organismo comunitário. Além disso, o Provedor de Justiça Europeu não é superior hierárquico dos provedores de justiça nacionais.

Numa reunião entre o Provedor de Justiça Europeu e o Comissário polaco para a Protecção dos Direitos Civis realizada em 9 de Fevereiro de 2004, este informou o Provedor de Justiça Europeu de que os queixosos insatisfeitos com as suas decisões tinham a possibilidade de se dirigir ao Parlamento polaco, ao qual o Comissário apresenta anualmente um relatório.

O Provedor de Justiça Europeu aconselhou o queixoso em conformidade.

Queixa 3617/2004/MHZ

### 2.2.3 «Má administração»

Em resposta a um pedido apresentado pelo Parlamento Europeu para que fosse formulada uma definição clara do conceito de má administração, o Provedor de Justiça propôs a seguinte definição no Relatório Anual de 1997:

*A má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado.*

Em 1998, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que manifestou o seu acordo com a referida definição. Da correspondência trocada entre o Provedor de Justiça e a Comissão ao longo de 1999 depreende-se que também esta última concorda com a definição proposta.

A Carta dos Direitos Fundamentais, proclamada em Dezembro de 2000, inclui o direito a uma boa administração como um direito fundamental da cidadania da União (artigo 41º). No entender do Provedor de Justiça, má administração e boa administração são duas faces da mesma moeda.

Em 6 de Setembro de 2001, o Parlamento Europeu aprovou um Código de Boa Conduta Administrativa que as instituições e organismos da União Europeia, as suas administrações e os seus funcionários deverão observar nas relações com o público. Este Código tem em conta os princípios do direito administrativo europeu contidos na jurisprudência dos tribunais comunitários e inspira-se nas legislações nacionais. O Parlamento também solicitou ao Provedor de Justiça que aplicasse o Código de Boa Conduta Administrativa. Consequentemente, o Provedor de Justiça tem em conta as regras e os princípios contidos no Código quando aprecia as queixas e realiza inquéritos por iniciativa própria.



### Exemplos de queixas não relacionadas com um eventual caso de má administração

#### ESTATUTO DA LÍNGUA CATALÃ NA CONSTITUIÇÃO PARA A EUROPA

Um grupo de queixosos dirigiu uma carta aberta ao Provedor de Justiça Europeu no jornal *El Triangle*, publicado em Barcelona, alegando discriminação pelo facto de a Constituição para a Europa não reconhecer o catalão como língua oficial. Apresentaram uma série de considerações relativamente à importância da língua catalã e ao número considerável de falantes desta língua na Europa.

Dado que a queixa comportava uma proposta de alteração dos Tratados, o Provedor de Justiça considerou que ela não se referia a um eventual caso de má administração e, consequentemente, não se inseria no âmbito das suas competências, tendo-a remetido para o Parlamento Europeu a fim de ser tratada como uma petição.

Queixa 2881/2004/JMA

#### RECUSA DE INFORMAÇÃO PELO BANCO CENTRAL EUROPEU

Em Abril de 2004, foi apresentada ao Provedor de Justiça uma queixa contra o facto de o Banco Central Europeu (BCE) se ter recusado a informar se tinha efectuado alguma intervenção no mercado a fim de atenuar a desvalorização do dólar americano e a consequente valorização do euro.

O Provedor de Justiça considerou que a queixa não era admissível por não ser possível identificar a alegação exacta do queixoso. Não era claro se a queixa era motivada (i) pelo facto de o BCE não ter sido capaz de explicar as razões por que se recusara a prestar a informação solicitada pelo queixoso, de modo que este não conseguiu compreender essas razões, ou (ii) porque, tendo o queixoso compreendido as razões aduzidas pelo BCE, ele as considerava incorrectas. O Provedor de Justiça explicou ao queixoso que, no primeiro caso, poderia proceder à abertura de um inquérito, mas que, no segundo caso, a queixa constituiria basicamente uma contestação das políticas do BCE relativamente às operações de mercado no cumprimento das funções básicas do Sistema Europeu de Bancos Centrais e, por esse motivo, não se referia a um eventual caso de má administração.

Em Outubro de 2004, o queixoso esclareceu que alegava que o BCE não tinha conseguido explicar as suas razões e que, por isso, ele não conseguia compreender por que motivo o Banco se recusara a prestar a informação solicitada. Uma vez que a alegação assim clarificada apontava para um eventual caso de má administração, o Provedor de Justiça abriu um inquérito sobre a questão.

Queixas 1106/2004/TN e 3054/2004/TN

## 2.3 ADMISSIBILIDADE E FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS

Qualquer queixa que se insira no âmbito das competências do Provedor de Justiça tem de satisfazer outros critérios de admissibilidade para que o Provedor de Justiça possa proceder à abertura de um inquérito. Os critérios fixados no Estatuto do Provedor são os seguintes:

- 1 da queixa devem constar o motivo que a determinou e a identidade da pessoa de que provém (nº 3 do artigo 2º do Estatuto)





- 2 o Provedor de Justiça não pode intervir em processos instaurados perante um órgão judicial nem pôr em causa o bom fundamento das decisões judiciais (nº 3 do artigo 1º)
- 3 a queixa deve ser apresentada no prazo de dois anos a contar da data em que os factos que a justificam tenham chegado ao conhecimento do queixoso (nº 4 do artigo 2º)
- 4 a queixa deve ter sido precedida das diligências administrativas necessárias junto das instituições ou organismos em causa (nº 4 do artigo 2º)
- 5 em matéria de relações de trabalho entre instituições e organismos comunitários e os seus funcionários ou outros agentes, só poderão ser apresentadas queixas ao Provedor de Justiça quando tiverem sido esgotadas pelo interessado todas as possibilidades de recurso ou reclamação administrativa (nº 8 do artigo 2º).

### **Exemplo de uma queixa que não foi precedida das diligências administrativas necessárias**

#### **ALEGADAS PRÁTICAS IRREGULARES POR PARTE DE UMA AGÊNCIA**

Um queixoso alegou práticas irregulares por parte de uma agência da UE. O queixoso trabalha para a agência em causa.

O Provedor de Justiça considerou que as diligências administrativas adequadas que o queixoso deveria efectuar eram as previstas pelos artigos 22-A e 22-B do Estatuto do Pessoal que entrou em vigor em 1 de Maio de 2004. Estas disposições referem-se à divulgação de informação sobre eventuais casos de actividade ilegal, incluindo fraude ou corrupção, em detrimento dos interesses das Comunidades, ou de conduta relacionada com o cumprimento de deveres profissionais susceptível de constituir uma grave falta às obrigações de funcionários. Entre outras coisas, impõem que o funcionário em questão informe os seus superiores hierárquicos, ou o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

Uma vez que o queixoso já tinha contactado o OLAF, o Provedor de Justiça aconselhou a que, de acordo com o nº 1, alínea b), do artigo 22-B, fosse dado tempo ao OLAF para examinar as questões suscitadas e sugeriu que o queixoso poderia solicitar informações ao OLAF sobre o prazo por este fixado tomar as medidas pertinentes.

(Processo confidencial)

O artigo 195º do Tratado CE determina que o Provedor de Justiça «procederá aos inquéritos que considere justificados». Em alguns casos, podem não existir fundamentos suficientes para que o Provedor de Justiça abra um inquérito, mesmo tratando-se de uma queixa admissível. Por exemplo, se uma queixa já tiver sido tratada como uma petição pela Comissão das Petições do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça considera, normalmente, que não existem fundamentos para abrir um inquérito, a menos que sejam apresentadas novas provas.

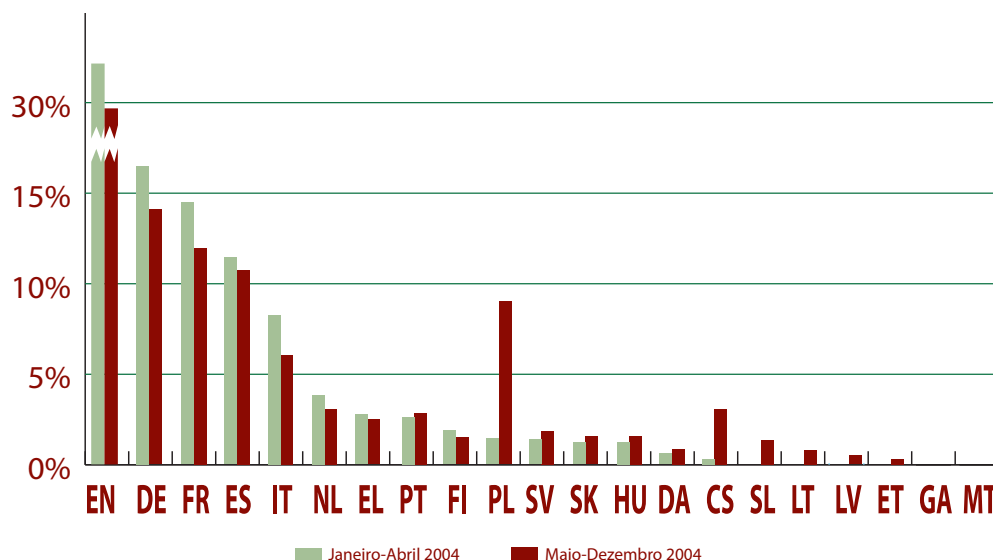
## **2.4 ANÁLISE DAS QUEIXAS APRECIADAS EM 2004**

Durante 2004, o Provedor de Justiça recebeu 3 726 novas queixas, o que equivale a um aumento de 53% em relação a 2003. Deste aumento global, 51% (657 queixas) correspondem a queixas provenientes dos 10 novos Estados-Membros que aderiram à União em 1 de Maio de 2004. Os restantes 49% representam um aumento do número de queixas provenientes dos 15 antigos



Estados-Membros e de outros países a nível mundial. Um total de 310 queixas e quatro inquéritos por iniciativa própria transitaram de 2003.

O quadro que se segue mostra o impacto do alargamento a nível linguístico, comparando a repartição das queixas por língua antes e depois de 1 de Maio de 2004.



As queixas foram remetidas directamente por cidadãos individuais em 3 536 casos e por associações ou empresas em 190 casos. O Provedor de Justiça também abriu oito inquéritos por iniciativa própria.

No decurso de 2004, o processo de apreciação de queixas para determinar se estas se inseriam no âmbito de competências, se reuniam os critérios de admissibilidade e se justificavam a abertura de um inquérito ficou concluído em 95% dos casos. Da totalidade das queixas apreciadas, 25% inseriam-se no âmbito de competências do Provedor de Justiça. Destas queixas, 490 cumpriam os critérios de admissibilidade, mas 147 não justificavam a abertura de um inquérito. Por conseguinte, foram abertos inquéritos em 343 casos.

A maioria das queixas conducentes à abertura de um inquérito era contra a Comissão (69%). Dado que a Comissão é a principal instituição comunitária que toma decisões com impacto directo na vida dos cidadãos, é normal que seja ela o alvo principal das suas queixas. Foram apresentadas 58 queixas contra o Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO), 48 contra o Parlamento Europeu e 22 contra o Conselho da União Europeia.

Os principais tipos de casos de má administração alegados foram a falta de transparência, incluindo a recusa de informação (127 casos), a discriminação (106 casos), atrasos evitáveis (67 casos), procedimentos insatisfatórios (52 casos), parcialidade ou abuso de poder (38 casos), não cumprimento das obrigações que incumbem à Instituição, ou seja, o facto de a Comissão Europeia não desempenhar o seu papel de «Guardiã dos Tratados» face aos Estados-Membros (37 casos), negligência (33 casos) e erros jurídicos (26 casos).

## 2.5 TRANSFERÊNCIAS E ACONSELHAMENTO

Quando uma queixa não se insere no âmbito das suas competências ou é considerada não admissível, o Provedor de Justiça procura sempre aconselhar o queixoso a dirigir-se a outra instância com competência para tratar da questão, especialmente se estiver em causa o direito comunitário. Sempre



que possível, o Provedor de Justiça transfere a queixa directamente para outra entidade competente, desde que o queixoso dê o seu consentimento se afigure que a queixa tem fundamento.

Durante 2004, foram transferidas 71 queixas. Deste total, 54 foram transferidas para o Provedor de Justiça nacional ou regional, 13 para o Parlamento Europeu, a fim de serem tratadas como petições, e quatro para a Comissão.

Foi dado aconselhamento em 2 117 casos. Em 906 destes casos, o queixoso foi aconselhado a dirigir-se a um Provedor de Justiça nacional ou regional e 179 queixosos foram aconselhados a apresentar uma petição ao Parlamento Europeu. Em 359 casos, o autor da queixa foi aconselhado a contactar a Comissão Europeia. Este número inclui alguns casos em que queixas contra a Comissão foram declaradas não admissíveis, pelo facto de não ter sido precedida das diligências administrativas necessárias. Em 613 casos, o queixoso foi aconselhado a recorrer a outras entidades, principalmente provedores de justiça em áreas específicas ou organismos que tratam de queixas num Estado-Membro.

### Exemplos de casos transferidos para outra instituição ou organismo

#### ALEGADO INCUMPRIMENTO POR PARTE DA POLÍCIA NEERLANDESA

Uma cidadã de um outro Estado-Membro residente nos Países Baixos alegou que a polícia neerlandesa não tinha investigado devidamente a violação sexual de que a sua criança de quatro anos tinha sido vítima.

Depois de contactar a queixosa a fim de obter o seu consentimento para proceder a uma transferência, o Provedor de Justiça Europeu transferiu o caso para o Provedor de Justiça neerlandês.

(Processo confidencial)

#### DESLOCAÇÃO EM VIAGEM DE RESIDENTES DE UM PAÍS TERCEIRO

Foi apresentada uma queixa contra o serviço de segurança do Reino Unido responsável pelo controlo de passaportes em Calais. Os pais do queixoso, cidadãos tanzanianos a residirem legalmente na Bélgica, viram ser-lhes recusada a entrada no Reino Unido por não possuírem um visto. Os queixosos queixavam-se do modo como tinham sido tratados pelo serviço de segurança e do facto de cidadãos tanzanianos, residentes na Bélgica e titulares de bilhetes de identidade belgas, não poderem viajar livremente dentro da UE.

Os queixosos exigiam que lhes fosse apresentado um pedido de desculpas formal, e defendiam que os residentes belgas que não são cidadãos europeus deveriam poder viajar dentro da UE sem qualquer tipo de entraves e que deveria ser criado um organismo da UE para facilitar a deslocação dentro da UE de pessoas titulares de um bilhete de identidade de um Estado-Membro.

No que se refere à queixa contra o serviço de segurança, o Provedor de Justiça Europeu aconselhou os queixosos a utilizarem o procedimento de apresentação de queixas junto do departamento governamental competente do Reino Unido e a recorrerem ao Provedor de Justiça Parlamentar do Reino Unido no caso de não ficarem satisfeitos com o resultado do procedimento de queixa.

No que se refere às alegações gerais do queixoso relativamente à deslocação dentro da UE, o Provedor de Justiça Europeu transferiu a queixa para o Parlamento Europeu a fim de ser tratada como uma petição.

Queixa 3300/2004/AU



## 2.6 OS PROCEDIMENTOS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Regra geral, todas as queixas apresentadas ao Provedor de Justiça são registadas e a sua recepção é confirmada no prazo de uma semana a contar da data da recepção. Através da carta em que se acusa a recepção da queixa, o queixoso é informado do procedimento aplicável e do nome e número de telefone da pessoa que está a tratar da queixa. A queixa é analisada para se determinar se deve ser aberto um inquérito e o queixoso é informado do resultado da análise, normalmente no espaço de um mês.

No caso de não ser aberto um inquérito, o queixoso é informado do motivo. Sempre que possível, a queixa é transferida para uma entidade competente ou o queixoso é devidamente aconselhado sobre a entidade à qual poderá dirigir-se.

### 2.6.1 Abertura de um inquérito

O primeiro passo para se abrir um inquérito consiste em transmitir a queixa à instituição ou organismo em causa, pedindo-lhe que envie um parecer ao Provedor de Justiça e fixando normalmente um prazo de três meses para o efeito.

Em Maio de 2004, o Provedor de Justiça solicitou ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão que aceitassem um prazo mais curto de dois meses para as queixas contra a recusa de acesso a documentos. O Provedor de Justiça salientava a importância de os cidadãos usufruírem de um acesso tão rápido quanto possível, bem como o facto de o procedimento administrativo previsto no Regulamento n.º 1049/2001<sup>3</sup> oferecer às instituições a oportunidade de examinarem minuciosamente os aspectos jurídicos e factuais antes de ser apresentada uma queixa. O Parlamento Europeu e a Comissão aceitaram a proposta, mas o Conselho não a aceitou. O Conselho comprometeu-se, contudo, a continuar a esforçar-se ao máximo para responder dentro do prazo mais curto possível.

### 2.6.2 Procedimento imparcial

O princípio do procedimento imparcial exige que a decisão do Provedor de Justiça sobre uma queixa não tenha em conta a informação contida nos documentos fornecidos quer pelo queixoso, quer pela instituição ou organismo comunitários, a menos que a outra parte tenha tido a oportunidade de consultar esses documentos e expor o seu ponto de vista.

Por conseguinte, o Provedor de Justiça envia o parecer da instituição ou organismo comunitário ao queixoso, convidando-o a apresentar as suas observações. Segue-se o mesmo procedimento, caso sejam feitas outras averiguações sobre a queixa.

Nem o Tratado nem o Estatuto prevêem o recurso ou outras soluções contra as decisões do Provedor de Justiça relativamente ao tratamento dado a uma queixa ou ao resultado do mesmo. Todavia, tal como todas as outras instituições e organismos comunitários, o Provedor de Justiça está sujeito a acções por danos com base no artigo 288.º do Tratado CE. Em 2004, o Tribunal de Justiça estabeleceu que é possível, em princípio, intentar uma acção por danos contra o Provedor de Justiça com base no tratamento incorrecto que este tiver dado a uma queixa. Pronunciando-se sobre o mérito da causa, o Tribunal de Justiça confirmou a decisão do Tribunal de Primeira Instância, que considerava que o Provedor de Justiça não tinha faltado aos seus deveres (Processo C-234/02 P, *Provedor de Justiça Europeu contra Frank Lamberts*, Acórdão do Tribunal de 23 de Março de 2004).

<sup>3</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



### 2.6.3 Verificação dos documentos e audição de testemunhas

O nº 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça determina que as instituições e organismos comunitários devem fornecer ao Provedor de Justiça todas as informações por este solicitadas e permitir-lhe o acesso a toda a documentação pertinente. Essas entidades só podem recusar-se a tal por motivos de sigilo devidamente fundamentados.

O poder do Provedor de Justiça para inspecionar os arquivos permite-lhe verificar a exaustividade e a exactidão da informação fornecida pela instituição ou organismo comunitário em causa. Tal constitui, por conseguinte, uma importante garantia para o queixoso e para o público de que o Provedor de Justiça pode levar a cabo uma investigação minuciosa e exaustiva.

O nº 2 do artigo 3º do Estatuto determina igualmente que os funcionários e outros agentes das instituições e organismos da Comunidade têm o dever de testemunhar a pedido do Provedor de Justiça. Ao fazê-lo, devem falar em nome e sob as ordens das suas administrações e continuam sujeitos ao dever de sigilo profissional.

Durante 2004, o poder do Provedor de Justiça para inspecionar os documentos das instituições foi utilizado em dois casos. O poder para ouvir testemunhas não foi utilizado em 2004.

### 2.6.4 Procedimento aberto

As queixas apresentadas ao Provedor de Justiça são tratadas de forma pública, excepto se o queixoso pedir confidencialidade.

O artigo 13º das disposições de execução prevê que o queixoso terá acesso ao processo do Provedor de Justiça referente à sua queixa. O artigo 14º prevê o acesso do público aos documentos na posse do Provedor de Justiça, nas condições e limites definidos no Regulamento nº 1049/2001. No entanto, sempre que o Provedor de Justiça proceda à inspecção do processo da instituição em causa ou recolha o depoimento de uma testemunha, não é facultado ao público acesso a quaisquer documentos ou informações confidenciais obtidos em resultado da inspecção ou da audição (nº 3 do artigo 13º e nº 2 do artigo 14º). A finalidade desta exclusão é facilitar o exercício pelo Provedor de Justiça dos seus poderes de investigação.

Numa reunião com a Sra. Loyola De PALACIO, Vice-Presidente da Comissão Europeia, em 31 de Março de 2004, o Provedor de Justiça explicou que os seus inquéritos não podem ter em conta os documentos fornecidos por uma instituição ou organismo comunitário para contestar uma alegação de má administração, a menos que o queixoso tenha a oportunidade de consultar e comentar esses documentos. Se uma instituição ou organismo possui documentos confidenciais que no seu entender fundamentam a sua posição, deverá apresentar no seu parecer um resumo não confidencial dos pontos relevantes daqueles documentos. Se o Provedor de Justiça considerar útil, poderá inspecionar os documentos confidenciais a fim de verificar a exaustividade e exactidão do resumo não confidencial.

## 2.7 OS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

No decurso de um inquérito, o queixoso é informado de cada novo passo que é dado. Quando o Provedor de Justiça decide encerrar o inquérito, informa o queixoso dos resultados do mesmo e das suas conclusões. A decisão do Provedor de Justiça não cria direitos ou obrigações com força legal para o queixoso, nem para a instituição ou organismo em causa.



Em 2004, o Provedor de Justiça arquivou 251 inquéritos. Deste conjunto, 247 eram inquéritos a queixas e quatro eram inquéritos por iniciativa própria.

Se um inquérito incidir sobre mais do que uma alegação ou queixa, estas podem dar origem a diferentes conclusões por parte do Provedor de Justiça.

### 2.7.1 Inexistência de caso de má administração

Em 2004, foram arquivados 113 casos por se considerar que não existia caso de má administração. Esta conclusão não constitui necessariamente um resultado negativo para o queixoso, o qual sai beneficiado pelo menos pelo facto de a instituição ou organismo lhe fornecerem uma justificação da respectiva actuação. Além disso, mesmo que não conclua pela existência de um caso de má administração, o Provedor de Justiça pode identificar uma oportunidade para a instituição ou organismo em causa melhorar a qualidade da sua administração no futuro. Nestes casos, o Provedor de Justiça formula uma observação complementar.

### 2.7.2 Casos resolvidos pela instituição e soluções amigáveis

Sempre que possível, o Provedor de Justiça procura chegar a um resultado globalmente positivo capaz de satisfazer quer o queixoso quer a instituição que é alvo da queixa. A cooperação das instituições e organismos comunitários é essencial para se alcançarem esses resultados, que contribuem para o reforço das relações entre as instituições e os cidadãos e podem evitar um contencioso demorado e oneroso.

No decurso de 2004, 65 casos foram resolvidos pela própria instituição ou organismo na sequência de uma queixa apresentada ao Provedor de Justiça. Em 46 destes casos, a intervenção do Provedor de Justiça permitiu obter uma resposta rápida a correspondência a que não tinha sido dado seguimento (ver secção 2.9 do Relatório Anual de 1998 para pormenores do procedimento seguido nestes casos).

Quando um inquérito revela um caso de má administração, o Provedor de Justiça procura encontrar, sempre que possível, uma solução amigável. Durante 2004, foram propostas 12 soluções amigáveis. Foram arquivados cinco casos depois de se ter chegado a uma solução amigável (incluindo 2 casos em que a proposta tinha sido feita em 2003). No final de 2004, continuavam ainda em apreciação 11 propostas de soluções amigáveis.

Em alguns casos, é possível obter uma solução amigável se a instituição ou organismo em causa oferece uma indemnização ao queixoso. Qualquer oferta nesse sentido é feita *ex gratia*: isto é, sem que seja admitida a responsabilidade jurídica e sem se criar um precedente.

### 2.7.3 Observações críticas, projectos de recomendações e relatórios especiais

Caso não seja possível obter uma solução amigável ou a procura de uma tal solução não surta efeito, o Provedor de Justiça arquiva a queixa, dirigindo uma observação crítica à instituição ou organismo em causa, ou apresenta um projecto de recomendação.

Regra geral, é formulada uma observação crítica nos casos em que a instituição em causa já não tem possibilidade de eliminar o caso de má administração, em que a má administração parece não ter implicações gerais e não parece ser necessária qualquer medida de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça. É igualmente formulada uma observação crítica quando o Provedor de Justiça entende que um projecto de recomendação não teria qualquer utilidade, ou que não é pertinente





apresentar um relatório especial num caso em que a instituição ou organismo em causa não aceita um projecto de recomendação.

Uma observação crítica confirma ao queixoso que a sua queixa tem fundamento e indica à instituição ou organismo em causa aquilo que fez incorrectamente, de modo a contribuir para evitar casos de má administração no futuro. Em 2004, o Provedor de Justiça formulou 36 observações críticas.

Em resposta a uma sugestão do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça informou as instituições e organismos da sua intenção de solicitar periodicamente informações sobre o seguimento dado às suas observações críticas. No decurso de 2004, a Comissão respondeu a 11 observações críticas. Essas respostas são discutidas na secção seguinte (2.8) do presente capítulo.

Nos casos em que a acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça se afigura necessária (ou seja, em que é possível a instituição em causa eliminar o caso de má administração, ou nos casos em que a má administração é particularmente grave, ou tem implicações gerais), o Provedor de Justiça costuma elaborar um projecto de recomendação dirigido à instituição ou organismo em causa. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 3.º do Estatuto do Provedor de Justiça, a instituição ou organismo deve enviar um parecer circunstanciado no prazo de três meses. Em 2004, foram apresentados 17 projectos de recomendações. Além disso, cinco projectos de recomendações de 2003 conduziram a decisões em 2004. Sete casos foram arquivados durante o ano, após a aceitação, pela instituição, de um projecto de recomendação. Um caso levou à apresentação de um relatório especial ao Parlamento Europeu. Cinco casos foram arquivados por outros motivos. No fim de 2004, continuavam ainda em apreciação nove projectos de recomendações.

Nos casos em que uma instituição ou organismo não dá resposta satisfatória a um projecto de recomendação, o Provedor de Justiça pode apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu, o qual pode incluir recomendações. A apresentação de um relatório especial ao Parlamento Europeu representa o último passo substantivo que o Provedor de Justiça dá no tratamento de um caso, uma vez que a aprovação de uma resolução e o exercício dos poderes do Parlamento são questões de natureza política que compete a esta instituição decidir. Como é natural, o Provedor de Justiça fornece toda a informação e assistência que o Parlamento possa solicitar para apreciar o relatório especial. Em 2004, foi apresentado um relatório especial (Queixa OI/2/2003: ver mais adiante na secção que se segue e no capítulo 3).

## 2.8 DECISÕES DE ARQUIVAR QUEIXAS TOMADAS EM 2004

As decisões de arquivar queixas são normalmente publicadas no *website* do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) em inglês e na língua do queixoso, se esta for diferente.

O capítulo 3 contém resumos de 59 das 251 decisões de arquivar queixas em 2004. Os resumos reflectem a diversidade de assuntos e de instituições abrangidos pelos inquéritos do Provedor de Justiça e os diferentes tipos de conclusões. O índice desses resumos é organizado por referência do processo, por assunto geral, em termos da competência comunitária envolvida e por tipo de má administração alegada pelo queixoso.

O resto desta secção do capítulo 2 analisa as conclusões mais significativas em termos jurídicos e factuais contidas nas decisões do Provedor de Justiça em 2004. Está organizada segundo uma classificação horizontal dos assuntos. Termina com uma avaliação das relações da Comissão com o Provedor de Justiça e com queixosos, reflectidas nas decisões de 2004 e nas respostas dadas pela Comissão ao longo do ano a observações complementares e observações críticas.



## 2.8.1 Acesso a documentos e protecção de dados

O regulamento relativo ao acesso do público a documentos<sup>4</sup> oferece aos requerentes a possibilidade de escolher entre opções de recurso possíveis: poderão contestar uma recusa de acesso por interposição de recurso judicial, nos termos previstos no artigo 230º do Tratado CE, ou por apresentação de queixa ao Provedor de Justiça.

Ao longo de 2004, o Provedor de Justiça tomou decisões sobre 11 queixas desse tipo: nove contra a Comissão, uma contra o OLAF e uma contra o Conselho. Oito dessas queixas foram apresentadas por ONG, uma foi apresentada por uma associação industrial e duas por particulares. Três das queixas foram solucionadas pela instituição: num dos processos, respondendo a um pedido (218/2003/TN), e nos outros dois processos, facultando o acesso aos documentos em causa (220/2004/GG; 520/2004/TN). Num dos casos foi possível obter uma solução amigável, tendo a Comissão fornecido ao queixoso (cujo pedido de acesso era apresentado em termos bastante gerais) uma lista de documentos relativos a negociações ocorridas na Organização Mundial de Comércio (OMC). Desse modo, o queixoso recebeu a informação necessária para apresentar um pedido mais preciso (415/2003/TN).

Em seis dos processos, o Provedor de Justiça não detectou má administração, porque a instituição em causa tinha o direito de recusar o acesso com base em excepções previstas naquele regulamento. Quatro desses processos tinham a ver com o nº 1 do artigo 4º do regulamento. Nos processos 900/2003/TN, 1286/2003/JMA e 1304/2003/PB, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha direito a invocar o terceiro travessão do nº 1, alínea a), do artigo 4º (relações internacionais) e, no processo 1044/2004/GG, o quarto travessão (a política financeira, monetária ou económica da Comunidade ou de um Estado-Membro). No primeiro destes processos, o Provedor de Justiça chamou a atenção para o facto de que o nº 1 do artigo 4º não prevê a possibilidade de um interesse público superior que imponha a divulgação, sendo por isso particularmente importante que as instituições expliquem claramente as suas razões quando invocam essa disposição.

O Provedor de Justiça tomou duas decisões que tinham a ver com o nº 2 do artigo 4º do regulamento. O processo 2371/2003/GG dizia respeito a um pedido de acesso a um parecer redigido pelo serviço jurídico do Conselho. O Provedor de Justiça dirigiu um projecto de recomendação ao Conselho, mas arquivou a queixa com base na conclusão de que não existia má administração, depois de o Tribunal de Primeira Instância exarar um acórdão em que reconhece ao Conselho o direito de recusar o acesso a pareceres do seu Serviço Jurídico<sup>5</sup>. No processo 1481/2003/OV, o Provedor de Justiça entendeu que a Comissão tinha direito a invocar o terceiro travessão do nº 2 do artigo 4º (objectivos de actividades de inspecção, inquéritos e auditoria) para proteger determinadas partes de um relatório e de que não havia nenhum interesse público superior que impusesse a divulgação dessas partes.

Duas das queixas acima referidas também deram ensejo a observações complementares. No caso da queixa 1286/2003/JMA, o Provedor de Justiça incentivou a Comissão a reflectir sobre a maneira de tornar mais abertas e transparentes as negociações efectuadas no quadro da OMC. No caso da queixa 1304/2003/PB, o Provedor de Justiça admitiu que a Comissão tinha direito a recusar o acesso a partes de um relatório de missão do seu Serviço Alimentar e Veterinário. O Provedor de Justiça sugeriu que, de futuro, seria útil registar separadamente as informações não confidenciais e as confidenciais, na medida do possível, a fim de simplificar a concessão de acesso parcial. Subsequentemente, a Comissão prestou mais informações ao Provedor de Justiça acerca da prática seguida no Serviço Alimentar e Veterinário neste contexto.

No caso da queixa 1874/2003/GG, foi feita uma observação crítica. Nesta queixa, a Comissão invocou não só o nº 1, alínea b), do artigo 4º do regulamento (protecção da vida privada e da integridade do indivíduo, nomeadamente nos termos da legislação comunitária relativa à protecção dos dados

<sup>4</sup> Regulamento (CE) nº 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.

<sup>5</sup> Processo T-84/03, *Turco contra Conselho*, Acórdão de 23 de Novembro de 2004.





personais), mas também o nº 3 do artigo 4º (que se destina a facultar às instituições um «espaço para pensar»), para justificar a recusa de acesso a trocas de mensagens de correio electrónico entre os serviços da Comissão e elementos do pessoal dos dois organismos envolvidos na gestão de um contrato em nome da Comissão. O Provedor de Justiça entendeu que o simples facto de um documento conter pareceres para uso interno não pode ser razão suficiente para se decidir que a divulgação seria altamente prejudicial, uma vez que o nº 3 do artigo 4º prevê que, em princípio, esses documentos sejam acessíveis. Além disso, chamou a atenção para a inconsistência do raciocínio da Comissão, pois apenas poderia invocar o nº 3 do artigo 4º com base no facto de as trocas de mensagens de correio electrónico com elementos do pessoal dos dois organismos serem equivalentes a mensagens internas, e a Comissão não tinha argumentado que o acesso a mensagens de correio electrónico redigidas pelo seu pessoal deveria ser recusado para proteger o nome dos funcionários envolvidos.

Houve outros dois processos em que também surgiram questões de protecção de dados. Na queixa 821/2003/JMA, o queixoso contestou, como questão de princípio geral, a recusa do Parlamento Europeu de fornecer uma lista das pessoas seleccionadas para estágios. Para justificar a sua recusa, o Parlamento invocou considerações relativas à protecção de dados. O Provedor de Justiça considerou que o Parlamento poderia decidir que os nomes dos indivíduos a quem é oferecido um estágio no Parlamento Europeu e o aceitam deveriam ser divulgados e, em conformidade com essa decisão, informar os candidatos a lugares de estágio. Acontece, porém, que as actuais normas do Parlamento referentes a estágios não contêm tal disposição. Por conseguinte, o Provedor de Justiça sugeriu ao Parlamento que ponderasse a revisão dessas normas, de modo a deixar claro que a lista dos nomes das pessoas que aceitam a oferta de um lugar de estágio passará a ser um documento público.

No caso da queixa 2046/2003/GG, o Conselho recusou-se a permitir que o seu Comité Paritário, que é constituído por representantes da Entidade Competente para Proceder a Nomeações e do Comité do Pessoal, tivesse acesso aos processos das pessoas cujos pedidos de reforma antecipada tinham sido aceites. O Provedor de Justiça chamou a atenção para o facto de que, muito embora a divulgação de dados pessoais só possa ocorrer em conformidade com o disposto no Regulamento nº 45/2001<sup>6</sup>, um obstáculo a essa divulgação tinha sido criado pelo próprio Conselho, que não tinha informado os candidatos de que os seus dados pessoais poderiam ser apresentados ao Comité Paritário. Consequentemente, foi formulada uma observação crítica relativa ao facto de o Comité Paritário não ter sido devidamente consultado acerca dos pedidos de reforma antecipada.

### 2.8.2 A Comissão como «Guardiã do Tratado»

O Estado de direito é um dos princípios fundadores da União Europeia e um dos deveres mais importantes da Comissão é o de ser a «Guardiã do Tratado»<sup>7</sup>. A Comissão poderá agir por iniciativa própria, com base em queixas, ou em resposta a pedidos do Parlamento Europeu para que se ocupe de petições. O artigo 226º do Tratado cria um procedimento geral nos termos do qual a Comissão poderá investigar e comunicar ao Tribunal de Justiça possíveis infracções ao direito comunitário cometidas por Estados-Membros. Existem procedimentos diferentes relativos a domínios específicos, como os auxílios estatais e o direito da concorrência.

O capítulo 3 contém resumos de nove decisões que documentam a forma como o Provedor de Justiça trata de queixas contra a «Guardiã do Tratado». As principais questões aí tratadas são alegações de não elaboração de um registo de queixas, atrasos injustificados e a não realização de investigações adequadas.

<sup>6</sup> Regulamento (CE) nº 45/2001, de 18 de Dezembro de 2000, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, JO L 8 de 2001, p. 1.

<sup>7</sup> O artigo 211º do Tratado CE determina que a Comissão «vela pela aplicação das disposições do presente Tratado, bem como das medidas tomadas pelas instituições, por força deste.» A Constituição para a Europa confirma a importância deste papel no seu artigo I-26.



Em dois casos (queixas 2007/2002/ADB e 701/2003/IP), o Provedor de Justiça fez observações críticas relativas à omissão de um registo de queixas. A Comissão reagiu à última das duas decisões com a promessa de responder de forma mais clara a correspondência futura que alegue a existência de infracções ao direito da concorrência por parte de Estados-Membros, e de justificar os casos em que a correspondência não tenha sido registada como queixa. No caso da queixa 1769/2002/ELB, a Comissão aceitou um projecto de recomendação no sentido de que deveria registar uma carta como sendo uma queixa e tratá-la em conformidade com os procedimentos constantes da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário<sup>8</sup>.

No caso de dois processos (2333/2003/GG e 2185/2002/IP), o Provedor de Justiça fez observações críticas relativamente a atrasos injustificados no tratamento de queixas. No processo 1963/2002/IP, em que a Comissão não tinha apresentado uma explicação satisfatória para o motivo pelo qual, ao fim de quase sete anos e meio, não fora capaz de tomar uma decisão, foi redigido um projecto de recomendação. A Comissão respondeu com a promessa de adoptar uma decisão definitiva em Março de 2004.

Três processos em que o queixoso alegava a não realização de uma investigação adequada resultaram em conclusões de não existência de má administração (841/2003/OV, 849/2003/JMA e 480/2004/TN). No processo 841/2003/OV, tinha havido, fundamentalmente, um mal-entendido quanto ao âmbito da investigação da Comissão, e o queixoso agradeceu ao Provedor de Justiça por ter esclarecido a situação. No processo 480/2004/TN, o Provedor de Justiça fez uma observação complementar para incentivar a Comissão a explicar, no futuro, da forma mais compreensível e directa possível, as razões que a levassem a arquivar queixas apresentadas ao abrigo do artigo 226º do Tratado. No processo 849/2003/JMA, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha dado ao queixoso uma justificação razoável para a sua decisão substantiva. A Comissão também apresentou desculpas ao queixoso por não lhe ter dado a oportunidade de apresentar quaisquer comentários sobre os motivos que a levaram a decidir da não existência de infracção.

A decisão relativa ao processo 480/2004/TN teve a ver com uma questão de importância geral no procedimento previsto no artigo 226º. Uma das alegações do queixoso na queixa apresentada à Comissão era a de que um Estado-Membro não tinha aplicado devidamente a directiva relativa a direitos adquiridos por causa de uma decisão de um tribunal nacional. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha motivos razoáveis para tomar a decisão de não intentar uma acção por infracção, atendendo ao princípio fundamental da independência do poder judicial: se alguém recorrer a um tribunal nacional alegando que as autoridades nacionais não cumprem o direito comunitário, o remédio adequado contra um acórdão insatisfatório é fazer uso dos procedimentos disponíveis para recorrer a um tribunal superior.

### 2.8.3 Contratos e subvenções

As instituições e os organismos comunitários utilizam contratos não só para obterem as mercadorias e os serviços de que necessitam para o desempenho das suas funções, mas também como instrumento para gerirem subvenções e subsídios concedidos a título de uma diversidade de programas.

O Provedor de Justiça recebe e trata de queixas relativas tanto à adjudicação de contratos como à gestão dos mesmos. No entanto, quando surge uma questão de incumprimento de um contrato, o Provedor de Justiça limita o seu inquérito à análise do facto de a instituição comunitária ou o organismo comunitário ter ou não ter apresentado uma explicação coerente e razoável da base jurídica dos seus actos e das razões pelas quais considera justificada a sua opinião sobre a posição contratual.

<sup>8</sup>

JO C 244 de 2002, p. 5.



O capítulo 3 contém resumos de nove decisões que documentam o trabalho do Provedor de Justiça sobre queixas relativas a contratos e subvenções. As principais questões que surgiram foram procedimentos pré-contratuais, tratamento injusto de suspeitas acerca de empresas e atrasos nos pagamentos.

No que diz respeito a procedimentos pré-contratuais, o Provedor de Justiça considerou, no processo 1878/2002/GG, que o tempo que a Comissão tinha dado a uma pequena empresa para preparar um pedido de subvenção para investigação e desenvolvimento era insuficiente. A Comissão aceitou um projecto de recomendação para o pagamento de uma indemnização *ex gratia*. No processo 1986/2002/OV, porém, a Comissão rejeitou um projecto de recomendação para fazer uma oferta razoável ao queixoso, a quem não tinha comunicado claramente que não lhe iria ser adjudicado um contrato. No processo 221/2004/GG, a Comissão interpretou mal um carimbo dos correios e rejeitou, por engano, uma proposta por ter sido enviada fora do prazo. Na sequência da apresentação da queixa ao Provedor de Justiça, a Comissão agiu com rapidez e de forma construtiva para corrigir o erro cometido.

Dois processos foram objecto de observações críticas sobre o tratamento injusto dado a suspeitas referentes a empresas ou organizações. No processo 278/2003/JMA, o Provedor de Justiça definiu como princípio geral que, ao tomar medidas para proteger os interesses financeiros da Comunidade, a Comissão deveria procurar estabelecer um equilíbrio justo entre os interesses de particulares e o interesse público em geral. A decisão também chama a atenção para o facto de que é difícil imaginar como é que a Comissão poderá estabelecer esse equilíbrio, a menos que comunique ao candidato a uma subvenção eventuais dúvidas que possa ter sobre o estatuto jurídico do candidato e, seguidamente, se disponha a ouvir as informações prestadas pelo candidato e a responder-lhes. O Provedor de Justiça aconselhou a Comissão sobre a utilidade de emitir orientações relativas a este assunto, dirigidas aos seus serviços. No processo 953/2003/OV, o Parlamento Europeu e a Comissão rescindiram os seus contratos com uma empresa, aplicando uma disposição que os obrigava a notificar por escrito a empresa do incumprimento de obrigações estipuladas no contrato. O Provedor de Justiça considerou que a simples referência aos «resultados de uma investigação do OLAF», sem quaisquer informações adicionais, não constituía uma notificação adequada.

Foram solucionadas três queixas sobre atrasos no pagamento. No processo 435/2004/GG, a Comissão pagou à empresa em questão as facturas devidas. Numa observação complementar, o Provedor de Justiça convidou a Comissão a considerar também o pagamento de juros, o que foi feito. Os outros dois processos tinham a ver com atrasos no pagamento a terceiros por parte dos adjudicatários da Comissão. No processo 2124/2003/ADB, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que não compreendia a razão pela qual o adjudicatário não tinha efectuado o pagamento. Pouco tempo depois, o queixoso recebeu integralmente o pagamento. O processo 1949/2003/TN incidia sobre o não pagamento pelo *CESD-Communautaire* de trabalho efectuado pelo queixoso com base em instruções do Eurostat. A Comissão pagou as quantias em causa ao *CESD-Communautaire*, que por sua vez pagou ao queixoso.

Houve um processo (1889/2002/GG) que não teve um resultado satisfatório. Uma empresa recebeu assistência financeira da Comissão para dois projectos. A Comissão decidiu reaver o montante de um dos projectos e a empresa contestou a ordem de cobrança junto do Tribunal de Primeira Instância. Nessa altura, a Comissão suspendeu os pagamentos referentes ao outro projecto, alegando existir uma cláusula no contrato que lhe permitia fazê-lo. Após uma análise meticulosa, que incluiu uma inspecção do processo da Comissão e o testemunho do chefe de unidade da Comissão, o Provedor de Justiça chegou à conclusão de que aquela instituição não tinha apresentado um relato coerente e razoável da sua posição. A Comissão rejeitou não só uma tentativa de alcançar uma solução amigável, mas também um projecto de recomendação. O Provedor de Justiça arquivou o processo com uma observação crítica.

## 2.8.4 Recrutamento e questões relativas ao pessoal

O capítulo 3 contém resumos de 15 decisões sobre queixas relativas a recrutamentos para as instituições e os organismos da UE e a relações de trabalho com essas mesmas instituições e



organismos. O Parlamento Europeu resolveu um dos processos (1600/2003/ADB) e num outro chegou-se a uma solução amigável com a Comissão (1320/2003/ELB). No processo 1196/2003/ELB, a queixosa atingiu o seu objectivo, que era esclarecer a situação para poder reflectir sobre qual seria a solução a procurar.

Cinco decisões incidiram sobre questões de importância geral.

No processo 1571/2003/OV, o Provedor de Justiça não encontrou no Estatuto dos Funcionários da Europol nenhuma base jurídica que justificasse o emprego de pessoal em regime de trabalho temporário em condições aplicáveis ao pessoal local. O Provedor de Justiça fez uma observação crítica, chamando a atenção da Europol para a necessidade de rever esta sua prática. A Europol respondeu positivamente à observação.

No processo 260/2003/OV, a decisão criticou o facto de o Parlamento Europeu não ter tomado medidas adequadas para promover a observância efectiva das suas normas relativas ao consumo de tabaco nas suas instalações. O Provedor de Justiça salientou que, atendendo aos possíveis efeitos prejudiciais para a saúde resultantes da exposição ao fumo, o Parlamento deveria prestar especial atenção à necessidade de promover uma observância efectiva, uma vez que a exposição do pessoal ao fumo no local de trabalho suscitava eventuais questões de responsabilidade jurídica.

No processo 2216/2003/MHZ, o queixoso contestou uma decisão do Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias de redigir a correspondência dirigida aos candidatos de um concurso apenas em inglês, francês ou alemão. O Provedor de Justiça criticou aquele Serviço por não explicar os fundamentos desta sua decisão, possibilitando dessa forma uma revisão desses fundamentos.

Um inquérito por iniciativa própria (OI/1/2003/ELB) levou a Comissão a concordar em criar, até Março de 2005, um procedimento de apresentação de queixas para peritos nacionais em regime de destacamento.

Outro inquérito por iniciativa própria (OI/2/2003/GG) levou o Provedor de Justiça a concluir que a Comissão não tinha apresentado uma explicação coerente e convincente para a baixa categoria profissional atribuída a muitos adidos de imprensa nas suas delegações externas. Dado que a Comissão rejeitou um projecto de recomendação no sentido de reconsiderar as suas normas em matéria de classificação daqueles lugares, o Provedor de Justiça elaborou um relatório especial dirigido ao Parlamento Europeu, em Dezembro de 2004.

## 2.8.5 Respostas da Comissão aos inquéritos do Provedor de Justiça

A cooperação das instituições e dos organismos da União Europeia é essencial para permitir que o Provedor de Justiça providencie uma reparação pronta e eficaz a cidadãos particulares e para assegurar melhorias sistémicas que elevem a qualidade da administração.

A cooperação da Comissão é particularmente importante, porque é a esta instituição que dizem respeito quase 70% dos inquéritos realizados pelo Provedor de Justiça. A resposta da Comissão às sugestões e recomendações do Provedor de Justiça foi, na globalidade, positiva durante o ano de 2004. Entre os exemplos de boa cooperação por parte da Comissão no que se refere a melhorias sistémicas, figura o acordo em criar um procedimento de apresentação de queixas para peritos nacionais em regime de destacamento (OI/1/2003/ELB, secção 2.8.4) e uma resposta positiva às sugestões do Provedor de Justiça no sentido de melhorar a administração das Escolas Europeias (OI/5/2003).

A Comissão também deu seguimento a uma observação complementar no processo 1876/2002/OV, informando o Provedor de Justiça de que um sistema electrónico de gestão de documentos recém-introduzido assegurará uma gestão mais eficiente de toda a documentação de apoio relativa a um processo, permitindo dessa forma que a Comissão ajude melhor o Provedor de Justiça a tratar das queixas dos cidadãos da maneira mais oportuna e eficiente possível.



Por outro lado, a Comissão não respondeu de forma positiva à observação complementar no caso do processo 253/2003/ELB. Na opinião do Provedor de Justiça, era conveniente que a Comissão regulamentasse o emprego de familiares no quadro de projectos como o TACIS; o Provedor sugeriu que era possível atingir com mais êxito os objectivos dessa regulamentação no futuro, e assegurar simultaneamente justiça e transparência, através da adopção e da divulgação adequada das normas e princípios aplicados. A resposta da Comissão indicou que esta prefere analisar a questão do emprego de familiares de um adjudicatário numa base casuística.

No que respeita a reparações a conceder a cidadãos, muitos dos processos focados em 2.8.1 – 2.8.3 demonstram a disponibilidade da Comissão para os solucionar, para apresentar um pedido de desculpa pelos erros cometidos e tomar medidas correctivas, incluindo o pagamento de indemnizações *ex-gratia*.

Todavia, em dois dos casos focados, a Comissão rejeitou as propostas de soluções amigáveis do Provedor de Justiça e os subsequentes projectos de recomendações.

Um terceiro processo desse tipo é o 1435/2002/GG. Em várias ocasiões, o Provedor de Justiça chamou a atenção da Comissão para a alegação do queixoso de que tinha havido um mal-entendido a nível interno na sua Direcção-Geral «Sociedade da Informação» relativamente à disponibilidade de um lugar. Apesar disso, a Comissão nunca se pronunciou sobre esse aspecto. Na sua decisão de arquivar a queixa formulando uma observação crítica, o Provedor de Justiça considerou que a abordagem da Comissão não era conforme às obrigações que o direito da União Europeia impõe às instituições comunitárias no que respeita às suas relações tanto com o Provedor de Justiça como com os queixosos.

Tendo em vista não só maximizar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e aos residentes da União Europeia pelas suas instituições e pelos seus organismos, mas também, por conseguinte, cumprir a sua missão, o Provedor de Justiça acolherá com agrado iniciativas do Parlamento no sentido de incentivar a Comissão a alargar a todos os processos futuros a boa cooperação que patenteou na grande maioria dos processos em 2004.







## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---







### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

É possível encontrar o texto completo da decisão tomada em cada um dos processos incluídos neste capítulo consultando o «Índice das decisões» no website do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int/decision/pt/default.htm>). Pode-se aceder à decisão pertinente utilizando o número do processo indicado por baixo do título do resumo de cada processo existente nesta secção. As decisões completas estão incluídas no website em inglês e na língua do queixoso, se esta for diferente. É possível solicitar aos serviços do Provedor de Justiça Europeu uma versão impressa da decisão completa, tal como aparece no website.

Na segunda metade de 2005, as decisões completas tomadas nos processos incluídos nesta secção serão disponibilizadas sob a forma de um documento electrónico único no website do Provedor de Justiça em inglês, francês e alemão. É possível aceder a essas decisões através da secção intitulada «Relatórios anuais» do website referido (<http://www.euro-ombudsman.eu.int/report/pt/default.htm>). Também neste caso é possível solicitar aos serviços do Provedor de Justiça Europeu uma cópia impressa ou em CD-ROM deste documento.

#### 3.1 QUEIXAS EM QUE NÃO FOI DETECTADO QUALQUER CASO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO

DECISÕES ADOPTADAS  
NA SEQUÊNCIA  
DE UM INQUÉRITO



##### 3.1.1 O Parlamento Europeu

###### NORMAS DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE ESTÁGIOS

*Síntese da decisão sobre a queixa 821/2003/JMA contra o Parlamento Europeu*

Um cidadão espanhol apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça depois de a sua candidatura a um estágio no Parlamento Europeu ter sido rejeitada. Alegava, em primeiro lugar, que a decisão do Parlamento Europeu de rejeitar a sua candidatura ao lugar de estágio não apresentava uma explicação suficientemente lógica; em segundo lugar, que o processo de selecção dos estagiários utilizado pelo Parlamento Europeu é ambíguo e não oferece possibilidades de interposição de recurso; e, em terceiro lugar, que a recusa do Parlamento de conceder acesso à lista de estagiários seleccionados, por razões de segurança, está deslocada no contexto de um concurso público.

No que diz respeito ao processo de selecção, o Parlamento fez notar que, de acordo com os critérios definidos no nº 3 do artigo 6º das normas aplicáveis aos estágios e às visitas de estudo do Parlamento Europeu, de 18 de Dezembro de 2002, os serviços do Parlamento avaliavam todas as candidaturas com base no mérito, nas necessidades do momento e na disponibilidade. Ao seleccionar candidatos, cada Direcção-Geral procura estabelecer uma correspondência entre as tarefas a desempenhar e as competências específicas dos candidatos, de modo a que os estagiários possam adquirir uma experiência que lhes seja o mais útil possível.



O Parlamento recordou também que as disposições constantes das normas aplicáveis aos estágios e às visitas de estudo do Parlamento Europeu contemplam todos os aspectos da selecção de estagiários, incluindo a possibilidade de interpor recursos. As condições gerais que regem a admissão estão claramente explicitadas no artigo 5º das normas referidas, o processo de admissão está descrito no artigo 6º e as normas em matéria de litígios estão incluídas no artigo 24º. Na opinião do Parlamento, o processo é claro e inequívoco.

O Parlamento considerou, para além disso, que a lista dos estagiários seleccionados não poderia ser tornada pública em virtude da excepção prevista no nº 1, alínea b), do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001<sup>9</sup>, que prevê que o acesso a um documento seja recusado quando a sua divulgação possa prejudicar a protecção da vida privada e da integridade do indivíduo.

Perante as respostas do Parlamento às cartas do queixoso e as explicações fornecidas no decorrer do inquérito, o Provedor de Justiça concluiu que não tinha havido má administração. Formulou, no entanto, as seguintes observações complementares:

No interesse de uma comunicação efectiva com os cidadãos, o Parlamento poderá considerar a possibilidade de incluir nas suas normas uma referência específica ao facto de as necessidades que o serviço tem no momento fazerem parte dos critérios de avaliação das candidaturas a estágio.

O Provedor de Justiça entendeu que seria conveniente o Parlamento Europeu considerar a possibilidade de rever as suas normas relativas a estágios e visitas de estudo, no sentido de as listas com os nomes das pessoas que aceitam a oferta de um estágio passarem a ser documentos públicos. Essa medida não só permitiria fornecer informações aos candidatos a estágios, mas também iria clarificar o estatuto jurídico da lista para o futuro.

#### *Nota adicional*

Visto que a decisão tomada neste processo dizia respeito não só ao âmbito de aplicação do Regulamento nº 45/2001<sup>10</sup> relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, mas também à relação deste com o Regulamento nº 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento, do Conselho e da Comissão, o Provedor de Justiça enviou uma cópia da mesma, para informação, ao Supervisor Europeu da Protecção de Dados. Em resposta, o Supervisor Europeu da Protecção de Dados chamou a atenção para o facto de que o processo era elucidativo das tensões potenciais que existem entre transparência e protecção de dados. Recordou ainda o seu apoio à abordagem pragmática assumida pelo Provedor de Justiça no tratamento de processos deste tipo.

## REGIME DE PENSÕES PARA DEPUTADOS DO PARLAMENTO EUROPEU

### *Síntese da decisão sobre a queixa 907/2003/ELB contra o Parlamento Europeu*

O queixoso, um cidadão francês, foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1984 e 1989 e tinha direito a receber uma pensão de reforma quando atingisse a idade de 55 anos. Em 1995, foi instituído um limite de seis meses para apresentação do pedido de acesso ao regime de pensões. Em 6 de Agosto de 2002, o Parlamento Europeu informou o queixoso dessa nova disposição. Em 29 de Setembro de 2002, o queixoso apresentou o seu pedido de adesão ao regime de pensões, tendo-lhe sido concedidos direitos a pensão a partir de Outubro de 2002.

<sup>9</sup> Regulamento (CE) nº 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.

<sup>10</sup> Regulamento (CE) nº 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2000, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, JO L 8 de 2001, p. 1.

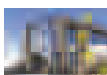


O queixoso alegava que o Parlamento Europeu não lhe tinha prestado as informações adequadas relativamente às normas que regem o regime de pensões e reivindicava a concessão de direitos a pensão desde Novembro de 1998, mês em que completara 55 anos de idade.

No seu parecer, o Parlamento explicou que as cartas que enviara para os endereços do queixoso de que tinha conhecimento tinham sido todas devolvidas. A Assembleia Nacional Francesa não conseguira dar qualquer informação sobre a morada do queixoso e as buscas realizadas na Internet tinham sido infrutíferas. Quando, por acaso, o Parlamento teve conhecimento da morada do queixoso, contactou-o e enviou-lhe uma carta com documentos que devia preencher.

O Provedor de Justiça registou o facto de que três cartas enviadas ao queixoso pelo Parlamento Europeu tinham as moradas por ele indicadas quando deixou o Parlamento. Com base nos factos apresentados pelo queixoso e pelo Parlamento, o Provedor de Justiça deduziu que o primeiro não informou o Parlamento Europeu da mudança de residência depois de deixar aquela instituição em 1989. O Provedor de Justiça observou que o Parlamento foi informado do nascimento da filha do queixoso e do casamento deste com uma funcionária do Parlamento Europeu, tendo sido mantidos contactos regulares respeitantes a prestações familiares; fez notar, no entanto, que no Parlamento Europeu há dois serviços distintos que são responsáveis, respectivamente, por prestações familiares dos funcionários e direitos dos eurodeputados a pensão de reforma. O Provedor de Justiça não considerou que existisse qualquer motivo para que o serviço responsável pelas prestações familiares tivesse conhecimento de que a informação relativa à morada actual do queixoso podia ser útil a outro serviço do Parlamento. Tão pouco havia provas que demonstrassem que o serviço que trata dos direitos a pensão de antigos deputados ao Parlamento Europeu deveria ter tido conhecimento de que o serviço responsável pelas prestações familiares estava em contacto com o queixoso.

O Provedor de Justiça considerou que o Parlamento Europeu tinha tomado as medidas adequadas para tentar entrar em contacto com o queixoso e informá-lo sobre o regime de pensões e concluiu, portanto, que neste caso não tinha havido má administração.



### 3.1.2 O Conselho da União Europeia

#### NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTORIDADE EUROPEIA PARA A SEGURANÇA DOS ALIMENTOS

*Síntese da decisão sobre a queixa 2126/2003/PB contra o Conselho da União Europeia*

Na sequência dos escândalos com géneros alimentícios ocorridos na década de 1990, a União Europeia decidiu instituir a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA), criada pelo Regulamento n.º 178/2002<sup>11</sup>. O artigo 24.º deste regulamento estabelece que a AESA é dirigida por um Conselho de Administração constituído por 14 membros designados pelo Conselho, em consulta com o Parlamento Europeu, a partir de uma lista estabelecida pela Comissão. Os membros do Conselho de Administração serão designados de modo a assegurar o mais elevado nível de competência, um vasto leque de conhecimentos especializados e, tendo presentes estes critérios, a mais ampla distribuição geográfica possível dentro da União. Em 15 de Julho de 2002, o Conselho designou os membros do Conselho de Administração.

A queixa foi apresentada pela Organização Europeia de Consumidores / *Bureau Européen des Unions de Consommateurs* (BEUC), que considerou que o Conselho tinha designado um número excessivo

<sup>11</sup>

Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios, JO L 31 de 2002, p. 1.



de funcionários públicos nacionais. Considerou também que os candidatos tinham sido designados com base na nacionalidade e não na competência.

O Conselho afirmou que a experiência no sector público não era decerto irrelevante para a gestão de uma autoridade pública europeia independente, atendendo, em especial, ao facto de esta autoridade ir colaborar com os Estados-Membros. A experiência na administração pública aparecia expressamente referida no Regulamento n.º 178/2002 como critério relevante. Para além disso, os membros designados tinham um vastíssimo leque de conhecimentos profissionais especializados. O Conselho era, pois, de opinião que o queixoso não conseguira demonstrar que este era um caso de má administração.

O Provedor de Justiça chamou a atenção para o facto de que, neste caso, o processo de designação deixava ao Conselho uma grande margem de discrição e que a avaliação do exercício dessa discrição pelo Provedor de Justiça se limitava necessariamente a averiguar se a mesma enfermava de irregularidades processuais ou de manifestos erros de avaliação. O Provedor de Justiça concluiu que, neste caso, não havia provas da existência de tais irregularidades ou erros.

## ACESSO A PARECERES DO SERVIÇO JURÍDICO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2371/2003/GG contra o Conselho da União Europeia*

O Conselho recusou o acesso do público a um parecer do seu Serviço Jurídico, invocando a excepção relativa a consultas jurídicas constante do segundo travessão do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001<sup>12</sup>. O queixoso, um investigador da Universidade de Munique, contestou essa recusa, argumentando que a excepção não era aplicável.

De acordo com o Conselho, os pareceres do seu Serviço Jurídico, se divulgados, poderão ser utilizados para interpor recurso contra actos do Conselho. A incerteza daí resultante relativamente à legalidade dos actos legislativos poderá ter consequências prejudiciais ao interesse público. Na opinião do Conselho, a única interpretação possível da excepção era a de que ela abrangia todos os documentos que contêm consultas jurídicas e o interesse académico do queixoso na divulgação não constituía um interesse público superior.

O Provedor de Justiça recordou que, num relatório especial dirigido ao Parlamento Europeu (1542/2000/(PB)SM, de 12 de Dezembro de 2002), defendeu que os pareceres jurídicos emitidos no contexto de possíveis processos judiciais futuros são análogos a uma comunicação entre um advogado e um cliente, devendo, por isso, em condições normais, estar dispensados de divulgação, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001. Pelo contrário, os pareceres sobre projectos de actos legislativos deverão, normalmente, passar a ser acessíveis ao público uma vez concluído o processo legislativo. Apenas poderão ficar dispensados se a instituição conseguir demonstrar que a divulgação prejudicará gravemente o seu processo decisório e que não há interesse público superior que imponha a divulgação.

Relativamente a esta queixa, o Provedor de Justiça fez notar que o Conselho não tinha argumentado que o parecer jurídico fora elaborado no contexto de possíveis processos judiciais futuros, tal como não tinha argumentado que o parecer fora elaborado no contexto de um acto legislativo. O Provedor de Justiça elaborou, portanto, um projecto de recomendação, solicitando ao Conselho que revisse a sua decisão de recusar o acesso.

No seu parecer pormenorizado, o Conselho argumentou que o projecto de recomendação do Provedor de Justiça parecia esvaziar completamente a excepção do seu conteúdo substantivo. Segundo o Conselho, a divisão das consultas jurídicas em diferentes categorias não era apoiada pela legislação, era artificial e ignorava a finalidade dessas consultas.

<sup>12</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



Em 23 de Novembro de 2004, o Tribunal de Primeira Instância proferiu a sua decisão sobre o Processo T-84/03 (*Turco contra Conselho*). Nesta decisão, o Tribunal chegou à conclusão de que o Conselho tinha o direito de recusar o acesso a pareceres jurídicos elaborados pelo seu Serviço Jurídico (cf., em especial, os n.ºs 62 e 74 da decisão). À luz desta decisão, e após conceder ao queixoso a oportunidade de apresentar observações, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa, não tendo detectado qualquer caso de má administração.



### 3.1.3 A Comissão Europeia

#### EXCLUSÃO DE UM PROJECTO SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1876/2002/OV contra a Comissão Europeia*

Uma empresa holandesa de consultoria foi convidada a integrar um consórcio no âmbito de um projecto ao abrigo do 5º Programa-Quadro sobre Tecnologias da Sociedade da Informação, da responsabilidade da Direcção-Geral «Sociedade da Informação» da Comissão. Tendo inicialmente emitido uma decisão positiva sobre a participação da empresa no projecto, a Comissão solicitou posteriormente à empresa que apresentasse garantias financeiras adicionais. A empresa satisfaz o pedido, mas a Comissão, depois de ter estado sete meses e meio na posse dos dados financeiros da empresa, acabou por decidir que esta não podia participar no consórcio. Esta decisão foi tomada um dia útil antes da data prevista para a assinatura do contrato pela Comissão.

A 30 de Outubro de 2002, a empresa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, reclamando da Comissão uma indemnização no montante de 96 000 euros. A compensação reclamada correspondia a perda de rendimentos, custo de um bilhete de avião para uma reunião cancelada, despesas com serviços de entregas rápidas e personalizadas, despesas telefónicas e tempo gasto na preparação do dossier.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão afirmou que os maiores atrasos ocorridos nas negociações foram, efectivamente, causados por prorrogamentos concedidos pela Comissão por forma a satisfazer a necessidade de o consórcio fornecer os documentos legais necessários, incluindo os da empresa queixosa. A Comissão fez igualmente notar que a empresa queixosa não forneceu a documentação financeira requerida aos adjudicatários, como por exemplo, balanços analíticos e mapas de demonstração de resultados relativos a determinados exercícios e necessários para comprovar que a empresa queixosa possuía os recursos necessários para realizar o projecto.

O Provedor de Justiça efectuou um exame pormenorizado dos documentos apresentados durante o inquérito. Concluiu que o facto de a Comissão ter solicitado à queixosa o fornecimento de informações financeiras suplementares depois de, durante sete meses e meio, ter conhecimento das informações que já tinham sido fornecidas constituía um atraso injustificado e prefigurava um caso de má administração. Em Junho de 2003, o Provedor de Justiça propôs uma solução amigável à Comissão, tendo sugerido que esta pagasse uma quantia adequada como forma de compensação. No seu segundo parecer, a Comissão não forneceu qualquer nova prova documental de que tinha contactado o coordenador do projecto ou a queixosa, durante os sete meses e meio referidos por esta. Nesta perspectiva, o Provedor de Justiça escreveu novamente à Comissão, em Novembro de 2003, reiterando a sua proposta no sentido de uma solução amigável.

No seu parecer sobre a segunda proposta, a Comissão enviou novas provas documentais, nomeadamente duas mensagens de correio electrónico. Destas duas mensagens inferia-se que, durante o referido período de sete meses e meio, a Comissão tinha efectivamente contactado por duas vezes o coordenador do projecto, tendo-lhe solicitado o envio de informação financeira complementares, necessárias para a ultimização do contrato. Na sua decisão de 17 de Junho de 2004,





o Provedor de Justiça considerou que, tendo em conta as novas provas apresentadas, deixava de haver bases para a sua anterior conclusão provisória relativamente a má administração, devendo a queixa ser arquivada por não ter sido comprovada a existência de má administração.

No entanto, o Provedor de Justiça formulou uma posterior observação, afirmando a sua expectativa de que, no futuro, a Comissão apresentasse os documentos de apoio juntamente com o seu parecer original sobre a queixa.

#### *Nota adicional*

Por carta de 31 de Agosto de 2004, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que o seu sistema de gestão electrónica de documentos, recentemente introduzido, iria assegurar uma gestão mais eficaz de toda a documentação pertinente relativa a uma queixa. Em particular, as funções adicionais do sistema de registo do correio electrónico permitiriam aos utilizadores registar e arquivar simultaneamente as suas mensagens de correio electrónico. Consequentemente, a Comissão estaria em condições de dar seguimento aos pedidos do Provedor de Justiça e estaria em melhores condições de o coadjuvar no âmbito do tratamento tão atempado e eficiente quanto possível das queixas dos cidadãos.

## TRANSPOSIÇÃO DE DIRECTIVAS SOBRE SEGUROS PARA A LEGISLAÇÃO GREGA

### *Síntese da decisão sobre a queixa 841/2003/(FA)OV contra a Comissão Europeia*

A companhia de seguros grega Intersalonika fornecia, entre outros serviços, meios de transporte para assistência a doentes. Apresentou queixa à Comissão em 2001, devido ao facto de as suas ambulâncias e helicópteros terem sido proibidos de transportar doentes, dado o Centro Nacional de Emergência Médica grego (EKAB) deter o direito exclusivo de fornecer este tipo de assistência. A seguradora alegava que as autoridades gregas não tinham transposto correctamente as Directivas 84/641/CEE<sup>13</sup> (a Directiva «Assistência») e 92/49/CEE<sup>14</sup>. A Comissão informou a queixosa de que procedimentos por infracção nos termos do artigo 226<sup>o</sup><sup>15</sup> do Tratado CE, tinham sido intentados contra a Grécia, mas que, na sequência da alteração efectuada na legislação grega, tais procedimentos por infracção seriam arquivados.

Em Abril de 2003, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu. Alegava que a Comissão não tinha assegurado a correcta transposição das directivas sobre seguros para a legislação grega, especialmente no que se referia à situação das companhias de seguros gregas a operar na Grécia, em comparação com as seguradoras de outros Estados-Membros. A queixosa salientou que, numa sua resposta de Novembro de 2001, a Comissão tinha reconhecido que não deveriam ser aplicadas quaisquer restrições à Air Intersalonika. A Comissão tinha referido: «afigura-se justificado inquirir as autoridades gregas sobre a razão pela qual não deram seguimento ao pedido de uma licença de funcionamento por parte da Air Intersalonika».

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão afirmou que os procedimentos por infracção tinham sido arquivados em Março de 2002, parecendo não existirem quaisquer outros obstáculos para as

<sup>13</sup> Directiva 84/641/CEE do Conselho, de 10 de Dezembro de 1984, que altera, no que diz respeito, nomeadamente, à assistência turística, a Primeira Directiva (73/239/CEE) relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade de seguro directo não vida e ao seu exercício, JO L 339 de 1984, p. 21.

<sup>14</sup> Directiva 92/49/CEE do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao seguro directo não vida e que altera as directivas 73/239/CEE e 88/357/CEE (terceira directiva sobre o seguro não vida), JO L 228 de 1992, p. 1.

<sup>15</sup> O artigo 226<sup>o</sup> do Tratado CE confere à Comissão o poder de intentar uma acção contra um Estado-Membro devido a incumprimento da legislação comunitária. Qualquer pessoa ou entidade pode apresentar uma queixa («queixa ao abrigo do artigo 226<sup>o</sup>») junto da Comissão contra um Estado-Membro relativamente a qualquer medida estatal ou prática administrativa por si consideradas incompatíveis com o direito comunitário.



companhias de seguros prestadoras de assistência. A Comissão salientou igualmente que as directivas sobre seguros prevêm um regime mínimo, permitindo aos Estados-Membros adoptar disposições mais rigorosas relativamente às seguradoras aprovadas pelas suas próprias autoridades.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça concluiu que, ao responder à carta da queixosa relativamente à recusa de concessão de licenças, a Comissão tinha fornecido uma explicação útil do quadro jurídico relevante. No que se refere à parte da carta de resposta citada pela queixosa, o Provedor de Justiça fez notar que a Comissão teria aparentemente pensado estar a proporcionar uma observação útil, tendo exposto o que a queixosa poderia fazer, e não prometido que seria a própria Comissão a fazê-lo. No entanto, teria havido um aparente mal-entendido da parte da queixosa, quando esta interpretou a frase como significando que seria a própria Comissão a abrir um inquérito. Embora o Provedor de Justiça tenha considerado lamentável o facto de a Comissão não ter utilizado uma formulação mais precisa, não foi detectado um caso de má administração.

Em Maio de 2004, a queixosa enviou uma carta ao Provedor de Justiça, agradecendo-lhe a decisão tomada, a qual lhe tinha permitido entender a forma como a Comissão tinha tratado a sua queixa e lhe tinha chamado a atenção para as possibilidades de que dispunha para tomar outras medidas relativamente aos temas substanciais.

## LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE TOURADAS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 849/2003/JMA contra a Comissão Europeia*

Em Setembro de 2002, foi apresentada à Comissão Europeia uma queixa formal contra as autoridades portuguesas. A queixa dizia respeito à legislação portuguesa recentemente adoptada com o fim de legalizar as chamadas touradas de morte, ou «à espanhola», em que o touro é morto no fim do espectáculo.

A queixosa recebeu subsequentemente uma comunicação da Direcção-Geral «Saúde e Defesa do Consumidor», informando-a de que era intenção da Comissão arquivar o caso com base na inexistência de suficiente base jurídica para intentar um processo por infracção contra as autoridades portuguesas.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa alegou que a decisão da Comissão no sentido de arquivar a sua queixa não tinha tomado em devida conta as normas existentes na União Europeia, em particular a Directiva 93/119/CE<sup>16</sup> sobre a protecção dos animais no abate e/ou occisão.

A Comissão contrapôs que tinha procedido a uma análise exaustiva da queixa. Com base nesta análise, tinha concluído que as alegações da queixosa não possuíam a necessária base jurídica que permitisse à Comissão intentar um processo por infracção contra Portugal ao abrigo do artigo 226<sup>17</sup> do Tratado CE. Manifestou fortes dúvidas de que o Protocolo nº 33 do Tratado, sobre a protecção e o bem-estar dos animais, fosse aplicável à tourada, uma actividade que, enquanto espectáculo ou entretenimento, não se enquadra no âmbito das políticas mencionadas no protocolo. Adicionalmente, a Comissão fez notar que a Directiva 93/119/CE do Conselho não se aplica a animais mortos em acontecimentos culturais ou desportivos.

O Provedor de Justiça entendeu que a decisão da Comissão de não intentar um processo por infracção, arquivando deste modo a queixa formal apresentada pela queixosa, parecia razoável no seu essencial.

<sup>16</sup> Directiva 93/119/CE do Conselho, de 22 de Dezembro de 1993, relativa à protecção dos animais no abate e/ou occisão, JO L 340 de 1993, p. 21.

<sup>17</sup> O artigo 226º do Tratado CE confere à Comissão o poder de intentar uma acção contra um Estado-Membro devido a incumprimento da legislação comunitária. Qualquer pessoa ou entidade pode apresentar uma queixa («queixa ao abrigo do artigo 226º») junto da Comissão contra um Estado-Membro relativamente a qualquer medida estatal ou prática administrativa por si consideradas incompatíveis com o direito comunitário.



O Provedor de Justiça fez, no entanto notar que a carta enviada pela Comissão à queixosa, anunciando a sua intenção de arquivar a queixa, não lhe tinha dado uma oportunidade para apresentar as suas observações. O Provedor de Justiça recordou a Comunicação da Comissão relativamente às «queixas ao abrigo do artigo 226º»<sup>18</sup>. Nesta é estabelecido que, quando a Comissão tenciona propor a não tomada de medidas relativamente a uma queixa, deverá dar prévia informação do facto à queixosa através de carta. A carta deverá expor os motivos pelos quais a Comissão propõe o arquivamento do caso, devendo convidar a queixosa a apresentar os seus comentários dentro de um prazo de quatro semanas. No seu subsequente parecer, a Comissão lamentou não ter agido dessa forma, apresentou as suas desculpas e convidou a queixosa a apresentar os comentários que entendesse por bem fazer.

## ACESSO À MINUTA DE UMA DECLARAÇÃO DO COMITÉ MISTO DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

*Síntese da decisão sobre a queixa 900/2003/(IJH)TN contra a Comissão Europeia*

O «Polyelectrolyte Producers Group» apresentou uma queixa referente à recusa por parte da Comissão de um pedido confirmativo nos termos do Regulamento (CE) nº 1049/2001<sup>19</sup> relativamente ao acesso à minuta da declaração do Comité Misto do EEE (Espaço Económico Europeu) sobre o Acordo EEE.

A queixosa formulou as seguintes alegações: a base jurídica da recusa da Comissão, concretamente, o nº 1, alínea a), terceiro travessão do artigo 4º do referido regulamento, relativamente ao possível prejuízo da protecção do interesse público no que respeita às relações internacionais, não era coerente com a fundamentação subjacente ao Secretariado da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), baseada no nº 3 do artigo 4º, relativamente ao possível prejuízo do processo decisório da instituição; a Comissão não explicou o modo como a divulgação do documento representaria um grave prejuízo para o processo negocial e o processo decisório do Acordo EEE; não informou a queixosa de que deveria solicitar uma cópia do documento, cujo autor é um terceiro; julgou desequilibradamente os interesses em causa e cometeu um abuso de direitos; a Comissão não tinha razão ao afirmar que o documento era proveniente do Secretariado da EFTA; ao assumir que o autor era o Secretariado da EFTA, surgiu um conflito de interesses na decisão sobre o pedido de acesso, uma vez que o Secretariado da EFTA estava envolvido em processos referentes a derrogações de legislação comunitária conexa; por último, a Comissão violou o direito de defesa da queixosa.

A Comissão forneceu uma resposta detalhada a todas as alegações ao Provedor de Justiça, que a analisou exaustivamente e fez notar que, embora os fundamentos se assemelhassem ao texto do nº 3 do artigo 4º, este facto não parecia implicar incoerência com a base jurídica invocada pela Comissão. O Provedor de Justiça não encontrou qualquer regra ou princípio que obrigue uma instituição a informar o requerente no sentido de se dirigir ao autor para solicitar acesso a um documento. Não detectou qualquer abuso de direitos, tendo feito notar que, relativamente ao nº 1 do artigo 4º, o legislador comunitário estabeleceu que, em casos em que a divulgação de um documento prejudicasse a protecção do interesse público, no que respeita às relações internacionais, este último interesse se sobreporia a qualquer interesse público na divulgação do documento. O Provedor de Justiça considerou que a explicação dada pela Comissão relativamente à autoria era coerente com o enquadramento jurídico do Acordo EEE. Também não encontrou qualquer prova que indiciasse falta de imparcialidade na decisão da Comissão e, por último, não detectou qualquer regra ou princípio em que a Comissão fosse solicitada a dar oportunidade à queixosa de manifestar a sua posição relativamente a uma decisão a ser tomada pelo Comité Misto do EEE.

<sup>18</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu, sobre as relações com as partes queixosas no contexto de infracções ao direito comunitário (COM/2002/0141 final); JO C 244 de 2002, p. 5.

<sup>19</sup> Regulamento (CE) nº 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.





O Provedor de Justiça sublinhou que, visto as excepções previstas no nº 1 do artigo 4º não estarem sujeitas a um interesse público superior na divulgação, é particularmente importante que as instituições, ao invocarem este artigo, expliquem claramente as razões pelas quais a excepção é aplicável. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão agiu em conformidade.

À luz da análise que precede, o Provedor de Justiça arquivou a queixa por ausência de má administração.

## ACESSO AOS DOCUMENTOS DE NEGOCIAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1286/2003/JMA contra a Comissão Europeia*

Em Fevereiro de 2003, a organização ecologista «Friends of the Earth» (FoE) contactou por escrito o Secretariado-Geral da Comissão, solicitando acesso a uma série de documentos referentes às negociações em curso da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o comércio de serviços, de acordo com a Agenda do Desenvolvimento de Doha.

Em Abril de 2003, a Comissão recusou o acesso aos documentos com base no argumento de que a divulgação dos documentos solicitados constituiria prejuízo da protecção do interesse público, no que respeita às relações internacionais, nos termos do nº 1 do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001<sup>20</sup>.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a «FoE» alegou que a Comissão (i) não demonstrou que a divulgação constituiria prejuízo da protecção do interesse público, (ii) não justificou a natureza das negociações, e (iii) não contribuiu para o equilíbrio dos interesses em causa.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão considerou ter tratado adequadamente o pedido da queixosa de obtenção de acesso aos documentos, tanto na fase inicial como na fase confirmativa. Estava convicta de que os seus serviços não tinham errado na interpretação jurídica da noção de interesse público no que respeita às relações internacionais, tendo-a aplicado correctamente a este caso.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça reconheceu que o método habitual de negociação da OMC sempre tinha envolvido uma troca confidencial de propostas e contrapropostas entre as partes em negociação. Neste contexto, tinha sido excluída a divulgação de tais documentos a terceiros, dada a possibilidade de perturbar o processo. Nesta perspectiva, o Provedor de Justiça considerou não se poder concluir ter havido uma avaliação não razoável da parte da Comissão ao decidir que a divulgação dos documentos em causa poderia constituir prejuízo da protecção do interesse público, no que respeita às relações internacionais. O Provedor de Justiça fez notar que o legislador comunitário determinou que, num caso em que a divulgação de um documento prejudicasse a protecção do interesse público em matéria de relações internacionais, este último interesse se sobreporia a qualquer interesse público na divulgação do documento. Nesta perspectiva, o Provedor de Justiça não considerou válido o argumento da queixosa de que a Comissão não teria contribuído para o equilíbrio dos interesses em causa.

Embora o Provedor de Justiça não tenha detectado má administração por parte da Comissão, teceu, no entanto, uma observação complementar. Referiu que, apesar de as limitações ao acesso do público, impostas pela natureza das negociações no quadro da OMC, serem legalmente aceitáveis, a Comissão deveria ter em conta as expectativas de muitos cidadãos no sentido de uma maior transparência e abertura nesta importante área da política. Este é particularmente o caso, dado o reconhecimento da importância da transparência nas Linhas de Orientação e Procedimentos para as Negociações sobre Comércio de Serviços da OMC. A transparência não pode ser obtida excluindo inteiramente o acesso do público à informação. O Provedor de Justiça fez notar que, nesta perspectiva, seria

<sup>20</sup>

Regulamento (CE) nº 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



aconselhável que a Comissão previsse meios adicionais para tornar estas negociações mais abertas e transparentes para os cidadãos, facilitando nesse o acesso do público às trocas de correspondência entre as partes.

## ACESSO A UM RELATÓRIO DO SERVIÇO ALIMENTAR E VETERINÁRIO SOBRE A ROMÉNIA

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1304/2003/(ADB)PB contra a Comissão Europeia*

A queixosa, fundadora de uma organização alemã de defesa dos direitos dos animais, requereu acesso a um relatório de missão baseado numa visita à Roménia efectuada pelo Serviço Alimentar e Veterinário da Comissão. A Comissão concedeu-lhe acesso a conteúdos parcelares do relatório de missão, relacionados com controlos da exportação, mas negou-lhe o acesso aos conteúdos relacionados com as negociações de adesão da Roménia à UE. A Comissão baseou a sua recusa no terceiro travessão (relações internacionais) da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001<sup>21</sup>.

A queixosa recorreu ao Provedor de Justiça, alegando que a Comissão lhe tinha incorrectamente negado acesso à totalidade do relatório de missão. Afirmou que, de facto, a missão tinha estado primordialmente ligada a matérias relacionadas com «exportação», e referiu que os relatórios sobre «exportação» tinham sempre sido publicados.

A Comissão manteve a sua recusa em conceder acesso às partes do relatório de missão sobre questões relacionadas com a adesão. Referiu que a inspecção à Roménia tinha sido realizada numa base voluntária, tendo ficado implícito que os relatórios resultantes não seriam publicados. A divulgação dos resultados no que se refere aos progressos da Roménia no sentido do cumprimento das normas comunitárias sobre segurança alimentar e bem-estar animal iria interferir com as negociações de adesão e afectar seriamente as relações da Comissão com as autoridades romenas. Iria igualmente comprometer a disponibilidade destas para aceitar este tipo de inspecções e para cooperar com a Comissão. Acresce o facto de que a divulgação se arriscaria a ser contraproducente, dado que iria dificultar futuras visitas do Serviço Alimentar e Veterinário na fase preparatória da adesão.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha direito a basear-se na excepção por si invocada para recusar acesso a certas partes do relatório de missão. O Provedor de Justiça emitiu igualmente uma observação complementar, na qual afirmava que, no futuro, tanto quanto fosse possível em termos práticos, seria útil que as informações não confidenciais fossem registadas separadamente das informações confidenciais. Este procedimento iria, sobretudo, simplificar o cumprimento do dever de conceder acesso parcial a documentos.

### *Nota adicional*

A Comissão informou subsequentemente o Provedor de Justiça de que a implementação do Regulamento n.º 1049/2001 tinha, de facto, levado a uma separação mais clara entre documentos confidenciais e não confidenciais, particularmente nos serviços que recebem pedidos frequentes de acesso aos seus documentos. Relativamente ao seu Serviço Alimentar e Veterinário, a Comissão referiu que este Serviço procede habitualmente à separação de relatórios para os dois tipos de missões que realiza em países candidatos. Os relatórios referentes a inspecções relacionadas com a exportação são habitualmente publicados na Internet, ao passo que os relatórios de missões no contexto do alargamento permanecem confidenciais. No entanto, quando uma missão efectuada no contexto do alargamento identifica problemas relacionados com sectores de exportações aprovados, é elaborado e publicado na Internet um relatório distinto sobre estes problemas.

<sup>21</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



## ACESSO A UM RELATÓRIO DE MISSÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1481/2003/OV contra a Comissão Europeia*

Uma organização sem fins lucrativos belga apresentou um pedido à Comissão, tendo como base o Regulamento nº 1049/2001<sup>22</sup>, com vista ao acesso a todos os documentos sobre uma missão de controlo relacionada com a prioridade 3 do Programa do Objectivo 3, no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE) na região flamenga. A Comissão recusou o acesso aos documentos solicitados, com base no terceiro travessão do nº 2 do artigo 4º daquele regulamento, dado que estes diziam respeito a um relatório de inspecção sobre a utilização de fundos comunitários pagos para um projecto sobre o qual havia um litígio com um Estado-Membro. O pedido confirmativo apresentado pela queixosa foi igualmente rejeitado pelo Secretariado-Geral da Comissão, que concluiu não existir um interesse público superior na divulgação do documento solicitado, dado que o interesse da queixosa era de natureza privada, e não pública.

Em Julho de 2003, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, reclamando que a Comissão concedesse acesso ao documento solicitado.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão fez notar que a queixosa já tinha recebido os excertos do relatório de inspecção referentes ao seu próprio projecto. As partes do relatório não divulgadas à queixosa eram irrelevantes relativamente ao projecto em que esta participara, uma vez que diziam respeito aos restantes projectos auditados e à gestão central pela Agência flamenga do FSE. Relativamente às razões invocadas para a recusa do acesso total, a Comissão referiu que a divulgação do relatório nessa fase iria prejudicar a investigação em curso, dado ir colocar no domínio público os resultados provisórios a que haviam chegado os inspectores da Comissão, e aos quais as entidades auditadas ainda não tinham respondido. A Comissão repetiu igualmente que não existia um interesse público superior na divulgação daquele relatório. Este parecer da Comissão foi enviado à queixosa, não tendo esta produzido quaisquer comentários.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça observou que o relatório solicitado estava claramente relacionado com actividades de inspecção, investigação e auditoria, tal como referido no nº 2 do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001. Salientou que, na altura em que a queixosa tinha apresentado o seu pedido de acesso ao relatório de missão, em Março de 2003, a Comissão ainda se encontrava a efectuar a sua investigação de controlo financeiro junto da Agência flamenga do FSE, tal como previsto no artigo 38º do Regulamento nº 1260/1999<sup>23</sup>. A Comissão iria, em função da resposta da Agência flamenga do FSE, decidir fazer ou não as correcções financeiras nos termos do artigo 4º do Regulamento nº 448/2001<sup>24</sup>. Assim sendo, a Comissão poderia legitimamente concluir que a divulgação das restantes partes do relatório de missão poderia prejudicar a protecção do objectivo da sua investigação. Nestas circunstâncias, a Comissão, de acordo com a jurisprudência dos tribunais comunitários, tinha o direito de recusar o acesso com base no terceiro travessão do nº 2 do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001, a menos que existisse um interesse público superior na sua divulgação. O Provedor de Justiça considerou que a queixosa não tinha apresentado provas suficientes da existência de um tal interesse na divulgação das partes do relatório relativas aos restantes projectos. Não foi, portanto, detectado qualquer caso má administração.

<sup>22</sup> Regulamento (CE) nº 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.

<sup>23</sup> Regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos Estruturais, JO L 161 de 1999, p. 1.

<sup>24</sup> Regulamento (CE) nº 448/2001 da Comissão, de 2 de Março de 2001, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, no que respeita ao procedimento para a realização de correcções financeiras aplicáveis às intervenções no quadro dos Fundos Estruturais, JO L 64 de 2001, p. 13.



## PROGRAMA LEONARDO DA VINCI

### *Síntese da decisão sobre a queixa 221/2004/GG contra a Comissão Europeia*

Um consultor alemão respondeu a um convite à apresentação de propostas publicado pela Comissão Europeia ao abrigo do programa Leonardo da Vinci, um programa instituído para promover a inovação no domínio da aprendizagem ao longo da vida. No entanto, a Comissão informou-o de que a sua pré-proposta não podia ser seleccionada, uma vez que não tinha sido cumprido o prazo de entrega. O queixoso objectou a esta decisão, contrapondo que tinha respeitado o prazo, dado que enviara a sua pré-proposta por correio registado um dia antes de o prazo finalizar. Solicitou à Comissão que confirmasse que o seu projecto tinha sido apresentado atempadamente, caso contrário, recorreria aos tribunais.

No mesmo dia, o queixoso enviou uma cópia desta carta ao Provedor de Justiça, solicitando-lhe que examinasse a questão. O Provedor de Justiça rejeitou este pedido (queixa 33/2004/GG), dado que a Comissão não tinha, obviamente, disposto de tempo suficiente para analisar o caso. Decorridas três semanas, o queixoso informou o Provedor de Justiça de que pretendia renovar a sua queixa. Esta carta foi registada como nova queixa, a qual foi considerada admissível pelo Provedor de Justiça, uma vez que se afigurava que o queixoso não tinha recebido entretanto qualquer resposta.

No seu parecer, a Comissão admitiu que um reexame do caso tinha comprovado a razão do queixoso. Eram visíveis três carimbos na carta, num dos quais a Comissão tinha baseado o seu veredicto de não elegibilidade. No entanto, veio a verificar-se que este carimbo provinha de um centro regional de distribuição postal, não sendo o verdadeiro carimbo da estação de correios de origem. Assim sendo, a Comissão elaborou um «Relatório de Excepção», segundo o qual a pré-proposta do queixoso era seleccionada para a apresentação de uma proposta completa.

No entanto, o queixoso não aceitou esta proposta, devido ao facto de não lhe ter sido concedido o mesmo número de dias dos restantes promotores das pré-propostas seleccionadas. A Comissão reconheceu tratar-se de um caso de tratamento desigual e elaborou um novo Relatório de Excepção suplementar, concedendo ao queixoso o mesmo número de dias para preparar a sua proposta completa.

O queixoso deu a sua concordância, fazendo, no entanto, notar que a sua desvantagem apenas tinha sido reparada depois de ter apresentado queixa pela segunda vez. Além disso, não tinha beneficiado da mesma quantidade de informação dos restantes concorrentes.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha actuado rápida e construtivamente com vista a corrigir o erro em que havia incorrido. Relativamente à alegada omissão da Comissão pelo facto de não ter fornecido ao queixoso as necessárias informações, o Provedor de Justiça considerou tratar-se de uma nova alegação, ainda não levada ao conhecimento da Comissão pelo queixoso. Fez notar que o queixoso era livre de apresentar uma outra queixa, no caso de entender que essa falta de informação poderia afectar negativamente a decisão da Comissão sobre a sua proposta completa. Relativamente à queixa inicial, o Provedor de Justiça concluiu parecer não ter havido má administração.

## PROCESSO DE SELECÇÃO PARA UM PROJECTO EUROPEAID

### *Síntese da decisão sobre a queixa 326/2004/IP contra a Comissão Europeia*

Um consórcio de três empresas participou num concurso para apresentação de manifestações de interesse, lançado pela Comissão Europeia em Outubro de 2003, com vista a um projecto EuropeAid. O consórcio não foi incluído na lista preliminar, dado que, segundo a Comissão, não tinha fornecido todos os documentos solicitados na secção 2.3.3 do Guia Prático. Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa alegou que a Comissão, incorrectamente, não tinha incluído o consórcio na lista preliminar de concorrentes e que a Comissão não tinha respondido à sua carta de 9 de Janeiro de 2004. A queixosa reclamava que a Comissão deveria reconsiderar a sua decisão



de não incluir o consórcio na lista preliminar, devendo igualmente clarificar o conteúdo do Guia Prático por forma a evitar quaisquer problemas de interpretação no futuro.

Com base nas informações obtidas no decurso do inquérito, afigurava-se que a queixosa não tinha fornecido à Comissão todos os documentos solicitados na secção 2.3.3 do Guia Prático. Assim sendo, o Provedor de Justiça entendeu que a Comissão tinha fornecido uma explicação razoável sobre a razão pela qual tinha decidido não incluir o consórcio na lista preliminar. Relativamente à alegada omissão da Comissão de responder à carta da queixosa, a instituição reconheceu ter havido algum atraso no tratamento da carta, tendo apresentado as suas desculpas pelo facto. O Provedor de Justiça considerou que, de acordo com o Código de Boa Conduta Administrativa da Comissão<sup>25</sup>, qualquer carta endereçada à Comissão deve ter resposta no prazo de quinze dias úteis após a data da sua recepção. No caso em apreço, a Comissão não agiu de acordo com as suas próprias regras. No entanto, uma vez que se veio a apurar que esta tinha, entretanto, respondido à carta da queixosa e apresentado desculpas pelo atraso ocorrido, o Provedor de Justiça concluiu não haver necessidade de mais inquéritos.

Relativamente à primeira queixa apresentada, o Provedor de Justiça entendeu que, dado que a Comissão tinha dado explicações razoáveis sobre os motivos pelos quais tinha decidido não incluir o consórcio na lista preliminar, parecia ter deixado de ser necessário tratar este ponto. Relativamente à segunda queixa apresentada pela queixosa, o Provedor de Justiça chegou à conclusão de que o conteúdo da secção 2.3.3 do Guia Prático não parecia pouco claro e que a Comissão tinha dado uma explicação razoável da sua interpretação destas regras.

## ALEGADO TRATAMENTO INCORRECTO DE PROCESSOS POR INCUMPRIMENTO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 480/2004/TN contra a Comissão Europeia*

A «Lecturers' Employment Advice and Action Fellowship» (LEAF) (associação sindical de professores de língua britânica) apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça referente a má administração da parte da Comissão relativamente ao tratamento dado a duas queixas ao abrigo do artigo 226<sup>26</sup>. A LEAF argumentou, *inter alia* que a Comissão tinha mostrado um completo desrespeito pela gravidade das queixas, não tendo feito respeitar a protecção contemplada na chamada «directiva sobre direitos adquiridos» (77/187/CEE<sup>27</sup>).

O Provedor de Justiça fez notar que as queixas ao abrigo do artigo 226º apresentadas pela LEAF à Comissão alegavam não ter o Reino Unido feito implementar devidamente a directiva sobre direitos adquiridos. O Provedor de Justiça detectou que a Comissão tinha fornecido fundamentos claros e razoáveis para a sua decisão de não intentar um processo por incumprimento contra o Reino Unido.

Em resposta à alegação específica da queixosa na sua queixa à Comissão, relativamente a uma decisão sobre este tema emitida por um tribunal nacional do Reino Unido, o Provedor de Justiça apreciou o argumento da Comissão de que a finalidade do artigo 226º não era a de servir como instrumento adicional de recurso ou revisão de sentenças proferidas por tribunais nacionais. O Provedor de Justiça entendeu que a LEAF tinha optado por não prosseguir com a questão ao nível dos tribunais nacionais, servindo-se para tal da possibilidade de interpor recurso. Considerou,

<sup>25</sup> JO L 308 de 2000, pp. 26-34.

<sup>26</sup> O artigo 226º do Tratado CE confere à Comissão o poder de intentar uma acção contra um Estado-Membro devido a incumprimento da legislação comunitária. Qualquer pessoa ou entidade pode apresentar uma queixa («queixa ao abrigo do artigo 226º») junto da Comissão contra um Estado-Membro relativamente a qualquer medida estatal ou prática administrativa por si consideradas incompatíveis com o direito comunitário.

<sup>27</sup> Directiva 77/187/CEE do Conselho, de 14 de Fevereiro de 1977, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos, JO L 61 de 1977, p. 26.





portanto, que a Comissão teve motivos razoáveis para a sua decisão de não intentar um processo por incumprimento contra o Reino Unido com base nesta alegação.

Tendo analisado todos os argumentos da LEAF, o Provedor de Justiça não detectou má administração da parte da Comissão no seu tratamento das queixas ao abrigo do artigo 226º. Tomou conhecimento das explicações circunstanciadas fornecidas pela Comissão a esse respeito. No entanto, considerou que as razões essenciais para a sua decisão de arquivar as duas queixas ao abrigo do artigo 226º poderiam ter sido explicadas à queixosa de um modo muito mais directo e compreensível. Daí ter considerado adequado acrescentar a seguinte observação complementar:

Tendo em vista a manutenção de boas relações entre a Comissão e os cidadãos, o Provedor de Justiça sugere que a Comissão, no futuro, ao explicar a razão ou razões para a tomada de decisões no sentido do arquivamento de queixas ao abrigo do artigo 226º, o venha a fazer de uma forma tão compreensível e directa quanto possível.

## ACESSO A UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMENTAL DA ALEMANHA

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1044/2004/GG contra a Comissão Europeia*

Um investigador ao serviço do «Centre for European Policy Studies» (Centro de Estudos sobre Políticas Europeias (CEPS)), em Bruxelas, solicitou acesso a um documento da Comissão referente ao Pacto de Estabilidade e Crescimento. O documento em questão era a Recomendação da Comissão com vista a uma decisão do Conselho notificando a Alemanha no sentido de tomar as medidas de redução do défice necessárias para corrigir a situação de défice excessivo. A Comissão rejeitou o pedido de acesso ao documento, alegando que a sua divulgação seria prejudicial para a protecção das políticas económicas e financeiras da Alemanha. Foi igualmente excluída a possibilidade de conceder acesso parcial.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso apresentou os seus argumentos contra esta recusa, assinalando que, enquanto académico que estuda os desenvolvimentos económicos e institucionais ao nível da UE, necessitava de ter acesso a todas as fontes documentais de importância. Referiu que a Comissão tinha publicado o conteúdo da sua recomendação num comunicado de imprensa e que, se essa recomendação não continha informações adicionais, não entendia, nesse caso, o motivo da sua não divulgação. No entanto, se a recomendação continha outras informações – essencialmente mais negativas – sobre as finanças públicas da Alemanha, nesse caso a Comissão estava a esconder informações de interesse público geral e, possivelmente, a desinformar deliberadamente o público.

No seu parecer, a Comissão referiu que todos os dados financeiros e económicos levados em conta na sua recomendação já eram do domínio público através do seu comunicado de imprensa e que as análises técnicas dos programas de estabilidade e convergência se encontravam disponíveis na Internet. No entanto, a recomendação propriamente dita não tinha sido publicada com vista a salvaguardar a confidencialidade da argumentação da Comissão neste tema tão sensível. O memorando explicativo da recomendação continha a análise da própria Comissão sobre a situação orçamental da Alemanha. A Comissão argumentou que a divulgação total da recomendação poderia levar a uma percepção negativa pelos mercados financeiros e poderia prejudicar a consolidação orçamental e, desse modo, afectar negativamente a política financeira e económica da Alemanha. A Comissão acrescentou que não tinha sido escamoteada do público qualquer espécie de informação macroeconómica relevante e que os legítimos interesses científicos do queixoso não tinham sido afectados.

O Provedor de Justiça assinalou que o próprio facto de ser recomendado que a Alemanha fosse notificada para tomar medidas com vista à redução do défice era em si susceptível de afectar a percepção desse facto pelos mercados financeiros. Considerou, no entanto, que parecia razoável o entendimento da Comissão de que a divulgação da argumentação subjacente à sua recomendação poderia ainda levar a uma percepção negativa. Fez igualmente notar que, uma vez que a Comissão



tinha excluído o acesso parcial ao documento, e uma vez que o queixoso não tinha suscitado este tema na sua queixa, não havia necessidade de tratar a questão do acesso parcial. Com base nestas considerações, o Provedor de Justiça concluiu não ter havido má administração por parte da Comissão.



### 3.1.4 O Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

#### ALEGADA FALTA DE EXPLICAÇÃO FUNDAMENTADA NUM PROCESSO DE SELECÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 1110/2003/ELB contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias*

A queixosa foi excluída do concurso COM/A/3/02 porque as notas obtidas num teste de pré-selecção de escolha múltipla foram insuficientes. A queixosa contestou a resposta do Comité de Selecção no que se refere a três perguntas. Argumentou que o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) não lhe forneceu uma explicação fundamentada das respostas correctas para as perguntas que contestou.

De acordo com o EPSO, o Comité de Selecção analisou de forma criteriosa e conscienciosa os comentários da queixosa relativamente às perguntas em causa, bem como o conteúdo e a redacção das perguntas, antes de decidir manter o seu critério.

O Provedor de Justiça verificou que a queixosa foi informada da nota que lhe foi atribuída, recebeu uma cópia do seu próprio teste depois de corrigido e foi informada das respostas que o Comité de Selecção considerava correctas para as perguntas que a mesma contestou. O Provedor de Justiça registou igualmente que a queixosa não aceitou a opinião do Comité de Selecção quanto às respostas correctas às referidas perguntas. O Provedor de Justiça recordou, no entanto, que a comunicação das notas obtidas nos diferentes testes constitui, de acordo com a jurisprudência<sup>28</sup>, uma explicação adequada da fundamentação das decisões de um Comité de Selecção. Para além disso, o Provedor de Justiça considerou que a queixosa não forneceu, durante o inquérito, provas que demonstrassem que o Comité de Selecção tivesse actuado de forma injustificada ou excedido os limites da sua competência, ao determinar as respostas correctas às perguntas de escolha múltipla alvo da contestação. Por conseguinte, o Provedor de Justiça entendeu não existir má administração.

28

Ver Processo C-254/95, *Parlamento contra Innamorati*, CJ 1999, p. I-3423.



## 3.2 CASOS SOLUCIONADOS PELA INSTITUIÇÃO



### 3.2.1 O Parlamento Europeu

#### DECISÃO DO COMITÉ DE SELECÇÃO SOBRE UMA CANDIDATURA

*Síntese da decisão sobre a queixa 1600/2003/ADB contra o Parlamento Europeu*

Um agente da polícia, de nacionalidade italiana, candidatou-se à participação no concurso geral PE/22/D<sup>29</sup> destinado ao recrutamento de agentes qualificados no domínio da segurança geral. Esta candidatura foi rejeitada por o Comité de Selecção entender que o candidato não possuía os três anos de experiência profissional exigidos no sector da segurança geral pública e privada. Consequentemente, o candidato contactou por duas vezes o Parlamento, a fim de referir que a sua experiência de praticamente cinco anos como agente da polícia poderia satisfazer o critério estabelecido no aviso de concurso. Na ausência de uma resposta do Parlamento, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça contra a sua exclusão deste concurso geral.

O Parlamento informou o Provedor de Justiça de que, pouco depois de este ter aberto o seu inquérito, o Comité de Selecção reanalisara a candidatura da pessoa em causa e decidira admiti-la à fase subsequente do processo de recrutamento.

Os serviços do Provedor de Justiça contactaram o queixoso, que declarou que o caso tinha sido solucionado de forma satisfatória pelo Parlamento. Por conseguinte, o Provedor de Justiça considerou que o Parlamento tinha tomado as medidas necessárias para a resolução da questão.



### 3.2.2 A Comissão Europeia

#### FALTA DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS

*Síntese da decisão sobre a queixa 1949/2003/(TN)(IJH)TN contra a Comissão Europeia*

A queixa dizia respeito à alegada ausência de pagamento de serviços prestados na sequência de instruções do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat), que é um serviço da Comissão. Na sequência de instruções do Eurostat, o queixoso levou a cabo uma avaliação global do sistema de estatísticas no Cazaquistão. Os contratos foram formalmente concluídos com a organização *CESD-Communautaire*, mas as especificações foram definidas pelo Eurostat, tendo todas as informações sido transmitidas ao Eurostat. O Eurostat aprovou o relatório de trabalho do queixoso em Agosto de 2003; contudo, à data da transmissão da sua queixa, em Outubro de 2003, o queixoso ainda não tinha recebido qualquer pagamento. O queixoso suspeitava que, devido a problemas internos do Eurostat, os pagamentos deste à *CESD-Communautaire* tivessem sido bloqueados. O queixoso afirmava que a Comissão não assegurara o pagamento dos serviços prestados no âmbito de determinados contratos. O queixoso entendia dever receber os pagamentos pendentes pelos seus serviços.

29

JO C 303 de 2002, A.





No seu parecer, apresentado em Janeiro de 2004, a Comissão salientou não possuir qualquer relação contratual com o queixoso. De acordo com a Comissão, a *CESD-Communautaire* poderia ainda, nessa altura, enviar-lhe facturas no âmbito dos contratos em causa. As facturas apresentadas em nome do queixoso pela *CESD-Communautaire*, até à data de transmissão do parecer da Comissão ao Provedor de Justiça, foram pagas sem atraso através da conta bancária da *CESD-Communautaire*, a 29 de Dezembro de 2003.

Em Abril de 2004, o queixoso informou os serviços do Provedor de Justiça de que tinha recebido a maior parte do montante que lhe era devido e que o pagamento da parte restante estava pendente da solução de algumas questões entre ele próprio e a *CESD-Communautaire*. Deste modo, o queixoso considerou que a sua queixa contra a Comissão tinha tido uma solução satisfatória.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha tomado as medidas necessárias para resolver a questão e satisfazer assim o queixoso.

## NÃO PAGAMENTO DE UMA SUBVENÇÃO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2124/2003/ADB contra a Comissão Europeia*

Um cidadão alemão apresentou queixa ao Provedor de Justiça em nome da IBC SOLAR AG. Esta última fazia parte de uma *joint venture* designada CIESMA (*Centre International d'Energie Solaire Morocco-Allemand*), beneficiária de uma subvenção, concedida em Maio de 1998, pela Comissão Europeia, no âmbito da Facilidade 4 do Programa ECIP. A subvenção ascendia a 75 626 euros. A CIESMA já tinha recebido 37 813 euros. O queixoso afirmava que, apesar de repetidos contactos com a Comissão e de todos os documentos probatórios terem sido enviados em Agosto de 2001, o montante pendente ainda não tinha sido pago à CIESMA em Novembro de 2003.

O queixoso reclamava o pagamento do montante remanescente.

A Comissão informou o Provedor de Justiça de que o Programa ECIP é um instrumento financeiro disponibilizado e gerido pela Comissão de forma descentralizada, através de uma rede de instituições financeiras. No quadro deste programa, a Comissão assinou um contrato com uma instituição bancária alemã, que, por seu turno, assinou um contrato com a CIESMA. O banco deveria ter procedido ao segundo pagamento, previsto pelo contrato com a CIESMA, na sequência da verificação e aceitação, por parte da Comissão, do relatório final do projecto. Em Junho de 2003, após aceitação do relatório final, a Comissão informou o banco de que o pagamento deveria ser efectuado. Procedeu a novos contactos em Julho de 2003 e Outubro de 2003. Em Novembro de 2003, o banco informou a Comissão de que o pagamento final seria efectuado. O banco procedeu ao pagamento final em 5 de Dezembro de 2003.

O queixoso declarou que o caso tinha sido solucionado de forma totalmente satisfatória. O Provedor de Justiça considerou, por conseguinte, que a Comissão Europeia tinha dado os passos necessários para a resolução da questão.

## ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A UM PLANO FERROVIÁRIO

### *Síntese da decisão sobre as queixas 2183/2003/(TN)(IJH)TN e 520/2004/TN contra a Comissão Europeia*

A queixa dizia respeito a um pedido de acesso a determinados documentos relacionados com o parecer transmitido pela Comissão à Suécia, em 24 de Abril de 2003, sobre o plano de desenvolvimento ferroviário de «Botniabanan» (Ligação Botnia). Na sequência de um pedido de acesso a documentos por parte do queixoso, a questão tornou-se objecto de uma queixa ao Provedor de Justiça (queixa 2183/2003/(TN)(IJH)TN), tendo a Comissão enviado, subsequentemente, ao queixoso os documentos que entendeu que este havia solicitado. No entanto, o queixoso não ficou satisfeito com os documentos



enviados e apresentou uma nova queixa ao Provedor de Justiça. O queixoso alegou que a Comissão não lhe tinha enviado os documentos que continham a sua avaliação crítica do plano e não tinha dado resposta à sua mensagem de correio electrónico em que aquele dava a conhecer a sua opinião relativamente à questão. O queixoso entendia que a Comissão deveria facultar-lhe o acesso aos documentos que continham a avaliação crítica da Comissão relativamente ao plano.

A Comissão argumentou que, inicialmente, considerou que a mensagem de correio electrónico do queixoso deveria ser tratada no âmbito da investigação complementar efectuada pelo Provedor de Justiça no âmbito da queixa 2183/2003/(TN)(IJH)TN e, por conseguinte, não enviou uma resposta directa ao queixoso. No entanto, depois de reconsiderar, a Comissão enviou ao queixoso uma nova resposta, incluindo os documentos em causa.

Tendo recebido os documentos em causa, o queixoso informou os serviços do Provedor de Justiça de que considerava a questão solucionada.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha tomado as medidas necessárias para resolver a questão e satisfazer assim o queixoso.

## ATRASO NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 435/2004/GG contra a Comissão Europeia*

O queixoso, director de uma pequena empresa alemã especializada em electrónica TI, alegou que a Comissão não procedera ao pagamento de quatro facturas apresentadas em 2003, relativas a trabalho desenvolvido para a Comissão. De acordo com o queixoso, o montante total devido à sua empresa era de 17 437 euros e as sete cartas de reclamação do pagamento (algumas das quais cartas registadas) não mereceram qualquer reacção da parte da Comissão. O queixoso solicitou a ajuda do Provedor de Justiça para a obtenção dos pagamentos devidos, de molde a evitar ter de proceder a despedimentos e a evitar novos danos à empresa.

No seu parecer, a Comissão explicou que, devido a alterações técnicas no procedimento orçamental, resultantes da aplicação do novo Regulamento Financeiro, não tinha, infelizmente, sido possível finalizar o processamento das facturas do queixoso no período de 60 dias previsto para o efeito. Na sequência da reorganização do departamento e da criação de uma unidade financeira, a questão tinha sido reavaliada. As quatro facturas, num total de 17 437 euros, foram pagas no final de Fevereiro de 2004. No entender da Comissão, a queixa deixara, assim, de ser pertinente.

Em 21 de Junho de 2004, o queixoso comunicou aos serviços do Provedor de Justiça que considerava o caso solucionado.

Para arquivamento do caso, o Provedor de Justiça teceu observações complementares, frisando que as primeiras duas facturas em questão tinham sido entregues à Comissão, respectivamente, 11 e 10 meses antes de o pagamento ser efectuado. Salientou deverem considerar-se as pequenas e médias empresas particularmente vulneráveis às consequências dos atrasos de pagamentos. O Provedor de Justiça convidou, por isso, a Comissão a equacionar a possibilidade de pagar juros ao queixoso.

### *Nota adicional*

Em 6 de Dezembro de 2004, a Comissão informou o Provedor de Justiça da sua decisão de pagar ao queixoso juros no valor de 387 euros.



### 3.2.3 O Organismo Europeu de Luta Antifraude

#### ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A UM CASO DE SEGURANÇA NUCLEAR

*Síntese da decisão sobre a queixa 220/2004/GG contra o Organismo Europeu de Luta Antifraude*

A queixosa, funcionária da Comissão, trabalhou no Instituto de Elementos Transurânicos (ITU) em Karlsruhe, na Alemanha. O ITU faz parte do Centro Comum de Investigação (CCI), uma Direcção-Geral da Comissão Europeia. A queixosa foi responsável pelo transporte de materiais radioactivos na Unidade de Segurança Nuclear e de Infra-estruturas do ITU. Alegando graves irregularidades no trabalho do ITU, solicitou que a Comissão abrisse um inquérito no que se refere à protecção contra as radiações e aos transportes de materiais radioactivos. Fez uma série de acusações, incluindo a de que o pessoal que manuseava materiais radioactivos não tinha obtido a formação exigida e de que tinham sido transportados, deliberadamente de forma ilegal, materiais radioactivos. A Comissão remeteu o assunto para o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), que ouviu a queixosa e realizou inquéritos.

Numa fase posterior do processo, a queixosa solicitou acesso a uma série de documentos relativos ao seu caso, que se encontravam na posse de diferentes direcções-gerais da Comissão e do OLAF. No entanto, de acordo com a queixosa, estes pedidos não foram tratados de forma adequada. Por conseguinte, dirigiu-se ao Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça decidiu registar as alegações da queixosa contra o OLAF como uma queixa separada, visto considerar o OLAF uma instituição europeia de pleno direito. Está ainda em curso a investigação do Provedor de Justiça sobre a queixa contra a Comissão (101/2004/GG), que diz igualmente respeito à substância das alegações da queixosa contra o ITU.

Na sua queixa contra o OLAF, a queixosa alegava que o OLAF lhe negara, indevidamente, o acesso a documentos e não tratara atempadamente o seu pedido. Afirmava que os documentos deveriam ser disponibilizados, ou que o OLAF deveria explicar a inexistência de alguns deles. Se isso não fosse possível, o Provedor de Justiça, os seus serviços ou os deputados do Parlamento Europeu deveriam inspecionar esses documentos.

No seu parecer, o OLAF salientou que respondera exaustivamente aos pedidos da queixosa. Enviara à queixosa cópias de três documentos, tendo explicado que os demais solicitados documentos não existiam. O OLAF reconheceu, no entanto, que respondera três dias úteis depois de expirado o prazo para resposta. Explicou que esse atraso ficara a dever-se ao facto de a pessoa encarregue da questão ter acabado de ser nomeada para um novo cargo e ter tido uma série de questões inesperadas para resolver. O OLAF admitiu que teria sido preferível informar a queixosa da necessidade de uma prorrogação do prazo. Salientou que, entretanto, enviara à queixosa uma cópia da sua resposta.

Após a recepção da cópia da resposta e do parecer do OLAF, a queixosa manifestou a opinião de que a sua queixa contra o OLAF tinha obtido resposta a seu contento. Agradeceu ao Provedor de Justiça por esse resultado. O Provedor de Justiça concluiu que o OLAF tinha dado os passos necessários para a resolução da questão, satisfazendo a queixosa.



### 3.3 SOLUÇÕES AMIGÁVEIS CONSEGUIDAS PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA

#### ACESSO A DOCUMENTOS RELATIVOS A NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 415/2003/(IJH)TN contra a Comissão Europeia*

O queixoso, agindo em nome do Corporate Europe Observatory, apresentou, nos termos do Regulamento n.º 1049/2001<sup>30</sup>, um pedido de acesso a todos os documentos relacionados com os preparativos da Comissão para possíveis negociações com vista a um novo quadro multilateral de investimento na OMC. A Comissão recusou o acesso aos documentos, que definiu como trabalho preparatório interno destinado à elaboração de projectos de documentos relacionados com o processo da Agenda de Desenvolvimento de Doha na OMC. Em resposta ao pedido de confirmação do queixoso, que clarificou que o pedido abrangia igualmente os documentos anteriores a Doha, a Comissão definiu os documentos solicitados como trabalhos preparatórios com vista aos Documentos de Estratégia que entendeu dever elaborar sobre cada um dos sete aspectos referidos na Declaração Ministerial de Doha. Não existiam quaisquer documentos anteriores à Reunião Ministerial de Doha, uma vez que, nessa altura, a OMC não dispunha de qualquer mandato no que se refere ao investimento multilateral. A Comissão recusou o acesso aos documentos preparatórios com base no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º, afirmando que a publicação dos documentos poderia prejudicar a margem de manobra nas negociações com países terceiros.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegava, sobretudo, que a Comissão tinha definido de forma muito restrita os documentos abrangidos pelo seu pedido de acesso. Argumentava que o seu pedido abarcava uma extensa lista de documentos, que não se limitava a documentos relacionados com os Documentos de Estratégia e que, tendo em conta que a Comissão advogava a realização de negociações sobre investimentos na OMC, pelo menos, desde 1999, alguns dos documentos solicitados eram anteriores a Doha.

A Comissão reiterou que os Documentos de Estratégia eram os únicos documentos que incidiam sobre possíveis negociações relativas a investimentos multilaterais.

O Provedor de Justiça verificou que o n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento n.º 1049/2001 exige que, se o pedido não for suficientemente preciso, a instituição solicite ao requerente que o clarifique e lhe preste toda a assistência para o efeito, por exemplo, fornecendo-lhe informações sobre a utilização dos registos públicos de documentos. O Provedor de Justiça verificou que a Comissão não reagira à lista de categorias de documentos apresentada pelo queixoso, nem o remetera para um registo público de documentos. O Provedor de Justiça entendeu que esse facto poderia configurar um caso de má administração. Por conseguinte, propôs uma solução amigável, que consistia na disponibilização por parte da Comissão ao queixoso de uma lista completa de documentos existentes, pertencentes às categorias incluídas na lista do queixoso. A lista deveria incluir igualmente quaisquer documentos existentes anteriores à Conferência Ministerial de Doha.

Em resposta, a Comissão explicou que tinha alargado a sua investigação e analisado todos os documentos entre o final de 1998 e a Conferência Ministerial de Doha, tendo reunido uma lista de 296 documentos que esperava corresponder ao pedido do Provedor de Justiça.

Nas suas observações, o queixoso explicou entender que se tinha chegado a uma solução amigável e que apresentaria um novo pedido de acesso, com base na lista de documentos fornecida pela Comissão. O queixoso agradeceu ao Provedor de Justiça pelo seu auxílio.

<sup>30</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



## ACESSO AOS RESULTADOS DE TESTES DE CONDUÇÃO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1320/2003/(ADB)ELB contra a Comissão Europeia*

O queixoso concorreu a um lugar de motorista na Comissão Europeia, tendo sido convidado a participar num teste prático, organizado por uma escola de condução. O queixoso foi informado de que não ficara aprovado no teste. Solicitou, em vão, que lhe revelassem os seus resultados, por estar convencido de ter realizado o teste com êxito, tendo em conta a sua experiência de condução, as suas qualificações e a informação recebida da parte de um funcionário da escola de condução.

O queixoso alegou que recebera respostas inconsistentes da Comissão e que, embora tenha sido informado de que não se encontrava entre os candidatos aprovados, nunca foi informado acerca dos resultados concretos do seu teste. O queixoso alegou que a Comissão lhe deveria dar informações sobre os seus resultados nos diferentes testes, bem como sobre o número de candidatos aprovados e respectivos resultados.

No seu parecer, a Comissão explicou que o director da escola de condução informara a Comissão de que o queixoso e outros três candidatos não tinham sido aprovados. Informou não ter recebido pormenores de cada uma das avaliações, mas apenas um resultado geral e uma declaração, na qual se indicava se o candidato passara ou não em cada um dos testes.

Nas suas observações, o queixoso referiu discrepâncias entre as explicações dadas pela Comissão e as informações que obteve no decurso de uma reunião com um funcionário responsável. O funcionário em causa informou-o de que a Comissão recebera os resultados relativos a cada um dos cinco testes que compunham o exame de condução. O funcionário da Comissão estava na posse do documento aquando da reunião. No entanto, uma vez que o mesmo continha os resultados dos testes dos outros candidatos, recusou-se a entregar uma cópia ao queixoso, mas informou-o oralmente dos seus resultados.

O Provedor de Justiça levou a cabo uma inspecção ao registo da Comissão. Os resultados dessa inspecção pareciam indicar que, contrariamente à informação fornecida pela Comissão no seu parecer, esta recebera, efectivamente, resultados pormenorizados da avaliação de cada um dos candidatos. O Provedor de Justiça concluiu que, embora tivesse razões legítimas para não comunicar os resultados dos outros candidatos ao queixoso, a Comissão não tinha apresentado razões para não facultar o acesso do queixoso aos seus próprios resultados.

O Provedor de Justiça propôs, por conseguinte, uma solução amigável. Sugeriu que a Comissão reconsiderasse o pedido do queixoso de acesso aos resultados que obteve no exame de condução.

A Comissão concordou com a proposta de solução amigável, tendo enviado ao Provedor de Justiça os resultados obtidos pelo queixoso nos diversos testes que compunham o exame de condução. O queixoso informou os serviços do Provedor de Justiça que considerava ter-se chegado a uma solução amigável.

### *Nota adicional*

O queixoso enviou subsequentemente uma carta ao Provedor de Justiça, na qual defendia não ser correcto deixar impunes pessoas que trabalham numa instituição europeia tão importante como a Comissão e são culpadas de falhas. Em resposta, o Provedor de Justiça explicou que o Estatuto dos Funcionários estabelece procedimentos específicos, em matéria disciplinar, relativamente a funcionários ou outros agentes, não sendo da competência do Provedor de Justiça substituir-se a esses procedimentos. O Provedor de Justiça transmitiu as preocupações do queixoso à Comissão, como autoridade competente para proceder a nomeações.





### 3.4 CASOS ARQUIVADOS COM UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA



#### 3.4.1 O Parlamento Europeu

##### APLICAÇÃO DAS REGRAS RELATIVAS À PROIBIÇÃO DE FUMAR

*Síntese da decisão sobre a queixa 260/2003/OV contra o Parlamento Europeu*

Uma funcionária, que trabalha para o Parlamento Europeu no Luxemburgo, manifestou a sua preocupação face ao desrespeito pela proibição de fumar nos edifícios do Parlamento. De acordo com esta funcionária, oito anos depois de o Parlamento ter adoptado regras internas sobre a questão (Decisão do Secretário-Geral de 12 de Julho de 1994), a administração continuava a não impor e aplicar as regras em todos os seus edifícios. Escrevera diversas cartas à administração acerca do assunto, desde Fevereiro de 1996. No entanto, pouco tinha sido feito.

A 5 de Fevereiro de 2003, a funcionária apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, alegando que a administração do Parlamento não estava a aplicar as regras internas relativas à proibição de fumar em todos os seus edifícios. Para sustentar o seu caso, remeteu para uma decisão da Comissão, de 16 de Julho de 2003, sobre a protecção do pessoal contra os efeitos do fumo do tabaco, acrescentando que o Parlamento deveria seguir este exemplo<sup>31</sup>.

No seu parecer sobre a queixa, o Parlamento insistiu em que os seus serviços competentes tinham tomado todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para assegurar a aplicação das regras. Estas medidas incluíram a afixação de numerosos avisos «proibido fumar» e a circulação de uma série de comunicações acerca das regras, quer entre o pessoal, quer entre os deputados ao Parlamento. Acrescentou, no entanto, que infelizmente algumas pessoas não se sentiam obrigadas a cumprir essas regras e não as observavam, independentemente dos esforços envidados pela administração. Salientou que cabe a cada um agir, individualmente, de forma responsável e permitir o convívio entre fumadores e não fumadores. Observou ainda que não aplica regras que sejam radicalmente diferentes das estabelecidas pela Comissão.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça salientou que, ao adoptar regras sobre a proibição de fumar nas suas instalações e ao comunicar essas regras ao seu pessoal e aos deputados em diversos avisos, o Parlamento criara uma expectativa justificada entre os não fumadores de que tomaria medidas adequadas com vista à promoção de um efectivo cumprimento dessas regras. O Provedor de Justiça considerou ainda que, tendo em conta os efeitos nefastos que a exposição ao fumo do tabaco pode ter para a saúde, o Parlamento deveria prestar particular atenção à necessidade de se promover o cumprimento escrupuloso das suas regras internas relativas ao tabaco. Salientou que a exposição dos funcionários ao fumo do tabaco no local de trabalho levanta potenciais questões de responsabilidade jurídica. Embora reconhecendo as medidas adoptadas pelo Parlamento tomou, o Provedor de Justiça não considerou que a opinião deste, segundo a qual cabe a cada um agir de forma responsável, fosse uma resposta adequada aos problemas do não cumprimento. Por conseguinte, formulou uma observação crítica.

<sup>31</sup>

As regras da Comissão que instituem a proibição total de fumar nas suas instalações entraram em vigor a 1 de Maio de 2004.



*Nota adicional*

Em 13 de Julho de 2004, a Mesa do Parlamento Europeu adoptou uma decisão (PE 346.287/BUR) que introduz novas regras sobre o tabagismo nas instalações do Parlamento Europeu. O artigo 1º dessa decisão, que entrou em vigor no primeiro dia da legislatura de 2004-2009, estipula que o objectivo da instituição será o de conseguir um ambiente totalmente livre do tabaco nas suas instalações, o mais tardar até 1 de Janeiro de 2007. A decisão introduz igualmente medidas transitórias até 1 de Janeiro de 2007, tais como a atribuição de poderes ao pessoal da segurança para expulsar dos edifícios do Parlamento qualquer indivíduo que se recuse a cumprir estas regras.



### 3.4.2 O Conselho da União Europeia

#### ACESSO A FICHEIROS PESSOAIS NUM CASO DE REFORMA ANTECIPADA

##### *Síntese da decisão sobre a 2046/2003/GG contra o Conselho da União Europeia*

Um funcionário do Conselho pretendeu usufruir das medidas introduzidas pelo Conselho e que proporcionam aos seus funcionários acesso a uma reforma antecipada especial (*dégagement*), no contexto da modernização da instituição. De acordo com um regulamento do Conselho, o Secretariado-Geral do Conselho deverá seleccionar os funcionários a quem deseja conceder a reforma antecipada e de entre uma lista de candidatos, após consulta do Comité Paritário. Este é composta por igual número de representantes da Entidade Competente para Proceder a Nomeações e do Comité do Pessoal. De acordo com uma decisão de execução do referido regulamento, o Secretário-Geral Adjunto do Conselho deverá elaborar um projecto de lista de candidatos, a apresentar, para parecer, ao Comité Paritário.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso afirmou que a sua candidatura fora rejeitada, o mesmo acontecendo com a queixa que apresentara ao Conselho. Criticou o facto de não ter sido permitido o acesso do Comité Paritário aos ficheiros pessoais dos candidatos, o que, no seu entender, impossibilitara que o Comité Paritário fornecesse um parecer fundamentado à Entidade Competente para Proceder a Nomeações. Afirmou que a decisão de execução do regulamento deveria ser revogada. Como documento de apoio, o queixoso apresentou uma declaração, não assinada, de membros do Comité Paritário. De acordo com essa declaração, os membros da Comissão Paritária terão solicitado, por diversas vezes, acesso aos referidos ficheiros, sujeito ao consentimento do candidato, tendo esse acesso sido categoricamente recusado.

No seu parecer, o Conselho defendeu que a decisão estava em total consonância com o regulamento. O Comité Paritário dispusera de toda a informação de que necessitava para ter acesso à lista de candidatos. No entanto, de acordo com o Regulamento nº 45/2001<sup>32</sup>, a informação fornecida não pode incluir a divulgação de dados pessoais.

O Provedor de Justiça reconheceu a conformidade da decisão com o regulamento do Conselho, na medida em que a lista de funcionários apenas foi adoptada *após* consulta do Comité Paritário. No entanto, considerou que, para poder formar e manifestar a sua opinião de forma útil, o Comité Paritário deveria estar na posse de toda a informação relevante. Caso contrário, a consulta resumir-se-ia a uma mera formalidade. O Provedor de Justiça estava ciente de que o acesso a dados pessoais apenas poderia ser concedido nos termos do Regulamento nº 45/2001. No entanto, fora o próprio

32

Regulamento (CE) nº 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2000, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, JO L 8 de 2001, p. 1.



Conselho a criar obstáculos a essa divulgação, ao não informar os candidatos de que os seus dados pessoais poderiam ser apresentados ao Comité Paritário.

O Provedor de Justiça concluiu que, ao recusar conceder ao Comité Paritário acesso aos ficheiros ou ao não assegurar a possibilidade de concessão desse acesso, o Conselho não dera ao Comité Paritário a possibilidade de emitir o seu parecer de forma útil. Deste modo, o facto de o Conselho não ter consultado devidamente o Comité Paritário configura um caso de má administração. O Provedor de Justiça formulou, por conseguinte, uma observação crítica.



### 3.4.3 A Comissão Europeia

#### CLASSIFICAÇÃO MENOS FAVORÁVEL EM VIRTUDE DE UM ATRASO NO RECRUTAMENTO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1435/2002/GG contra a Comissão Europeia*

Um cidadão sueco submeteu-se a um concurso de recrutamento da Comissão para Administrador Principal, tendo sido aprovado. Em Julho de 1999, o seu nome foi inscrito numa lista de reserva. Até ao final de 1999, estiveram em vigor regras favoráveis para o recrutamento de candidatos dos então novos Estados-Membros (Áustria, Finlândia e Suécia), especialmente no que respeita à sua classificação para efeitos de inserção nos escalões de remuneração.

Em Dezembro de 1999, o candidato recebeu, verbalmente, ofertas para dois cargos na Comissão. Aceitou um cargo no Luxemburgo, na Direcção-Geral «Sociedade da Informação e Meios de Comunicação», assumindo que a Comissão apresentaria a necessária oferta por escrito, antes do final do ano. No entanto, a vaga em questão era, afinal, uma vaga de investigação que teria ainda de ser transformada em vaga permanente. O candidato atribuiu este episódio a um mal entendido interno. Foi informado do problema quando, no seu entender, era já tarde demais para aceitar a outra oferta que tinha recebido. A oferta por escrito acabou por ser apresentada em Maio de 2000, tendo o candidato iniciado funções na Direcção-Geral «Sociedade da Informação e Meios de Comunicação» em Setembro de 2000. No entanto, a Comissão classificou-o num escalão de remuneração inferior ao que teria obtido se tivessem sido aplicadas as referidas regras mais favoráveis.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o candidato defendeu que as pessoas inscritas na mesma lista de reserva deveriam receber o mesmo tratamento. No seu entender, a Comissão poderia ter feito uma oferta condicional de emprego, antes de expirar o prazo das regras favoráveis.

A Comissão advogou que o queixoso tinha sido tratado de forma absolutamente idêntica à dos demais candidatos dos concursos do alargamento, recrutados após o final de 1999. No que se refere à possibilidade de uma oferta condicional, defendeu que essa oferta apenas poderia ser feita se existisse formalmente uma vaga disponível, o que naquela altura não acontecia.

Uma vez que a Comissão não contestou o relato dos acontecimentos apresentado pelo queixoso, o Provedor de Justiça entendeu que o queixoso tinha sido levado a acreditar que beneficiaria das regras preferenciais aquando do seu recrutamento. Entendeu ainda que o atraso no recrutamento tinha ficado a dever-se a um mal-entendido interno, que impossibilitou que o queixoso aceitasse outra oferta de emprego. O Provedor de Justiça concluiu, portanto, que a decisão da Comissão quanto à classificação do queixoso foi injusta, configurando um caso de má administração. Apresentou uma proposta de solução amigável, convidando a Comissão a ponderar rever a classificação do queixoso. A Comissão rejeitou esta proposta, bem como o consequente projecto de recomendação do Provedor de Justiça.



O Provedor de Justiça deplorou a atitude da Comissão. No seu entender, o facto de a Comissão não ter apresentado quaisquer comentários ao alegado mal entendido interno desrespeita as obrigações, impostas pelo direito comunitário às Instituições Comunitárias, no que se refere às suas relações com o Provedor de Justiça e os queixosos. Por conseguinte, formulou uma observação crítica.

## FALTA DE JUSTIFICAÇÃO PARA A SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1889/2002/GG contra a Comissão Europeia*

Uma empresa belga celebrou um contrato com a Comissão Europeia, ao abrigo do último programa em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração sobre uma sociedade de informação amiga do utilizador, o chamado «Programa IST». A empresa apresentou um projecto (o «projecto IST»), e a Comissão concordou em prestar uma assistência financeira, que poderia atingir cerca de 450 000 euros. Depois de a referida empresa ter já recebido dois pagamentos, a Comissão recusou-se a efectuar o terceiro e quarto pagamentos. Afirmou que fora emitida uma ordem de cobrança, na sequência de uma auditoria financeira a um projecto anterior apresentado pela empresa à Comissão (o «Projecto Esprit»). A empresa interpôs recurso relativamente ao «Projecto Esprit» junto do Tribunal de Primeira Instância, tendo a Comissão informado a empresa de que os pagamentos relativos ao novo contrato ficariam suspensos até que fosse proferido o acórdão do Tribunal.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a empresa alegou que a Comissão tinha agido de forma arbitrária, abusando da sua posição de poder. Informou que dois altos funcionários da Comissão tinham afirmado explicitamente, durante uma reunião, que a Comissão não tentaria recuperar os montantes relativos ao «Projecto Esprit» deduzindo-os dos pagamentos a efectuar ao abrigo do «Projecto IST».

A Comissão não questionou que os pagamentos tivessem sido suspensos por razões que não estavam relacionadas com o «Contrato IST». No entanto, defendeu que lhe assistia esse direito, devido à sua obrigação de garantir a protecção dos interesses financeiros da Comunidade. Remeteu para uma disposição do «Contrato IST», que lhe confere o direito de compensar verbas a reembolsar à Comunidade com verbas «de qualquer natureza».

O Provedor de Justiça considera poder existir má administração em casos que envolvam o cumprimento de obrigações decorrentes de contratos celebrados pelas instituições e organismos da UE. No entanto, considerando igualmente que as questões relacionadas com o alegado incumprimento de contratos apenas podem ser efectivamente solucionadas por um tribunal, o Provedor de Justiça limitou, neste caso, o seu inquérito à questão de saber se a Comissão lhe tinha dado conta, de forma coerente e razoável, da base jurídica em que assentou a sua actuação.

Após criteriosa análise, que incluiu a inspecção dos ficheiros pertinentes da Comissão e a audição do depoimento do Chefe de Unidade da Comissão, o Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não tinha apresentado uma justificação inteiramente coerente e razoável para a sua actuação. Não ficou convencido de que as «verbas de qualquer natureza» referidas na disposição pertinente do «Contrato IST» pudessem abarcar as verbas relativas a um outro contrato. Mais importante ainda, a compensação de verbas está excluída, nos termos da lei aplicável ao contrato, sempre que essa compensação seja objecto de manifesto diferendo. O Provedor de Justiça considerou ser esse o caso nas circunstâncias em apreço, tendo em conta que o queixoso sempre contestou as alegações da Comissão relativamente ao «Projecto Esprit», tendo, por fim, recorrido para o Tribunal de Primeira Instância. Para além disso, o Provedor de Justiça registou que a disposição em causa do «Contrato IST» apenas confere à Comissão o direito de, em determinadas circunstâncias, proceder a uma compensação. Não lhe confere o direito de, pura e simplesmente, suspender pagamentos.

A Comissão rejeitou a tentativa do Provedor de Justiça de que se chegasse a uma solução amigável, bem como o seu consequente projecto de recomendação. Não se antevendo, de forma clara, que tipo de acção o Parlamento Europeu poderia tomar para ajudar o Provedor de Justiça e o queixoso



neste caso, o Provedor de Justiça decidiu não apresentar um relatório especial ao Parlamento. Por conseguinte, formulou uma observação crítica relativamente à falta de explicações da Comissão quanto ao fundamento do seu direito de suspender os pagamentos.

## RECUSA DE REEMBOLSO DE CUSTOS DE SECRETARIADO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1986/2002/OV contra a Comissão Europeia*

Um Instituto neerlandês foi um dos Fóruns da Rede Europeia de Fóruns Urbanos para o Desenvolvimento Sustentável, um programa gerido pela Direcção-Geral da Educação e Cultura da Comissão. Muito embora tivesse recebido, oralmente, garantias da parte da Comissão de que os custos em que incorria na prestação de serviços de secretariado da Rede seriam reembolsados, a Comissão acabou por não aceitar a sua pretensão. O Instituto recorreu ao Provedor de Justiça, em Novembro de 2002, referindo que escrevera várias vezes à Comissão a solicitar a celebração de um contrato formal para os serviços de secretariado que estava a prestar. Os custos que o Instituto alegava ascendiam a 170 000 euros.

A Comissão afirmou que tratava sempre as obrigações em matéria contratual por escrito. Referiu também que o queixoso tinha sido informado oralmente de que a sua proposta não poderia ser tomada em conta. Se bem que lamentasse a ausência de uma resposta por escrito às cartas do queixoso, afirmou que o facto de este conhecer os procedimentos normais da Comissão não podia levá-lo a crer que a Comissão assumira um compromisso.

O Provedor de Justiça concluiu que a posição da Comissão de rejeitar a pretensão com vista ao reembolso se lhe afigurou injusta e baseada numa informação pouco clara. Segundo o Provedor de Justiça, o argumento da Comissão sobre o presumível conhecimento do queixoso dos procedimentos normais da Comissão não era nem legal nem convincente. Embora a Comissão tivesse referido que as obrigações em matéria contratual eram sempre tratadas por escrito, não respondeu por escrito às cartas do queixoso enviadas entre 4 de Julho e 7 de Outubro de 1997. O Provedor de Justiça exortou a Comissão a reconsiderar a sua posição, a fim de alcançar uma solução amigável, acrescentado que a mesma poderia implicar uma oferta razoável, eventualmente inferior ao montante reclamado. Uma vez que a Comissão rejeitou a solução amigável proposta e o subsequente projecto de recomendação do Provedor de Justiça no sentido de um reembolso ao Instituto, o Provedor de Justiça arquivou o caso com uma observação crítica.

### *Nota adicional*

Na sua resposta à observação crítica enviada numa carta datada de 17 de Novembro de 2004, a Comissão afirmou lamentar o facto de as expectativas dos queixosos não terem sido atendidas por escrito, dentro de um prazo razoável e de uma forma clara e cabal. Assinalou também que os princípios de boa administração que os seus serviços deviam respeitar tinham sido entretanto definidos mais claramente no Código de Boa Conduta Administrativa adoptado pela Comissão em 17 de Outubro de 2000.

## INCUMPRIMENTO DO DEVER DE REGISTAR QUEIXAS AO ABRIGO DO ARTIGO 226º

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2007/2002/ADB contra a Comissão Europeia*

O queixoso, uma organização italiana que protege os direitos dos trabalhadores italianos, acompanhara de perto as medidas tomadas por Itália no sentido de cumprir o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias respeitante à segurança social dos trabalhadores migrantes<sup>33</sup>.

33

Processo C-132/96, *Antonio Stinco e Ciro Panfilo contra Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS)*, CJ 1998, p. I-5225.



A questão em causa para o queixoso prendia-se com o cálculo das pensões pagas por Itália aos pensionistas que passam parte da sua vida de trabalho em Itália mas vivem no estrangeiro.

O queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça e alegou que (i) a Comissão não tratara de forma adequada as suas queixas contra a Itália, (ii) não tinha tomado medidas contra a Itália, e (iii) dera respostas erróneas no âmbito de uma pergunta solicitando resposta escrita que lhe fora endereçada por um deputado ao Parlamento Europeu.

A Comissão reconheceu que, embora tivessem sido enviadas respostas interlocutórias em várias ocasiões, o facto é que, antes de Fevereiro de 2003, as cartas do queixoso nunca receberam qualquer resposta relativamente à questão de fundo. A Comissão afirmou ainda que poderia ter havido dúvidas quanto à necessidade de registar as cartas do queixoso como queixas. Tendo em conta a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário<sup>34</sup>, a Comissão afirmou que tais dúvidas não deveriam persistir. A Comissão explicou que a interpretação da decisão dera azo a prolongadas discussões no seio da Comissão e com os Estados-Membros. Considerou que os seus serviços e o queixoso tinham interpretações diferentes da legislação comunitária, sobretudo no que se refere à situação dos pensionistas residentes num Estado-Membro que não a Itália, mas com direito a uma pensão paga pela Itália. A Comissão, na carta que endereçou ao queixoso, rejeitou a reclamação que invocava o dever da Comissão de intervir contra a Itália. Por último, a Comissão afirmou que não comungava do ponto de vista do queixoso, segundo o qual a resposta da instituição a um deputado ao Parlamento Europeu fora errónea.

O Provedor de Justiça concluiu não se ter verificado um caso de má administração no que se refere à segunda e terceira alegações do queixoso, as quais se baseavam em divergências ao nível da interpretação. Quanto ao facto de não ter sido dado um seguimento adequado às cartas do queixoso, o Provedor de Justiça referiu que, mesmo antes de a Comissão ter adoptado a comunicação supramencionada, a sua prática normal passava por registar todas as queixas, sem excepção. O facto de o não ter feito em relação à presente queixa constituía um caso de má administração. Dado que este aspecto da queixa dizia respeito a procedimentos relacionados com acontecimentos específicos ocorridos no passado, não tinha cabimento procurar obter uma solução amigável. Por conseguinte, o Provedor de Justiça dirigiu uma observação crítica à Comissão.

## TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RESPEITANTE A AUXÍLIOS ESTATAIS

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2185/2002/IP contra a Comissão Europeia*

O queixoso apresentou duas queixas à Comissão, nos dias 17 de Abril de 2000 e 22 de Maio de 2002, relativas aos auxílios estatais concedidos pelo Governo português a uma empresa portuguesa de embalagem de alimentos. Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou que a Comissão não se ocupara devidamente da sua queixa, apresentada a 17 de Abril de 2000, e não acusara a recepção da sua outra queixa datada de 22 de Maio de 2002.

No que diz respeito à primeira queixa, a Comissão explicou que os seus serviços tinham contactado as autoridades portuguesas e solicitado esclarecimentos sobre a questão em apreço. No seguimento da resposta das autoridades portuguesas, foi iniciado um processo referente a auxílios estatais em Janeiro de 2001. Em Julho de 2001, a Comissão solicitara informações complementares às autoridades portuguesas. No que respeita à segunda queixa, a Comissão tinha aberto um processo em Setembro de 2002 e tinha pedido informações às autoridades portuguesas em Novembro de 2002, mas não obtivera qualquer resposta. A Comissão apresentou desculpas por não ter acusado a recepção da carta do queixoso de 22 de Maio de 2002.

<sup>34</sup>

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário (COM/2002/0141 final); JO C 244 de 2002, p. 5.





Em Julho de 2003, o Provedor de Justiça escreveu à Comissão, solicitando que o informasse da recepção da resposta das autoridades portuguesas aos seus pedidos de informação datados de Julho de 2001 e Novembro de 2002. Em caso de ausência de resposta, o Provedor de Justiça pedia à Comissão que o informasse sobre as medidas que tinha tomado ou tencionava tomar para obter das autoridades portuguesas as informações solicitadas.

No tocante à primeira queixa, a Comissão explicou ter sido informada pelas autoridades portuguesas de que a imprensa portuguesa tinha publicado informações sobre a eventual venda da participação do Governo Regional dos Açores no capital social da sociedade em questão. As autoridades portuguesas acompanhariam os desenvolvimentos nesta matéria e manteriam a Comissão informada.

No que se refere à segunda queixa, as autoridades portuguesas enviaram informações suplementares à Comissão em Junho de 2003. Com base nestas informações, a Comissão considerou ser necessário solicitar novas informações às autoridades portuguesas em 18 de Julho de 2003.

Em 24 de Novembro de 2003, o Provedor de Justiça escreveu uma outra carta à Comissão, na qual solicitava a esta instituição que explicasse quais as medidas que tinha tomado para obter informações da parte das autoridades portuguesas. Solicitava ainda que comentasse a alegação suplementar feita pelo queixoso nas suas observações, segundo a qual a instituição deveria ter iniciado um processo de infracção contra Portugal.

Na sua resposta, a Comissão afirmou estar a proceder à análise da primeira queixa, com base nas informações mais recentes transmitidas pelas autoridades portuguesas. No que se refere à segunda queixa, a Comissão indicou ter pedido às autoridades portuguesas informações suplementares em Julho de 2003. Além disso, a instituição salientou que ambos os processos estavam a ser tratados de acordo com os procedimentos aplicáveis em casos relativos a auxílios estatais. Consequentemente, carecia de pertinência a questão levantada pelo queixoso sobre a oportunidade de ser instaurado um processo contra Portugal nos termos do artigo 226<sup>o35</sup> do Tratado CE.

O queixoso referiu que, em resultado da intervenção do Provedor de Justiça, os serviços da Comissão tinham tomado medidas com respeito à sua queixa.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça dirigiu uma observação crítica à Comissão. Considerou que a Comissão não tinha apresentado, apesar de uma pergunta específica do Provedor de Justiça nesse sentido, qualquer explicação convincente sobre o motivo pelo qual não tomara qualquer medida, durante quase dois anos, relativamente ao facto de as autoridades portuguesas não terem facultado as informações solicitadas.

#### *Nota adicional*

Em 15 de Junho de 2004, a Comissão respondeu por carta às observações críticas que lhe foram dirigidas. Apresentou um pedido de desculpas pelo atraso ocorrido no tratamento da queixa apresentada pelo queixoso e afirmou que as autoridades portuguesas tinham sido instadas a prestar informações suplementares até finais de Junho de 2004.

35

O artigo 226<sup>o</sup> do Tratado CE confere à Comissão o poder de intentar uma acção contra um Estado-Membro devido a incumprimento da legislação comunitária. Qualquer pessoa ou entidade pode apresentar uma queixa («queixa ao abrigo do artigo 226<sup>o</sup>») junto da Comissão contra um Estado-Membro relativamente a qualquer medida estatal ou prática administrativa por si consideradas incompatíveis com o direito comunitário.





## INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSTAR NA DECLARAÇÃO RELATIVA AOS PROFESSORES DE LÍNGUAS O REGIME DE TRABALHO A TEMPO INTEIRO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2204/2002/MF contra a Comissão Europeia*

O queixoso trabalhou como professor de língua portuguesa para a Comissão Europeia e reformou-se em 1 de Novembro de 2003. Desde de 1986 que o queixoso tinha um contrato de trabalho por tempo indeterminado, regido pelo direito belga, e trabalhava habitualmente 20 horas por semana. Em várias ocasiões, o Ministério do Emprego e da Segurança Social belga referira que um contrato de vinte horas de trabalho semanais podia ser considerado um exercício de docência a tempo inteiro, desde que a entidade empregadora fizesse uma declaração nesse sentido às autoridades belgas competentes. Contudo, a Comissão apresentou essa declaração às autoridades belgas, referindo uma parte apenas do período compreendido entre 1986 e 2002. Este facto teve graves consequências no cálculo das pensões dos professores em causa, uma vez que passariam então a receber cerca metade da pensão a que tinham direito relativamente aos anos que não tinham sido abrangidos pela declaração incorrectamente feita.

Em 13 de Dezembro de 2002, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu. O queixoso alegou que a Comissão não tinha declarado às autoridades belgas que o contrato de vinte horas semanais representava o exercício da profissão de docente a tempo inteiro. Alegou ainda que a Comissão não dera uma resposta definitiva ao pedido dos representantes dos professores de línguas sobre esta declaração às autoridades belgas.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão afirmou que, em 9 de Março de 2000, tinha enviado ao Ministério do Emprego belga uma declaração, na qual solicitava que o contrato de vinte horas semanais fosse considerado um exercício de docência a tempo inteiro. Em Novembro de 2001, a Comissão e os professores de línguas elaboraram uma declaração, que recebeu o aval do Serviços Jurídico da Comissão, na qual a Comissão fazia saber ao Ministério do Emprego belga que um contrato de trabalho de vinte horas semanais devia ser considerado um exercício de docência a tempo inteiro. Por último, a Comissão considerou que não era oportuno enviar a declaração às autoridades belgas, na medida em que havia o risco de conter informações falsas ou incompletas sobre a relação do número de horas de trabalho dos professores. Em 7 de Março de 2003, a Comissão tinha contactado as autoridades belgas a fim de obter uma resposta à sua carta datada de 9 de Março de 2000. À data da apresentação do seu parecer sobre a queixa, a Comissão ainda não tinha recebido resposta.

Em Setembro de 2003, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que esclarecesse por que razão entendia que tinha cumprido todas as suas obrigações nesta matéria. O Provedor solicitou também que indicasse quais os passos que dera para obter uma resposta das autoridades belgas à sua carta de 9 de Março de 2000 e se tinha dado seguimento ao projecto de declaração conjunta datado de 2001.

A Comissão afirmou que tinha havido uma reunião com as autoridades belgas competentes em 30 de Março de 2000. Em 7 de Março de 2003, a Comissão tinha contactado as autoridades belgas a fim de obter uma resposta à sua carta de 9 de Março de 2000. Uma outra reunião teve lugar a 17 de Julho de 2003, durante a qual se acordou em conjunto o procedimento a seguir. A Comissão considerou que tinha cumprido as suas obrigações ao enviar as cartas datadas de 3 e 29 de Outubro de 2003 às autoridades belgas, juntamente com toda a documentação de que dispunha. Na sua carta às autoridades belgas de 11 de Novembro de 2003, fez ainda uma declaração suplementar para o período anterior a 1992.

O queixoso reconheceu que, durante a reunião realizada a 17 de Julho de 2003 entre a Comissão e as autoridades belgas, a Comissão declarara que o contrato de vinte horas de trabalho semanais correspondia a um exercício de docência a tempo inteiro, quer isso dizer, a 660 horas por ano.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça considerou que aparentemente a Comissão tinha actuado segundo a vontade do queixoso. No entanto, considerou que, mesmo assumindo que as diligências



descritas pela Comissão pudessem ser consideradas suficientes no actual contexto, a verdade é que a Comissão não deu qualquer explicação para o seu immobilismo entre Maio de 2001 e Março de 2003. O Provedor de Justiça dirigiu uma observação crítica à Comissão, afirmando que os princípios de boa administração exigem que a Comissão trate os pedidos desta natureza com diligência e num prazo razoável.

Dado que houve troca de correspondência entre os representantes dos professores de línguas e a Comissão durante a primeira metade de 2002, o Provedor de Justiça concluiu que não havia necessidade de proceder a inquéritos complementares relativos às afirmações do queixoso, a saber, que a Comissão não dera aos representantes uma resposta definitiva em relação à declaração apresentada às autoridades belgas.

#### *Nota*

O Provedor de Justiça chegou a uma conclusão semelhante na queixa 2137/2002/MF.

## **TRATAMENTO INÍQUO RELATIVAMENTE A UMA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL**

### *Síntese da decisão sobre a queixa 278/2003/JMA (confidencial) contra a Comissão Europeia*

Uma organização ambiental espanhola tinha requerido ajuda financeira ao abrigo do programa de acção comunitário para a promoção de organizações não governamentais no domínio ambiental. O pedido fora rejeitado pela Comissão devido a um procedimento legal que, na altura, corria nos tribunais espanhóis contra a referida organização. Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a organização alegou que a decisão da Comissão de rejeitar a sua candidatura não fora baseada nas disposições que constam do Convite à Apresentação de Propostas e solicitou que o seu pedido de ajuda fosse reconsiderado.

A Comissão argumentou que, quando se assumem obrigações jurídicas, é preciso assegurar-se, em nome de uma gestão financeira sólida, que a situação jurídica e financeira do beneficiário, bem como a sua integridade em geral, são satisfatórias. A Comissão entendeu que havia razões suficientes para concluir que não estavam cumpridos estes requisitos gerais.

O Provedor de Justiça referiu que, ao que parecia, na altura em que a Comissão procedia à avaliação da candidatura do queixoso, um magistrado do Ministério Público espanhol fazia correr um inquérito preliminar em relação a uma alegada fraude cometida pela organização. Além do mais, a Comissão concluíra o processo de selecção antes de o magistrado responsável pelo inquérito ter ilibado a organização.

O Provedor de Justiça concluiu que era legítimo que a Comissão averiguasse a fiabilidade da situação financeira e jurídica de possíveis beneficiários, bem como a sua integridade em geral. Contudo, entendia que, ao tomar medidas para proteger os interesses financeiros da Comunidade, a Comissão deveria procurar encontrar um equilíbrio entre os interesses das pessoas privadas e o interesse público em geral. Desta forma, os possíveis beneficiários da sua ajuda financeira seriam tratados, quer com equidade, quer com o devido respeito pela presunção de inocência. O Provedor de Justiça assinalou que era difícil entender como poderia a Comissão encontrar um justo equilíbrio se não comunicasse ao candidato qualquer dúvida que pudesse ter quanto à situação jurídica. Deveria, pois, estar disposta a ouvir e a responder às informações prestadas pelo candidato.

No caso em apreço, o Provedor de Justiça constatou que a instituição se limitara a ter em consideração a existência formal de uma investigação criminal e as alegações feitas com base nesse facto, sem procurar verificar a informação em causa.

O Provedor de Justiça referiu igualmente que, embora a Comissão tivesse convidado o queixoso a apresentar provas da situação jurídica da sua organização, parecia não ter dado qualquer resposta depois de apresentada a dita documentação.



Por conseguinte, o Provedor de Justiça entendeu que a Comissão não dera mostras de conseguir encontrar um justo equilíbrio entre a necessidade de garantir uma boa gestão financeira das suas ajudas e o direito que assiste ao queixoso de ser tratado com equidade e com o devido respeito pela presunção de inocência. Concluiu ainda que a Comissão não tratara o queixoso com equidade, infringindo assim o nº 2 do artigo 6º do Código Europeu de Boa Conduta Administrativa.

O Provedor de Justiça chamou também a atenção da Comissão para o facto de que problemas semelhantes poderiam ser contornados se a instituição se dispusesse a dar instruções aos seus serviços no sentido de respeitar um justo equilíbrio entre os interesses de pessoas privadas e o interesse público em geral em casos como este.

O Provedor de Justiça tomou ainda nota da declaração da Comissão, na qual a instituição indicava que o período orçamental relativo a 2002 terminara, o que inviabilizava o pedido de ajuda financeira apresentado. Todavia, o Provedor salientou que nada devia impedir o queixoso de apresentar um pedido de financiamento com respeito a qualquer programa de ajuda cujo procedimento de candidaturas ainda não estivesse encerrado.

## ACESSO À PROFISSÃO DE ADVOGADO EM ITÁLIA

### *Síntese da decisão sobre a queixa 701/2003/IP contra a Comissão Europeia*

O queixoso, um advogado italiano, apresentou uma queixa à Comissão alegando que o sistema de acesso à profissão de advogado em Itália contraria as regras de concorrência previstas no Tratado da União Europeia. Segundo o queixoso, a Comissão limitou-se a enviar apenas uma carta interlocutória quase dois anos mais tarde. A Comissão não procedeu a uma análise aprofundada da queixa. O queixoso alegou que a instituição deveria reconsiderar a sua queixa.

A Comissão afirmou que não considerou necessário notificar formalmente o queixoso da rejeição da sua queixa, uma vez que já o tinha informado de que o acesso à profissão de advogado em Itália é regulado por disposições legislativas e, como princípio geral, não está abrangida pelas regras de concorrência.

O Provedor de Justiça concluiu que, no que diz respeito ao aspecto processual do caso, a Comissão, ao não registar como queixa a carta enviada pelo queixoso, não cumpriu as salvaguardas processuais que ela própria definira para assegurar um procedimento adequado.

### *Nota adicional*

Em 2 de Agosto de 2004, a Comissão fez conhecer os seus comentários à observação crítica formulada pelo Provedor de Justiça. Salientou que, em determinadas circunstâncias, «a correspondência não é considerada susceptível de ser instruída como denúncia pelos serviços da Comissão, não sendo por conseguinte, inscrita no registo central das denúncias»<sup>36</sup>. Contudo, na sequência da observação crítica, esforçar-se-ia por, no futuro, referir mais claramente, na sua resposta a qualquer carta que alegue infracção por parte de um Estado-Membro às normas comunitárias de concorrência, se a correspondência deverá ou não ser registada como queixa e, em caso negativo, explicitar as respectivas razões.

<sup>36</sup>

Artigo 3º do Anexo da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário (COM/2002/0141 final); JO C 244 de 2002, p. 5.



## INFORMAÇÃO INSUFICIENTE SOBRE UM POSSÍVEL FINANCIAMENTO A UM CENTRO DE EQUITAÇÃO

*Síntese de decisão sobre a queixa 753/2003/GG contra a Comissão Europeia*

O facto de um centro de equitação para jovens e crianças portadores de deficiência e socialmente desfavorecidos, em Berlim, enfrentar dificuldades financeiras constituiu motivo de preocupação para um cidadão alemão. Segundo ele, estas dificuldades ficavam a dever-se a reduções no financiamento estatal. Escreveu então à Direcção-Geral «Emprego e Assuntos Sociais» da Comissão, indagando sobre a possibilidade de a UE conceder ajuda financeira ao centro de equitação e pedindo informações sobre os requisitos necessários para obter essa ajuda.

Em Abril de 2003, o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça, alegando que não tinha recebido qualquer resposta à sua carta, nem às duas cartas de insistência que enviara posteriormente à Comissão. Em Maio de 2003, recebeu uma resposta da Comissão, mas informou o Provedor de Justiça de que a considerou insatisfatória. A Comissão aconselhara-o a contactar o Governo da região de Berlim, na medida em que, de acordo com a Comissão, quaisquer fundos que eventualmente fossem disponibilizados para o centro de equitação seriam administrados pelos Estados-Membros. O queixoso considerou que o conselho recebido não constituía uma resposta ao seu pedido de informação, pois existia a possibilidade de os Estados-Membros nem sempre gerirem bem os fundos da UE. Em Setembro de 2003, o queixoso solicitou ao Provedor de Justiça que incluísse no âmbito do inquérito a ausência de resposta da Comissão à sua outra carta enviada em Agosto. Com base numa informação que entretanto recebera de um eurodeputado alemão, afigurava-se que os fundos podiam ter sido disponibilizados para o centro de equitação, mas que os prazos relativos a esses pedidos de financiamento tinham entretanto expirado.

A Comissão admitiu que a primeira carta do queixoso se perdera e lamentou a morosidade com que se ocupara das suas outras cartas. Reconheceu que se tratava claramente de uma violação do seu próprio código de conduta e declarou que faria o seu melhor para que, de futuro, incidentes deste género ocorressem o mínimo de vezes possível. Reconheceu também que podia ser difícil obter informações sobre os programas de financiamento comunitário e afirmou que faria o seu melhor para ajudar na condução dos inquéritos. Contudo, considerou que não teria sido correcto ter comunicado ao queixoso uma longa lista de programas de financiamento, bem como as condições exigidas para se candidatar a cada um deles, na medida em que, muito provavelmente, o centro de equitação não seria elegível para nenhum deles. Não obstante, na sua última carta – enviada em Outubro de 2003 – tinha indicado a direcção do Centro Europeu de Informação, em Berlim, onde o próprio queixoso poderia analisar programas de financiamento comunitário que lhe parecessem relevantes neste caso.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça criticou o facto de a Comissão, apesar de lamentar a morosidade com que tratou a questão, não ter tido noção da necessidade de uma resposta célere, pelo menos, à última carta do queixoso, datada de Agosto de 2003. Consequentemente, formulou uma observação crítica. O Provedor de Justiça salientou que se justificava atender com um cuidado especial pedidos de informação como os apresentados pelo queixoso, dado que 2003 era o «Ano Europeu das Pessoas com Deficiência». Também não aceitou a justificação da Comissão de que teria sido errado fornecer ao queixoso uma longa lista de programas. As partes no inquérito tinham mencionado apenas três programas diferentes, mas a necessidade de uma informação clara e abrangente teria sido ainda maior se, de facto, tivesse havido uma grande variedade de programas de financiamento que pudessem ser relevantes. Independentemente de o centro de equitação poder, ou não, ser bem sucedido no seu pedido de financiamento ao abrigo do programa mencionado pelo eurodeputado alemão, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão devia ter informado o queixoso sobre o convite à apresentação de propostas relativo a esse programa. O convite fora publicado no Jornal Oficial no mesmo dia em que a Comissão escrevera pela primeira vez ao queixoso. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão não facultara informação suficiente ao queixoso, pelo que formulou igualmente uma observação crítica sobre este aspecto da queixa.



## CALENDÁRIO PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1319/2003/ADB contra a Comissão Europeia*

A queixosa é uma funcionária da Comissão que escreveu quinze cartas ou notas à Comissão, incluindo uma série de pedidos ou queixas com base no artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. Parte desta correspondência dizia respeito à elaboração do relatório de classificação de serviço da queixosa. Nos termos do artigo 43º do Estatuto dos Funcionários, os funcionários receberão um relatório de classificação de serviço uma vez, pelo menos, de dois em dois anos.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa alegou que, à parte algumas excepções, todos os seus pedidos ou queixas não tinham sido tratados de forma satisfatória. A queixosa alegou também que se verificaram atrasos na elaboração do seu relatório de classificação de serviço, o qual, segundo ela, deveria estar terminado em 31 de Dezembro de 2001.

A Comissão considerou que respondera a todas as comunicações da queixosa dentro dos prazos legais e que não se verificaram atrasos sistemáticos ou incompetência. No que se refere à elaboração do relatório de classificação de serviço, a Comissão admitiu ter havido um ligeiro atraso. Contudo, de acordo com a sentença do Tribunal de Primeira Instância no processo *Liao contra Conselho*<sup>37</sup>, a entidade competente para proceder a nomeações não poderá ser responsabilizada por qualquer atraso na elaboração de um relatório de classificação de serviço que possa ser resultado de um recurso do funcionário ao Comité Paritário para a Classificação de Serviço dos Funcionários. No caso em apreço, a queixosa fez uso dessa possibilidade.

O Provedor de Justiça referiu que, de acordo com os documentos à sua disposição, a Comissão não tinha respondido a várias cartas, sendo que outras receberam resposta com um atraso assinalável. Esta forma de proceder constituiu um caso de má administração. Além disso, o Provedor de Justiça verificou que o relatório de classificação de serviço fora concluído sete meses depois do prazo previsto nas disposições de execução. Tal como sustentado pelo Tribunal de Primeira Instância na sua sentença de 7 de Maio de 2003, *Lavagnoli contra Comissão*<sup>38</sup>, a Comissão era obrigada a respeitar o calendário fixado nas disposições de execução. A sentença mencionada pela Comissão, *Liao contra Conselho*, só devia ser considerada nos casos em que não estivesse previsto um calendário. Por conseguinte, o facto de a Comissão não observar o calendário fixado configurava um caso de má administração.

O Provedor de Justiça, quando considera que se manifestou um caso de má administração, deverá, na medida do possível, procurar uma solução em conjunto com a instituição ou organismo em causa por forma a suprimir a referida má administração. Contudo, no caso em apreço, a queixosa excluiu manifestamente esta possibilidade. Por conseguinte, o Provedor de Justiça arquivou o processo, endereçando duas observações críticas à Comissão.

### *Nota adicional*

Em resposta às duas observações críticas, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que tinha tomado nota da sua decisão. De futuro, não faria diferenças entre um funcionário seu e um outro cidadão qualquer, tratando-os de igual forma, e respeitaria o calendário previsto para a elaboração dos relatórios de classificação de serviço.

<sup>37</sup> Processo T-15/96, *Liao contra Conselho*, CJ 1995, FP pp. IA-329 e II-897.

<sup>38</sup> Processo T-327/01, *Luciano Lavagnoli contra Comissão*, CJ 2003, FP pp. IA-143 e II-691.





## VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DE NÃO DISCRIMINAÇÃO NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1367/2003/OV contra a Comissão Europeia*

Um cidadão com dupla nacionalidade, francesa e búlgara, candidatara-se, em Maio de 2003, a um lugar de agente local intitulado «consultor no quadro da pré-adesão e relator político», que se encontrava vago na Delegação da Comissão em Sófia, Bulgária. Contudo, a candidatura do queixoso foi rejeitada em virtude da sua dupla nacionalidade. A Delegação da Comissão justificou a sua rejeição, invocando o nº 2 do artigo 37º da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961. O queixoso escreveu à Comissão solicitando esclarecimentos, mas não recebeu qualquer resposta.

Em Julho de 2003, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu alegando que houvera falta de transparência no processo de recrutamento. Afirmou que a Comissão, ao excluir a sua candidatura com base na sua dupla nacionalidade e na Convenção de Viena de 1961, violara o princípio da não discriminação.

No seu parecer sobre a queixa, a Comissão observou que a vaga em questão era para um gestor de tarefas «ALAT» (*agente local com funções na área da assistência administrativa e técnica*), cujo estatuto implica a aplicação do nº 2 do artigo 37º da Convenção de Viena de 1961. Os contratos «ALAT» são reservados a candidatos que não tenham a nacionalidade do país onde desempenharão as suas funções e não sejam residentes permanentes nesse país. Nas suas observações, o queixoso manteve a sua posição de que Comissão violara o princípio da não discriminação, incluindo o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça assinalou, em primeiro lugar, que a candidatura do queixoso fora rejeitada em razão da sua nacionalidade búlgara e não da sua nacionalidade francesa. Por conseguinte, o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade consagrado no artigo 12º do Tratado afigurava-se irrelevante neste caso, na medida em que não houvera discriminação entre nacionais de Estados-Membros da UE. Contudo, o Provedor de Justiça observou que nenhum dos textos aplicáveis aos agentes locais mencionava a categoria «ALAT», nem continha disposições segundo as quais as pessoas com nacionalidade búlgara podiam ser excluídas dos contratos para agentes locais. Além do mais, o Provedor de Justiça não entendeu como poderia o nº 2 do artigo 37º da Convenção de Viena servir de fundamento à exclusão de nacionais búlgaros da elegibilidade para o lugar em questão. Pelo contrário, ele parece prever que o pessoal administrativo técnico pode ter a nacionalidade do Estado acreditador, neste caso, a Bulgária. O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não dera uma justificação objectiva para a sua decisão de recusar a candidatura do queixoso em razão da sua nacionalidade búlgara, violando assim o princípio da não discriminação. Concluiu igualmente que o aviso da vaga para o lugar em questão não facultava aos candidatos toda a informação necessária sobre o processo de recrutamento. Dado que o lugar em questão fora preenchido entretanto, não se justificava que o Provedor de Justiça procurasse uma solução amigável. Por conseguinte, formulou duas observações críticas contra a Comissão.

## NÃO RENOVAÇÃO DE UM CONTRATO DE CONSELHEIRO TÉCNICO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1624/2003/ELB contra a Comissão Europeia*

A Comissão contratou o queixoso para trabalhar como conselheiro técnico no Níger, por um período de um ano. A Comissão não renovou o seu contrato. O Gestor Orçamental Nacional do Estado do Níger apresentou um pedido oficial à Comissão no sentido da renovação do referido contrato. Na ausência de resposta a este pedido, o Gestor Orçamental Nacional solicitou a renovação automática do contrato, nos termos do artigo 314º da Convenção de Lomé.

O queixoso alegou que a Comissão o devia ter notificado oficialmente da sua decisão de não renovar o contrato dentro dos prazos fixados pelo Caderno Geral de Encargos relativo aos Contratos de





Serviços financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Alegou ainda que a Comissão deveria ter respondido aos pedidos oficiais apresentados em nome do Estado do Níger. O queixoso solicitou, pois, a renovação do contrato e a atribuição de uma indemnização pelo período de tempo em que esteve desempregado, ou pelo prejuízo global que sofrera. O queixoso afirmou também que a verdadeira razão da não renovação do seu contrato se prendia com o facto de a Comissão desejar evitar uma possível crítica por parte do Tribunal de Contas com respeito à aplicação dos fundos do FED para apoiar o funcionamento da Comissão e viabilizar a contratação de uma outra pessoa.

A Comissão respondeu que celebrara um contrato de trabalho privado com o queixoso em nome das autoridades nigerinas. O contrato regia-se pela legislação belga, pelo que a referência ao Caderno Geral de Encargos relativo aos Contratos de Serviços financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) não tinha razão de ser. Ao abrigo da legislação belga, a Comissão não tinha qualquer obrigação de renovar o contrato. O lugar do queixoso fora definido como uma interface entre o Ministério e a Delegação. O queixoso concordara com esta disposição. A Comissão adiantou também que o lugar ainda estava vago e que a sua Delegação não ia contratar nenhuma outra pessoa, na medida em que não via necessidade para o lugar em questão.

O Provedor de Justiça tomou nota dos comentários da Comissão sobre a legislação que rege o contrato. Após análise da legislação belga aplicável, ficou claro que esta não prevê qualquer aviso prévio ao funcionário que tenha um contrato a termo certo. O Provedor de Justiça não aceitou o argumento do queixoso, segundo o qual o seu contrato de trabalho, regido pela legislação belga, era simultaneamente um contrato de serviços ao qual se aplicam as disposições da Convenção de Lomé. De acordo com o Provedor de Justiça, o contrato de trabalho e o contrato de serviços pertencem a categorias jurídicas distintas que se excluem mutuamente.

O Provedor de Justiça constatou que a afirmação do queixoso de que a sua relação laboral com a Delegação era irregular podia levantar questões jurídicas complexas quanto à relação entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento e a legislação europeia em matéria orçamental. O Provedor de Justiça não considerou útil prosseguir o seu inquérito sobre esta questão no âmbito da presente queixa. Contudo, o Provedor de Justiça procurou informar-se junto do Tribunal de Contas sobre as suas actividades ligadas ao problema geral subjacente ao emprego de peritos FED nas delegações.

## RECUSA INJUSTIFICADA DE ACESSO AO PROCESSO DE UMA ONG

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1874/2003/GG contra a Comissão Europeia*

Uma organização não governamental (ONG), que actua no domínio da ajuda humanitária, realizou no Cazaquistão um projecto co-financiado pela Comissão. No entanto, na sequência de uma missão de inspecção, a Comissão decidiu cancelar o contrato e requerer à ONG o reembolso de cerca de 38 000 euros.

Além de contestar a decisão de cancelamento (queixa 49/2004/GG, pendente), a ONG apresentou igualmente uma queixa relativa à recusa, por parte da Comissão, de lhe facultar pleno acesso ao seu processo. A queixosa alegou que esta recusa era arbitrária e configurava uma infracção ao Regulamento n.º 1049/2001<sup>39</sup> relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.

A Comissão declarou ter fornecido à queixosa um inventário dos documentos sobre os processos pertinentes e que esta última tinha consultado os processos que a Comissão decidira divulgar. Argumentou que a divulgação dos restantes documentos, que continham sobretudo pareceres para uso interno como parte de deliberações e de consultas preliminares, prejudicaria gravemente o processo decisório da Comissão.

<sup>39</sup>

Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, JO L 145 de 2001, p. 43.



Depois de analisar o processo, o Provedor de Justiça concluiu que a argumentação da Comissão era insatisfatória. Não explicava por que razão alguns documentos tinham sido divulgados e outros, de natureza semelhante, recusados. Tão-pouco parecia ter tomado em consideração o tempo transcorrido desde o cancelamento do contrato. O Provedor de Justiça enviou um projecto de recomendação à Comissão, solicitando que reexaminasse o pedido da queixosa.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão apresentou inventários revistos e explicou as razões pelas quais considerava que nenhum dos documentos aos quais o acesso tinha sido recusado (à excepção de cinco documentos, cujas cópias incluiu) podia ser divulgado. A Comissão invocou o nº 3, segundo parágrafo, do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001<sup>40</sup>, para justificar a recusa de divulgar documentos elaborados por dois organismos aos quais a Comissão tinha recorrido para acompanhamento do contrato. A Comissão considerou igualmente que a recusa de divulgar mensagens de correio electrónico enviadas por membros do pessoal dos dois organismos se justificava ao abrigo do nº 1, alínea b), do artigo 4º do regulamento («protecção da vida privada e da integridade do indivíduo, nomeadamente nos termos da legislação comunitária relativa à protecção dos dados pessoais»). Na base desta posição esteve o entendimento de que a divulgação implicaria o tratamento de dados pessoais (os nomes dos membros do pessoal), o que não estaria em conformidade com a legislação comunitária relativa à protecção dos dados, i.e., o Regulamento nº 45/2001<sup>41</sup>.

O Provedor de Justiça reconheceu que a Comissão tinha desenvolvido um trabalho considerável em resposta ao seu projecto de recomendação. Recordou, no entanto, que o regulamento relativo ao acesso do público aos documentos visa garantir que o acesso aos mesmos seja o mais amplo possível e que toda e qualquer excepção seja interpretada o mais estritamente possível. Considerou razoável o ponto de vista da Comissão segundo o qual o nº 3 do artigo 4º se aplica aos documentos elaborados pelos dois organismos a que recorreu para acompanhamento do contrato. Salientou, no entanto, que o prejuízo grave que era necessário demonstrar para recusar o acesso não podia basear-se meramente no facto de os documentos em causa conterem pareceres para uso interno, posto que o nº 3 do artigo 4º prevê que o acesso a esses documentos deve, em princípio, ser permitido.

No que se refere à divulgação dos nomes, o Provedor de Justiça considerou a posição da Comissão incoerente, uma vez que esta instituição não declarou que as mensagens de correio electrónico redigidas por membros do seu próprio pessoal não deviam ser divulgadas a fim de proteger os seus nomes. Tendo em conta que a própria Comissão considerou que as mensagens electrónicas dos dois organismos que acompanhavam o contrato eram de natureza semelhante às mensagens electrónicas emanadas do seu próprio pessoal, o Provedor de Justiça não entendeu de que modo o nº 1, alínea b), do artigo 4º do Regulamento nº 1049/2001 poderia ter aqui aplicação.

O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não tinha apresentado razões válidas para recusar o acesso a mais de uma centena de documentos, o que constituiu um caso de má administração, tendo por conseguinte decidido formular uma observação crítica.

## AUSÊNCIA DE RESPOSTA A UMA CARTA DE UM CANDIDATO A UMA SUBVENÇÃO QUE NÃO FOI SELECIONADO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2239/2003/(AJ)TN contra a Comissão Europeia*

A queixa dizia respeito a uma candidatura apresentada pela Federação das Associações Europeias de Motociclismo (Federation of European Motorcyclists Associations - FEMA) a uma subvenção

<sup>40</sup>

«O acesso a documentos que contenham pareceres para uso interno, como parte de deliberações e de consultas preliminares na instituição em causa, será recusado mesmo após ter sido tomada a decisão, caso a sua divulgação pudesse prejudicar gravemente o processo decisório da instituição, excepto quando um interesse público superior imponha a divulgação.»

<sup>41</sup>

Regulamento (CE) nº 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2000, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados, JO L 8 de 2001, p. 1.



da Comissão destinada a um projecto intitulado «Initial rider training in Europe» (Formação de motociclistas na Europa). Segundo a FEMA, na resposta da Comissão à candidatura afirmava-se que esta Federação não tinha sido seleccionada para a concessão da subvenção, em virtude de «outra proposta de natureza semelhante» ter obtido uma notação mais elevada. No entanto, no decurso de contactos informais com funcionários da Comissão, tinha sido dado a entender à queixosa que não existiriam quaisquer outras candidaturas relativas a motos e motociclistas. A FEMA enviou uma carta à Comissão a solicitar esclarecimentos, mas não obteve resposta. Na queixa que apresentou ao Provedor de Justiça, a FEMA declarou, por conseguinte, que a Comissão não tinha respondido ao seu pedido de informação sobre a decisão da Comissão de não financiar a sua proposta e sobre o candidato aprovado.

No seu parecer, a Comissão declarou que a FEMA tinha sido suficientemente informada sobre todos os aspectos relevantes relativos ao processo de atribuição da subvenção no âmbito dos contactos informais regulares entre a FEMA e a Comissão. Assim sendo, a Comissão não considerou necessário dar uma resposta formal por escrito.

Nas suas observações, a FEMA reconheceu ter estado regularmente em contacto com funcionários da Comissão, mas argumentou que esses funcionários não tinham acesso directo a informações relativas à sua candidatura. Segundo a FEMA, os funcionários tiveram de fazer indagações em nome desta Federação, o que por vezes resultara em informações inadequadas e enganosas, não obstante o facto de estes funcionários terem sempre feito o seu melhor para ajudar.

O Provedor de Justiça concluiu que, mesmo tendo em conta os contactos informais mantidos entre a Comissão e a queixosa, ficara claro que o conteúdo e a estrutura da carta da FEMA exigiam uma resposta por escrito. Se a Comissão considerou que as informações solicitadas já tinham sido comunicadas informalmente à FEMA, esse facto poderia ter sido mencionado na sua resposta escrita. A ausência de uma resposta da Comissão à carta da FEMA, em conformidade com o seu próprio Código de Boa Conduta Administrativa, constituía um caso de má administração. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa e formulou uma observação crítica.

#### *Nota adicional*

Na sequência da observação crítica do Provedor de Justiça, a Comissão dirigiu-lhe uma carta na qual reconhecia não ter dado uma resposta por escrito à FEMA e não ter respeitado integralmente o seu próprio Código de Boa Conduta Administrativa. A Comissão apresentou um pedido de desculpas pela sua omissão a este respeito.

## **DEMORA NO TRATAMENTO DE UMA QUEIXA RELATIVA A UMA INFRAÇÃO**

### *Síntese da decisão sobre a queixa 2333/2003/GG contra a Comissão Europeia*

Em Novembro de 2001, um médico alemão solicitou à Comissão Europeia a abertura de um processo por infracção contra a Alemanha, país que, segundo ele, estava a infringir uma directiva do Conselho relativa à organização do tempo de trabalho no que dizia respeito à actividades dos médicos nos hospitais. O Tribunal de Justiça tinha decidido que o tempo consagrado pelos médicos ao serviço de permanência, em equipas de cuidados de saúde primários, deveria ser considerado como tempo de trabalho. Todavia, segundo a interpretação das autoridades alemãs, o serviço de permanência dos médicos não estava abrangido pela noção de «tempo de trabalho» constante da referida directiva.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, apresentada em Dezembro de 2003, o queixoso declarou ter recebido apenas, até à data, a confirmação da recepção da queixa e da realização de inquéritos complementares, mas nenhuma resposta substantiva. Segundo ele, a Comissão não tinha tratado a sua queixa dentro de um período razoável de tempo.

A Comissão argumentou que os atrasos registados no tratamento da queixa se deveram à complexidade técnica e jurídica de que a questão se revestia. Tinha registado a carta do queixoso



como uma queixa formal em Abril 2002 e, em Fevereiro de 2003, escrevera às autoridades alemãs solicitando informações, as quais responderam em Março de 2003. A Comissão decidira, em Março de 2003, encomendar um estudo sobre o impacto do acórdão do Tribunal de Justiça, tendo salientado que desejava aguardar o resultado desse estudo, antes de tomar uma decisão sobre o procedimento subsequente. Explicou que a interpretação do Tribunal era contrária à interpretação avançada pela Comissão e pelos Estados-Membros. Além disso, em Janeiro de 2004, tinha entrado em vigor na Alemanha uma nova lei que visava conciliar a legislação nacional com a directiva em causa, conforme interpretada pelo Tribunal. A compatibilidade desta lei com o direito comunitário encontrava-se em processo de análise. Uma vez concluída esta análise, a Comissão informaria o queixoso sobre o resultado da sua queixa.

O Provedor de Justiça chamou a atenção para uma comunicação da Comissão relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário<sup>42</sup>, que estabelece, como regra geral, que a Comissão deve tentar chegar a uma decisão no prazo máximo de um ano. Embora esta comunicação tenha sido feita depois de o queixoso ter apresentado a sua queixa, o Provedor de Justiça considerou que aquela regra constituía um critério útil.

O Provedor de Justiça não ficou convencido de que a complexidade técnica e jurídica da questão justificasse o atraso. A própria Comissão salientara que o acórdão do Tribunal era contrário à sua interpretação da directiva. Afigurava-se, assim, que tinha aceite que a posição jurídica já estava clarificada. De qualquer forma, a alegada complexidade técnica e jurídica da questão não explicava a razão por que tinham decorrido cerca de 15 meses antes de a Comissão tomar providências para esclarecer a questão. O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão não tratou dentro de um período razoável de tempo a queixa relativa a uma infracção apresentada pelo queixoso. Por conseguinte, formulou uma observação crítica.



### 3.4.4 O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia

#### RESCISÃO INJUSTIFICADA DE CONTRATOS DE TRADUÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 953/2003/(FA)OV contra o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia*

Uma empresa grega de tradução, constituída por duas sociedades distintas, tinha celebrado vários contratos de tradução com o Parlamento e a Comissão. Todavia, em Junho e Julho de 2002, as duas instituições informaram a empresa de que os seus contratos tinham sido rescindidos ou suspensos com efeitos imediatos, em virtude de uma investigação do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) ter demonstrado que essa empresa tinha contratado três funcionários de uma instituição europeia para a realização de trabalhos de tradução. A queixosa declarou não ter conhecimento dessa situação.

Em Maio de 2003, a empresa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando que as decisões tomadas pelas duas instituições no sentido da suspensão ou rescisão dos contratos de prestação de serviços de tradução eram ilegais e inadequadas. A queixosa salientou que nem o Parlamento nem a Comissão tinham feito referência a quaisquer artigos do contrato como base jurídica para as suas decisões. No mesmo contexto, a queixosa fez também outras alegações relativas à não renovação,

<sup>42</sup>

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário (COM/2002/0141 final); JO C 244 de 2002, p. 5.



por parte do Parlamento, de um dos seus contratos, bem como à sua exclusão de um concurso organizado por esta instituição.

Nos seus pareceres sobre a queixa, ambas as instituições declararam que a empresa queixosa era objecto de uma investigação por fraude por parte do OLAF, o qual tinha contactado também as autoridades judiciais gregas. Ambas as instituições tinham sido informadas deste facto pelo Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia. O Parlamento salientou que o OLAF lhe recomendara que não divulgasse à queixosa as verdadeiros fundamentos das suas decisões, por forma a não revelar o conteúdo do inquérito.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça observou que as regras relativas à rescisão dos contratos em causa exigiam que as instituições notificassem por escrito a empresa queixosa do não cumprimento das obrigações previstas no contrato. Em sua opinião, a mera referência feita pelas instituições aos «resultados de uma investigação do OLAF», sem fornecer informações complementares, não tinha os efeitos de uma notificação de incumprimento. O Provedor de Justiça concluiu, por conseguinte, que o Parlamento e a Comissão não tinham explicado de forma coerente e razoável a base jurídica das suas decisões de rescindir os contratos com a empresa de tradução, tendo formulado observações críticas contra as duas instituições.

Uma vez que a queixa dizia respeito a um litígio sobre contratos, o Provedor de Justiça informou a queixosa de que os contratos em causa prevêem a possibilidade de interpor uma acção judicial no âmbito desses litígios.



### 3.4.5 O Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias

#### ALEGAÇÃO DE INJUSTIÇA E FALTA DE TRANSPARÊNCIA NUM PROCESSO DE SELECÇÃO

*Síntese da decisão sobre a queixa 378/2003/MF contra o Serviço de Selecção  
de Pessoal das Comunidades Europeias*

O queixoso participou num processo de selecção na sequência de um convite à manifestação de interesse lançado pelo Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) em 2002, destinado a estabelecer uma base de dados, disponível a todas as instituições da União Europeia, com o objectivo de prover lugares não permanentes, tendo em vista o alargamento da União.

O EPSO rejeitou a candidatura do queixoso pelo facto de este ter indicado possuir um conhecimento «muito bom» de uma das nove línguas dos países candidatos à adesão, quando o convite à manifestação de interesse exigia um conhecimento «profundo» de uma destas línguas.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou que o processo de pré-selecção tinha sido injusto, pois fora baseado numa apreciação subjectiva, feita pelos próprios candidatos, das suas competências linguísticas. Em sua opinião, existia o risco de bons candidatos com uma apreciação realista das suas competências poderem ser excluídos, enquanto outros passariam os testes de pré-selecção com base numa apreciação não realista das suas competências. O queixoso alegou igualmente que o processo de selecção não tinha sido transparente. Declarou que a sua candidatura deveria ter sido tomada em consideração e que o seu nome deveria figurar na lista colocada à disposição das direcções-gerais da Comissão.

No seu parecer sobre a queixa, o EPSO remeteu para o «Guia para dos Candidatos», publicado na sua página da Internet, de acordo com o qual cabia aos próprios candidatos seleccionar as línguas cujo conhecimento desejavam indicar e especificar o seu nível de conhecimentos. O EPSO salientou igualmente que os candidatos deviam possuir um conhecimento profundo de pelo menos





uma das línguas dos dez países candidatos à adesão, bem como um bom conhecimento de inglês, francês ou alemão. O júri de validação tinha interpretado a expressão «conhecimento profundo» com sendo equivalente ao conhecimento da língua principal ou materna, ou conhecimento de nível «excelente». Na sua candidatura, o candidato tinha indicado que a sua língua materna era o francês e que possuía um conhecimento «muito bom» da língua eslovena. Assim sendo, não cumpria os critérios de filtragem definidos pelo júri de validação.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte do EPSO no que se refere à alegada injustiça do processo de pré-selecção em virtude da apreciação subjectiva, pelos próprios candidatos, das suas competências linguísticas. Considerou que no convite à manifestação de interesse era claramente solicitado aos candidatos que seleccionassem a sua língua materna/principal e que especificassem, em seguida, o nível de conhecimento que tinham de outras línguas, o que implicava uma apreciação, pelos próprios candidatos, das suas competências linguísticas. No entanto, embora o Provedor de Justiça tenha considerado que a decisão tomada pelo júri de validação de não incluir a candidatura do queixoso na base de dados em questão se afigurava ter sido tomada em conformidade com os critérios de filtragem por si definidos, concluiu que o EPSO não tinha clarificado suficientemente os requisitos linguísticos que os candidatos deveriam preencher. Reiterou, por conseguinte, a observação crítica que já tinha endereçado ao EPSO na queixa 411/2003/GG.

## INSUFICIENTE JUSTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS LINGÜÍSTICOS APLICADOS NUM CONCURSO PÚBLICO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2216/2003/(BB)MHZ contra o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias*

O Provedor de Justiça recebeu uma queixa relativa à decisão do Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias de redigir apenas em inglês, francês e alemão a sua correspondência com os candidatos a um concurso geral. O queixoso não era candidato a esse concurso. O EPSO fez notar este facto no parecer que enviou ao Provedor de Justiça, que, por sua vez, assinalou que nem o artigo 195º do Tratado CE nem o Estatuto do Provedor de Justiça requerem que um queixoso seja pessoalmente afectado pelo alegado caso de má administração.

O queixoso alegava que a decisão do EPSO violava o princípio da igualdade das línguas oficiais e das línguas de trabalho consagrado no Regulamento 1/1958<sup>43</sup> do Conselho, bem como o princípio que estabelece que qualquer pessoa tem a possibilidade de se dirigir por escrito às instituições comunitárias numa das línguas oficiais dos Tratados, devendo obter uma resposta redigida na mesma língua (artigo 21º do Tratado CE, artigo 41º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia). O queixoso salientava que os candidatos não estavam obrigados a conhecer qualquer destas três línguas como condição para poderem participar nesse concurso em particular.

Em resposta, o EPSO argumentou que (i) as instituições comunitárias devem adoptar «línguas francas» a fim de garantirem uma comunicação eficaz e um trabalho realizado dentro de prazos razoáveis, (ii) tendo em conta a situação dos candidatos como funcionários potenciais das instituições comunitárias, estas não estão necessariamente obrigadas, de acordo com a jurisprudência, a responder a um pedido ou a uma reclamação de um funcionário potencial na sua própria língua, e (iii) a jurisprudência do Tribunal de Justiça reconhece ser apropriado e proporcional limitar a utilização das línguas àquelas que são mais amplamente conhecidas na União Europeia.

O Provedor de Justiça considerou que os princípios da boa administração exigem que as decisões que afectem os direitos ou interesses de pessoas singulares tenham um fundamento legal e que o seu conteúdo seja conforme com a lei (artigo 4º do Código Europeu de Boa Conduta Administrativa).

43

Conselho CEE: Regulamento nº 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, JO B 17 de 1958, p. 385.





Concluiu que a explicação dada pelo EPSO para a sua decisão era inadequada, por não permitir conhecer e analisar as justificações que estão na sua base. No que diz respeito ao primeiro argumento do EPSO, o Provedor de Justiça não ficou convencido de que ele tenha qualquer pertinência para a justificação da decisão contestada, uma vez que os candidatos podiam ser admitidos a concurso sem a obrigação de conhecerem qualquer das três línguas em questão. Relativamente ao segundo argumento, o Provedor de Justiça salientou que o EPSO não tinha explicado a justificação subjacente à decisão contestada, limitando-se a dar uma razão pela qual considerava que os candidatos não tinham o direito de levantar objecções a essa decisão. Relativamente ao terceiro argumento, o Provedor de Justiça referiu que, no caso em apreço, o Tribunal de Justiça entendera que as disposições do regulamento do Conselho em questão eram suficientes para indicar as justificações subjacentes à decisão e permitir uma revisão das mesmas. Conforme já foi referido, o Provedor de Justiça não considerou que, no presente caso, o EPSO tivesse fornecido uma indicação clara das justificações subjacentes à decisão contestada.

Tendo em conta que a queixa foi apresentada no interesse geral («*actio popularis*»), o Provedor de Justiça declarou não ser pertinente procurar encontrar uma solução amigável para a questão. Assim sendo, decidiu arquivar o processo, acompanhado de uma observação crítica. À luz desta conclusão, não considerou necessário tomar uma posição sobre os argumentos do queixoso relativos ao Regulamento n.º 1/1958 do Conselho, ao artigo 21.º do Tratado CE e ao artigo 41.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. No entanto, fez notar que o EPSO não é uma instituição comunitária e que, por conseguinte, as três disposições mencionadas não se lhe aplicam directamente. Observou igualmente que o Tribunal de Justiça tinha determinado que as referências feitas no Tratado à utilização das línguas na União Europeia não podem ser consideradas como sendo a expressão de um princípio geral do direito comunitário que garante a cada cidadão o direito, em todas as circunstâncias, de obter uma versão redigida na sua própria língua de tudo o que seja susceptível de afectar os seus interesses.



### 3.4.6 Europol

#### INCUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO PESSOAL NO RECRUTAMENTO DE UMA ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1571/2003/OV contra a Europol*

A queixosa trabalhou para a Europol como assistente administrativa, de 1 de Maio de 2001 a 1 de Abril de 2003. Após o seu recrutamento, teve conhecimento de que tinha sido contratada como agente local e não como agente da Europol, conforme estabelecido no Estatuto do Pessoal da Europol. A queixosa, considerando-se contratada em condições financeiras menos vantajosas, escreveu uma carta ao Director da Europol, na qual solicitava a rectificação da sua situação e a respectiva compensação financeira, mas este pedido, tal como um recurso posterior, foi rejeitado.

Em Agosto de 2003, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando que a Europol não tinha cumprido o seu Estatuto do Pessoal (artigos 1.º, 2.º e 3.º, e Anexo 1) ao recrutá-la, para a função de assistente administrativa, como agente local e não como agente da Europol. A queixosa requeria igualmente uma compensação financeira.

No seu parecer sobre a queixa, a Europol declarou que, em virtude da inflexibilidade do sistema de recrutamento, fora obrigada a recorrer à contratação de agentes temporários nas condições aplicáveis aos agentes locais, em situações em que o quadro de pessoal não previa lugares na Europol e o volume de trabalho obrigava ao recurso a pessoal temporário. Embora sendo verdade que esta política implicava a contratação de pessoal como agentes locais para lugares que não os formalmente descritos no Anexo 1 do Estatuto do Pessoal da Europol, este organismo era livre de o fazer, contanto que o fizesse dentro dos limites do seu orçamento administrativo. A Europol contestou igualmente a



alegação de que a queixosa tenha sofrido qualquer prejuízo financeiro. Explicou que, para a Europol, a única alternativa teria sido a de simplesmente não contratar a queixosa.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça salientou que o Anexo 1 do Estatuto do Pessoal da Europol menciona claramente que o lugar de assistente administrativa «é» um lugar na Europol. Além disso, o Provedor de Justiça não encontrou no Estatuto do Pessoal da Europol qualquer base jurídica que pudesse justificar a prática seguida pela Europol de contratar agentes temporários nas condições aplicáveis aos agentes locais em casos em que o quadro de pessoal não previa lugares na Europol. O Provedor de Justiça concluiu que a Europol não tinha cumprido as disposições do seu Estatuto do Pessoal ao recrutar a queixosa como assistente administrativa mediante um contrato de agente local, tendo, por conseguinte, formulado uma observação crítica. No entanto, relativamente ao pedido de compensação, o Provedor de Justiça considerou que a queixosa não provou ter sofrido quaisquer prejuízos financeiros em resultado de má administração, na medida em que o argumento da Europol se afigurava razoável, ao alegar que a única alternativa à contratação da queixosa como agente local teria sido simplesmente a sua não contratação. O Provedor de Justiça considerou que a observação crítica seria suficiente para chamar a atenção da Europol para a necessidade de rever a sua prática relativa ao recrutamento de pessoal.

#### *Nota adicional*

Por carta de 10 de Janeiro de 2005, a Europol respondeu à observação crítica. O Director Interino da Europol considerou a observação crítica de utilidade para a Europol e agradeceu ao Provedor de Justiça o seu inquérito. Declarou que as unidades em causa já tinham sido instruídas no sentido de reverem a prática da Europol no que se refere ao recrutamento do seu pessoal.

## 3.5 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO



### 3.5.1 A Comissão Europeia

#### EXIGUIDADE DE PRAZO NA ORIGEM DE ERROS NUMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 1878/2002/GG contra a Comissão Europeia*

A queixosa, uma pequena empresa do Reino Unido, celebrou um Contrato Estudo Exploratório («Exploratory Award Contract») com a Comissão, com vista a preparar uma proposta CRAFT no quadro do programa específico de investigação e desenvolvimento tecnológico «Crescimento Competitivo e Sustentável». Foi disponibilizada uma prova de avaliação preliminar quanto à elegibilidade das propostas que fossem recebidas pela Comissão até 7 de Fevereiro de 2002. A proposta da empresa queixosa foi apresentada em 12 de Fevereiro de 2002, pouco depois de ter recebido o seu contrato assinado pela Comissão em 4 de Fevereiro de 2002. Esta instituição acabou por rejeitar a proposta da queixosa, considerando-a não elegível.

A queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando que o que considerava ser um «prazo ridículamente curto» tinha criado condições susceptíveis de ocasionar erros. Segundo a queixosa, esta tivera apenas alguns dias para preparar a sua proposta e submetê-la à prova de avaliação preliminar disponibilizada pela Comissão. A queixosa declarou ter feito tudo o que estava



ao seu alcance para se preparar para o contrato, por sua conta e risco em termos de tempo e dinheiro. Acrescentou que a sua proposta tinha falhado num critério, o qual não lhe tinha sido devidamente explicado pela empresa Beta Technology Ltd., o ponto de contacto nacional para estas propostas no Reino Unido.

A Comissão declarou que tinha sido facultado tempo suficiente para a empresa preparar uma boa proposta. Descreveu ainda, em linhas gerais, a série de instrumentos e serviços que tinham sido disponibilizados para permitir que a empresa realizasse um teste de elegibilidade da sua proposta.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão não tinha concedido à empresa um período de tempo razoável para submeter a sua proposta à prova de avaliação preliminar. Este facto, em última análise, levou a que a proposta da empresa fosse considerada não elegível devido a um erro nela contido. O Provedor de Justiça, por conseguinte, formulou um projecto de recomendação exortando a Comissão a ponderar uma compensação à empresa, na medida em que esta tinha sofrido prejuízos em resultado de má administração por parte da Comissão.

No seu parecer circunstanciado sobre o projecto de recomendação, a Comissão reconheceu que circunstâncias excepcionais tinham criado dificuldades à queixosa para executar correctamente o contrato. Sublinhou a sua preocupação de não prejudicar as pequenas e médias empresas. À luz dos factos apresentados pelo Provedor de Justiça, e sem necessariamente concordar com as suas conclusões, considerou que a natureza excepcional do caso justificava a concessão de uma compensação, numa base puramente *ex gratia*, para parte das despesas em que incorrera.

Nas suas observações, a queixosa informou o Provedor de Justiça de que tinha sido alcançado um acordo relativamente a uma compensação no montante de 21 000 euros. A queixosa agradeceu ao Provedor de Justiça a sua ajuda e interesse.

## DEMORA INJUSTIFICADA NO TRATAMENTO DE UM PROCESSO DE INFRACÇÃO

### *Síntese da decisão sobre a queixa 1963/2002/IP contra a Comissão Europeia*

Em 1995, o Sr. K., proprietário de uma empresa austríaca de aluguer de camiões, celebrou com o Sr. B., um concessionário italiano, um contrato para a aquisição de 99 camiões. Todavia, o Sr. B. informou o Sr. K. de que não poderia fornecer os referidos camiões, conforme combinado, em virtude de o importador para o território italiano se ter recusado a entregá-los pelo facto de estes se destinarem a um cliente austríaco que tinha a sua sede social fora da zona contratual da empresa importadora em Itália. Na opinião do Sr. K., a verdadeira razão para a recusa residia no facto de, no momento em que o contrato foi celebrado, o preço dos camiões ser 25-30% mais baixo em Itália do que na Áustria. Em 1996, o Sr. K. apresentou uma queixa à Comissão, solicitando que averiguasse se o comportamento da empresa importadora configurava uma violação dos princípios do direito da concorrência.

O queixoso, que apresentou a queixa em nome do Sr. K., alegou negligência e uma demora injustificada por parte da Comissão no tratamento do caso que tinha apresentado em 1996.

A Comissão explicou que a abordagem escolhida no caso em apreço era conforme aos princípios sancionados pelo Tribunal de Primeira Instância, de acordo com os quais a instituição tem o direito de aplicar diferentes níveis de prioridade aos casos submetidos à sua apreciação, com base no grau de interesse comunitário de que estes se revistam. A Comissão tinha adoptado todas as medidas necessárias para investigar o assunto, tendo concluído que o caso em apreço não se incluía entre os casos prioritários.

Em 5 de Setembro de 2003, o Provedor de Justiça enviou um projecto de recomendação à Comissão, no qual recomendava a esta instituição que concluísse a avaliação do caso em questão o mais tardar até 30 de Novembro de 2003 considerando ser uma boa prática administrativa tomar decisões dentro de um prazo de tempo razoável. O Provedor de Justiça entendeu ainda que a Comissão não tinha fornecido uma explicação satisfatória para a ausência de uma decisão sobre o caso, mesmo depois



de terem decorrido cerca de sete anos e meio. Fez igualmente notar que a última comunicação da Comissão sobre o caso do Sr. K. datava de 8 de Março de 2001 e que a Comissão não tinha dado qualquer razão para o seu silêncio durante os dois anos subsequentes. Sem prejuízo do poder discricionário da Comissão no seguimento dado às queixas que lhe são submetidas, o Provedor de Justiça entendeu que sete anos e meio não podem ser considerados um período de tempo razoável para a apreciação de um caso.

No seu parecer circunstanciado, a Comissão declarou ter chegado à conclusão de que não existiam provas suficientes para estabelecer uma infracção à legislação comunitária em matéria de concorrência e que o caso não apresentava um interesse comunitário suficiente que justificasse investigações complementares. Na sequência do projecto de recomendação do Provedor de Justiça, a Comissão seguiu o procedimento normal relativo à rejeição de queixas. Enviou uma carta ao Sr. K. dando-lhe uma explicação da sua posição sobre o caso. Sob reserva de eventuais comentários por parte do Sr. K., era intenção da Comissão adoptar uma decisão final sobre a queixa o mais tardar em Março de 2004.

Embora a Comissão não tenha adoptado uma decisão final sobre o caso até à data indicada no seu projecto de recomendação, o Provedor de Justiça não teve razões para presumir que a Comissão não agiria em conformidade com os seus compromissos. O Provedor de Justiça exprimiu a convicção de que o aspecto substantivo do projecto de recomendação tinha sido respeitado pela instituição e, por conseguinte, arquivou o processo.



### 3.5.2 A Comissão Europeia e o Organismo Europeu de Luta Antifraude

#### ALEGAÇÕES DE FRAUDE NO PROCESSO «BLUE DRAGON»

*Síntese das decisões sobre a queixa 1769/2002/(IJH)ELB contra a Comissão Europeia e o Organismo Europeu de Luta Antifraude*

Em Outubro de 2002, os gerentes de uma empresa denominada «Blue Dragon 2000» apresentaram uma queixa contra a Comissão e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

Os queixosos alegavam ter sido vítimas de uma fraude envolvendo subsídios comunitários concedidos no quadro do programa LEADER II. Na gestão deste programa estavam envolvidas as autoridades regionais da Catalunha e o «Grupo de Acção Local», uma associação privada. No Outono de 2000, os queixosos informaram o OLAF e as autoridades regionais sobre as suas suspeitas e mantiveram contactos com investigadores do OLAF. Posteriormente, os queixosos tiveram conhecimento de que os investigadores do OLAF encarregados do seu processo tinham sido transferidos para outras funções. Receberam igualmente o relatório sobre uma inspecção realizada pelas autoridades regionais da Catalunha, no qual se recomendava a recuperação dos fundos comunitários concedidos ao projecto Blue Dragon. Os queixosos apresentaram uma queixa junto da Comissão Europeia contra a Espanha, mas a resposta da Comissão indicava que a sua queixa tinha sido tratada como correspondência comum.

A queixa apresentada ao Provedor de Justiça alegava que a Comissão e o OLAF não tinham tratado devidamente as suas alegações de fraude e que o sistema de distribuição dos fundos da iniciativa LEADER II por intermédio de associações privadas, bem como a falta de controlos adequados por parte da Comissão, facilitavam a fraude. Os queixosos exigiam ser publicamente declarados isentos de qualquer suspeita, a restituição do que lhes tinha sido furtado e a reparação dos danos sofridos.



A queixa continha igualmente amplas alegações de conluio. O Provedor de Justiça informou os queixosos de que o seu mandato se limita às instituições e aos organismos comunitários, pelo que apenas poderia examinar as suas alegações contra a Comissão e o OLAF.

Na sua queixa inicial, os queixosos requereram confidencialidade, mas, em Abril de 2003, informaram o Provedor de Justiça de que já não desejavam que a queixa permanecesse confidencial.

#### *O inquérito relativo à Comissão*

A Comissão tinha considerado desnecessário registar como queixa a carta dos queixosos em virtude da natureza dos problemas e atendendo ao facto de os interesses financeiros das Comunidades terem sido salvaguardados.

O Provedor de Justiça entendeu que a Comissão deveria ter registado a carta como uma queixa. Enviou à Comissão um projecto de recomendação para que reexaminasse a carta dos queixosos e a tratasse em conformidade com a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu, relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário<sup>44</sup>.

A Comissão aceitou o projecto de recomendação e, por conseguinte, o Provedor de Justiça arquivou o processo em relação à Comissão, em Março de 2004.

O Provedor de Justiça salientou que os queixosos lhe poderiam apresentar no futuro uma nova queixa, caso considerassem insatisfatória a investigação da Comissão.

#### *O inquérito relativo ao OLAF*

O OLAF esclareceu ter aberto um inquérito em Fevereiro de 2001. Uma missão de inspecção no terreno programada pelo OLAF foi suspensa depois de o Ministério da Agricultura espanhol ter anunciado que as autoridades regionais tencionavam inspecionar todas as actividades do Grupo de Acção Local. O OLAF recebeu os relatórios das autoridades espanholas em Julho de 2001 e, tendo considerado não existirem motivos para pôr em causa as suas conclusões, decidiu não realizar qualquer inspecção adicional. A Direcção do OLAF aprovou o relatório final de inquérito em Dezembro de 2002. De acordo com este relatório, as conclusões das autoridades espanholas não lhe permitiram confirmar as alegações de irregularidades por parte do Grupo de Acção Local. No entanto, tinham sido detectadas irregularidades no projecto Blue Dragon. O relatório recomendava o arquivamento do processo, com um acompanhamento financeiro a fim de garantir a recuperação dos fundos concedidos ao projecto Blue Dragon.

O Provedor de Justiça entendeu que os princípios da boa administração exigem que os inquéritos administrativos do OLAF sejam realizados de forma conscienciosa, imparcial e objectiva. O exame dos documentos justificativos postos à sua disposição revelou um certo número de pontos passíveis de suscitar interrogações quanto à adequação do inquérito do OLAF, incluindo uma aparente diferença entre a assinatura do Director-Geral na decisão de abertura do inquérito e a sua assinatura noutros documentos. (O OLAF ainda não tinha sido questionado sobre esta questão). O Provedor de Justiça enumerou circunstanciadamente estes pontos num projecto de recomendação apresentado em Fevereiro de 2004, segundo o qual o OLAF deveria ponderar reabrir o seu inquérito ou realizar um novo inquérito.

O OLAF respondeu a todos os pontos enumerados no projecto de recomendação, tendo concluído não existirem motivos para reabrir o seu inquérito ou abrir um novo. Na avaliação do parecer circunstanciado do OLAF, o Provedor de Justiça teve em consideração o facto de as investigações da Comissão sobre as alegações dos queixosos relativamente a uma infracção ao direito comunitário por parte de Espanha ainda estarem em curso. Na fase actual das investigações da Comissão,

<sup>44</sup>

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Provedor de Justiça Europeu relativa às relações com o autor da denúncia em matéria de infracções ao direito comunitário (COM/2002/0141 final); JO C 244 de 2002, p. 5.





considerou afigurar-se razoável a conclusão a que tinha chegado o OLAF de não existirem motivos para reabrir o seu inquérito ou abrir um novo.

Assim sendo, o Provedor de Justiça arquivou o processo em relação ao OLAF em Julho de 2004.

Na decisão final, o Provedor de Justiça observou que a Comissão tinha apresentado uma proposta de alteração do regulamento que rege as investigações do OLAF. O legislador teve ocasião, por conseguinte, de ponderar a introdução de possíveis alterações na forma como o OLAF realiza as suas investigações internas e externas, bem como na sua cooperação com as autoridades dos Estados-Membros. O Provedor de Justiça fez igualmente uma observação sobre a explicação dada pelo OLAF para o facto de, em determinado momento, o Director-Geral do OLAF ter adaptado a sua assinatura de modo a torná-la mais legível. O Provedor de Justiça salientou que a certificação desta alteração através de um documento oficial, por parte do OLAF, no momento em que esta teve lugar, teria sido uma atitude conforme aos princípios da boa administração.

## 3.6 CASOS ENCERRADOS POR OUTRAS RAZÕES



### 3.6.1 O Conselho da União Europeia

#### CRIANÇA PRIVADA DE COBERTURA DO SEGURO DE DOENÇA DA UE

*Síntese da decisão sobre a queixa 2210/2003/MHZ contra o Conselho da União Europeia*

Em Novembro de 2001, a queixosa recebeu um ofício personalizado, com a referência SN 3736/01, do Chefe do Serviço de Seguro de Doença. O ofício informava-a de que, a partir de 31 de Dezembro de 2001, o seu filho passaria a beneficiar da cobertura do sistema de segurança social belga e que o regime comum de seguro de doença apenas o cobriria numa base de complementaridade.

Em 14 de Dezembro de 2001, a queixosa, juntamente com dois outros funcionários do Conselho, escreveu uma carta conjunta ao Director-Geral Adjunto do Pessoal e Administração, na qual comentava a natureza discriminatória do ofício e contestava a sua validade legal. A resposta do Director-Geral Adjunto não satisfazia o pedido feito pela queixosa de um parecer do Serviço Jurídico do Conselho mas, em vez disso, aconselhava-a a contactar o Chefe do Serviço do Seguro de Doença. A queixosa contactou então o Comité do Pessoal, o qual procurou, sem sucesso, marcar uma reunião entre a queixosa e o Director-Geral Adjunto. Uma vez que a queixosa não aceitava a validade do conteúdo do ofício SN 3736/01, continuou a apresentar pedidos de reembolso das despesas médicas do seu filho. Em 28 de Março de 2003, o pedido de reembolso da queixosa foi recusado pela primeira vez.

Em 7 de Novembro de 2003, a queixosa enviou uma queixa ao Provedor de Justiça. Dado que os dois outros funcionários do Conselho supracitados apresentaram queixas na mesma data relativas ao mesmo assunto, as três queixas foram tratadas em conjunto. Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa afirmava que o ofício SN 3736/01 era contraditório com o Estatuto dos Funcionários, discriminatório e juridicamente não vinculativo. Alegava que o seu filho deveria ter direito a uma assistência médica idêntica à dos filhos dos outros funcionários da UE.

No seu parecer sobre a queixa, o Conselho explicou o seu procedimento, declarando que a queixosa não havia contestado formalmente a decisão comunicada no ofício SN 3736/01. Tal como não contestara, dentro do prazo regulamentar, a decisão de recusa de reembolso tomada pelo Serviço do Seguro de Doença.





O Conselho invocou o nº 1 do artigo 72º do Estatuto dos Funcionários e o artigo 6º da Regulamentação comum relativa à cobertura dos riscos de doença dos funcionários das Comunidades Europeias, segundo os quais as despesas médicas dos filhos dos funcionários só podem ser reembolsadas se o funcionário não tiver recebido ou não tiver direito a receber o reembolso de qualquer outro sistema de seguro de doença. O Conselho anexou ao seu parecer a cópia de uma declaração do Instituto Nacional do Seguro de Doença e Invalidez da Bélgica. A declaração explicava que o seguro de doença na Bélgica é obrigatório para qualquer criança que tenha um dos progenitores coberto por este seguro, ainda que o outro progenitor seja funcionário da UE.

Por último, o Conselho questionou a admissibilidade da queixa ao Provedor de Justiça, tendo em conta que a queixosa não apresentara uma reclamação administrativa interna à autoridade competente, nos termos do nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. Os contactos da queixosa com o Director-Geral Adjunto e com o Comité do Pessoal não podiam ser considerados equivalentes a uma reclamação administrativa.

A queixosa respondeu ao parecer do Conselho e declarou que a carta enviada ao Director-Geral Adjunto em 14 de Dezembro de 2001 deveria ser considerada como um pedido de informação, e não como uma reclamação.

O Provedor de Justiça reavaliou, portanto, a admissibilidade da queixa. Se bem que, quando deu início ao inquérito, o Provedor de Justiça tivesse dado à queixosa o benefício da dúvida e concluído que a carta ao Director-Geral Adjunto constituía uma reclamação, tal deixara de ser possível na sequência das observações da queixosa a este respeito. O Provedor de Justiça concluiu, portanto, que a queixa não era, de facto, admissível, uma vez que a queixosa não esgotara as possibilidades previstas no nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. O Provedor de Justiça considerou, pois, que a queixosa desistiu do caso, pelo que não prosseguiu o inquérito às suas alegações e reclamações.



### 3.6.2 A Comissão Europeia

#### RECUSA DE PAGAMENTO DE FACTURAS REFERENTES A UM CONTRATO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA TACIS

*Síntese da decisão sobre a queixa 253/2003/ELB (confidencial) contra a Comissão Europeia*

O queixoso era presidente e director executivo de uma empresa à qual foi adjudicado um contrato de prestação de serviços no âmbito do programa TACIS. No termo do contrato, o queixoso apresentou as facturas remanescentes à Comissão, mas esta recusou-se a pagá-las. As facturas eram referentes a honorários e ajudas de custo de uma intérprete, despesas de utilização de um veículo pessoal, despesas extraordinárias do orçamento de formação e visitas de estudo, dias suplementares de permanência na retaguarda<sup>45</sup> e atrasos na aprovação de pedidos de formação individual.

O queixoso alegou que a Comissão não tinha o direito de recusar o pagamento das facturas, uma vez que as despesas em questão eram elegíveis segundo o contrato TACIS. Considerou que a Comissão devia pagar as facturas remanescentes, bem como os juros por atraso no pagamento.

A Comissão declarou que não havia fundamentos legais para pagar a quantia reclamada pelo queixoso. Considerou que a contratação da intérprete não era justificável, uma vez que esta era esposa do chefe da equipa. Recusou o pagamento pela utilização do veículo, porque a factura apresentada era referente a despesas de utilização de um veículo pessoal, quando previamente fora dada aprovação ao aluguer de um veículo. Em todo o caso, a taxa por quilómetro constante da

<sup>45</sup>

Isto é, tempo despendido pelo director do projecto na União Europeia e não nos países beneficiários.



factura do queixoso não correspondia, ao contrário do que este afirmava, à taxa oficial estabelecida pelas autoridades fiscais francesas. A Comissão não concordava em pagar as quantias adicionais ao orçamento da formação e visitas de estudo, porque o contratante excedera as verbas aprovadas sem ter pedido a aprovação de um orçamento rectificativo. Na questão dos pedidos de formação individual, a Comissão não considerou que as demoras excedessem o razoável.

Depois de considerar atentamente o parecer da Comissão e as observações do queixoso, o Provedor de Justiça escreveu à Comissão propondo-lhe uma solução amigável. O Provedor sugeriu que a Comissão considerasse a possibilidade de rever a sua decisão de não reembolsar as facturas apresentadas pelo queixoso, bem como os juros apropriados.

Na sua resposta à proposta de solução amigável, a Comissão confirmou que não adoptara qualquer regra que proibisse familiares do pessoal ocidental dos projectos TACIS de serem recrutados para o mesmo projecto, nem publicara informações sobre as suas práticas a este respeito. O Provedor de Justiça considerou que era apropriado a Comissão regulamentar o emprego de familiares no âmbito de projectos como os do TACIS, mas salientou que os objectivos de tal regulamentação podiam ser mais bem concretizados no futuro, assegurando-se a justiça e a transparência através da adopção e da adequada publicitação das regras e princípios aplicáveis.

Relativamente às despesas de utilização do veículo pessoal, a Comissão concordou em reembolsá-las, mas com base na taxa oficial por quilómetro fixada pelas autoridades fiscais francesas. O queixoso discordou da proposta da Comissão. O Provedor de Justiça concluiu que não podia ser encontrada uma solução amigável para este aspecto da queixa.

No que se refere ao tempo de espera pela aprovação dos pedidos de formação individual, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão lhe fornecera um conjunto coerente de fundamentos jurídicos justificativos do seu procedimento e das razões por que considerava correcta a sua posição contratual. Considerou ainda justificada a recusa da Comissão de pagamento das quantias que excediam os limites aprovados do orçamento para formação e visitas de estudo.

#### *Nota adicional*

Em 18 de Novembro de 2004, a Comissão enviou uma observação complementar. Explicou que o guia prático de procedimentos relativos aos contratos financiados pelo orçamento geral das Comunidades Europeias no contexto da cooperação com países terceiros, que entrara em vigor em Maio de 2003, não regulava explicitamente o emprego de familiares de um contratante. Apenas eram excluídos os funcionários ou agentes da administração pública do Estado beneficiário. O artigo 94º do Regulamento Financeiro rege eventuais conflitos de interesses surgidos no processo de adjudicação. O guia acima referido contém uma disposição semelhante. Podem surgir igualmente conflitos de interesses quando um contrato é objecto de subcontratação. A Comissão considerou que o recrutamento de familiares de um contratante deveria ser examinado caso a caso, com base no Regulamento Financeiro e no guia prático.

## CLASSIFICAÇÃO DE SUBVENÇÃO POR UM BURRO ANÃO

### *Síntese das decisões sobre as queixas 1219/2003/GG e 760/2004/GG contra a Comissão Europeia*

Um regulamento do Conselho destinado a promover métodos de produção agrícola amigos do ambiente criou um sistema de ajudas à extensificação da agricultura. Os agricultores podem obter uma subvenção se as suas unidades de gado (UG) por hectare não excederem o número de 1,4, sendo os equídeos com mais de seis meses contados como 1,0 UG e os ovinos e caprinos contados como 0,15 UG.

Um agricultor alemão da zona de Karlsruhe possuía quatro cavalos e um burro anão nos seus três hectares de terreno. O agricultor considerou que o burro tinha aproximadamente o tamanho de uma ovelha. Por conseguinte, calculou que tinha um total de 4,15 UG, o que ficava ligeiramente abaixo de



1,4 UG por hectare. A autoridade competente da zona considerou que o burro anão correspondia a 0,16 UG, o que significava que o limite ainda era respeitado.

Todavia, quando a Comissão tomou conhecimento do assunto, durante um controlo por amostragem, concluiu que o burro pertencia ao grupo dos equídeos, pelo que correspondia a 1,0 UG. Consequentemente, foi exigida a devolução de 240 marcos alemães (120 euros). Além disso, a Comissão entendeu que se tratava de um erro aleatório, que se reproduzia proporcionalmente em todo o conjunto de operações de onde fora retirada a amostra. Decidiu, portanto (tendo em conta outros pequenos erros que, de outra forma, não teriam resultado em deduções), excluir do financiamento comunitário as despesas efectuadas pela Alemanha, que ascendiam a 927 401 euros.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça (1219/2003/GG), o Presidente do *Regierungspräsidium Karlsruhe* sustentou que esta decisão era injusta e desproporcionada.

No seu parecer, a Comissão referiu-se a uma audição na qual as autoridades alemãs haviam reconhecido que, contrariamente às suas declarações iniciais, tinham sido detectados outros casos semelhantes. Do ponto de vista da Comissão, isto confirmava a natureza aleatória do erro.

Devido a um mal-entendido, o queixoso decidiu retirar a queixa. No entanto, quando esse mal-entendido foi esclarecido, o caso foi reaberto pelo Provedor de Justiça e registado como uma nova queixa (760/2004/GG). O Provedor considerou que a decisão da Comissão parecia, à primeira vista, não consentânea com o senso comum. Contudo, observou também que o Tribunal de Justiça sustentara reiteradamente que a Comissão, para demonstrar a existência de uma infracção às regras da organização comum do mercado agrícola, só tinha de apresentar prova de uma dúvida séria e razoável da sua parte. Além disso, as autoridades alemãs tinham reconhecido que o erro não era um caso isolado. O Provedor de Justiça concluiu, portanto, que a atitude da Comissão não constituía um caso de má administração.

Acrescentou, no entanto, que o problema poderia ter sido evitado se a regulamentação pertinente tivesse tido em conta a possibilidade de os candidatos a subvenções possuírem burros anões. Exprimiu a sua confiança em que a Comissão teria isto em mente em futuras propostas legislativas neste domínio.



### 3.6.3 Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias

#### ALEGADA FALTA DE RESPOSTA DA ENTIDADE COMPETENTE PARA PROCEDER A NOMEAÇÕES

*Síntese da decisão sobre a queixa 1196/2003/ELB contra o Serviço de Selecção  
do Pessoal das Comunidades Europeias*

A queixosa candidatou-se ao concurso COM/C/1/02, destinado a constituir uma lista de reserva de dactilógrafos (m/f) de língua francesa (C4/C5). A sua candidatura foi recusada por insuficiente experiência profissional. A queixosa fez um primeiro pedido de esclarecimento. O júri confirmou a sua decisão de a excluir do concurso. Fez um segundo pedido de esclarecimento, e foi convidada a comparecer a testes que teriam lugar no dia seguinte. A queixosa efectuou os testes, mas obteve resultados insuficientes e foi excluída. Apresentou, conseguinte, uma queixa com base no nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, a queixosa alegou que a entidade competente para proceder a nomeações não respondera a algumas das questões formuladas na sua reclamação com base no nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários.



A Comissão enviou um parecer sobre a queixa, que o Provedor de Justiça entendeu que representava o ponto de vista conjunto do Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) e da Comissão. A Comissão e o EPSO argumentaram que haviam respondido a todos os pedidos de esclarecimento/reconsideração da queixosa. A queixosa recebeu igualmente uma resposta à sua reclamação nos termos do nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários.

O Provedor de Justiça registou que a resposta à reclamação da queixosa nos termos do nº 2 do artigo 90º tinha sido muito detalhada. Registou igualmente que, no âmbito do seu próprio inquérito, a Comissão e o EPSO forneceram à queixosa explicações adicionais acerca dos documentos a anexar ao formulário de candidatura, do seu convite tardio para os testes, do conteúdo dos testes, dos recursos e dos procedimentos do júri. No que se refere ao facto de a candidatura inicial e de o primeiro pedido de esclarecimento da queixosa terem sido rejeitados, enquanto que o seu segundo pedido fora aceite, o Provedor de Justiça salientou que a explicação dada à queixosa pela Comissão e pelo EPSO no seu parecer sobre a queixa parecia diferir da que dera a entidade competente para proceder a nomeações na sua resposta à reclamação nos termos do nº 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. Especificamente, o Provedor de Justiça considerou que podia inferir-se da explicação dada pela Comissão e pelo EPSO no seu parecer que o júri do concurso acabou por permitir à queixosa tomar parte nos testes escritos com base nas provas documentais anexas à sua candidatura inicial ao concurso.

O Provedor de Justiça recordou que a queixosa desejara obter esclarecimentos e indicara que, com base nestes esclarecimentos, consideraria a possibilidade de recorrer ao Tribunal ou de apresentar uma nova queixa ao Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça considerou que as questões suscitadas pela queixosa na sua queixa inicial tinham sido suficientemente esclarecidas e que, portanto, não seria necessário prosseguir o inquérito.



### 3.6.4 O Comité das Regiões

#### PREÇOS DAS REFEIÇÕES PARA ESTAGIÁRIOS

##### *Síntese da decisão sobre a queixa 32/2004/GG contra o Comité das Regiões*

Um estagiário que trabalhava para o Comité das Regiões sentiu-se discriminado pelo facto de os estagiários do Comité não terem direito a qualquer redução do preço das refeições na cantina do Comité, em Bruxelas. Os estagiários que trabalham na Comissão, no Conselho, no Parlamento e no Comité Económico e Social, por seu lado, podem tomar, pelo menos, uma refeição por dia a preço reduzido (normalmente, a 50% do preço normal).

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso alegou que, com um salário de menos de 740 euros por mês, os estagiários não podiam pagar diariamente um almoço que custava, no mínimo, 4,50 euros. Sustentou que os estagiários que trabalham para o Comité das Regiões deviam ter o mesmo tratamento concedido aos estagiários que trabalham para outras instituições e organismos da Comunidade.

No seu parecer, o Comité das Regiões informou que a sua cantina era explorada por uma empresa privada. O contrato com esta empresa não previa preços preferenciais. Assim, as suas obrigações contratuais e legais tornavam impossível ao Comité obrigar o concessionário da cantina a aplicar preços diferenciados. Todavia, o concessionário tinha confirmado por escrito que ofereceria preços mais favoráveis aos estagiários logo que o Comité se transferisse para um novo edifício em Bruxelas. De qualquer forma, o Comité tinha a intenção de procurar inserir num novo contrato, a negociar futuramente, uma cláusula que previsse preços reduzidos para os estagiários. Além disso, o Secretário-Geral do Comité decidira aumentar a remuneração dos estagiários de 735 euros para 1 000 euros por mês.



Na sua decisão, o Provedor de Justiça declarou que não considerara convincentes os argumentos do Comité. Ainda que o contrato existente não permitisse ao Comité obrigar o concessionário privado da sua cantina a oferecer preços reduzidos, nada indicava que o Comité não pudesse fazer-lhe essa proposta. Além disso, o Provedor considerou que a posição do Comité era dificilmente consentânea com o facto de o contrato existente se manter aplicável depois da mudança do Comité para um novo edifício mas, mesmo assim, a empresa ter confirmado que iria oferecer preços mais favoráveis após a mudança. O Provedor registou ainda que o contrato em questão fora concluído depois de ter sido suscitada pela primeira vez a questão dos preços reduzidos para os estagiários. Considerou, portanto, que os argumentos avançados pelo Comité não lhe permitiam verificar se as alegações do queixoso eram bem fundadas.

Contudo, o Provedor de Justiça registou que a situação financeira dos estagiários fora substancialmente melhorada pelo aumento da sua remuneração. O valor adicional afigurava-se mais do que suficiente para permitir aos estagiários pagarem as suas refeições diárias ao preço normal. Nestas circunstâncias, o Provedor considerou não haver fundamento para prosseguir o seu inquérito.



### 3.6.5 O Instituto Universitário Europeu

#### LIMITES DE IDADE NO RECRUTAMENTO

*Síntese da decisão sobre a queixa 2225/2003/(ADB)PB contra o Instituto Universitário Europeu*

A candidatura da queixosa a uma vaga no Instituto Universitário Europeu (IUE) fora recusada por a sua idade ultrapassar o limite estabelecido para o lugar em causa. A queixosa alegou que fora discriminada em razão da idade. Sustentou que a discriminação por razões de idade em processos de recrutamento deveria ser abolida.

O mandato do Provedor de Justiça restringe-se às «instituições e organismos comunitários», uma expressão que não é definida pelo Tratado nem pelo Estatuto do Provedor de Justiça. Num inquérito anterior (659/2000/GG), o Provedor considerou não estar excluído que o IUE fosse considerado um organismo comunitário para os efeitos do mandato do Provedor de Justiça. No referido inquérito, o IUE não apresentou um parecer sobre essa questão. No presente inquérito, o IUE informou o Provedor de que chegara à conclusão de que não se enquadrava na sua esfera de competências. Referiu especificamente o facto de o IUE ter sido instituído por uma convenção internacional «clássica», e não com base nos Tratados da Comunidade.

Relativamente à alegação de discriminação da queixosa, o IUE referiu que a sua utilização de um limite de idade neste caso estava relacionada com uma sobreposição entre «legislação laboral e direitos de pensão». Seria, portanto, apresentada ao Conselho Superior do IUE uma proposta com vista a separar estes dois aspectos no regulamento do IUE. Entretanto, o IUE dera instruções para não se incluírem limites de idade nos anúncios de concursos para a categoria em questão.

Após uma atenta análise do parecer do IUE e dos textos jurídicos pertinentes, o Provedor chegou à conclusão de que o ponto de vista do IUE de não se considerar um «organismo comunitário», na acepção que lhe é dada no mandato do Provedor de Justiça, parecia razoável. Todavia, dado que a expressão «organismos comunitários», referida na respectiva disposição do Tratado, não é definida com rigor na legislação comunitária, o Provedor considerou que a evolução legislativa futura poderá justificar uma reabertura da questão de se saber se o IUE pode ser considerado um «organismo comunitário» no âmbito das competências do Provedor de Justiça.

À luz desta conclusão, o Provedor de Justiça não se considerou competente para analisar a alegação da queixosa. O Provedor congratula-se, todavia, com a decisão do IUE de propor ao seu Conselho





Superior a adopção de medidas que permitam que as questões relacionadas com os direitos de pensão sejam resolvidas por outros meios que não a aplicação de limites de idade ao recrutamento e com o facto de, entretanto, terem sido dadas instruções para não incluir limites de idade nos anúncios de concurso para a categoria em questão.

### 3.7 CASO ENCERRADO APÓS UM RELATÓRIO ESPECIAL

#### **CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES DE ADIDOS DE IMPRENSA NAS DELEGAÇÕES DA COMISSÃO EM PAÍSES TERCEIROS**

*Síntese da decisão sobre o inquérito de iniciativa própria OI/2/2003/GG (Confidencial)*

Em 6 de Outubro de 2003, o Provedor de Justiça recebeu uma queixa do sr. B, adido de imprensa na Delegação da Comissão Europeia em Islamabad. Na sua queixa, o sr. B alegava que a sua classificação profissional violava as regras da Comissão e que fora discriminado em razão da sua nacionalidade.

O Tratado que institui a Comunidade Europeia prevê que o Provedor de Justiça receba «queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro».

Dado que não se afigurava que o sr. B enquadrasse em qualquer destas categorias, o Provedor de Justiça informou-o, em 21 de Outubro de 2003, de que não era competente para receber a sua queixa.

Contudo, dada a gravidade das questões levantadas pelo sr. B, o Provedor de Justiça considerou dever examiná-las. Decidiu, portanto, abrir um inquérito de iniciativa própria sobre o assunto.

No seu parecer, a Comissão referiu que os lugares de adido de imprensa nas suas delegações em países terceiros eram criados no grupo I ou no grupo II, dependendo das funções a desempenhar e em conformidade com a «Regulamentação-quadro sobre as condições de emprego dos agentes locais da Comissão das Comunidades Europeias em serviço em países terceiros», publicada nas suas Informações Administrativas de 22 de Junho de 1990. A maior parte destes lugares (dois terços) era, de facto, do grupo I, mas mais de metade destes adidos de imprensa estava colocada sob a responsabilidade directa do Chefe de Delegação. A Comissão referiu que o Paquistão não era o único país de dimensão importante em que o lugar de adido de imprensa era classificado no grupo II. Por conseguinte, do ponto de vista da Comissão, a queixa por discriminação em razão da nacionalidade não podia ser aceite.

O Provedor de Justiça observou que o Anexo I da «regulamentação-quadro» apresenta os lugares dos adidos de imprensa como exemplos de «lugares administrativos, de consultoria ou gestão» que pertencem ao grupo I. À luz desta disposição, o Provedor de Justiça entendeu que cabia à Comissão demonstrar com que fundamento jurídico e com que critérios se achava no direito de classificar alguns adidos de imprensa (e, especificamente, o sr. B) no grupo II.

O Provedor de Justiça registou, no entanto, que a Comissão não foi capaz de clarificar o fundamento jurídico e os critérios referidos, não obstante diversos pedidos de informação feitos pelo Provedor nesse sentido.

Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão fora incapaz de dar uma explicação coerente e convincente para o facto de ter classificado o lugar do sr. B (e de outros adidos de imprensa) no grupo II, enquanto que na sua «Regulamentação-quadro» refere os adidos de imprensa como exemplos de «lugares administrativos, de consultoria e gestão» pertencentes ao grupo I. O Provedor de Justiça entendeu que este era um caso de má administração.





No que se refere à alegação do sr. B de que teria sido igualmente objecto de discriminação em razão da sua nacionalidade, o Provedor de Justiça considerou que as provas ao seu dispor não lhe permitiam concluir que tal alegação fosse justificada.

Em 19 de Julho de 2004, o Provedor de Justiça enviou um projecto de recomendação à Comissão, convidando-a a reconsiderar as suas regras relativamente à classificação dos lugares de adido de imprensa nas suas delegações em países terceiros, em geral, e do sr. B em particular.

Tendo considerado insatisfatória a resposta da Comissão ao seu projecto de recomendação, o Provedor de Justiça decidiu enviar um relatório especial ao Parlamento, no qual reitera o referido documento como recomendação à Comissão.

### 3.8 INQUÉRITOS POR INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

#### INEXISTÊNCIA DE UM PROCEDIMENTO DE QUEIXA RELATIVO A PERITOS NACIONAIS DESTACADOS

*Síntese da decisão sobre o inquérito de iniciativa própria OI/1/2003/ELB referente à Comissão Europeia*

Os peritos nacionais destacados são funcionários públicos nacionais ou internacionais ou pessoas empregadas no sector privado que trabalham temporariamente para as instituições europeias. Segundo as regras adoptadas pela Comissão aplicáveis aos peritos nacionais destacados, estes continuam ao serviço dos seus empregadores e a ser pagos por eles durante o período de destacamento. Recebem, contudo, um subsídio da Comissão para cobrirem as suas despesas de expatriação.

O Provedor de Justiça desconhecia se existia algum procedimento interno – por exemplo, o artigo 90º do Estatuto dos Funcionários – que pudesse ser utilizado na resolução de possíveis litígios entre peritos nacionais destacados e a Comissão. Por conseguinte, pediu à Comissão que o informasse se recebia queixas de peritos nacionais destacados referentes a questões relacionadas com o seu destacamento e de que modo eram tratadas essas queixas. Perguntou ainda à Comissão se estaria disposta a introduzir nas regras aplicáveis aos peritos nacionais destacados uma disposição adequada para a resolução de possíveis litígios.

A Comissão confirmou que o artigo 90º do Estatuto dos Funcionários não é aplicável aos peritos nacionais destacados, porque o Estatuto dos Funcionários não se lhes aplica e os subsídios que recebem não têm por base o Estatuto dos Funcionários. Segundo a Comissão, os seus serviços utilizavam métodos informais para resolver possíveis litígios, a fim de evitar que estes se amplificassem e agravassem. A Comissão reconheceu que, no que se refere ao âmbito, procedimentos e canais para a resolução de litígios, a situação jurídica não era inteiramente clara, em especial porque a decisão aplicável da Comissão não previa um procedimento de queixa. A Comissão declarou estar disposta a introduzir, no contexto de uma próxima revisão substancial das supracitadas regras, uma disposição adequada para a resolução de possíveis litígios.

O Provedor de Justiça congratulou-se com a resposta positiva da Comissão, mas registou que esta não estabelecera um calendário para a adopção das eventuais medidas. Recordando que a ausência de acção dentro de um prazo razoável constitui uma forma de má administração, o Provedor de Justiça enviou à Comissão um projecto de recomendação, que sugeria que esta deveria adoptar um procedimento de queixa para a resolução de possíveis litígios entre peritos nacionais destacados e a Comissão.



A Comissão informou o Provedor de Justiça de que aceitava o seu projecto de recomendação e indicou que, até Março de 2005, poderia ser adoptado um procedimento de queixa para peritos nacionais destacados.

Com base no seu inquérito, o Provedor de Justiça concluiu que a Comissão aceitara o seu projecto de recomendação e que as medidas tomadas pela Comissão para o aplicar eram satisfatórias, tendo já sido estabelecido um calendário razoável para a acção.

## QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS EUROPEIAS

*Síntese da decisão sobre o inquérito de iniciativa própria OI/5/2003/IJH  
referente à Comissão Europeia*

As Escolas Europeias foram criadas em 1957, para a educação dos filhos dos funcionários das instituições comunitárias. Não se enquadram directamente no mandato do Provedor de Justiça, mas a Comissão está representada no Conselho Superior das Escolas Europeias e assegura grande parte do seu financiamento. Quando o Provedor de Justiça recebe queixas relativas às escolas, solicita um parecer à Comissão. Muitas dessas queixas, nomeadamente uma queixa colectiva em 2002 (845/2002/IJH) que resultou num projecto de recomendação à Comissão, exprimem um sentimento de frustração e de falta de capacidade de intervenção por parte dos pais.

Em Dezembro de 2003, o Provedor de Justiça deu início a um inquérito por iniciativa própria sobre os planos da Comissão para promover a boa administração das escolas. O inquérito revelou a necessidade de ajudar as escolas a assegurarem níveis melhores e sustentados de confiança entre aqueles cujos interesses deviam servir (crianças, pais, instituições e público em geral), bem como a melhorarem a sua eficácia no futuro.

A resposta da Comissão concordava com a necessidade de actuação, reconhecia a importância da cooperação com os pais e anunciava uma próxima Comunicação destinada a realçar a necessidade de uma melhor governação e transparência. A Comissão informava que já tinha solicitado às escolas que tomassem medidas imediatas, nomeadamente no que se refere ao artigo 42º da Carta dos Direitos Fundamentais, relativo ao acesso aos documentos. A Comissão salientava, no entanto, que possuía influência limitada no Conselho Superior, sendo este lento a tomar decisões e relutante em empreender reformas.

O Provedor de Justiça considerou que a Comissão procurara identificar e resolver as mais graves deficiências operacionais que tinham estado na origem das queixas. Além disso, as suas propostas para a próxima Comunicação representavam uma oportunidade importante para melhorar a qualidade da administração das escolas. O Provedor de Justiça concluiu que a Comissão reconheceu plenamente a sua responsabilidade geral em promover a boa administração das escolas, em conformidade com os mesmos valores, princípios e normas que aplica às instituições e organismos comunitários. Deu, portanto, por encerrados o inquérito, concluindo não ter havido má administração por parte da Comissão.

O Provedor de Justiça sugeriu ainda que a Comissão informasse o Conselho Superior sobre o código europeu de boa conduta administrativa e incentivasse a sua aplicação nas escolas, e que procurasse assegurar que as próprias escolas reconhecessem a necessidade de darem capacidade de intervenção aos pais e de conquistarem a sua confiança como parte integrante da sua missão principal.

Por último, o Provedor de Justiça manifestou a sua vontade de conhecer os futuros progressos na promoção da qualidade da administração das escolas europeias e na melhoria da sua transparência e eficácia.

### *Nota adicional*

Em 15 de Setembro de 2004, a Comissão respondeu positivamente às sugestões do Provedor de Justiça, juntando ainda uma cópia da sua Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Consulta sobre as opções para desenvolver o sistema das escolas europeias (COM (2004) 519 final)



## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---





## 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

O ano de 2004 assistiu a uma abordagem crescentemente pró-activa no sentido da cooperação, tanto por parte do Provedor de Justiça Europeu como por parte das instituições e organismos da União Europeia. Para além do cumprimento das respectivas obrigações institucionais, o Provedor de Justiça e os seus interlocutores procuraram todas as oportunidades para trabalharem em conjunto em benefício dos cidadãos. Este capítulo contém uma retrospectiva das reuniões e eventos em que participaram o Provedor de Justiça e membros e funcionários das instituições e organismos da UE ao longo do ano de 2004. Começa por realçar a importância das relações de trabalho construtivas do Provedor de Justiça com as instituições e organismos. Estas relações são vitais para assegurar os mais elevados padrões de administração e para consciencializar os cidadãos do seu direito a apresentarem queixas e a habilitarem os serviços do Provedor de Justiça para um trabalho eficaz. As relações especiais do Provedor de Justiça com o Parlamento Europeu, que o elege e ao qual apresenta anualmente um relatório, merecem particular atenção.

### O valor da cooperação – um benefício recíproco

**Assegurar os mais elevados padrões de administração:** O Provedor de Justiça aproveita as oportunidades oferecidas pelas reuniões com membros e funcionários das instituições e organismos para expor o pensamento subjacente ao seu trabalho, a melhor forma de responder às queixas que traz à consideração dos membros e funcionários dessas instituições e organismos e a melhoria dos procedimentos. Isto ajuda-o a desempenhar o seu duplo papel, enquanto mecanismo de controlo externo e enquanto recurso para ajudar a melhorar a qualidade da administração. O Provedor reconhece igualmente a importância de manter a sua equipa a par dos acontecimentos internos das instituições e organismos da UE. Assim, ao longo do ano de 2004, foram convidados oradores de diversas instituições para falarem ao pessoal da Provedoria de Justiça.

**Informar os cidadãos dos seus direitos:** O Provedor de Justiça beneficia de um valioso apoio das instituições nos seus esforços para chegar aos cidadãos. Vários eventos realizados em 2004 serviram para explorar futuros domínios de acção conjunta, nomeadamente iniciativas visando potenciais queixosos, assegurar uma ampla difusão das publicações do Provedor de Justiça e sensibilizar os cidadãos para o seu trabalho, através da Internet.

**Habilitar os serviços da Provedoria de Justiça a trabalharem com eficácia:** O Provedor de Justiça encara a cooperação interinstitucional como essencial para a mais judiciosa utilização dos recursos disponibilizados para os seus serviços. Estão neste caso, especificamente, vários assuntos de natureza orçamental e administrativa, em relação aos quais o Provedor coopera, principalmente, com o Parlamento (ver Anexo B). Isto contribui para evitar uma duplicação de pessoal nos serviços da Provedoria e, sempre que possível, obter economias de escala. Para assegurar que a própria instituição é dotada com os recursos correspondentes às tarefas que é chamada a desempenhar, o Provedor trabalha em estreita cooperação com a autoridade orçamental da UE, reunindo com os representantes institucionais competentes para lhes explicar e defender as prioridades da instituição. Em 2004, realizaram-se numerosas reuniões para este efeito.

### O Provedor de Justiça e o Parlamento – uma relação especial

O Provedor de Justiça é eleito pelo Parlamento Europeu e a ele apresenta os seus relatórios. Tem uma frutuosa relação de trabalho com a Comissão das Petições do Parlamento, a qual é responsável pelas relações com o Provedor e, entre outras coisas, elabora o projecto de relatório sobre o seu Relatório Anual. O debate anual no plenário do Parlamento sobre as actividades do Provedor de





Justiça Europeu constitui um ponto alto do calendário do Provedor, sendo ocasião para uma ampla troca de pontos de vista sobre o trabalho realizado e iniciativas futuras.

As relações entre o Provedor de Justiça e a Comissão das Petições conheceram um novo desenvolvimento em 2004, com a confirmação por parte do Provedor de que seria favorável a que a Comissão das Petições se tornasse membro de pleno direito da Rede Europeia de Provedores de Justiça e Órgãos Homólogos. Esta decisão vem na sequência de uma recomendação do relatório De Rossa sobre o *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça Europeu e deverá contribuir para melhorar o serviço prestado aos cidadãos europeus.

Paralelamente ao Relatório Anual, o Provedor de Justiça põe à disposição dos membros do Parlamento Europeu uma série de publicações destinadas a dar-lhes uma visão completa das suas actividades. Em 2004, foram distribuídas aos MPE oito publicações em diferentes línguas, 25 em alguns casos. Essas publicações são referidas na secção 6.5 do presente relatório.

Em 2004, o Provedor de Justiça Europeu participou numa série de reuniões e eventos<sup>46</sup>, com membros e funcionários das instituições e organismos da UE, que são referidos nas secções 4.1 a 4.3.

## 4.1 O PARLAMENTO EUROPEU

13 de Janeiro: Reunião com o Sr. Joan COLOM I NAVAL, DPE, Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

2 de Fevereiro: Apresentação ao pessoal do Departamento Jurídico do Parlamento Europeu. O anfitrião desta reunião foi o Jurisconsulto do Parlamento, Sr. Gregorio GARZON CLARIANA.

11 de Fevereiro: Reunião com o Sr. Julian PRIESTLEY, Secretário-Geral do Parlamento Europeu.

11 de Março: reunião com o Sr. Malcolm HARBOUR, DPE.

30 de Março: Reunião com o Sr. Wilfried KUCKELKORN, DPE, relator para o orçamento.

26 de Abril: Apresentação do *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça Europeu à Comissão das Petições do Parlamento Europeu.

4 de Maio: Reunião com o Sr. Roy PERRY, DPE.

4 de Maio: Apresentação do *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça Europeu ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e Democratas Europeus no Parlamento Europeu.

7 de Maio: Reunião com o Sr. Pat COX, Presidente do Parlamento Europeu.

7 de Junho: Apresentação ao pessoal administrativo superior do Parlamento Europeu. Mais de 35 funcionários superiores participaram na reunião, que foi presidida pelo Sr. Julian PRIESTLEY.

20 de Julho: Reuniões com os Srs. Esko SEPPÄNEN, DPE e Jan MULDER, DPE, para discutir o orçamento do Provedor de Justiça Europeu para 2005.

21 de Julho: Reuniões com a Sra. Kathalijne Maria BUITENWEG, DPE, o Sr. Reiner BÖGE, DPE, o Sr. Den DOVER, DPE, o Sr. Herbert BÖSCH, DPE, o Sr. Antonis SAMARAS, DPE, e a Sra. Anne Elisabet JENSEN, DPE, para discutir o orçamento do Provedor de Justiça Europeu para 2005.

46

As reuniões e eventos tiveram lugar em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.





22 de Julho: Reuniões com o Sr. Ralf WALTER, DPE, o Sr. Kyösti Tapio VIRRANKOSKI, DPE, e o Sr. Markus FERBER, DPE, para discussão do orçamento do Provedor de Justiça Europeu para 2005.

2 de Setembro: Apresentação das prioridades do Provedor de Justiça Europeu para o orçamento de 2005 numa reunião com a Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu.

13 de Setembro: Reunião com a Sra. Anne Elisabet JENSEN, DPE, relatora para o orçamento.

14 de Setembro: Reunião com a Sra. Bárbara DÜRKHOP DÜRKHOP, DPE, e a Sra. Neena GILL, DPE, para discussão do orçamento do Provedor de Justiça Europeu para 2005.

14 de Setembro: Apresentação do trabalho do Provedor de Justiça Europeu aos DPE estónios Sr. Toomas ILVES, Sra. Marianne MIKKO e Sra. Siiri OVIIR.

14 de Setembro: Jantar, oferecido pelo Provedor de Justiça Europeu, em honra da nova Mesa e dos novos coordenadores da Comissão das Petições. Participaram no jantar o Sr. Marcin LIBICKI, DPE, Presidente da comissão, a Sra. Marie PANAYOTOPOULOS-CASSIOTOU, DPE, Vice-Presidente da comissão, o Sr. Proinsias DE ROSSA, DPE, a Sra. Alexandra DOBOLYI, DPE, e o Sr. David HAMMERSTEIN MINTZ, DPE.

27 de Outubro: Reunião com Sir Robert ATKINS, DPE.

16 de Novembro: Apresentação aos chefes dos Gabinetes do Parlamento Europeu nos Estados-Membros. Participaram na reunião, que foi presidida pela Sra. Francesca RATTI, Directora-Geral da Informação no Parlamento, mais de 30 representantes dos serviços.

18 de Novembro: Apresentação do *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça Europeu ao plenário do Parlamento Europeu (ver secção 6.1).

## 4.2 A COMISSÃO EUROPEIA

20 de Janeiro: Apresentação aos chefes das Representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros. Esta reunião foi presidida pelo Sr. Jorge de OLIVEIRA E SOUSA, Director-Geral da DG Imprensa e Comunicação da Comissão.

10 de Fevereiro: Reunião com o Director-Geral do Departamento Jurídico da Comissão Europeia, Sr. Michel PETITE. Nesta reunião, o Provedor de Justiça Europeu e o Director-Geral acordaram em incluir informação sobre as actividades de ambos os serviços nos seus programas de formação de pessoal.

30 de Março: Apresentação pelo Sr. Michel PETITE, Director-Geral do Departamento Jurídico da Comissão Europeia, ao pessoal jurídico da Provedoria.

31 de Março: Reunião com a Sra. Loyola DE PALACIO, Vice-Presidente da Comissão Europeia.

13 de Julho: Apresentação pelo Sr. DIAMANDOUROS ao Departamento Jurídico da Comissão de uma palestra intitulada «O duplo papel do Provedor de Justiça».

## 4.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS

11 de Fevereiro: Reunião em Estrasburgo com o Sr. Dick ROCHE, Ministro de Estado para os Assuntos Europeus da Irlanda e Presidente em exercício do Conselho.

23 de Fevereiro: Reunião com o Sr. Erik HALSKOV, Director-Geral (em exercício) do Serviço de Selecção de Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO).

8 de Março: Reunião com o Sr. Franz-Hermann BRÜNER, Director-Geral do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

10 de Março: Reunião com o titular da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, Sr. Peter HUSTINX, e o seu Adjunto, Sr. Joaquín BAYO DELGADO.

16 de Junho: Almoço de trabalho com membros do Tribunal de Contas Europeu, presidido pelo Sr. uan Manuel FABRA VALLES, Presidente do Tribunal.

26 de Novembro: Prelecção do Presidente do Tribunal de Justiça Europeu, Sr. Vassilios SKOURIS, ao pessoal da Provedoria de Justiça. A palestra do Sr. SKOURIS tratou do tema da protecção dos direitos fundamentais na UE quando entrar em vigor a futura Constituição para a Europa.



O Sr. Vassilios Skouris, Presidente do Tribunal de Justiça Europeu, dirige-se à equipa do Provedor de Justiça Europeu. Estrasburgo, França, 26 de Novembro de 2004.



## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---





## 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

Trabalhar em estreita cooperação com os seus homólogos a nível nacional, regional e local constitui uma das principais prioridades do Provedor de Justiça Europeu. Esta cooperação contribui para assegurar que as queixas dos cidadãos são tratadas com prontidão e eficácia, o que constitui um aspecto central do papel reactivo do Provedor, e é igualmente vital para o seu papel pró-activo, na medida em que lhe permite acompanhar factos importantes ocorridos no mundo dos provedores de justiça e possibilita o intercâmbio de informação sobre o direito da União Europeia e a partilha das melhores práticas.

O presente capítulo apresenta uma panorâmica da série de actividades em que o Provedor de Justiça esteve envolvido em 2004 com vista a desenvolver as suas relações de trabalho com provedores de justiça na Europa e no mundo. Dada a sua importância para o trabalho quotidiano da Provedoria de tratamento das queixas dos cidadãos, o capítulo começa com uma descrição da Rede Europeia de Provedores de Justiça e uma síntese dos acontecimentos nesta rede ao longo do ano.

### 5.1 A REDE EUROPEIA DE PROVEDORES DE JUSTIÇA

A Rede Europeia de Provedores de Justiça nasceu com a iniciativa do primeiro Provedor de Justiça Europeu, Sr. Jacob SÖDERMAN, de convidar provedores de justiça e órgãos homólogos na UE para um seminário em Estrasburgo, em Setembro de 1996. Os participantes acordaram em estabelecer um processo de cooperação contínua para promover um fluxo livre de informação sobre o direito comunitário e a sua aplicação e possibilitar a transferência de queixas para o órgão mais habilitado a tratá-las.

A rede integra actualmente quase 90 entidades em 29 países europeus. Dentro da União, reúne os provedores de justiça e órgãos homólogos a nível europeu, nacional e regional, enquanto que a nível nacional inclui igualmente a Noruega, a Islândia e os países candidatos à adesão à União Europeia. Cada provedor de justiça nacional ou órgão homólogo nos Estados-Membros da UE, assim como na Noruega e na Islândia, designou um agente de ligação, que funciona como ponto de contacto para os outros membros da rede.

A rede tem vindo a converter-se gradualmente num poderoso instrumento de cooperação para os provedores de justiça e respectivos serviços e funciona como um mecanismo eficaz de cooperação para o tratamento de processos. As suas experiências e melhores práticas são partilhadas através de seminários e reuniões, de um boletim informativo periódico, de um fórum de discussão electrónico e de um serviço noticioso electrónico diário. Estas actividades serão descritas nesta secção, a par de uma panorâmica da cooperação no tratamento de processos ao longo de 2004.

As visitas de informação do Provedor de Justiça Europeu aos Estados-Membros e países candidatos revelaram-se muito eficazes em termos de desenvolvimento da rede e constituíram excelentes meios de promover a sensibilização sobre a série de instrumentos de comunicação que disponibiliza. A secção 5.1 termina, portanto, com uma resenha das visitas de informação do Provedor em 2004.



## Seminários de provedores de justiça nacionais

De dois em dois anos, realizam-se seminários de provedores de justiça nacionais, organizados conjuntamente pelo Provedor de Justiça Europeu e por um seu homólogo nacional. O próximo Seminário de Provedores de Justiça dos Estados-Membros da UE e dos Países Candidatos terá lugar em Haia, de 10 a 14 de Setembro de 2005, e debaterá «O papel das provedorias de justiça e órgãos homólogos na aplicação do direito da União Europeia». Este será o quinto seminário de provedores de justiça nacionais e coincidirá com o décimo aniversário da instituição do Provedor de Justiça Europeu. Além disso, será o primeiro seminário após o alargamento da UE e constituirá, portanto, a primeira ocasião em que os provedores de justiça dos 25 Estados-Membros se encontram para debater assuntos de interesse comum. Todos estes aspectos darão uma dimensão especial ao tema do seminário de 2005.

Os preparativos do seminário começaram em força em 2004, com três reuniões entre o Provedor de Justiça Europeu e o seu homólogo neerlandês, Sr. Roel FERNHOUT. Os dois provedores e membros das suas equipas reuniram-se em Bruxelas, em 20 de Janeiro, em Estrasburgo, em 21 de Junho, e em Haia, em 15 de Outubro.

O relator-geral do seminário, Sr. Rick LAWSON, da Universidade de Leiden, participou na segunda destas reuniões, durante a qual os participantes discutiram o projecto de questionário do seminário. O objectivo do questionário é obter uma visão dos tipos de «casos UE» que os provedores de justiça encontram no seu trabalho quotidiano, apurar a frequência e importância desses casos e identificar as melhores práticas. Foi distribuído a todas as provedorias da UE, da Noruega e da Islândia em Outubro de 2004. Foi solicitado às provedorias que enviassem as suas respostas até 31 de Dezembro. A informação obtida através do questionário será utilizada como base para a elaboração de um Relatório Geral, que será apresentado e discutido durante o seminário.

Os preparativos do seminário prosseguirão em 2005, tendo em vista assegurar que este quinto encontro tenha grande sucesso.

## Cooperação no tratamento de casos

Os provedores de justiça nacionais e regionais dos Estados-Membros são competentes para tratar muitas das queixas que estão fora do mandato do Provedor de Justiça Europeu por não visarem uma instituição ou organismo comunitário. Em 2004, o Provedor de Justiça Europeu aconselhou 906 queixosos a dirigirem-se a um provedor de justiça nacional ou regional e transferiu 54 queixas directamente para o provedor de justiça competente. Na secção 2.5 do presente relatório são referidos alguns exemplos destas queixas.

Se para tal for solicitado, o Provedor de Justiça Europeu também dá apoio a provedores de justiça nacionais e regionais nos seus inquéritos, respondendo a questões relativas ao direito comunitário ou encaminhando a pergunta para a instituição ou organismo da União mais habilitado a responder. Em 2004, foram recebidas perguntas do Provedor de Justiça regional de Veneto (Itália), do Provedor de Justiça irlandês e do Provedor de Justiça de Chipre.

## Boletim dos Provedores de Justiça Europeus

O boletim informativo designado «Boletim dos Provedores de Justiça Europeus» efectua a cobertura noticiosa do trabalho dos membros da rede europeia de provedores de justiça e da participação da Região Europeia do Instituto Internacional de Provedores de Justiça (IOI). Editado em inglês, francês, alemão, italiano e espanhol, é enviado a mais de 400 entidades a nível europeu, nacional, regional e local. O Boletim é publicado duas vezes por ano – em Abril e Outubro.

O Boletim contém contribuições das provedorias de justiça de toda a Europa. Estas constituem a base das secções noticiosas, sobre o direito comunitário, o trabalho dos provedores de justiça e órgãos homólogos, seminários e reuniões e, ainda, anúncios. O Provedor de Justiça Europeu é o responsável pela publicação do Boletim e utiliza o editorial para chamar a atenção para questões relevantes para





a rede e para analisar a sua importância. A secção 2 – intitulada «Comunicações do IOI» – é escrita pelo Vice-Presidente Regional para a Europa do Instituto Internacional de Provedores de Justiça e destina-se a informar os membros do IOI-Europa sobre acontecimentos recentes, próximos eventos e outras iniciativas de interesse.

O Boletim revelou-se um fórum extremamente valioso para o intercâmbio de informação sobre o direito comunitário e as melhores práticas. Em 2004, as matérias abordadas incluíram a nova Constituição para a Europa e as suas implicações para os provedores de justiça, os problemas que enfrentam os que pretendem fazer uso do seu direito à liberdade de circulação, problemas relacionados com as prisões em vários Estados-Membros, os direitos das crianças e dos idosos e os obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência.

### Instrumentos de comunicação electrónicos

Em Novembro de 2000, o Provedor de Justiça lançou na Internet um fórum de debate e um *website* para os provedores de justiça e suas equipas na Europa. Quase 90 provedorias em 29 países europeus individualizaram nomes de utilizador («login») e palavras-passe («password») para acederem ao fórum. Além disso, os membros do IOI-Europa que não são membros da Rede Europeia de Provedores de Justiça têm igualmente acesso ao fórum através de códigos genéricos. O fórum de debate torna possível uma partilha diária de informações e a cooperação entre provedorias.

A parte mais popular do fórum é o serviço noticioso diário do Provedor de Justiça – *Ombudsman Daily News* – que é publicado todos os dias úteis e contém notícias das provedorias de justiça. As provedorias de justiça nacionais e regionais de toda a Europa contribuem para o *Daily News* e consultam-no.

O fórum arrancou verdadeiramente em 2004, habilitando as provedorias a partilhar informação através da colocação de perguntas e respostas. Foram iniciados em 2004 vários debates importantes, abordando questões tão diversas como a cobertura televisiva do trabalho dos provedores de justiça ou o direito dos provedores de justiça a visitar prisões, tendo a maior parte das provedorias nacionais contribuído para um ou vários destes debates.

O conteúdo do fórum inclui uma lista autorizada de provedores de justiça nacionais e regionais dos Estados-Membros da UE, da Noruega, da Islândia e dos países candidatos à adesão à UE. A lista é actualizada sempre que há alterações na forma de contacto de uma provedoria e constitui um recurso indispensável para os provedores de justiça de toda a Europa.

### Visitas de informação

As visitas de informação do Provedor de Justiça têm duas finalidades: consciencializar os cidadãos do seu direito a queixarem-se ao Provedor de Justiça e intensificar a cooperação entre o Provedor de Justiça Europeu e os seus homólogos, no contexto geral da Rede Europeia de Provedores de Justiça.

A componente de sensibilização do público nas visitas de informação será descrita na secção 6.2 do presente relatório, mas é importante referir a este respeito o precioso apoio que o Provedor de Justiça recebe dos seus homólogos de toda a Europa. Através destas visitas de informação, o Provedor de Justiça estabelece sólidos laços com os seus colegas dos Estados-Membros e dos países candidatos. A sua presença no terreno permite-lhe contactar cidadãos, governantes e funcionários e, desta forma, maximizar a eficácia dessas viagens.

Para desenvolver as relações de trabalho no interior da Rede Europeia de Provedores de Justiça, as visitas do Provedor de Justiça Europeu proporcionam sistematicamente frutuosas reuniões com os provedores de justiça e respectivas equipas, sendo também muito importantes em termos de aprendizagem mútua. Constituem igualmente oportunidades para incentivar uma participação mais activa na rede e para explorar novas formas de trabalho conjunto em benefício dos cidadãos. Estes esforços deram frutos em 2004, com muitas provedorias a manifestarem, depois das visitas, um maior interesse na série de instrumentos disponibilizados pela rede.



As visitas de informação do Provedor de Justiça levaram-no, em 2004, aos seguintes países, indicados por ordem cronológica:

- Eslovénia, de 24 a 27 de Janeiro, onde se encontrou com o Provedor dos Direitos Humanos, Sr. Matjaž HANŽEK, e os seus adjuntos, Srs. Aleš BUTALA, France JAMNIK e Jernej ROVŠEK;
- Eslováquia, em 18 e 19 de Fevereiro, onde foi recebido pelo Sr. Pavel KANDRÁČ, Defensor Público dos Direitos;
- Chipre, de 29 de Fevereiro a 3 de Março, onde se reuniu com a Comissária para a Administração, Sra. Eliana NICOLAOU;
- República Checa, de 21 a 24 de Março, onde se reuniu com o Defensor Público dos Direitos, Sr. Otakar MOTEJL;
- Letónia, de 14 a 17 de Abril, onde visitou o Sr. Olafs BRŪVERS, Director do Gabinete Nacional dos Direitos Humanos daquele país;
- Lituânia, de 17 a 21 de Abril, onde foi recebido pelos seus colegas da Provedoria de Justiça do *Seimas* (Parlamento) – o Chefe da Provedoria, Sr. Romas VALENTUKEVIČIUS, e os provedores Sra. Elvyra BALTUTYTĖ, Sra. Rimantė ŠALAŠEVIČIŪTĖ, Sr. Kęstutis VIRBICKAS e Sra. Zita ZAMŽICKIENĖ;
- Polónia, de 28 de Abril a 2 de Maio, onde visitou o Sr. Andrzej ZOLL, Comissário para a Protecção do Direitos Cívicos;
- Áustria, em 24 e 25 de Maio, onde se reuniu com membros da Provedoria de Justiça, nomeadamente a Sra. Rosemarie BAUER, Presidente da Provedoria e o Sr. KOSTELKA;
- Roménia, de 26 a 28 de Maio, onde foi recebido pelo Advogado do Povo, Sr. Ioan Muraru;
- Grécia, de 30 de Junho a 2 de Julho, onde foi recebido pelo Provedor de Justiça, Sr. Yorgos KAMINIS;
- Países Baixos, de 15 a 19 de Setembro, onde se reuniu com o seu homólogo neerlandês, Sr. Roel FERNHOUT;
- Portugal, em 21 e 22 de Outubro, onde visitou o Provedor de Justiça, Sr. Henrique NASCIMENTO RODRIGUES;
- França, em 1 e 2 de Dezembro, onde foi recebido pelo seu homólogo nacional, Sr. Jean-Paul DELEVOYE.

## 5.2 OUTROS SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Os esforços do Provedor de Justiça Europeu para colaborar com os seus homólogos vão além das actividades da Rede Europeia de Provedores de Justiça. Como membro activo de uma série de organizações de provedores, participa em conferências e seminários na Europa e no resto do mundo. Procura participar em eventos organizados por provedores nacionais ou regionais ou assegurar que a sua Provedoria seja representada nesses eventos. No contexto do seu trabalho de promover o primado da lei, o respeito dos direitos humanos e a boa administração na União e no mundo, o Provedor de Justiça participa igualmente em eventos destinados a instituir novas provedorias. Esta secção fornece uma panorâmica da participação do Provedor de Justiça e da sua equipa nesses eventos em 2004.

### **Seminário sobre «O controlo parlamentar e o Gabinete de Provedores de Justiça Parlamentares» – Estocolmo, Suécia**

Em 12 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS participou num seminário em Estocolmo sobre «O controlo parlamentar e o Gabinete de Provedores de Justiça Parlamentares». Este seminário foi organizado pela Comissão Constitucional do Riksdag sueco, para assinalar a jubilação do Sr. Claes EKLUNDH do seu cargo de Provedor de Justiça Parlamentar Principal da Suécia.

O Sr. DIAMANDOUROS pronunciou nessa sessão um discurso sobre «O papel do Provedor de Justiça em diversos sistemas – experiência e perspectivas para o futuro», em que analisou o desenvolvimento da instituição Provedor de Justiça a nível internacional. A seguir ao seminário, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se informalmente com os quatro provedores parlamentares suecos e com o Sr. Mats MELIN, sucessor do Sr. EKLUNDH como Provedor de Justiça Parlamentar Principal.

### **Conferência do 15º aniversário do Provedor de Justiça de Schleswig-Holstein – Kiel, Alemanha**

Em 24 de Abril, o Sr. Gerhard GRILL, Consultor Jurídico Principal, participou numa conferência no Parlamento Regional de Schleswig-Holstein, em Kiel, para assinalar o 15º aniversário da instituição do Provedor de Justiça em Schleswig-Holstein. A conferência foi organizada pela Provedora de Justiça para os Assuntos Sociais de Schleswig-Holstein, Sra. Birgit WILLE-HANDELS. O evento, que contou com cerca de 70 participantes, incluiu um painel em que tomaram parte a Sra. WILLE-HANDELS, o Sr. Gerhard POPPENDIECKER, Presidente da Comissão das Petições do Parlamento Regional de Schleswig-Holstein, o Sr. Ulrich LORENZ, Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Interior de Schleswig-Holstein, e a Sra. Ursula PEPPER, Presidente da Câmara de Ahrensburg.

### **Seminário sobre «O papel do Provedor de Justiça num Estado de direito» – Nevşehir, Turquia**

Em 9 e 10 de Maio, o Provedor de Justiça participou num seminário intitulado «O papel do Provedor de Justiça num Estado de direito», em Nevşehir, Turquia. Coorganizado pelos Srs. Alvaro GIL-ROBLES, Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa, e Mehmet ELKATMIS, Presidente da Comissão de Acompanhamento dos Direitos do Homem da Grande Assembleia Nacional da Turquia, o seminário debruçou-se sobre a discussão em curso no país relativamente à instituição de um Provedor de Justiça nacional.



O Sr. Diamandouros intervém no seminário sobre «O papel do Provedor de Justiça num Estado de direito». Nevşehir, Turquia, 9 de Maio de 2004.



Nos participantes nacionais no seminário incluíam-se membros e funcionários superiores da Grande Assembleia Nacional da Turquia (principalmente membros da Comissão de Acompanhamento dos Direitos do Homem da Assembleia), membros da magistratura e representantes de autoridades nacionais e locais e da sociedade civil. Além do Sr. GIL-ROBLES, o Conselho da Europa esteve representado pela Sra. Caroline RAVAUD, Chefe do Secretariado da Comissão para o Cumprimento das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa. Nos representantes de provedores de justiça e órgãos homólogos incluíam-se: o Sr. Ermir DOBJANI, Advogado do Povo da Albânia, o Sr. Pierre-Yves MONETTE, Provedor de Justiça Federal da Bélgica, o Sr. Safet PASIC, Provedor dos Direitos Humanos da Bósnia e Herzegovina, o Sr. Morten ENGBERG, Chefe de Divisão da Provedoria de Justiça da Dinamarca, o Sr. Yorgos KAMINIS, Provedor de Justiça da Grécia, o Sr. Albert TAKACS, Comissário Geral Adjunto para os Direitos Humanos, o Sr. Branko NAUMOVSKI, Provedor de Justiça da Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Sr. Roel FERNHOUT, Provedor de Justiça dos Países Baixos, o Sr. Matjaž HANŽEK, Provedor dos Direitos Humanos da Eslovénia, e o Sr. Kjell SWANSTRÖM, Chefe do Gabinete do Provedor de Justiça Parlamentar da Suécia.

Em 10 e 11 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS deslocou-se a Ancara para se encontrar com membros do Governo, entidades oficiais e representantes da sociedade civil turca. Entre os seus interlocutores contaram-se o Sr. Abdullah GÜL, Primeiro-ministro Adjunto e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, o Sr. Emin Murat SUNGAR, Secretário-Geral para os Assuntos da UE, o Sr. Mustafa BUMIN, Presidente do Tribunal Constitucional da Turquia, o Sr. Ender ÇETINKAYA, Presidente do Conselho de Estado, o Sr. Cemil ÇİÇEK, Ministro da Justiça, e o Sr. Zafer Ali YAVAN, a Sra. Derya SEVINC e o Sr. Eray AKDAG, da Associação Comercial e Industrial Turca. O Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se igualmente com o Sr. Hansjörg KRETSCHMER, Chefe da Delegação da Comissão Europeia na Turquia.

### **Reunião Anual da Associação de Provedores de Justiça Britânicos e Irlandeses – Londres, Reino Unido**

Em 28 de Maio, o Chefe do Departamento Jurídico da Procuradoria, Sr. Ian HARDEN, participou na Reunião Anual da Associação de Provedores de Justiça Britânicos e Irlandeses (BIOA), em Londres. O tema da reunião foi «Serviços de Provedoria: o seu lugar na paisagem». Os oradores foram, nomeadamente, o Sr. Walter MERRICKS, Presidente da BIOA e Provedor Principal do Serviço de Provedoria Financeira, o Sr. Charlie MCCREEVY TD, Ministro das Finanças da Irlanda, e Lord EVANS, porta-voz do Governo do Reino Unido na Câmara dos Lordes para os Assuntos Constitucionais, o Comércio e a Indústria. Na reunião, Lord EVANS afirmou que, no futuro, deveria ser tida em consideração a possibilidade de dar protecção jurídica à designação «Provedor de Justiça» no Reino Unido.

### **Primeira Mesa-Redonda de Provedores de Justiça Regionais Europeus – Barcelona, Espanha**

Em 2 e 3 de Julho de 2004, o Comissário da Conselho da Europa para os Direitos do Homem, Sr. Alvaro GIL-ROBLES e o Provedor de Justiça Regional da Catalunha, Sr. Rafael RIBÓ (que, em 1 de Julho, sucedeu ao Sr. Antón CAÑELLAS), organizaram a primeira Mesa-Redonda de Provedores de Justiça Regionais Europeus, em Barcelona. O encontro realizou-se no âmbito do Fórum das Culturas 2004 da cidade. O Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN, Conselheiro Jurídico Principal da Provedoria de Justiça Europeia, participou no evento, que foi formalmente aberto pelos Srs. BENACH, Presidente do Parlamento da Catalunha, GIL-ROBLES e RIBÓ. Na mesa redonda foram debatidos três tópicos: (i) as funções e competências respectivas dos provedores regionais e nacionais; (ii) os provedores regionais e o direito à habitação; e (iii) os provedores regionais e o direito a um ambiente saudável. No final da conferência, o Sr. GIL-ROBLES prometeu dar continuidade a esta iniciativa e organizar, de dois em dois anos, uma reunião semelhante de provedores de justiça regionais dos países pertencentes ao Conselho da Europa.



## Oitava Conferência Mundial do Instituto Internacional de Provedores de Justiça – Cidade de Quebeque, Canadá

De 7 a 10 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS participou na 8ª Conferência Mundial do Instituto Internacional de Provedores de Justiça (IOI), na Cidade de Quebeque, Canadá. A Conferência era intitulada «Equilibrar as obrigações de cidadania com o reconhecimento dos direitos e responsabilidades individuais – o papel do Provedor de Justiça», e a sua anfitriã foi a Provedora de Justiça do Quebeque, Sra. Pauline CHAMPOUX-LESAGE. 430 participantes de 77 países estiveram presentes nesta conferência internacional, durante a qual se realizaram igualmente várias reuniões oficiais do IOI.

O tema principal da Conferência foi a necessidade de encontrar um equilíbrio entre direitos individuais e segurança colectiva numa era de globalização e privatização. Em 9 de Setembro, o Provedor de Justiça Europeu proferiu o discurso principal da terceira sessão plenária, intitulado «O reconhecimento dos direitos e liberdades individuais pode sobreviver à pressão do reforço da segurança?». O Provedor identificou os riscos que podem decorrer da tentativa de equilibrar as necessidades da segurança pública com os direitos e liberdades individuais. Deverá ser possível um quadro jurídico, institucional e político mais rigoroso em termos de segurança, que seja susceptível de equilibrar de forma justa e razoável ambas as necessidades, afirmou, sublinhando que os provedores podem e devem ser activos neste domínio, de uma forma que mantenha e reforce o Estado de direito e capacite os cidadãos.

Outros destacados oradores foram a Sra. Adrienne CLARKSON, Governadora Geral do Canadá, e o Magistrado Louis LEBEL, do Supremo Tribunal do Canadá.

Na tarde de 9 de Setembro, as regiões do IOI (África, Ásia, Australásia e Pacífico, Europa, América Latina, Caraíbas e América do Norte) realizaram as suas reuniões respectivas, durante as quais foram eleitos os novos directores e vice-presidentes regionais do IOI. O Sr. Tom FRAWLEY (Provedor de Justiça do Parlamento da Irlanda do Norte), o Sr. Peter KOSTELKA (Presidente do Conselho de Provedores de Justiça da Áustria) e a Sra. Riitta-Leena PAUNIO (Provedora de Justiça do Parlamento da Finlândia) foram eleitos directores do IOI da região Europa. O Provedor dos Direitos Humanos da Eslovénia, Sr. Matjaž HANŽEK, que ainda tinha dois anos de mandato como Director, não se candidatou à reeleição. Na sequência das eleições, os membros do Conselho do IOI da Região Europa decidiram que o Sr. KOSTELKA seria o Vice-Presidente do IOI para a Europa.

Na manhã de 10 de Setembro, teve lugar a reunião geral do IOI, na qual o Presidente cessante do IOI e Provedor de Justiça do Ontário, Sr. Clare LEWIS, apresentou o seu Relatório de 2000-2004, ao qual se seguiram os relatórios do Secretário, do Tesoureiro e dos vice-presidentes regionais. O novo Conselho de Directores do IOI teve a sua primeira reunião à tarde.

Além do extenso programa formal acima referido, a Conferência proporcionou numerosas oportunidades de estabelecimento de contactos e de trocas informais de pontos de vista. Na noite de 7 de Setembro, o Provedor de Justiça do Quebeque ofereceu um jantar, no qual o Provedor de Justiça Europeu e sua esposa foram convidados de honra, juntamente com a Sra. Monique GAGNON-TREMBLAY, Primeira-ministra Adjunta do Quebeque, Ministra das Relações Internacionais e Ministra responsável pelas questões da francofonia. Na noite de 9 de Setembro, teve lugar um jantar de gala, que permitiu novamente aos participantes encontrar colegas de todo o mundo.

## Conferência sobre «Os Provedores de Justiça no Sudeste Europeu: Promover a Cooperação Regional» – Belgrado, Sérvia e Montenegro

Em 28 e 29 de Setembro, o Provedor de Justiça participou numa conferência intitulada «Os Provedores de Justiça no Sudeste Europeu: Promover a Cooperação Regional», realizada no Parlamento da Sérvia e Montenegro, em Belgrado. A conferência foi organizada sob a égide do Projecto Eunomia do Conselho da Europa, do Provedor de Justiça da Grécia, do Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu e do Ministério do Governo Autónomo Local da Sérvia e do Montenegro.



Entre os participantes na conferência, contavam-se o Sr. Zoran SAMI, Presidente do Parlamento da Sérvia e Montenegro, o Sr. Zoran LONCAR, Ministro da Administração Pública e do Governo Autónomo Local da Sérvia e Montenegro, o Embaixador Maurizio MASSARI, Chefe da Missão da OSCE na Sérvia e Montenegro, a Sra. Elisabeth REHN, Presidente do Grupo de Trabalho I, Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, o Sr. Dragan MILKOV, da Universidade de Novi Sad, o Sr. Jorgen GRUNNET, Presidente do Gabinete de Belgrado do Conselho da Europa, e o Sr. Markus JAEGGER, Adjunto do Director do Comissariado dos Direitos do Homem do Conselho da Europa. Estiveram igualmente presentes os Provedores de Justiça da Albânia, Bósnia e Herzegovina, Catalunha, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Grécia, Kosovo, Montenegro, República Srpska e o Provedor de Justiça Ajunto para os Direitos da Criança da Grécia.

© Provedor de Justiça grego



Participantes da conferência «Os Provedores de Justiça no Sudeste Europeu: Promover a Cooperação Regional». Belgrado, Sérvia e Montenegro, 29 de Setembro de 2004.

O Provedor de Justiça Europeu pronunciou um discurso subordinado ao tema «Os Provedores de Justiça no Sudeste Europeu: desafios actuais e perspectivas futuras», ao qual se seguiu uma mesa redonda de debate.

### Conferência do 20º aniversário da Provedoria de Justiça da Irlanda – Dublin, Irlanda

Em 15 de Outubro, o Chefe do Departamento Jurídico da Provedoria, Sr. Ian HARDEN, e a sua Adida de Imprensa e Comunicação, a Sra. Rosita AGNEW, participaram em Dublin numa conferência intitulada «A responsabilização, a boa governação e o Provedor de Justiça». A conferência foi organizada para assinalar o vigésimo aniversário da Provedoria de Justiça irlandesa e teve a participação de mais de 100 pessoas, entre as quais se contavam provedores de justiça e representantes das entidades oficiais e da sociedade civil. A Sra. Emily O'REILLY, Provedora de Justiça e Comissária para a Informação irlandesa, proferiu as alocuções de abertura e de encerramento, tendo-se registado uma série de interessantes intervenções por parte do Sr. Dick ROCHE, Ministro irlandês do Ambiente, do Património e do Governo Local, da Sra. Ann ABRAHAM, Provedora de Justiça do Parlamento do Reino Unido e Provedora dos Serviços de Saúde de Inglaterra, do Sr. Tom FRAWLEY, Comissário para as Petições e Provedor de Justiça da Assembleia da Irlanda do Norte, do Sr. Eddie SULLIVAN, Secretário-Geral para a Gestão e Desenvolvimento do Serviço Público no Ministério das Finanças, e do Sr. Donncha O'CONNELL, Leitor de Direito na Universidade Nacional da Irlanda (Galway).





### **Conferência sobre «A criação de uma Provedoria de Justiça» – Istambul, Turquia**

Em 10 e 11 de Dezembro, o Sr. DIAMANDOUROS participou, como orador principal, na conferência intitulada «A criação de uma Provedoria de Justiça», em Istambul, Turquia. A conferência foi organizada pela Grande Assembleia Nacional da Turquia e pelo Provedor de Justiça grego, em cooperação com a Universidade Bilgi, de Istambul, e patrocinado pelo Projecto Eunomia, do Conselho da Europa e do Provedor de Justiça grego.

O objectivo principal da conferência foi a discussão de um segundo projecto de lei sobre a instituição de um Provedor de Justiça nacional na Turquia. O primeiro projecto de lei, de 1997, tinha sido discutido no seminário intitulado «O papel do Provedor de Justiça num Estado de Direito», que teve lugar em Nevşehir, em 9 e 10 de Maio de 2004 (ver acima, nesta secção).

Entre os participantes nacionais contaram-se o Ministro da Justiça, Sr. Cemil ÇİÇEK, o Reitor da Faculdade de Direito da Universidade de Bilgi, Sr. Turgut TARHANLI, os Presidentes do Conselho de Estado, Sr. Ender ÇETINKAYA e Sr. Selçuk HONDU, a Reitora da Faculdade de Direito da Universidade de Selçuk, Sra. Zehra ODYAKMAZ, membros e funcionários superiores da Grande Assembleia Nacional da Turquia, magistrados e representantes da sociedade civil.

Além do Sr. DIAMANDOUROS e do seu homólogo grego, Sr. Yorgos KAMINIS, entre os restantes participantes estrangeiros incluíam-se, nomeadamente, o Sr. Jean-Paul DELEVOYE, Provedor de Justiça francês, o Sr. Markus JAEGER, Adjunto do Director do Comissariado para os Direitos do Homem do Conselho da Europa, o Sr. Allar JÖKS, Chanceler da Justiça da Estónia, o Sr. Peter KOSTELKA, Presidente do Conselho de Provedores de Justiça da Áustria e Vice-Presidente para a Europa do Instituto Internacional dos Provedores de Justiça, o Sr. Mats MELIN, Provedor Parlamentar Principal da Suécia, o Sr. Rafael RIBÓ, Provedor de Justiça da Catalunha, o Sr. Stephan SJOUKE, da Provedoria de Justiça dos Países Baixos, o Sr. Pat WHELAN, Director da Provedoria de Justiça da Irlanda, o Sr. Herman WUYTS, Provedor de Justiça Federal da Bélgica, e o Sr. Andrzej ZOLL, Provedor de Justiça polaco.

## **5.3 OUTROS EVENTOS COM A PRESENÇA DE PROVEDORES DE JUSTIÇA E DA SUA EQUIPA**

### **Encontros bilaterais com provedores de justiça**

Além dos seminários e conferências em que participaram o Provedor de Justiça e a sua equipa e das reuniões bilaterais que tiveram lugar no contexto das visitas de informação do Provedor, em 2004 registaram-se ainda múltiplos outros contactos com provedores de justiça, da Europa e do exterior.

De 27 a 29 de Janeiro, o Provedor de Justiça Europeu visitou a Provedora de Justiça da região italiana de Friuli Venezia - Giulia, a Sra. Caterina DOLCHER, em Trieste.

Em 9 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se em Estrasburgo com o Sr. BAIKADAMOV, Provedor de Justiça do Cazaquistão.

Em 9 de Fevereiro, o Sr. Andrzej ZOLL, Provedor de Justiça da Polónia, fez uma apresentação à equipa do Provedor de Justiça Europeu, em Estrasburgo. Em 10 de Fevereiro, os dois provedores tiveram uma reunião bilateral, seguida de reuniões com o Sr. Pat COX, Presidente do Parlamento Europeu, e o Sr. Neil KINNOCK, Vice-Presidente da Comissão Europeia. No mesmo dia, o Sr. ZOLL e o Sr. DIAMANDOUROS fizeram igualmente apresentações aos observadores polacos no Parlamento Europeu e a estagiários polacos nas instituições da UE.

Em 13 de Fevereiro, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se em Estrasburgo com o Sr. Yorgos KAMINIS, Provedor de Justiça grego, e o Sr. Alvaro GIL-ROBLES, Comissário para os Direitos do

Homem do Conselho da Europa, para discutir o Projecto Eunomia, o qual – sob a égide do Conselho da Europa e do Provedor de Justiça grego – se destina a apoiar os provedores de justiça e outras instituições governamentais no Sudeste Europeu.



O Sr. Andrzej Zoll (segundo a contar da esquerda), Provedor de Justiça da Polónia, dirige-se à equipa do Provedor de Justiça Europeu. Estrasburgo, França, 9 de Fevereiro de 2004.

Em 10 de Março, a Sra. Sayora RASHIDOVA, Provedora de Justiça do Usbequistão, visitou o Sr. DIAMANDOUROS em Estrasburgo.

De 25 a 28 de Março, o Provedor de Justiça Europeu visitou o Provedor de Justiça da região italiana de Liguria, Sr. Antonio DI GIOVINE, em Génova.



Sr. Jean-Paul Delevoye, Provedor de Justiça francês, e Sr. Diamandouros. Estrasburgo, França, 15 de Junho de 2004.



Em 7 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o Colégio de Provedores de Justiça Federais da Bélgica, Sr. Herman WUYTS e Sr. Pierre-Yves MONETTE, em Bruxelas.

Em 9 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se com o Sr. MUGICA, Provedor de Justiça de Espanha, em Madrid.

Em 15 de Junho, o recém-empossado Provedor de Justiça francês, Sr. Jean-Paul DELEVOYE, visitou o Provedor de Justiça Europeu em Estrasburgo, para discutir a cooperação entre as duas instituições.

Em 16 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS deslocou-se ao Luxemburgo para se reunir com o Sr. Marc FISCHBACH, que acabara de tomar posse como o primeiro Provedor de Justiça do país.

Em 20 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS teve ocasião de se encontrar com o Sr. Mats MELIN, Provedor Parlamentar Principal da Suécia, num almoço oferecido pelo Representante Permanente da Suécia junto do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

Em 27 de Setembro, o Sr. Arne FLIFLET, Provedor de Justiça da Noruega, visitou o Sr. DIAMANDOUROS em Estrasburgo.

Em 29 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o primeiro Provedor de Justiça Europeu, Sr. Jacob SÖDERMAN, em Bruxelas.

### Eventos com a participação de membros do pessoal da Provedoria

Tiveram lugar diversos eventos ao nível da equipa do Provedor de Justiça, como a seguir se refere:

Em 26 de Maio, o Sr. Olivier VERHEECKE, Conselheiro Jurídico Principal, e a Sra. Rosita AGNEW, Adida de Imprensa e Comunicação, fizeram uma apresentação a um grupo de 11 membros do gabinete do Chanceler da Justiça da Estónia, em visita de estudo às instituições da UE em Bruxelas. A apresentação incidiu sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu e o trabalho da Rede Europeia de Provedores de Justiça.

Em 3 de Junho, o Sr. Olivier VERHEECKE proferiu uma palestra sobre o trabalho do Provedor de Justiça, numa conferência organizada pela *Association des Juristes Namurois* intitulada «Mediação nos serviços públicos: um sistema alternativo de resolução de litígios». O Sr. Frédéric BOVESSE, Provedor de Justiça da Valónia, o Sr. Bernard HUBEAU, Provedor de Justiça flamengo, a Sra. Marianne DE BOECK, Provedora de Justiça da Comunidade Francófona da Bélgica e o Sr. Philippe VAN DE CASTEELE, Director da Provedoria Federal belga, participaram na mesa redonda integrada na mesma conferência.

Em 23 de Junho, o Sr. Erwin JANSSENS, da Provedoria de Justiça flamenga, visitou a Provedoria de Justiça Europeia em Estrasburgo. O Sr. Olivier VERHEECKE expôs-lhe os procedimentos do Provedor de Justiça em relação aos inquéritos de iniciativa própria, fornecendo informações sobre os exemplos mais importantes.

Em 7 de Julho, o Sr. Gerhard GRILL, Conselheiro Jurídico Principal, proferiu uma palestra sobre o papel e o trabalho do Provedor de Justiça perante um grupo de dez membros da Comissão das Petições do Parlamento Regional da Renânia do Norte-Vestefália. O grupo era chefiado pela Sra. Barbara WISCHERMANN, presidente da referida comissão, e acompanhado pelo Sr. Johannes WAHLENBERG, da administração do Parlamento Regional, que organizou a visita.





## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---





## 6 COMUNICAÇÕES

### 6.1 DESTAQUES DO ANO

#### CELEBRAÇÃO DO ALARGAMENTO NA POLÓNIA

O Provedor de Justiça Europeu esteve em Varsóvia com o seu homólogo polaco, Sr. Andrzej ZOLL, para assinalar o histórico alargamento da União Europeia, em 1 de Maio. Juntamente com o Presidente da República da Polónia, Sr. Aleksander KWASNIEWSKI, e os presidentes das duas câmaras do Parlamento, o Provedor participou nas comemorações que tiveram lugar na Praça Pilsudski, à meia-noite de 30 de Abril. Em 1 de Maio, o dia teve início com uma reunião com o Presidente da República, seguida de um evento comemorativo do alargamento, oferecido pelo Presidente e pelo Ministro da Cultura da Polónia no Castelo Real de Varsóvia.



O Sr. Diamandouros e o Sr. Aleksander Kwasniewski, Presidente da Polónia, assistem ao içar da bandeira europeia na Praça Pilsudski. Varsóvia, Polónia, 1 de Maio de 2004.

A visita do Provedor de Justiça à Polónia foi a última das suas visitas de informação aos países candidatos, que se haviam iniciado na Estónia, em Setembro de 2003. Os seus intensos esforços para informar os cidadãos dos países candidatos sobre o seu direito, a partir de 1 de Maio de 2004, a apresentarem queixas sobre má administração nas instituições e organismos da UE revelaram-se muito bem sucedidos. Até ao final de 2004, as queixas provenientes dos novos Estados-Membros já correspondiam a 18% do total de queixas recebidas.

#### «WORKSHOP DOS FUNDADORES»

Em 25 e 26 de Junho, o Provedor de Justiça organizou um *workshop* em Estrasburgo, reunindo pessoas que tiveram papel importante na fundação da instituição, para discutir as suas origens,

criação e desenvolvimento inicial. O *workshop* foi o primeiro de uma série de eventos organizados para a comemoração do 10º aniversário do Provedor de Justiça Europeu, em 2005.



Participantes do «Workshop dos Fundadores». Estrasburgo, França, 26 de Junho de 2004.

O *workshop* teve duas finalidades: em primeiro lugar, fazer o registo das circunstâncias que levaram à criação do Provedor de Justiça Europeu e reflectir sobre elas; em segundo lugar, contribuir para gerar uma memória institucional capaz de servir como fundamento de novas iniciativas destinadas a promover o conhecimento da instituição, celebrar a sua primeira década de existência e identificar opções políticas para o futuro. Foi composto por quatro sessões: I – Origens das disposições do Tratado, II – O Estatuto do Provedor, III – A Instituição da Provedoria de Justiça e IV – Sessão de encerramento.

O *Workshop dos Fundadores* deu lugar a animados debates entre participantes muito bem preparados e conhecedores. Permitiu dar a conhecer valiosa informação sobre a criação e o desenvolvimento da instituição, informação até então muito dispersa. O Provedor de Justiça vai publicar um volume comemorativo do 10º aniversário da instituição em 2005. Os debates no *workshop* deverão constituir um excelente ponto de partida para a produção do livro.

### GRANDE COMENDADOR DA ORDEM DA FÉNIX

Em reconhecimento pelo seu trabalho como Provedor de Justiça Europeu, o Presidente da República Grega, Sr. Kostis STEFANOPOULOS, condecorou o Sr. DIAMANDOUROS com a Grande Comenda da Ordem da Fénix, na cerimónia de condecorações de ano novo de 2004. Esta foi a condecoração de grau mais elevado da Ordem da Fénix atribuída em 2003, sendo o outro galardoado o Presidente do Tribunal de Justiça Europeu, Sr. Vassilios SKOURIS. O Sr. DIAMANDOUROS recebeu a condecoração em Estrasburgo, em 26 de Fevereiro, das mãos do Representante Permanente da Grécia junto do Conselho da Europa, Embaixador Constantine GEROKOSTOPOULOS.

A Ordem da Fénix é conferida a cidadãos gregos que se tenham distinguido nos domínios da administração pública, nas ciências, nas artes e letras, no comércio, na indústria e na navegação. A Grande Comenda é o segundo grau mais elevado das cinco classes da Ordem.



O Embaixador Constantine Gerokostopoulos, Representante Permanente da Grécia junto do Conselho da Europa, condecora o Sr. Diamandourous com a Grande Comenda da Ordem da Fénix. Estrasburgo, França, 26 de Fevereiro de 2004.

### O RELATÓRIO ANUAL 2003

O Relatório Anual é a publicação mais importante do Provedor de Justiça Europeu. Dá conta do trabalho do Provedor ao longo do ano, detalhando os resultados obtidos a favor dos queixosos e, mais genericamente, a favor dos cidadãos e residentes na União. Por estas razões, é especialmente importante que o Relatório seja tão amplamente acessível quanto possível. Dois factores aumentaram significativamente a acessibilidade do Relatório em 2004.

Em primeiro lugar, o número de línguas oficiais da UE aumentou de 11 para 20. Por conseguinte, o Relatório foi, pela primeira vez, publicado em 20 línguas, permitindo aos cidadãos da Europa alargada conhecer o serviço prestado pelo Provedor de Justiça Europeu. Em segundo lugar, o Relatório de 2003 incluía uma Síntese, constituída por uma selecção representativa dos casos tratados em 2003, que destacava também os factos mais importantes relacionados com as relações do Provedor de Justiça com os cidadãos, as instituições e organismos comunitários e a comunidade de provedores de justiça na Europa e no mundo. Para uma distribuição mais ampla, a Síntese – acompanhada de estatísticas apresentadas num formato conciso e de fácil leitura – foi publicada separadamente.

O Provedor de Justiça apresentou o seu relatório de 2003 à Comissão das Petições do Parlamento Europeu em 26 de Abril. Esta foi uma oportunidade de apresentar uma panorâmica do trabalho realizado e dos resultados alcançados durante este primeiro ano de mandato, e de reafirmar os objectivos que estabelecera quando compareceu pela primeira vez como Provedor de Justiça perante a Comissão das Petições.

O Sr. Proinsias DE ROSSA, MPE, elaborou o relatório da Comissão das Petições sobre as actividades do Provedor de Justiça em 2003. Em 18 de Novembro, o Parlamento Europeu aprovou este relatório, por 530 votos a favor, 9 contra e 20 abstenções e felicitou o Provedor de Justiça pelo seu trabalho e pelas boas relações que mantém com a Comissão das Petições.

## DIAS DE PORTA ABERTA

### Bruxelas

Em 1 de Maio, o Parlamento Europeu organizou um Dia de Porta Aberta, para comemorar o alargamento da União. A Provedoria de Justiça participou no Dia de Porta Aberta, aproveitando a ocasião para lançar o novo folheto *O Provedor de Justiça Europeu – Num relance*, que foi distribuído aos visitantes em 24 línguas. Ao longo do dia, funcionários da Provedoria responderam às perguntas do público, e calcula-se que tenham participado no evento cerca de 30 000 pessoas.



Cidadãos visitam o *stand* do Provedor de Justiça, no Dia de Porta Aberta em Estrasburgo, França, 9 de Maio de 2004.

### Estrasburgo

Em 9 de Maio, a Provedoria participou no Dia de Porta Aberta promovido pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo. Material sobre o trabalho do Provedor de Justiça, incluindo o novo folheto *O Provedor de Justiça Europeu – Num relance*, foi distribuído aos visitantes em 24 línguas. Foi organizado um concurso no *stand*, baseado num vídeo sobre a visita de informação do Provedor de Justiça à Finlândia. Membros da Provedoria estiveram presentes todo o dia para responderem a perguntas. Mais de 32 000 pessoas visitaram o Parlamento no Dia de Porta Aberta.

## 6.2 VISITAS DE INFORMAÇÃO

A fim de promover a consciencialização dos cidadãos sobre o seu direito a apresentarem queixas ao Provedor de Justiça Europeu e de intensificar as suas relações de trabalho com os seus homólogos, o Provedor multiplicou em 2004 as suas visitas de informação aos Estados-Membros, aos novos Estados aderentes e aos países candidatos. Até 1 de Maio, o Provedor de Justiça já tinha visitado os 10 Estados aderentes e tinha visitas programadas a mais cinco países até ao fim do ano, naquele que foi, talvez, o aspecto mais visível do seu esforço pró-activo de aproximação aos cidadãos. Em todas



estas visitas, o Provedor de Justiça encontrou-se com cidadãos, potenciais queixosos, membros da administração, magistrados e destacados políticos. Nas viagens, foi sempre acompanhado por um membro do seu Departamento Jurídico e um adido de comunicação.

As visitas de informação do Provedor de Justiça visam contribuir para uma melhor compreensão pelos cidadãos do serviço que lhes é oferecido. Nos seus numerosos encontros com o público em geral, em 2004, o Provedor de Justiça ilustrou o seu trabalho com exemplos das queixas recebidas. Mas o trabalho do Provedor vai para além do tratamento das queixas e, nos seus múltiplos encontros, ele esteve ciente da necessidade de promover a sensibilização para o âmbito mais vasto do seu trabalho. Nos seus discursos e apresentações, o Sr. DIAMANDOUROS explicou a importância da instituição Provedor de Justiça na promoção do Estado de direito, da democracia e dos direitos humanos. No período imediatamente anterior à Conferência Intergovernamental de Junho de 2004, o Provedor de Justiça esforçou-se, nas suas reuniões com representantes governamentais, por sublinhar a importância da inclusão do acesso a soluções não-judiciais no projecto de Constituição para a Europa. O Provedor de Justiça realçou a sua disponibilidade para, após a adopção da Constituição, trabalhar com as autoridades nacionais e regionais na sensibilização para a Constituição e para os benefícios que traz aos cidadãos. Por último, em reuniões bilaterais de provedores de justiça, os participantes debateram ideias de futura cooperação, aprendendo com as experiências dos outros e partilhando as melhores práticas.

Os homólogos do Provedor de Justiça Europeu nos Estados-Membros e nos países candidatos organizaram-lhe extensos programas de actividades e reuniões em cada uma das suas visitas, muitas vezes acompanhando-o nas deslocações. A secção seguinte dá uma visão das numerosas reuniões realizadas, referindo os principais interlocutores e as múltiplas apresentações feitas em universidades, bibliotecas, representações externas da União Europeia e outros locais. As actividades para a comunicação social que fizeram parte das visitas de informação são referidas na secção 6.4 do presente relatório.

## ESLOVÉNIA

O Provedor de Justiça visitou a Eslovénia de 24 a 27 de Janeiro.



Sr. Matjaž Hanžek, Provedor de Justiça da Eslovénia, e Sr. Diamandouros.  
Ljubljana, Eslovénia, 26 de Janeiro de 2004.





A visita teve início com uma troca de pontos de vista com o Provedor dos Direitos Humanos, Sr. Matjaž HANŽEK e seus adjuntos, o Sr. Aleš BUTALA, o Sr. France JAMNIK e o Sr. Jernej ROVŠEK, seguida de uma apresentação ao pessoal da Provedoria eslovena. O Sr. DIAMANDOUROS participou depois numa série de reuniões, nomeadamente com o Primeiro-Ministro, Sr. Anton ROP, o Presidente da República Eslovena, Sr. Janez DRNOVŠEK, o Presidente do Parlamento, Sr. Borut PAHOR, representantes dos grupos políticos da Assembleia Nacional e o Ministro dos Assuntos Europeus, Sr. Janez POTOČNIK. O Provedor de Justiça reuniu-se igualmente com o Sr. Alojz PETERLE, antigo membro do Presidium da Convenção Europeia, e o Sr. Mihael BREJC, seu substituto na Convenção. Outras reuniões de alto nível tiveram lugar com a Presidente do Tribunal Constitucional, Sra. Dragica WEDAM LUKIČ, os magistrados Sr. Ciril RIBIČIČ, Sra. Marija KRISPER KRAMBERGER e Sra. Mirjam ŠKRK e a Secretária-Geral, Sra. Jandranka SOUDAT. O Sr. DIAMANDOUROS teve igualmente um encontro com a Presidente da Câmara de Ljubljana, a Sra. Danica SIMŠIČ, durante a sua visita à cidade.



Sr. Diamandouros, Sr. Matjaž Hanžek (segundo a contar da direita), Provedor de Justiça da Eslovénia, e Sr. Janez Potočnik, Ministro dos Assuntos Europeus da Eslovénia. Ljubljana, Eslovénia, 26 de Janeiro de 2004.

Para tomar contacto com os cidadãos e informá-los sobre o seu trabalho, o Provedor de Justiça pronunciou um discurso intitulado «A União Europeia: direitos, soluções e o Provedor de Justiça Europeia» no Centro Europa, sede da Delegação da Comissão Europeia em Ljubljana. Foram convidadas para a reunião organizações não governamentais, associações interessadas nos assuntos europeus e a imprensa. O Sr. DIAMANDOUROS pronunciou também uma palestra subordinada ao título «O papel do Provedor de Justiça na promoção da qualidade da democracia», perante cerca de 200 estudantes da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Ljubljana, onde foi recebido pela Reitora, Sra. Anuška FERLIGOJ, e pelo Sr. Drago ZAJC. O Chefe do Serviço de Informação do Parlamento Europeu em Ljubljana, Sr. Paolo RIZZO, organizou um jantar durante a visita do Provedor de Justiça, dando-lhe oportunidade para uma troca informal de pontos de vista com o Provedor de Justiça esloveno, Sr. HANŽEK, e seus adjuntos, Sr. BUTALA e Sr. ROVŠEK, o Ministro dos Assuntos Europeus, Sr. POTOČNIK, uma juíza do Tribunal Constitucional, Sra. Mirjam ŠKRK, e o Sr. KAUFMANN, da Delegação da Comissão Europeia.

## ESLOVÁQUIA

Em 18 e 19 de Fevereiro, o Provedor de Justiça participou numa série de reuniões, palestras e encontros com a comunicação social na Eslováquia. Na sua visita a Bratislava, manteve conversações com o Sr. Pavol HRUŠOVSKÝ, Presidente do Conselho Nacional da Eslováquia, com membros da Comissão para os Direitos Humanos, Nacionalidades e Estatuto da Mulher, e com o Sr. Ján FIGEL,



Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Conselho Nacional da Eslováquia. O Provedor de Justiça reuniu-se igualmente com o Sr. Dobroslav TRNKA, Procurador-Geral da Eslováquia, e seu Adjunto, Sr. Martin LAUKO, com o Sr. Milan KARABIN, Presidente do Supremo Tribunal, e com o Sr. Marián VRABKO, Reitor da Faculdade de Direito da Universidade Comenius.

Ainda em Bratislava, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra intitulada «A democracia, o Estado de direito e o Provedor de Justiça», na Faculdade de Direito da Universidade Comenius. Teve ainda encontros com o Sr. Azelio FULMINI, Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu na Eslováquia e, no contexto da Presidência irlandesa da UE, com o Embaixador Thomas LYONS, Chefe da Missão Irlandesa na Eslováquia. O Provedor de Justiça efectuou ainda uma apresentação perante um grupo de embaixadores da UE nas instalações da Chancelaria do Conselho Nacional da Eslováquia.



Sr. Diamandouros e Sr. Pavel Kandráč, Provedor de Justiça da Eslováquia.  
Bratislava, Eslováquia, 18 de Fevereiro de 2004.

## CHIPRE

De 29 de Fevereiro a 3 de Março, o Provedor de Justiça participou numa série de reuniões, palestras e encontros com a comunicação social em Chipre.

O tempo que o Sr. DIAMANDOUROS passou em Nicósia deu-lhe oportunidade para estabelecer contactos com o Sr. Tassos PAPADOPOULOS, Presidente da República de Chipre, o Ministro dos Assuntos Internos, Sr. Andreas CHRISTOU, o Procurador-Geral, Sr. Solon NIKITAS, e o antigo embaixador de Chipre na União Europeia e representante do Governo Cipriota na Convenção Europeia, Sr. Mihalis ATTALIDIS. O Provedor de Justiça encontrou-se também com o Sr. Dimitris CHRISTOFIAS, Presidente da Câmara dos Representantes e líder do Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL), o Sr. Nicos ANASTASIADES, líder do Partido Regenerador Democrático (DISY), e o Sr. Glafcos CLERIDES, antigo Presidente da República de Chipre e antigo líder do Partido Regenerador Democrático (DISY). No segundo dia da sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o Sr. Yiannakis OMIROU, líder do Movimento Social Democrático (KISOS-EDEK), o Sr. George VASSILIOU, antigo Presidente da República de Chipre e líder do Partido dos Democratas Unidos (EDI), e o Sr. Nicos CLEANTHOUS, representante do líder do Partido Democrático (DIKO). O Sr. DIAMANDOUROS aproveitou ainda a sua visita a Nicósia para se encontrar com o Sr. Adriaan VAN DER MEER, Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Chipre, e o Sr. Anthony COMFORT, Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu em Chipre.

Durante a sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra durante uma conferência intitulada «A responsabilização da administração pública como factor de reforço da democracia – o papel do Provedor de Justiça Europeu», que se realizou na Sala de Conferências do Banco Central de Chipre. Este evento foi organizado pelo Fórum para a Modernização da Sociedade (OPEK) e pelo município de Strovolos e incluiu ainda discursos da Sra. Eliana NICOLAOU, Comissária para a Administração de Chipre, do Sr. Andreas CHRISTOU, Ministro dos Assuntos Internos, do Sr. Savvas ILIOFOTOU, Presidente da Câmara de Strovolos, e do Sr. Larkos LARKOU, Presidente do OPEK. O animado debate com a audiência que se seguiu a estas intervenções foi moderado pelo jornalista Sr. Pavlos PAVLOU. Ainda em Nicósia, o Provedor de Justiça proferiu a conferência anual da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Chipre. A conferência foi subordinada ao título «O Estado de direito, a democracia e o papel da instituição Provedor de Justiça na Europa Central, Oriental e do Sudeste.



Sra. Eliana Nicolaou, Comissária para a Administração de Chipre, Sr. Diamandouros e Sr. Andreas Christou, Ministro dos Assuntos Internos de Chipre. Nicósia, Chipre, 2 de Março de 2004.

Por último, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma conferência sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu, numa reunião com cipriotas gregos e turcos co-organizada pelo Fórum para a Modernização da Sociedade (OPEK) e pela Plataforma cipriota turca de ONG «Este é o Nosso País». A conferência teve lugar no Palácio Nedra, sede das Nações Unidas em Chipre, na zona neutra de Nicósia.

## REPÚBLICA CHECA

De 21 a 24 de Março, o Provedor de Justiça visitou Brno e Praga, na República Checa.

Em 22 de Março, a seguir a uma reunião com o Provedor de Justiça checo, Sr. Otakar MOTEJL, em Brno, o Sr. DIAMANDOUROS almoçou com membros do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo. À tarde, o Sr. DIAMANDOUROS deslocou-se à Faculdade de Direito da Universidade Masaryk, em Brno, onde fez uma palestra sobre o papel e o trabalho do Provedor de Justiça Europeu, perante cerca de 140 estudantes.

Em 23 de Março, o Provedor de Justiça foi recebido pela Sra. Zuzka RUJBROVÁ, Presidente da Comissão das Petições da Câmara dos Deputados da República Checa, pelo seu Adjunto e pelo chefe da administração da comissão. À tarde, o Sr. DIAMANDOUROS foi recebido pelo Sr. Jan RUML, Vice-Presidente do Senado do Parlamento da República Checa, a Sra. Jaroslava MOSEROVÁ (decana do Senado) e os membros do Senado Sra. Helena RÖGNEROVÁ e Sr. Josef JÁRAB. Ao fim da tarde, o Sr. DIAMANDOUROS fez uma palestra sobre o seu papel e trabalho perante cerca de 40 cidadãos, no Centro de Informação da União Europeia, em Praga. Em seguida, participou num jantar para o qual foi convidado pelo Ministro-adjunto da Justiça da República Checa.



O Sr. Diamandouros profere uma palestra perante estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Masaryk, em Brno, República Checa, 22 de Março de 2004.

Na manhã de 24 de Março, o Provedor de Justiça foi recebido pelo Sr. Lubomír ZAORÁLEK, Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento da República Checa. Seguidamente, o Sr. DIAMANDOUROS foi recebido numa sessão de boas-vindas pelo Sr. Pavel VOŠALÍK, Ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da República Checa.



Sr. Otakar Motejl, Provedor de Justiça checo, Sr. Diamandouros e Sr. Pavel Vošalík, Ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da República Checa. Praga, República Checa, 24 de Março de 2004.

## LETÓNIA

O Provedor de Justiça visitou Riga de 14 a 17 Abril.

O Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o seu homólogo letão, Sr. Olafs BRŪVERS, Director do Gabinete Nacional dos Direitos Humanos da Letónia, que colaborou na organização da sua visita ao país e o acompanhou em vários dos seus encontros com entidades oficiais, nomeadamente o Sr. Nils MUIŽNIEKS, Ministro dos Assuntos de Integração Social da Letónia, a Sra. Ina DRUVIETE, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e dos Assuntos Públicos do Parlamento da Letónia, e outros membros da mesma comissão, o Sr. Rihards PĪKS, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e o

Sr. Aivars ENDZIŅŠ, Presidente do Tribunal Constitucional da Letónia. Durante a sua permanência em Riga, o Sr. DIAMANDOUROS visitou igualmente o Sr. Andrew RASHBACH, Chefe da Delegação da Comissão Europeia na Letónia.

Para promover a sensibilização para o trabalho do Provedor de Justiça entre os cidadãos da Letónia, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra subordinada ao tema «Os direitos dos cidadãos, os meios de reparação e o Provedor de Justiça Europeu», na Escola Superior de Direito, perante uma audiência constituída por estudantes e representantes da sociedade civil letã.



Sr. Diamandouros, Sr. Olafs Brūvers, Director do Gabinete Nacional dos Direitos Humanos da Letónia, e Sr. Aivars Endziņš, Presidente do Tribunal Constitucional da Letónia. Riga, Letónia, 16 de Abril de 2004.

## LITUÂNIA

A seguir à sua visita à Letónia, o Provedor de Justiça prosseguiu viagem até Vilnius, que visitou de 17 a 21 de Abril.

O Sr. DIAMANDOUROS iniciou a sua visita com uma reunião com os seus colegas da Provedoria de Justiça do *Seimas* (Parlamento) – o Chefe da Provedoria, Sr. Romas VALENTUKEVIČIUS, e os provedores Sra. Elvyra BALTUTYTĖ, Sra. Rimantė ŠALAŠEVIČIŪTĖ, Sr. Kęstutis VIRBICKAS e Sra. Zita ZAMŽICKIENĖ. Encontrou-se ainda com numerosas entidades oficiais, nomeadamente, o Sr. Česlovas JURŠENAS, Presidente em exercício do *Seimas*, o Sr. Petras AUŠTREVICIUS, Adjunto do Chanceler do Governo para os Assuntos da UE, o Sr. Gediminas DALINKEVIČIUS, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos do *Seimas*, o Sr. Vytenis ANDRIUKAITIS, Vice-Presidente do *Seimas* e Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, e o Sr. Gintaras STEPONAVIČIUS, membro da Comissão dos Assuntos Europeus. O Provedor de Justiça teve ainda ocasião de conversar com a Sra. Gražina IMBRASIENĖ, Provedora para a Protecção dos Direitos da Criança, e uma representante da Sra. Aušrinė BURNEIKIENĖ, Provedora para a Igualdade de Oportunidades da Lituânia. Reuniu-se também com o Sr. Zenonas NAMAVIČIUS e o Sr. Vytautas SINKEVIČIUS, juizes do Tribunal Constitucional da Lituânia.

Durante a sua visita, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra na Biblioteca Nacional Martynas Mažvydas da Lituânia, subordinada ao título «Construir uma Europa centrada no cidadão – o Papel do Provedor de Justiça Europeu», à qual assistiram mais de 50 cidadãos e representantes da sociedade civil. O Sr. DIAMANDOUROS fez ainda uma outra palestra na Universidade de Direito da Lituânia, sob o título «A democracia, a responsabilização e a instituição do Provedor de Justiça», à qual assistiram quase 200 estudantes e investigadores. Este evento deu ao Provedor ocasião de se encontrar com o Sr. Alvydas PUMPUTIS, Reitor da Universidade de Direito da Lituânia, e



outros representantes da Universidade. Durante a sua estada em Vilnius, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se também com o Sr. Michael GRAHAM, Chefe da Representação da Comissão Europeia na Lituânia.



Sr. Česlovas Juršėnas, Presidente em exercício do *Seimas* (Parlamento) da Lituânia, Sr. Romas Valentukevičius, Chefe da Provedoria do *Seimas* da Lituânia, e Sr. Diamandouros. Vilnius, Lituânia, 19 de Abril de 2004

## POLÓNIA

De 28 de Abril a 2 de Maio, o Provedor de Justiça participou numa série de reuniões, conferências e encontros com a comunicação social na Polónia.



Sr. Diamandouros e Sr. Andrzej Zoll, Provedor de Justiça polaco. Varsóvia, Polónia, 30 de Abril de 2004.

A visita teve início com um jantar, em Cracóvia, oferecido pelo Provedor de Justiça polaco, Sr. Andrzej ZOLL. Participaram no jantar, entre outros, a Sra. Maria NOWAKOWSKA, Vice-Presidente

da Universidade Jagiellonian para a Investigação e Relações Internacionais, e o Sr. Fryderyk ZOLL, Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Jagiellonian.

Em 29 de Abril, o Sr. DIAMANDOUROS teve uma reunião com o Sr. Jacek MAJCHROWSKI, Presidente da Câmara de Cracóvia. Seguiu depois para a Universidade Jagiellonian para a Investigação e Relações Internacionais, onde foi recebido pela respectiva Vice-Presidente, a Sra. Maria NOWAKOWSKA. O Sr. DIAMANDOUROS proferiu, na Faculdade de Direito desta Universidade, onde foi recebido pelo Sr. Fryderyk ZOLL, Professor Assistente, uma palestra intitulada «O Estado de direito, a democracia e a instituição do Provedor de Justiça – uma perspectiva europeia», a que assistiram mais de 60 estudantes.

Em 30 de Abril, em Varsóvia, a primeira reunião do dia do Sr. DIAMANDOUROS foi com o Embaixador Bruno DETHOMAS, Chefe da Delegação da Comissão Europeia na Polónia, e com o Sr. Toon STREPPPEL, Chefe do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu. Seguidamente, o Sr. DIAMANDOUROS teve uma reunião com o Comissário para a Protecção dos Direitos Cívicos e com os directores de unidades e chefes de secção do Commissariado. A seguir ao almoço, o Sr. ZOLL presidiu a uma reunião com representantes de numerosas ONG. O Sr. DIAMANDOUROS, acompanhado pelo Comissário Adjunto para a Protecção dos Direitos Cívicos, Sr. Jerzy ŚWIĄTKIEWICZ, teve ainda reuniões com o Sr. Marek SAFJAN, Presidente do Tribunal Constitucional, o Sr. Roman HAUSER, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, e o Sr. Longin PASTUSIAK, Presidente do Senado.



O Sr. Diamandouros profere uma palestra perante um grupo de estudantes, no Fórum Europeu do Campus Natolin do Colégio da Europa. Natolin, Polónia, 30 de Abril de 2004.

Ao fim da tarde, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra sobre «Os direitos dos cidadãos, os meios de reparação e o Provedor de Justiça Europeu», no Fórum Europeu do Campus Natolin do Colégio da Europa. Mais de 60 actuais e antigos estudantes assistiram à palestra, que foi introduzida pelo Sr. Piotr NOWINA-KONOPKA, Vice-reitor do Colégio da Europa. Em seguida, o Provedor acompanhou o Sr. Andrzej ZOLL às celebrações do alargamento da UE, na Praça Pilsudski, onde se encontraram com o Presidente da República da Polónia, Sr. Aleksander KWASNIEWSKI, e os presidentes das duas câmaras do Parlamento.

Em 1 de Maio, o dia começou com uma reunião com o Presidente da República, Sr. Aleksander KWASNIEWSKI, que foi seguida de um almoço em honra do alargamento, oferecido pelo Presidente e pelo Ministro da Cultura, no Castelo Real de Varsóvia.



## ÁUSTRIA

Em 24 e 25 de Maio, o Provedor de Justiça visitou a Áustria

Em 24 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS teve uma série de reuniões, em Viena, com o Sr. Heinz FISCHER, Presidente eleito da Áustria, o Sr. Andreas KHOL, Presidente da Câmara Baixa do Parlamento, e o Sr. Franz FIEDLER, Presidente do Tribunal de Contas. O Sr. Dieter BÖHMDORFER, Ministro da Justiça, ofereceu um almoço em honra do Sr. DIAMANDOUROS.

No dia seguinte, o Provedor de Justiça teve reuniões com a Sra. Beate WINKLER, Directora do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, e com o Sr. Michael REINPRECHT, Chefe do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu na Áustria. A visita do Sr. DIAMANDOUROS terminou com uma palestra sobre «O Estado de direito, a democracia e o Provedor de Justiça», na Academia Diplomática, em Viena, organizada pela Academia e pela Representação da Comissão Europeia na Áustria.



Sr. Peter Kostelka, Presidente do Conselho da Provedoria de Justiça da Áustria, Sr. Diamandouros e Sr. Heinz Fischer, Presidente eleito da Áustria. Viena, Áustria, 24 de Maio de 2004.

## ROMÉNIA

De 26 a 28 de Maio, o Provedor de Justiça visitou a Roménia.

O Sr. DIAMANDOUROS foi recebido pelo Advogado do Povo da Roménia, Sr. Ioan MURARU, o seu Adjunto, Sr. Gheorghe IANCU, o Secretário-Geral da instituição, Sr. Nicolae LAPA e a Sra. Andreea ABRUDAN, especialista em relações externas. Ao fim da tarde, o Sr. DIAMANDOUROS visitou a Delegação da Comissão Europeia em Bucareste, onde se encontrou com a Sra. Anne de LIGNE, Chefe da Secção PHARE, a Sra. Raluca PRUNĂ e a Sra. Camelia SUICĂ, respectivamente Gestora e Chefe da equipa responsável pela Justiça e Assuntos Internos.

Em 27 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS visitou o Gabinete do Advogado do Povo, onde teve uma reunião com o Provedor de Justiça e funcionários superiores da sua equipa. À tarde, teve lugar uma visita ao Ministério da Justiça da Roménia, onde o Sr. DIAMANDOUROS foi recebido pela Sra. Simona-Maya TEODOROIU, Secretária de Estado da Justiça. Em 28 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS visitou o Tribunal Constitucional da Roménia, onde foi recebido pela Secretária-Geral da instituição, Sra. Ruxandra SABĂREĂNU. A visita terminou com uma reunião com o Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Nicolae POPA.



Sr. Ioan Muraru, Advogado do Povo da Roménia, Sr. Diamandouros e Sr. Nicolae Popa, Presidente do Tribunal Constitucional da Roménia. Bucareste, Roménia, 28 de Maio de 2004.

## GRÉCIA

De 30 de Junho a 2 de Julho, o Sr. DIAMANDOUROS participou numa série de reuniões, conferências e encontros com a comunicação social na Grécia. O Provedor de Justiça grego, Sr. Yorgos KAMINIS, acompanhou-o em todos os eventos.



Sr. Yorgos Kaminis, Provedor de Justiça grego, Sr. Kostas Karamanlis, Primeiro-Ministro da Grécia, e Sr. Diamandouros. Atenas, Grécia, 2 de Julho de 2004.

Na manhã de 30 de Junho, o Sr. DIAMANDOUROS teve uma reunião com o Sr. Prokopis PAVLOPOULOS, Ministro do Interior, da Administração Pública e da Descentralização. Seguidamente, encontrou-se com o Sr. Costas SIMITIS, antigo Primeiro-ministro, e com o Sr. Nicos



CONSTANTOPOULOS, líder do Partido Synaspismos. À tarde, o Sr. DIAMANDOUROS foi recebido pela Sra. Anna BENAKI-PSAROUDA, Presidente do Parlamento grego, e, em seguida, pela Sra. Aleka PAPARIGHA, Secretária-Geral do Partido Comunista da Grécia, e pelo Sr. George KARATZAFERIS, líder do Partido Regenerador Ortodoxo Popular (LAOS).

À tarde, o Sr. DIAMANDOUROS proferiu uma palestra na Fundação Nacional para a Investigação. A palestra, promovida pelas organizações não governamentais «OPEK», «Paremvassi» e «Movimento dos Cidadãos», intitulava-se «O Provedor de Justiça Europeu como mecanismo de defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus». No dia seguinte, o Sr. DIAMANDOUROS fez uma palestra no Esperia Palace Hotel. Esta palestra, promovida pela ELIAMEP (Fundação Helénica para a Política Europeia e Externa), intitulava-se «o Provedor de Justiça Europeu, a administração pública europeia e os cidadãos europeus: uma relação em desenvolvimento».

Mais tarde, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se com o Sr. George PAPANDREOU, líder do Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK). Ao fim da tarde, teve uma reunião com o Sr. Kostis STEFANOPOULOS, Presidente da República da Grécia, no Palácio Presidencial.

Em 2 de Julho, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se com o Sr. Kostas KARAMANLIS, Primeiro-ministro da Grécia. No mesmo dia, teve ainda reuniões com o Presidente do Conselho de Estado, Sr. Christos GERARIS, e com os chefes das representações do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia em Atenas, respectivamente o Sr. George KASIMATIS e o Sr. George MARKOPOULIOTIS.

## PAÍSES BAIXOS

O Sr. DIAMANDOUROS visitou os Países Baixos (Roterdão, Haia, Leiden e Nijmegen) de 15 a 19 de Setembro.



Sr. Diamandouros e Sr. Roel Fernhout, Provedor de Justiça dos Países Baixos.  
Haia, Países Baixos, 17 de Setembro de 2004.

Em Haia, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com o seu homólogo neerlandês, Sr. Roel FERNHOUT, Provedor de Justiça dos Países Baixos, que o acompanhou nas suas reuniões com o Sr. Atzo NICOLAÏ, Ministro dos Assuntos Europeus, e o Sr. Pieter VAN DIJK, membro do Conselho de Estado e antigo juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Ainda em Haia, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se também com o Sr. Lambert VAN NISTELROOIJ, MPE, o Sr. Hans Blokland, MPE,

a Sra. Corien WORTMANN-KOOL, MPE, assim como com o Sr. Nico WEGTER, Director da Representação da Comissão Europeia nos Países Baixos, o Sr. Sjerp VAN DER VAART, Director do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu, e a Sra. Marion VAN EMDEN, Directora do Movimento Europeu nos Países Baixos.

Durante a sua estada em Roterdão, o Provedor de Justiça proferiu duas palestras: uma sobre «O duplo papel do Provedor de Justiça», na 3ª Conferência sobre Qualidade na Administração Pública na UE, e outra sobre «O Provedor de Justiça Europeu: guardião da boa administração», na Faculdade de Direito da Universidade Erasmus. Falou também na faculdade de Direito da Universidade de Leiden, sobre «A Constituição da União Europeia e o papel do Provedor de Justiça Europeu». Ainda em Roterdão, o Sr. DIAMANDOUROS teve uma reunião com o Provedor de Justiça municipal, Sr. Migiel VAN KINDEREN.

No domingo, 19 de Setembro, em Nijmegen, o Sr. DIAMANDOUROS e o Sr. FERNHOUT participaram nas comemorações do 60º aniversário da operação «Market Garden». As comemorações incluíram uma sessão de cumprimentos de boas-vindas pelo Presidente da Câmara de Nijmegen, na sede do município, uma parada de veteranos aliados e uma cerimónia de deposição de coroas de flores junto ao monumento à guerra, na qual tanto o Sr. DIAMANDOUROS como o Sr. FERNHOUT depuseram flores em representação das suas respectivas instituições.

## PORTUGAL

Em 21 e 22 de Outubro, o Provedor de Justiça visitou Portugal.



© Provedor de Justiça português

Sr. Diamandouros, Sr. Henrique Nascimento Rodrigues (segundo a contar da esquerda), Provedor de Justiça português, e membros das respectivas equipas. Lisboa, Portugal, 21 de Outubro de 2004.

Durante a sua estada de dois dias em Lisboa, o Provedor de Justiça teve ocasião de se encontrar com o Primeiro-Ministro, Sr. Pedro SANTANA LOPES, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. António MONTEIRO, e o Ministro da Justiça, Sr. José AGUIAR BRANCO. Foi também recebido pelo Presidente da Assembleia da República, Sr. João MOTA AMARAL, que ofereceu um almoço em que participaram altos representantes parlamentares de, praticamente, todos os partidos políticos. O Provedor de Justiça teve uma troca informal de pontos de vista com o Comissário Europeu da Justiça e dos Assuntos Internos, Sr. António VITORINO, e participou num jantar oferecido pelo Provedor de Justiça português, no qual estiveram presentes o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Manuel Fernando DOS SANTOS SERRA, o Presidente em exercício do Tribunal Constitucional, Sr. MOURA RAMOS, e o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e actual deputado Sr. Jaime





GAMA, juntamente com o Professor Jorge MIRANDA, da Universidade de Lisboa. Durante a estada do Provedor de Justiça, o Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu, Sr. Paulo SANDE, também ofereceu um almoço de trabalho com deputados portugueses ao Parlamento Europeu, nomeadamente a Sra. Assunção ESTEVES, do Grupo do PPE, o Sr. Luís Manuel CAPOULAS SANTOS, o Sr. Fausto CORREIA, o Sr. António COSTA, a Sra. Edite ESTRELA, o Sr. Emanuel JARDIM FERNANDES, a Sra. Elisa FERREIRA, a Sra. Ana Maria GOMES e a Sra. Jamila MADEIRA, do Grupo do PSE, e a Sra. Ilda FIGUEIREDO e o Sr. Sérgio RIBEIRO, do Grupo da UEN.

A fim de contactar com os cidadãos, o Provedor de Justiça discursou num evento organizado pela Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Sra. Margarida MARQUES. A palestra do Provedor teve por título «Construir uma Europa centrada no cidadão: o Provedor de Justiça Europeu e a Constituição Europeia». Mais de 30 pessoas participaram na reunião e na animada sessão de perguntas e respostas, que abordou temas como a imigração, a discriminação, o acesso aos serviços de saúde e a boa administração. A este encontro seguiu-se uma recepção, durante a qual o Provedor discutiu o seu trabalho com elementos do público. No segundo dia da sua visita, o Provedor de Justiça interveio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sobre «Os direitos fundamentais na União Europeia e o Provedor de Justiça Europeu». O Sr. Jorge Miranda apresentou o Provedor a uma audiência de cerca de 50 estudantes e membros da Faculdade.

## FRANÇA

Em 1 e 2 de Dezembro, o Provedor de Justiça visitou Paris.

Depois de um breve encontro bilateral com o Provedor de Justiça francês, Sr. Jean-Paul DELEVOYE, o Provedor de Justiça Europeu manteve uma troca de pontos de vista com funcionários superiores da Provedoria francesa, chefiados pelo Sr. Bernard DREYFUS, Director Principal. Almoçou em seguida com o antigo Provedor francês, Sr. Bernard STASI, com quem conversou sobre o papel que este desempenha actualmente na criação de uma Alta Autoridade de Combate à Discriminação e de Promoção da Igualdade em França. O Provedor de Justiça encontrou-se depois com o Secretário de Estado responsável pela Reforma do Estado, Sr. Eric WOERTH e, seguidamente, com a Consultora do Primeiro-Ministro para os Assuntos Europeus, a Sra. Pascale ANDREANI. No segundo dia da sua visita, o Provedor teve reuniões com o Sr. Renaud DENOIX DE SAINT-MARC, Vice-Presidente do Conselho de Estado, o Sr. Jean-Claude COLLIARD, membro do Conselho Constitucional, e a Sra. Claudie HAIGNERE, Ministra dos Assuntos Europeus.

Durante a sua visita de dois dias a Paris, o Provedor de Justiça falou perante uma audiência de 35 estudantes do Instituto de Estudos Políticos, sobre o tema «O Provedor de Justiça Europeu e a cidadania europeia». O Sr. Renaud DEHOUSSE apresentou o Provedor e a Sra. Florence DELOCHE-GAUDEZ, Secretária-Geral do Fórum Europeu da Faculdade de Ciências Políticas, presidiu ao encontro. O Provedor teve ainda ocasião de se encontrar com o Sr. Jean-Guy GIRAUD, Chefe do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Paris, e com o Sr. Yves GAZZO, Chefe da Representação da Comissão Europeia.

## 6.3 OUTRAS CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

O Provedor de Justiça é cada vez mais frequentemente convidado para participar em conferências e seminários em toda a Europa. Os temas em debate vão desde os esforços da UE para comunicar com os cidadãos até à Constituição para a Europa e desde a proposta de uma nova Agência de Direitos Fundamentais para a União até à possibilidade de se estabelecer uma lei sobre a boa administração nas instituições e organismos comunitários. O Provedor faz questão de participar activamente nestas reuniões, que contribuem para aumentar a sensibilização para o seu trabalho entre actores fundamentais. Quando não pode participar pessoalmente, o Provedor confia a representação da instituição a um membro destacado da sua equipa.



O Provedor de Justiça promove igualmente a sensibilização para o seu trabalho e para as questões que é chamado a tratar durante as suas reuniões com representantes políticos, membros de organizações não governamentais, grupos de interesses, estudantes e cidadãos, para referir apenas alguns. Os membros da sua equipa também participam activamente nesta tarefa. A secção seguinte dá conta da lista destas actividades que tiveram lugar em 2004.

## COM A PARTICIPAÇÃO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

### Conferência Ministerial Informal sobre «Comunicar a Europa» – Wicklow, Irlanda

Em 6 e 7 de Abril, o Provedor de Justiça participou na Conferência Ministerial Informal organizada pelo Ministro de Estado irlandês dos Assuntos Europeus, Sr. Dick ROCHE, em County Wicklow, na Irlanda. A conferência intitulava-se «Comunicar a Europa» e teve a participação de ministros e secretários de Estado dos Assuntos Europeus dos actuais Estados-Membros, dos novos países aderentes e dos países candidatos, de delegações dos Balcãs Ocidentais e de representantes das instituições da UE. O Sr. DIAMANDOUROS usou da palavra depois da abertura formal pelo Ministro Sr. ROCHE e dos discursos do Sr. Pat COX, Presidente do Parlamento Europeu, e do Sr. António VITORINO, Comissário Europeu. Sublinhou a importância do papel que o Provedor de Justiça desempenha no sentido de dar poder de intervenção aos cidadãos e de os informar dos seus direitos. Desta forma, o Provedor de Justiça contribui para enfrentar o desafio de «Comunicar a Europa» aos cidadãos na Europa alargada, afirmou. O Sr. DIAMANDOUROS prosseguiu salientando a necessidade de apresentar resultados concretos aos cidadãos, habilitando-os a usufruir plenamente dos seus direitos comunitários.

### Conferência Internacional sobre «A posição dos Tribunais Constitucionais após a integração na União Europeia» – Bled, Eslovénia

O Provedor de Justiça participou numa conferência internacional intitulada «A posição dos Tribunais Constitucionais após a integração na União Europeia», realizada em Bled, na Eslovénia, de 30 de Setembro a 2 de Outubro. A conferência foi aberta pela Presidente do Tribunal Constitucional da Eslovénia, Sra. Dragica WEDAM LUKIĆ. Os discursos introdutórios estiveram a cargo do Sr. Erwan FOUÉRÉ, Chefe da Delegação da Comissão Europeia na Eslovénia, do Sr. Christos ARTEMIDES, Presidente da Conferência Internacional dos Tribunais Constitucionais Europeus, do Sr. Didier MAUS, Juiz do Tribunal Constitucional de Andorra, do Sr. Luzius WILDHABER, Presidente do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, do Sr. Vassilios SKOURIS, Presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, e do Sr. DIAMANDOUROS.

A estas intervenções seguiu-se uma apresentação de experiências dos Tribunais Constitucionais de alguns Estados-Membros relacionadas com o sistema jurídico da UE. Deram a sua contribuição os representantes dos Tribunais Constitucionais da Áustria, da Alemanha e da Itália.

Em 1 de Outubro, representantes dos Tribunais Constitucionais da República Checa, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, da Polónia e da Eslovénia, assim como dos Supremos Tribunais de Chipre e da Estónia, fizeram uma apresentação de alterações constitucionais decorrentes da integração na União Europeia, do papel dos tribunais constitucionais após a integração na UE e uma avaliação das suas capacidades para enfrentar novos desafios.

A Sra. Dragica WEDAM LUKIĆ pronunciou o discurso de encerramento.





O Sr. Diamandouros intervém na Conferência Internacional sobre «A posição dos Tribunais Constitucionais após a integração na União Europeia». Bled, Eslovénia, 30 de Setembro de 2004.

### 34º Colóquio de Asser sobre Direito Europeu – Haia, Países Baixos

Em 15 de Outubro, o Sr. DIAMANDOUROS participou na 34ª sessão do Colóquio de Asser sobre Direito Europeu, intitulada «A Constituição Europeia: o melhor caminho?». O Sr. DIAMANDOUROS participou na sessão paralela III A sobre «A vida democrática da União Europeia», com uma palestra sobre «o Provedor de Justiça Europeu e a Constituição Europeia». A sessão foi presidida pela Sra. Deirdre CURTIN, Professora da Escola de Governança de Utrecht.

### Palestra na Universidade de Atenas – Grécia

Em 22 de Dezembro, o Provedor de Justiça proferiu uma palestra no Departamento de Ciências Políticas e Administração Pública da Universidade de Atenas. A palestra fez parte do programa de pós-graduação em Estudos Europeus e Internacionais do Departamento. O título da palestra do Provedor de Justiça foi «O Estado de direito, a democracia, a responsabilização e a instituição do Provedor de Justiça».

### Outros eventos

Em 19 de Janeiro o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se em Paris com a Sra. Noelle LENOIR, Ministra dos Assuntos Europeus francesa, para discutir uma série de questões administrativas relativas à Provedoria de Justiça.

Em 28 de Janeiro, o Provedor de Justiça pronunciou uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade de Udine, em Itália. O Sr. DIAMANDOUROS foi recebido pelo Reitor da Universidade, Sr. Furio HONSELL. Assistiram à palestra cerca de 100 pessoas, entre as quais o Sr. Maurizio MARESCA, Professor de Direito Internacional, e a Provedora de Justiça da região de Friuli Venezia-Giulia, a Sra. Caterina DOLCHER.



O Sr. Diamandouros com estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Udine, Itália, 28 de Janeiro de 2004.

No mesmo dia, o Provedor encontrou-se com o Presidente da região italiana de Friuli Venezia-Giulia, Sr. Riccardo ILLY. Durante este encontro, o Provedor apresentou o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, no qual o Presidente se mostrou muito interessado, propondo posteriormente que fosse adoptado pela administração regional de Friuli Venezia-Giulia.

Mais tarde, o Provedor de Justiça apresentou o seu trabalho a membros da Câmara de Comércio de Trieste. O Provedor de Justiça de Trieste, Sr. Alessandro ZANMARCHI, também participou nesta reunião.

Em 29 de Janeiro, o Sr. DIAMANDOUROS fez um discurso perante estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Trieste. Foi apresentado pelo Sr. Sergio BARTOLE, Director do Departamento de Ciências Jurídicas

Em 11 de Fevereiro, o Sr. García VALLEDOR, Ministro das Relações Externas do Governo Regional das Astúrias (Espanha) visitou em Estrasburgo o Provedor de Justiça Europeu. Era acompanhado pelo seu Chefe de Gabinete, Sr. Jorge PRADO, pela Sra. Maria Luisa BERGAZ, MPE, e pelo Sr. Dionisio FERNÁNDEZ, Consultor Político do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia. O Sr. García VALLEDOR exprimiu a vontade do Governo das Astúrias de apresentar uma proposta legislativa ao Parlamento Regional com vista à instituição de um Provedor de Justiça. O Sr. DIAMANDOUROS congratulou-se com esta iniciativa e ofereceu o seu apoio e o da sua equipa.

Em 9 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se com vários representantes do Grupo de Apoio às Pessoas com Deficiência do Parlamento Europeu (EPDSG), nomeadamente a Sra. Marie LUIJTEN, a Sra. Saija JARVENTAUSTA, o Sr. Helge POULSEN e o Sr. Philip SCOTT. O EPDSG, que é constituído por funcionários do Parlamento Europeu interessados em questões ligadas à deficiência, manifestou o seu apoio ao trabalho do Provedor de Justiça em prol da integração das pessoas com deficiência. Os representantes do Grupo congratularam-se com o inquérito de iniciativa própria aberto pelo Provedor de Justiça relativo à integração das pessoas com deficiência, bem como com a sua posição sobre diversas queixas relativas à integração de crianças com deficiência nas escolas europeias. O Sr. DIAMANDOUROS apresentou uma resenha das suas acções neste domínio e incentivou o EPDSG a fornecer mais informação que possa ajudar o Provedor de Justiça nos seus inquéritos.

Em 12 de Março, o Sr. Péter BÁRÁNDY, Ministro da Justiça da Hungria, acompanhado pela Sra. Judit DEMETER, o Sr. Lipót HOLZTZ e o Sr. István SOMOGYVÁRI, e ainda pelo Sr. Zoltán TAUBNER, Embaixador da Hungria junto do Conselho da Europa, fez uma visita ao Sr. DIAMANDOUROS, em



Estrasburgo. Foram discutidas diversas questões, nomeadamente a cooperação entre os Comissários do Parlamento Húngaro e o Provedor de Justiça com vista à adesão da Hungria à UE.

Em 25 de Março, o Provedor de Justiça Europeu proferiu uma palestra na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Génova, em Itália. O Sr. DIAMANDOUROS foi apresentado pelo Sr. driano GIOVANNELLI, Decano da Faculdade. Assistiram à palestra cerca de 70 pessoas.

No mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS foi o orador principal numa conferência organizada pela *Società di letture e conversazioni scientifiche*, em Génova. Foi recebido, em nome da Sociedade, pelo seu Presidente, Sr. Umberto COSTA, e pelo Sr. Gianpaolo GANDOLFO. O Sr. DIAMANDOUROS falou sobre «O Estado de direito, a democracia e a instituição do Provedor de Justiça: uma perspectiva europeia».

Em 26 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se em Génova com o Presidente do Conselho da Liguria, Sr. Francesco BUZZONE, para conversar sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu.

Em 27 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS encontrou-se em Lerici, Itália, com o Presidente do Município de Lerici, Sr. Emanuele FRESCO, para assistir à inauguração do gabinete responsável pelas relações com o público

Em 14 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS reuniu-se em Estrasburgo com o Sr. Taro NAKAYAMA, o Sr. Yoshito SENGOKU, o Sr. Yukio EDANO, o Sr. Okiharu YASUOKA e o Sr. Motohiko KONDO, membros do Parlamento japonês. Os parlamentares, membros da Comissão de Investigação sobre a Constituição do Japão, eram acompanhados pelo Sr. Ryuichi SHOJI, Cônsul-Geral do Japão em Estrasburgo. Foram abordadas questões relativas ao quadro constitucional da União Europeia e ao papel e trabalho do Provedor de Justiça Europeu.

Em 16 de Novembro, o Sr. DIAMANDOUROS falou perante mais de 100 estudantes italianos, que visitaram Estrasburgo durante uma viagem de dois dias ao Parlamento Europeu. Os estudantes eram os vencedores de um concurso organizado pelo Parlamento para promover o conhecimento da União Europeia. O Provedor de Justiça explicou-lhes o seu papel e respondeu a uma série de perguntas sobre o seu trabalho.

Em 10 de Novembro, por ocasião da sua participação numa conferência em Istambul, na Turquia, o Sr. DIAMANDOUROS visitou Sua Santidade BARTHOLOMEW, Arcebispo de Constantinopla, Nova Roma e Patriarca Ecuménico da Igreja Cristã Ortodoxa.

## COM A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPA DA PROVIDORIA DE JUSTIÇA

### Eventos e reuniões

Em 24 de Fevereiro, o Sr. Olivier VERHEECKE, Conselheiro Jurídico Principal, reuniu-se com o Sr. Anar CAHANGIRLI e o Sr. Anar KARIMOV, da Missão do Azerbaijão na UE, para discutir a possível colaboração entre o recém-instituído Provedor de Justiça do Azerbaijão e o Provedor de Justiça Europeu.

Em 13 de Maio, o Sr. Kostas KOURTIKAKIS, doutorando em Filosofia da Universidade de Pittsburgh, EUA, visitou o gabinete de Bruxelas do Provedor de Justiça Europeu, para entrevistar o responsável pela Internet e Comunicações da Providoria, Sr. Ben HAGARD, e a sua Adida de Imprensa e Comunicação, Sra. Rosita AGNEW, acerca da Rede Europeia de Provedores de Justiça. O Sr. KOURTIKAKIS deslocou-se depois a Estrasburgo, onde entrevistou o Provedor de Justiça, o Chefe do Departamento Jurídico, Sr. Ian HARDEN, e um jurista, o Sr. Peter BONNOR. As entrevistas centraram-se na contribuição da Rede Europeia de Provedores de Justiça para assegurar a correcta aplicação do direito comunitário ao nível dos Estados-Membros.

Em 1 de Outubro, o Sr. Olivier VERHEECKE respondeu a perguntas sobre o trabalho do Provedor de Justiça formuladas pelo Sr. Alexandros TSADIRAS, antigo estagiário na Providoria e doutorando



na Universidade de Oxford. Em 8 de Outubro, o Sr. VERHEECKE reuniu-se com a Sra. Neeltje SMITSKAMP, estudante da Universidade de Amesterdão, para uma entrevista semelhante.

Em 5 de Outubro, o Sr. Ian HARDEN e a Sra. Rosita AGNEW deslocaram-se a Amesterdão para assistir à Conferência Ministerial Informal intitulada «Comunicar a Europa». Esta sessão foi organizada na sequência da primeira reunião sobre este tema realizada em Wicklow, Irlanda, em Abril de 2004. Foi convocada pelo Ministro dos Assuntos Europeus dos Países Baixos, Sr. Atzo NICOLAÏ, para debater a forma de levar os cidadãos a sentirem-se mais envolvidos na Europa, especialmente no contexto dos próximos referendos sobre a Constituição Europeia. Participaram na reunião ministros ou outras entidades oficiais dos 25 Estados-Membros e países candidatos, e ainda os Comissários Sr. António VITORINO e Sra. Margot WALLSTRÖM e o Presidente do Parlamento Europeu, Sr. Josep BORRELL. O moderador foi o antigo Presidente do Parlamento Europeu, Sr. Pat COX. Não podendo o Provedor de Justiça estar presente na reunião, a sua palestra intitulada «Comunicar a Europa – as oportunidades oferecidas pela Constituição» foi distribuída a todos os participantes e à imprensa. A sessão foi aberta ao público.

Em 23 de Novembro, o Sr. Olivier VERHEECKE recebeu no gabinete de Bruxelas o Sr. Sinisa RODIN, Professor de Direito Constitucional e Direito Europeu na Universidade de Zagreb, que estava em visita às instituições da UE no âmbito do «Programa de Visitantes da União Europeia»

Em 6 e 7 de Dezembro, a Agência Sueca de Administração Pública organizou um encontro informal de peritos para debater a perspectiva de um direito administrativo para a UE e considerar a possibilidade de um futuro Espaço Administrativo Europeu. Participaram na reunião mais de 50 pessoas, incluindo entidades oficiais e académicas de toda a Europa. O Sr. Ian HARDEN e a Sra. Rosita AGNEW representaram a Provedoria. Na sessão do primeiro dia, subordinada ao tema «Regulamentar a boa administração nas instituições da UE: a experiência já conhecida e o potencial do artigo III-398º», o Sr. HARDEN falou sobre o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa. O segundo dia decorreu sob o tema «Integrar as administrações dos Estados-Membros: Pode existir um roteiro para um Espaço Administrativo Europeu?».

Em 9 de Dezembro, o Sr. Olivier VERHEECKE recebeu no gabinete de Bruxelas o Sr. Lodewijk BOS, Secretário do Comércio da Representação Permanente dos Países Baixos na União Europeia, e prestou-lhe informação sobre a possibilidade de as empresas apresentarem queixas ao Provedor de Justiça.

Em 15 de Dezembro, o Sr. Olivier VERHEECKE participou num Painel de Alto Nível sobre «A proposta de uma Agência de Direitos Humanos da UE: uma oportunidade para uma política coerente de direitos humanos», organizada em Bruxelas pelo grupo de reflexão «O Centro». O debate foi presidido pelo Sr. Walter VAN GERVEN, antigo Advogado Geral no Tribunal de Justiça Europeu e Professor na Universidade Católica de Lovaina. Os oradores foram o Sr. Jonathan FAULL, Director-Geral da DG Justiça, Liberdade e Segurança da Comissão Europeia, o Sr. Jorg POLAKIEWICZ, do Conselho da Europa, e a Sra. Alpha CONNELLY, Directora Executiva da Comissão de Direitos Humanos da Irlanda. As várias apresentações seguiu-se um animado debate.

### **Apresentações a grupos**

Em 2004, o Sr. DIAMANDOUROS e membros da sua equipa explicaram o papel e o trabalho do Provedor de Justiça aos seguintes grupos:

#### **Janeiro**

- grupo de estudantes da *Hochschule Magdenburg-Stendal*, Alemanha;
- grupo de estudantes do *Institut des Hautes Etudes Européennes* da Universidade Robert Schuman, de Estrasburgo, França;



**Fevereiro**

- 50 estudantes, acompanhados pelo Sr. Willem BONEKAMP, da Universidade de Twente, Países Baixos;
- 10 representantes de organizações não governamentais da Letónia;
- 40 estudantes, conduzidos pelo Sr. Michael McKEEVER, da Trinity School de Nottingham, Reino Unido;
- funcionários da Academia Federal Alemã de Administração Pública, acompanhados pela directora do seminário, Sra. Christiane BÖDDING;

**Março**

- 10 quadros superiores da função pública que participavam num seminário organizado pela *Ecole Nationale d'Administration* (ENA), de Estrasburgo, França;
- 7 funcionários do Departamento de Assuntos da UE do Parlamento dinamarquês;
- 50 estudantes da Associação Europeia de Estudantes de Direito (ELSA), de Pádua, Itália;
- membros do *Club des médiateurs du service public*, de Paris. Esta reunião foi organizada pelo Provedor da RATP (autoridade dos transportes públicos de Paris), Sr. Cyrille DE LA FAYE;
- grupo de estudantes da Universidade do Sul da Dinamarca, de Odense;
- 45 estudantes da *Technische Universität Chemnitz*, Alemanha, no âmbito de uma viagem a Estrasburgo organizada pelo *Bildungswerk Sachsen der Deutschen Gesellschaft e.V.* Os participantes eram acompanhados pela Sra. Elke FEILER, do *Bildungswerk*;

**Abril**

- 45 estudantes, acompanhados pelo seu professor, Sr. GRAF, da *Staatliche Berufsschule Landsberg am Lech*, da Baviera, Alemanha;
- 50 estudantes do *Europa-Institut* da Universidade de Saarbrücken, Alemanha, acompanhados pela Sra. HÖRRMANN e pela Sra. ELSNER, do *Europa-Institut*;
- 17 alunos da província regional de Agrigento, Itália. A viagem a Estrasburgo foi oferecida aos vencedores de um concurso intitulado «A identidade europeia»
- 27 estagiários romenos participantes num seminário sobre administração pública na *Ecole Nationale d'Administration* (ENA), Estrasburgo, França;
- 50 participantes na Conferência Anual da Associação de Informação Europeia, de Edimburgo, Escócia. A conferência intitulava-se «Uma Europa em mudança: desafios e oportunidades para o profissional da informação»;
- 50 participantes no Seminário Europeu da International Kolping Society. Este seminário foi presidido pelo Sr. Anton SALESNY;

**Maior**

- 20 estudantes da Universidade de Eberhard Karls, de Tübingen, Alemanha. Esta visita foi organizada pelo Sr. Rudolf HRBEK;
- grupo de 16 funcionários de vários países asiáticos participantes num curso de formação organizado pelo *Centre des Etudes Européennes*, de Estrasburgo. O grupo era acompanhado pelo Sr. Felix MÜLLER;



- 35 estudantes da Europa Central e Oriental, no âmbito de uma visita organizada pela Sra. Elke FEILER, do *Bildungswerk Sachsen der Deutschen Gesellschaft e.V.*; a Sra. FEILER também organizou uma visita de 35 representantes de associações comerciais e empresários da Saxónia, para ouvirem falar sobre o trabalho do Provedor de Justiça;
- 34 membros do Partido Social-Democrata, de Copenhaga, Dinamarca;
- 30 estudantes da Universidade de Viadrina, de Frankfurt an der Oder, Alemanha;
- 30 alunos da Escola de Enfermagem de Herne, Alemanha, no âmbito de um seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, de Königswinter;
- participantes no evento de dois dias intitulado "Seminário sobre petições e direitos dos cidadãos da UE", organizado pela DG Alargamento da Comissão Europeia (serviço TAIEX), dirigido aos membros do Parlamento dos novos Estados-Membros, bem como da Roménia, da Bulgária e da Turquia;
- 30 visitantes da Agência de Gestão de Emergências, da Suécia, acompanhados pela Sra. Ing-Marie PERSSON, da Agência;
- 30 funcionários públicos da região de Aragão, Espanha, participantes num seminário organizado pelo Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA);

### Junho

- participantes no seminário de dois dias "Conciliar a competitividade com a qualidade da administração pública", organizado pelo Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA);
- 50 estudantes da Universidade de Potsdam, Alemanha, acompanhados pelo Sr. Eckart KLEIN;
- grupo de estudantes de Ciências Políticas, acompanhado pela Professora Assistente Sra. Francesca VASSALLO, da Universidade do Sul do Maine, EUA;
- grupo de 23 pessoas, nomeadamente membros do Conselho Fiscal do *Volksbank Bühl*, Alemanha. O grupo era acompanhado pelo Sr. Klaus GRAS;
- participantes no «Seminário sobre petições e direitos dos cidadãos da UE», organizado pela DG Alargamento (serviço TAIEX) da Comissão Europeia e destinado aos membros do Parlamento da Bulgária e peritos búlgaros na Comissão;
- participantes no seminário «Os direitos humanos e a União Europeia», organizado em Londres por *Justice*, em colaboração com Monckton Chambers e Doughty Street Chambers;
- 30 membros do Kiwanis Club, de Offenburg, Alemanha;
- 50 alunos de Baden, Áustria;

### Julho

- 30 advogados franceses, numa jornada de estudo intitulada *Entretiens communautaires*. O evento foi organizado pela *Délégation des Barreaux de France* em Bruxelas;
- 35 representantes do Departamento de Escolas da região de Mittelfranken, Alemanha;

### Setembro

- 40 estudantes participantes num seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, em Königswinter, Alemanha. O grupo era acompanhado pelo Sr. Benjamin WITTEKIND;
- grupo de visitantes do Serviço Oficial de Cartas e Petições da República Popular da China;





- 30 funcionários de diversos ministérios alemães, no âmbito de uma visita a Bruxelas organizada pela *Bundesakademie für Öffentliche Verwaltung*;
- 30 secretárias colocadas em escolas da Renânia do Norte-Vestefália, no âmbito de um seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, em Königswinter;

#### Outubro

- estudantes participantes na 19ª Sessão do *European Institute of Public Affairs and Lobbying* (EIPAL), em Bruxelas;
- 30 participantes num seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, em Königswinter;
- 20 membros de um grupo do *Bildungswerk für Demokratie, soziale Politik und Öffentlichkeit*, da Alemanha;
- grupo de visitantes dos Info-Pontos gregos;
- 25 colaboradores da União Democrata-Cristã, na Alemanha, no âmbito de um seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, em Königswinter;

#### Novembro

- participantes numa conferência, em Budapeste, intitulada «Liberdade de informação, hoje e amanhã», organizada pelo Arquivo Sociedade Aberta e pelo Comissário húngaro para a Protecção de Dados e a Liberdade de Informação, Sr. Attila PÉTERFALVI.
- 60 membros do *Club Europe*, conduzidos pelo Sr. Pascal MANGIN, Adjunto para os Assuntos Europeus e Internacionais do Presidente da Câmara de Estrasburgo, França;
- 120 participantes num seminário do Partido AKEL, em Nicósia, Chipre;
- 30 funcionários públicos e jornalistas gregos, convidados pela Sra. Maria MATSOUKA, MPE, Vice-Presidente da Comissão das Petições;
- 25 empregados da União Democrata-Cristã da Alemanha, no âmbito de um seminário organizado pela *Karl-Arnold-Stiftung*, em Königswinter;
- grupo de quadros superiores da função pública da Croácia, no âmbito de um seminário organizado pela *Ecole Nationale d'Administration* (ENA), de Estrasburgo, França;

#### Dezembro

- investigadores a fazerem uma especialização em direito administrativo europeu, participantes num seminário organizado pelo Sr. Jacques ZILLER, do Departamento Jurídico do Instituto Universitário Europeu, de Florença, Itália.

## 6.4 RELAÇÕES COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social tem um papel fundamental no reforço do impacto do trabalho reactivo e pró-activo do Provedor de Justiça. Ao fazer a cobertura noticiosa do tratamento de queixas e das actividades de comunicação, a imprensa, a rádio, a televisão e os meios de comunicação electrónicos ajudam a informar os cidadãos sobre o serviço prestado pelo Provedor. Igualmente importante é a atenção que os meios de comunicação social dedicam a casos em que um certo grau de pressão da opinião pública pode ser útil, nomeadamente quando o Provedor de Justiça entende necessário fazer uma observação crítica, um projecto de recomendação ou um relatório especial a enviar ao



Parlamento. Nestas situações, a comunicação social pode ajudar a realçar a importância do caso, assim pressionando a instituição ou organismo a encontrar uma solução para o cidadão. Por último, o Provedor de Justiça é por vezes chamado a fornecer à comunicação social uma visão das suas prioridades e pontos de vista e das razões que os fundamentam.

Os contactos do Provedor de Justiça com a comunicação social constam de entrevistas, conferências de imprensa, artigos e comunicados. Estas iniciativas podem estar ligadas a um acontecimento importante, por exemplo, a apresentação do Relatório Anual à Comissão das Petições do Parlamento Europeu, ou directamente aos inquéritos do Provedor. Estes contactos permitem ao Provedor responder a perguntas sobre o seu papel, explicar os seus pontos de vista sobre questões importantes, sublinhar as suas prioridades e expressar as suas aspirações.

O Provedor de Justiça divulgou 34 comunicados de imprensa em 2004, o que equivale a um comunicado por cada período de 11 dias. Distribuídos a jornalistas e partes interessadas em toda a Europa, estes comunicados contribuíram para promover a sensibilização para os casos mais importantes tratados durante o ano. Entre estes, contaram-se os problemas relativos à manipulação de material radioactivo no Instituto de Elementos Transurânicos da Comissão, na Alemanha, a integração de pessoas com deficiência pela Comissão Europeia e possíveis falhas num inquérito do OLAF sobre alegações de fraude.

O Provedor de Justiça deu em 2004 mais de 40 entrevistas a representantes da imprensa escrita, falada e electrónica, em Estrasburgo, em Bruxelas e durante as suas visitas de informação. Apresentou igualmente o seu trabalho e respondeu a perguntas em conferências de imprensa, *briefings*, reuniões e almoços. Esta secção enumera as entrevistas dadas pelo Provedor de Justiça e pela sua equipa em 2004 e também os contactos com a comunicação social organizados ao longo do ano.

- Em 8 de Janeiro, o Provedor de Justiça deu uma entrevista ao Sr. Cai RIENÄCKER, jornalista da rádio pública alemã ARD. As questões abordadas incluíram, nomeadamente, as prioridades do Provedor de Justiça, os casos com origem na Alemanha tratados com sucesso e a cooperação com provedores de justiça nacionais e regionais e órgãos homólogos.
- Em 13 de Janeiro, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Lise LANCON, do *Strasbourg Magazine*. A jornalista colocou questões gerais sobre o trabalho do Provedor de Justiça, o número e tipo de queixas recebidas e os esforços feitos para promover a sensibilização para o trabalho do Provedor.
- Em 14 de Janeiro, um jornalista italiano, o Sr. Paolo MAGAGNOTTI, entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS para um pequeno documentário sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu, a difundir em Itália e noutros países.
- Em 15 de Janeiro, o Provedor de Justiça deu uma entrevista telefónica à Sra. Tina SPILIOTI, do semanário cipriota *Neos Typos*. A Sra. SPILIOTI interrogou o Provedor de Justiça sobre o seu trabalho, nomeadamente nos países candidatos.
- Em 26 de Janeiro, no âmbito da sua visita de informação à Eslovénia, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela televisão pública eslovena. O Sr. DIAMANDOUROS respondeu a perguntas sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu e sobre as suas relações com o Provedor dos Direitos Humanos da Eslovénia, Sr. Matjaž HANŽEK.
- Em 27 de Janeiro, a Provedoria de Justiça Eslovena organizou uma conferência de imprensa no final da visita do Provedor de Justiça Europeu. Compareceram cerca de 15 jornalistas, que colocaram questões sobre a qualidade da administração da UE e sobre a resposta da administração aos inquéritos do Provedor. Quiseram também conhecer exemplos de queixas tratadas pelo Provedor de Justiça Europeu.
- Ainda no mesmo dia, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Urška MLINARIČ, do diário nacional esloveno *Večer*, pela Sra. Barbara KUŽNIK, da rádio nacional e pela Sra. Tanja TAŠTANOSKA, do semanário *Žurnal*.



- Em 29 de Janeiro, o Provedor de Justiça Europeu e a Provedora de Justiça da região de Friuli Venezia-Giulia, a Sra. Caterina DOLCHER, participaram numa conferência de imprensa organizada pelo Conselho Regional, em Trieste, Itália. O Sr. DIAMANDOUROS respondeu a perguntas do Sr. Pietro COMELLI, de *Il Piccolo*, do Sr. Luciano SANTIN, do *Messaggero Veneto*, da Sra. Sonia SICCO, da *ANSA*, do Sr. Alvisé SFORZA, da *Antenna 3*, do Sr. Duccio PUGLIESE, da *LUXA TV*, e do Sr. Pierpaolo DOBRILLA, do *CENTRO TV Friuli Venezia-Giulia*.
- Em 11 de Fevereiro, o Sr. Olivier VERHEECKE, Conselheiro Jurídico Principal, deu uma entrevista à Sra. SIMONOT, da Rádio de Bruxelas *BFM*, acerca da decisão do Provedor de Justiça sobre a política do Parlamento Europeu em relação ao fumo nas suas instalações.
- Em 19 de Fevereiro, no âmbito da sua visita de informação à Eslováquia, o Provedor de Justiça e o Sr. Pavel KANDRÁČ, Defensor Público dos Direitos, participaram numa conferência de imprensa nas instalações da Chancelaria do Conselho Nacional da Eslováquia, que foi presidida pelo Sr. Azelio FULMINI, Chefe do Gabinete do Parlamento Europeu na Eslováquia.
- Em 1 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma conferência de imprensa no gabinete da Comissária para a Administração de Chipre, Sra. Eliana NICOLAOU. Compareceram cerca de 15 jornalistas.



O Sr. Diamandouros e a Sra. Eliana Nicolaou, Comissária para a Administração de Chipre, numa conferência de imprensa. Nicósia, Chipre, 1 de Março de 2004.

- No mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista de 35 minutos para a televisão ao Sr. Kyriakos PIERIDES, da *Cyprus Broadcasting Corporation (CYBC)*. A *CYBC* também fez a cobertura da palestra proferida pelo Sr. DIAMANDOUROS em 3 de Março, na reunião com cipriotas gregos e turcos co-organizada pelo Fórum para a Modernização da Sociedade (OPEK) e pela plataforma cipriota turca de ONG «Este é o nosso país». Os dois eventos foram noticiados num único programa dedicado ao papel do Provedor de Justiça Europeu.
- Em 2 de Março, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista a várias estações de rádio e de televisão no gabinete do Ministro dos Assuntos Internos de Chipre, Sr. Andreas CHRISTOU.
- Em 9 de Março, a Sra. Cristina CARPINELLI, jornalista da *Radio 24* italiana, entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS para um programa semanal sobre assuntos europeus.
- Em 11 de Março, o Sr. Miguel ADROVER, produtor do programa *Europa 2004* da televisão pública espanhola *TVE*, entrevistou o Provedor de Justiça. O objectivo da entrevista foi o de informar os cidadãos espanhóis sobre o seu papel.



- Em 11 de Março, a Sra. Rosita AGNEW, Adida de Imprensa e Comunicação, deu uma entrevista telefónica ao Sr. Christophe NONNENMACHER, do *Strasbourg Magazine*. O jornalista interrogou-a sobre as actividades de comunicação do Provedor de Justiça.
- Em 24 de Março, a visita do Provedor de Justiça à República Checa terminou com uma conferência de imprensa no Centro de Informação da União Europeia, em Praga. Cerca de 15 pessoas estiveram presentes no evento, a que se seguiram várias entrevistas bilaterais com o Provedor de Justiça.
- Em 27 de Março, o Provedor de Justiça apresentou o seu trabalho aos jornalistas numa reunião organizada pelo gabinete da Presidência do Conselho da Liguria, Itália.
- Em 27 de Março, o Provedor de Justiça fez uma apresentação do seu trabalho aos jornalistas, num encontro organizado pela Presidência do Conselho da Liguria, Itália.
- Em 31 de Março, a Sra. Luísa GODINHO, da televisão pública portuguesa RTP2, entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS no âmbito de uma série de entrevistas a emitir por ocasião das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu. A pedido da Sra. GODINHO, o Sr. DIAMANDOUROS explicou a importância do seu trabalho para os cidadãos, enunciou os principais desafios que enfrenta na sua função e expôs a sua visão sobre o futuro da instituição.
- Em 16 de Abril, o Provedor de Justiça Europeu deu uma conferência de imprensa nas instalações da Liga Nacional dos Direitos Humanos da Letónia, em Riga, durante a qual fez uma apresentação do seu mandato e trabalho, seguida de uma longa e animada sessão em que mais de uma dúzia de representantes da imprensa formularam perguntas sobre uma grande variedade de temas, nomeadamente sobre o volume de trabalho do Provedor, a colaboração com provedores nacionais e regionais, os inquéritos relativos a infracções ao direito comunitário a nível nacional, a corrupção e a política linguística.
- A seguir à conferência de imprensa, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelo jornal *Lauku Avīze* e pela revista em língua russa *YAC*.
- Em 19 de Abril, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Danutė JOKUBĖNIENĖ, da revista lituana *Ekstra*.
- Em 20 de Abril, o Provedor de Justiça foi entrevistado em Vilnius pela Sra. Austė STOŠKUTĖ, da revista *Euro-Integration News*.
- Em 21 de Abril, o Provedor de Justiça deu uma conferência de imprensa no *Seimas* (Parlamento) da Lituânia. Depois de uma breve resenha da sua visita à Lituânia, o Provedor respondeu a perguntas sobre o volume de queixas recebidas, a natureza dessas queixas, a cooperação com o Provedor de Justiça da Lituânia e as suas expectativas em relação a queixas com origem na Lituânia após a adesão.
- Depois da conferência de imprensa, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Jūratė NEDVECKAITĖ do semanário lituano *Laikas*.
- Em 26 de Abril, o Provedor de Justiça teve um encontro com jornalistas, por ocasião da publicação do seu *Relatório Anual 2003*. Compareceram oito jornalistas, designadamente a Sra. Aine GALLAGHER, da *Reuters*, a Sra. Johanna VESIKALLIO, da *Finnish Press Agency*, o Sr. Tobias BUCK, do *Financial Times*, o Sr. Brandon MITCHENER, do *The Wall Street Journal Europe*, o Sr. Hans-Martin TILLACK, da *Stern*, o Sr. Marcello FARAGGI, da *Media/ARTE*, o Sr. Brian BEARY, do *European Report* e o Sr. Triadafilos STANGOS, da televisão grega ERT. O Sr. IAMANDOUROS referiu os acontecimentos mais importantes em 2003 para o Provedor de Justiça e para os cidadãos e respondeu a perguntas sobre o Relatório Anual.
- Pouco antes do encontro com a imprensa, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Charlotte HJORTH da *Europe-By-Satellite*, a agência noticiosa de televisão da UE. As perguntas da Sra. HJORTH incidiram sobre a importância da instituição para os cidadãos.





© Seimas (Parlamento) da República da Lituânia



O Sr. Diamandouros numa conferência de imprensa. Vilnius, Lituânia, 21 de Abril de 2004.

- Ainda em 26 de Abril, o Provedor de Justiça concedeu uma entrevista ao Sr. Triadafilos STANGOS, jornalista da televisão grega *ERT* e do programa europeu *Eurocentrics*. A entrevista incidiu sobre o trabalho do Provedor de Justiça em 2003 e sobre as prioridades do Sr. DIAMANDOUROS.
- No mesmo dia, o Provedor de Justiça deu ainda outra entrevista, desta vez à televisão estónia. O jornalista, Sr. Indrek TREUFELDT, perguntou-lhe o que podiam os cidadãos estónios esperar da Provedoria e como poderiam fazer-lhe chegar as suas queixas.
- Em 30 de Abril, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma conferência de imprensa em Varsóvia, presidida pelo Comissário para a Protecção dos Direitos Cívicos da Polónia, Sr. Andrzej ZOLL. Compareceram mais de uma dúzia de jornalistas, representantes dos principais jornais, revistas, televisões e rádios. O Sr. DIAMANDOUROS apresentou o seu trabalho e expôs as razões da sua visita à Polónia. As perguntas formuladas incidiram sobre os tipos de queixas recebidas pelo Provedor de Justiça Europeu, a demora média no tratamento de uma queixa, o Código de Boa Conduta Administrativa e o procedimento do Provedor de Justiça para determinar o que constitui má administração.
- À conferência de imprensa seguiram-se entrevistas com a Sra. Małgorzata BORKOWSKA da revista *Trybuna*, e com a Sra. Marzena KAWA, do canal *TVP3*.
- Em 6 de Maio, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelo Sr. Leo LINDER, da *Leo Linder Filmproduktion*, para um filme educativo destinado aos estudantes alemães intitulado «Manual de instruções para a Europa». A entrevista centrou-se na contribuição do Provedor de Justiça para aproximar mais a União dos cidadãos. O Sr. LINDER filmou também a equipa da Provedoria no seu trabalho e descreveu o caso de um cidadão alemão a quem foi recusada residência no Luxemburgo.
- Em 6 de Maio, o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN, Conselheiro Jurídico Principal, proferiu uma palestra sobre o papel do Provedor de Justiça perante um grupo de 20 jornalistas de diversos países, participantes nas Semanas Europeias da Comunicação, organizadas pela Universidade Católica de Lyon.
- Durante a sua visita a Ancara, Turquia, em 11 e 12 de Maio, o Sr. DIAMANDOUROS teve encontros com jornalistas da televisão *NTV*, da rádio nacional *TRT*, do jornal diário *Yani Safek* e das agências noticiosas *Anadolu*, *Anka* e *Cihan*. O Sr. DIAMANDOUROS respondeu a perguntas





sobre as competências de um Provedor de Justiça, as qualidades requeridas a uma pessoa para ser eleita para o cargo e a ligação existente entre a proposta de criação de um Provedor de Justiça na Turquia e o pedido deste país de adesão à UE.

- Em 27 de Maio, um jornalista do jornal *România Liberă* assistiu a uma apresentação feita pelo Sr. DIAMANDOUROS a um grupo de funcionários dos serviços do Advogado do Povo da Roménia sobre o papel e as principais realizações do Provedor de Justiça Europeu. No final do discurso do Sr. DIAMANDOUROS, o jornalista colocou-lhe uma série de questões relativas ao âmbito dos poderes do Provedor de Justiça Europeu e aos direitos dos cidadãos romenos na UE.
- Em 30 de Junho, no âmbito da sua visita oficial à Grécia, o Sr. DIAMANDOUROS e o Sr. Nicos CONSTANTOPOULOS, líder do Partido Synaspismos, deram uma entrevista conjunta à imprensa.
- Ainda no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma conferência de imprensa a um grupo de 15 jornalistas da Associação de Imprensa Estrangeira de Atenas.
- Em 1 de Julho, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma conferência de imprensa no gabinete do Provedor de Justiça grego, em Atenas, onde foi também entrevistado pelo Sr. Ilias BENEKOS, do jornal grego *Imerisia*.
- Ainda no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS e o Sr. George PAPANDREOU, líder do Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) deram uma entrevista conjunta à imprensa nas instalações do Parlamento grego.
- Em 19 de Julho, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelo Sr. Toivo TÄNAVSUU, jornalista do *Eesti Päevaleht*, um jornal diário de expansão nacional da Estónia. O Sr. TÄNAVSUU interrogou o Sr. DIAMANDOUROS sobre a diferença que o Provedor de Justiça Europeu pode fazer nas vidas dos cidadãos, as suas relações com os homólogos nacionais e as queixas já recebidas com origem na Estónia.
- Em 9 de Setembro, a Sra. Marie CAOUETTE, do diário canadiano *Le Soleil*, entrevistou o Provedor de Justiça na cidade de Quebec. A entrevista teve lugar depois do discurso do Provedor na 8ª Conferência Mundial do Instituto Internacional dos Provedores de Justiça, no qual colocou a questão: «Poderá o reconhecimento dos direitos e liberdades individuais sobreviver à pressão do reforço da segurança?»
- Em 16 de Setembro, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista, em Roterdão, ao Sr. Frits BALTESEN, do jornal neerlandês *NRC Handelsblad*.
- Em 14 de Outubro, o Provedor de Justiça apresentou o seu trabalho perante 17 jornalistas da Finlândia, Suécia, Islândia e Noruega. A apresentação fez parte de um seminário de formação organizado pelo Centro Nórdico de Jornalismo, com sede em Århus. Durante a sessão, o Provedor de Justiça respondeu a perguntas sobre o seu papel reactivo em termos de tratamento de queixas e o seu papel pró-activo, nomeadamente as suas acções de comunicação.
- Em 20 de Outubro, a Sra. Anja VOGEL entrevistou o Sr. DIAMANDOUROS para o programa «L'Europe au quotidien», da rádio francesa *France Info*.
- Em 21 de Outubro, o Provedor de Justiça foi entrevistado pela Sra. Joana FERREIRA DA COSTA, para o diário português de expansão nacional *Público*. A jornalista estava interessada nos principais tipos de queixas recebidas pelo Provedor de Justiça, na razão pela qual os cidadãos não-de recorrer aos serviços do Provedor de Justiça em vez de recorrerem aos tribunais e no grau de influência que o Provedor tem nas instituições da UE. O Provedor ilustrou o seu trabalho com uma série de queixas recebidas de Portugal.
- Ainda no mesmo dia, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelos jornalistas Srs. Martim CABRAL e Nuno ROGEIRO, do canal televisivo português de notícias *SIC Notícias*, para um programa



intitulado «Sociedade das Nações». O Provedor de Justiça fez uma animada apresentação do seu trabalho, realçou a importância da defesa dos direitos dos cidadãos e sublinhou o seu apoio à Constituição para a Europa.

- Em 22 de Outubro, o Provedor de Justiça iniciou o dia com uma entrevista ao Sr. Paulo PENA, da revista semanal *Visão*. O jornalista centrou-se na opinião do Provedor de Justiça sobre a sensível questão do equilíbrio entre a necessidade de segurança pública e a protecção das liberdades individuais.
- No mesmo dia, o Provedor de Justiça deu uma curta entrevista a um jornalista da estação portuguesa *Rádio Renascença*, que estava especialmente interessado no trabalho do Provedor de Justiça no domínio da discriminação.
- Em 16 de Novembro, o Provedor de Justiça participou num almoço de trabalho organizado pelo Press Club de Estrasburgo. A oradora principal foi a Ministra francesa dos Assuntos Europeus, Sra. Claudie HAIGNERE. A Ministra convidou o Provedor de Justiça a dirigir-se aos presentes para expor os seus pontos de vista sobre a Constituição para a Europa. O Provedor centrou-se na importância da Carta dos Direitos Fundamentais e sublinhou que iria fazer um grande esforço para sensibilizar os cidadãos para a Carta. Participaram no almoço cerca de 40 pessoas, nomeadamente jornalistas, consultores e académicos. O Sr. Daniel RIOT, editor de assuntos europeus da *France 3*, presidiu ao evento.
- Ainda em 16 de Novembro, o Provedor de Justiça falou a um grupo de dez jornalistas da *Radio France* participantes num seminário de formação organizado pelo Sr. Quentin DICKINSON, editor de assuntos europeus daquela estação. Os jornalistas vinham de toda a França e estavam a passar uma semana em Estrasburgo para estudarem o trabalho das instituições europeias. O Provedor de Justiça expôs-lhes o seu trabalho e deu exemplos de queixas enviadas por cidadãos e organizações francesas.
- Em 17 de Novembro, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelo Sr. Alex TAYLOR, para um programa de televisão intitulado *Vivre en Europe*. Este programa, que aborda mensalmente tópicos europeus específicos, é transmitido no canal de televisão da Assembleia Nacional francesa. O Sr. TAYLOR pediu ao Provedor de Justiça que explicasse o seu trabalho em prol dos cidadãos e que desse exemplos de casos franceses por ele tratados.
- Em 22 de Novembro, por ocasião da apresentação do *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça ao Parlamento Europeu, o Sr. Olivier VERHEECKE deu uma entrevista em directo ao Sr. François KIRCH, da rádio de Bruxelas *BFM*, no âmbito de um programa intitulado *12-13 Europe*.
- Em 1 de Dezembro, o Provedor de Justiça deu uma entrevista de televisão à Sra. Caroline DE CAMARET, do canal *Public Sénat*, para um programa intitulado «*Paroles d'Europe*». A jornalista pediu ao Provedor de Justiça que expusesse o seu trabalho e que desse exemplos concretos de casos por ele tratados. Quis saber que implicações teria a Constituição Europeia para o Provedor de Justiça e para os cidadãos em geral.
- Em 2 de Dezembro, o Sr. DIAMANDOUROS, juntamente com o Provedor de Justiça francês, Sr. Jean-Paul DELEVOYE, deram uma entrevista ao editor de *Les Annonces de la Seine*, Sr. Jean-René TANCREDE. O jornalista questionou o Provedor de Justiça Europeu sobre os resultados alcançados pela sua instituição na década passada, os seus esforços para colaborar estreitamente com os seus homólogos nacionais e as suas prioridades futuras.
- Ainda no mesmo dia, o Sr. DIAMANDOUROS deu uma entrevista telefónica à Sra. Dominique DE COURCELLES, da *Radio France Internationale*. O objectivo da entrevista era explicar aos cidadãos franceses quando, porquê e como poderiam queixar-se ao Provedor.
- Esta entrevista foi seguida de uma conferência de imprensa organizada conjuntamente pela Representação da Comissão Europeia e pelo Gabinete de Informação do Parlamento Europeu. Depois de uma palestra sobre «A União Europeia: os direitos dos cidadãos e o Provedor de Justiça», o Sr. DIAMANDOUROS respondeu a perguntas sobre a Carta dos Direitos



Fundamentais, queixas em matéria de ambiente e a possibilidade de abrir serviços do Provedor de Justiça Europeu em cada Estado-Membro. Cerca de 15 jornalistas estiveram presentes na conferência de imprensa, que foi presidida pelo Sr. Yves GAZZO, Chefe da Representação da Comissão. O comunicado de imprensa emitido pelo Provedor de Justiça francês por ocasião da visita do Provedor de Justiça Europeu a Paris foi distribuído aos jornalistas presentes.

## 6.5 PUBLICAÇÕES

O Provedor de Justiça faz questão de chegar às mais amplas audiências, a fim de promover a consciencialização dos cidadãos sobre os seus direitos e, especificamente, o seu direito a apresentar queixas. A instituição conta, em grande medida, com versões impressas das suas publicações para informar as principais partes interessadas e o público em geral. Em 2004, foram elaboradas e distribuídas as seguintes publicações:

### ***Relatório Anual 2003; versão fotocopiada (11 línguas)***

Foi posta à disposição dos membros da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, em Abril, uma versão fotocopiada do *Relatório Anual 2003* do Provedor de Justiça, para permitir à comissão deliberar sobre o trabalho do Provedor de Justiça antes do debate em plenário a realizar mais tarde.

### ***Relatório Anual 2003 – Síntese e estatísticas; versão fotocopiada (20 línguas)***

Também em Abril, foi posta à disposição dos membros da Comissão das Petições uma versão fotocopiada da nova publicação *Relatório Anual 2003: Síntese e estatísticas*, nas 11 línguas oficiais da UE e nas 9 línguas dos países da adesão.

### ***Boletim dos Provedores de Justiça da Europa; Edições nº 2 e nº 3 (5 línguas)***

As edições nº 2 e nº 3 do boletim semestral da Rede Europeia de Provedores de Justiça e da Região Europa do Instituto Internacional de Provedores de Justiça foram distribuídas em Abril e Outubro, respectivamente, aos provedores de justiça nacionais, regionais e locais na Europa, assim como aos membros da Comissão das Petições do Parlamento Europeu.

### ***Folheto O Provedor de Justiça Europeu – Num relance (25 línguas)***

Num esforço para promover a sensibilização para o seu trabalho entre o público em geral, o Provedor de Justiça elaborou um pequeno folheto em que explica o que pode e não pode fazer e dá exemplos de queixas que solucionou. Publicado nas línguas oficiais, nas dos países da adesão e dos países candidatos, o folheto dá resposta a questões como «De que queixas pode ele tratar?», «Que acontece com as queixas de que ele não pode tratar?», «Quais os resultados possíveis de uma queixa?» e «Que outra entidade me poderá ajudar?». Com uma tiragem de mais de 650 000 exemplares, o folheto foi lançado em 1 de Maio e amplamente distribuído. Posteriormente, foi elaborado em croata.

### ***O que pode o Provedor de Justiça Europeu fazer por si? - Brochura e formulário para apresentação de queixa (21 línguas)***

Pouco depois da adesão dos novos Estados-Membros, foi publicada nas 21 línguas do Tratado a brochura «O que pode o Provedor de Justiça Europeu fazer por si?» e o formulário para apresentação de queixa. Descrevendo o papel do Provedor de Justiça e explicando quem pode queixar-se e como, a brochura constitui um útil guia para aqueles que pretendam recorrer aos serviços do Provedor de Justiça. Foi distribuída em Setembro aos provedores de justiça, MPE, representações e gabinetes de informação das instituições e à rede de contactos da Comissão Europeia.

**Relatório Anual 2003; versão a cores (20 línguas)**

As versões nas 20 línguas oficiais da UE do *Relatório Anual 2003* com nova apresentação foram distribuídas em Outubro aos MPE, às outras instituições e organismos da União Europeia, aos provedores de justiça e à rede de contactos da Comissão Europeia. Num esforço para dar a melhor utilização aos dinheiros públicos e para respeitar o ambiente, o Provedor de Justiça optou por uma tiragem limitada do *Relatório Anual* completo (10 000 exemplares), disponibilizando a *Síntese e Estatísticas* para uma audiência muito maior (24 000 exemplares).

**Relatório Anual 2003 – Síntese e Estatísticas; versão a cores (20 línguas)**

As versões em 20 línguas da *Síntese e estatísticas*, publicadas em Novembro, foram distribuídas aos destinatários do *Relatório Anual* completo, bem como a organizações não governamentais, associações de consumidores, organizações profissionais e universidades.

## 6.6 COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS

**Correio electrónico**

Em Abril de 2001, foi integrada no *website*, em 12 línguas, uma versão electrónica do formulário para apresentação de queixas. Após o alargamento da União Europeia, em 1 de Maio de 2004, o formulário foi disponibilizado em mais nove línguas. 55% de todas as queixas recebidas pelo Provedor de Justiça em 2004, o que constitui um valor record, foram enviados através da Internet, em grande parte utilizando o formulário electrónico.

O ano de 2004 registou o maior aumento de sempre de pedidos de informação recebidos na conta principal de correio electrónico do Provedor de Justiça Europeu. No total, foram recebidas e respondidas 8 010 mensagens de correio electrónico. Destas, 4 809 eram mensagens colectivas, enviadas por cidadãos no âmbito de campanhas. As questões abordadas por essas mensagens colectivas incluíam a eutanásia, o muro de segurança de Israel, os testes em animais, as focas bebés e o chamado «caso Buttiglione». Todas as mensagens tiveram resposta, explicando o mandato do Provedor de Justiça Europeu e, sempre que possível, dando informação sobre a entidade a que recorrer acerca do assunto em causa.

Em 2004, foram recebidos por correio electrónico mais de 3 200 pedidos de informação individuais, contra cerca de 2 000 em 2003 e em 2002. Todas receberam respostas individuais de um membro da Provedoria.

**Evolução do website**

Em 2004, o *website* do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) sofreu uma transformação do ponto de vista linguístico. No final de Abril, as páginas iniciais do sítio e as páginas de navegação, anteriormente em 11 línguas, passaram a ser disponibilizadas em 10 novas línguas – as nove línguas dos novos Estados-Membros e o irlandês.

No mesmo mês, o Provedor de Justiça apresentou o seu *Relatório Anual 2003* à Comissão das Petições do Parlamento Europeu. Pela primeira vez, foi elaborada uma *Síntese* separada do relatório. O *Relatório Anual* e a *Síntese* foram colocados no *website* em 20 línguas.

A fim de informar melhor o público em geral sobre o seu trabalho, foi publicado em 2004, pela primeira vez, um novo folheto intitulado *O Provedor de Justiça Europeu – Num relance*, em 25 línguas (as 21 línguas do Tratado e as quatro línguas dos países candidatos à adesão à UE). Além disso, a brochura intitulada *O que pode o Provedor de Justiça Europeu fazer por si?*, que inclui um formulário para apresentação de queixa, foi reeditada em 2004 e disponibilizada pela primeira vez em



21 línguas. Ambas as publicações, assim como uma versão electrónica do formulário de queixa foram disponibilizadas no *website* em todas as versões linguísticas.

Entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 2004 (a seguir ao alargamento da União Europeia), as páginas iniciais do *website* do Provedor de Justiça Europeu receberam 195 228 visitas. A versão inglesa foi a mais consultada (45 566 visitas), seguida pelas versões francesa, italiana, espanhola, alemã e polaca. Quanto à origem geográfica, o maior número de visitantes foi o de Itália (16 950 visitas), seguida da Bélgica, Espanha, França, Alemanha e Polónia.

Para assegurar que o *website* do Provedor de Justiça Europeu permaneça na linha da frente dos *websites* da UE, a Provedoria participou, ao longo de 2004, no trabalho do Inter-Institutional Internet Editorial Committee (CEiii). O CEiii é presidido pelo Director-Geral da DG Imprensa e Comunicação da Comissão Europeia e reúne responsáveis pelas questões da Internet nas instituições e organismos da UE. O Comité realizou cinco reuniões em 2004, para debater e coordenar questões relativas, nomeadamente, ao alargamento da UE, ao multilinguismo, aos nomes de domínios na Internet, aos direitos de autor, aos *websites* interinstitucionais e à cooperação em matéria de contratos e serviços.



## INTRODUÇÃO

---

### 1 SÍNTESE

---

### 2 QUEIXAS E INQUÉRITOS

---

### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

---

### 4 RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

---

### 5 RELAÇÕES COM PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

---

### 6 COMUNICAÇÕES

---

### 7 ANEXOS

---

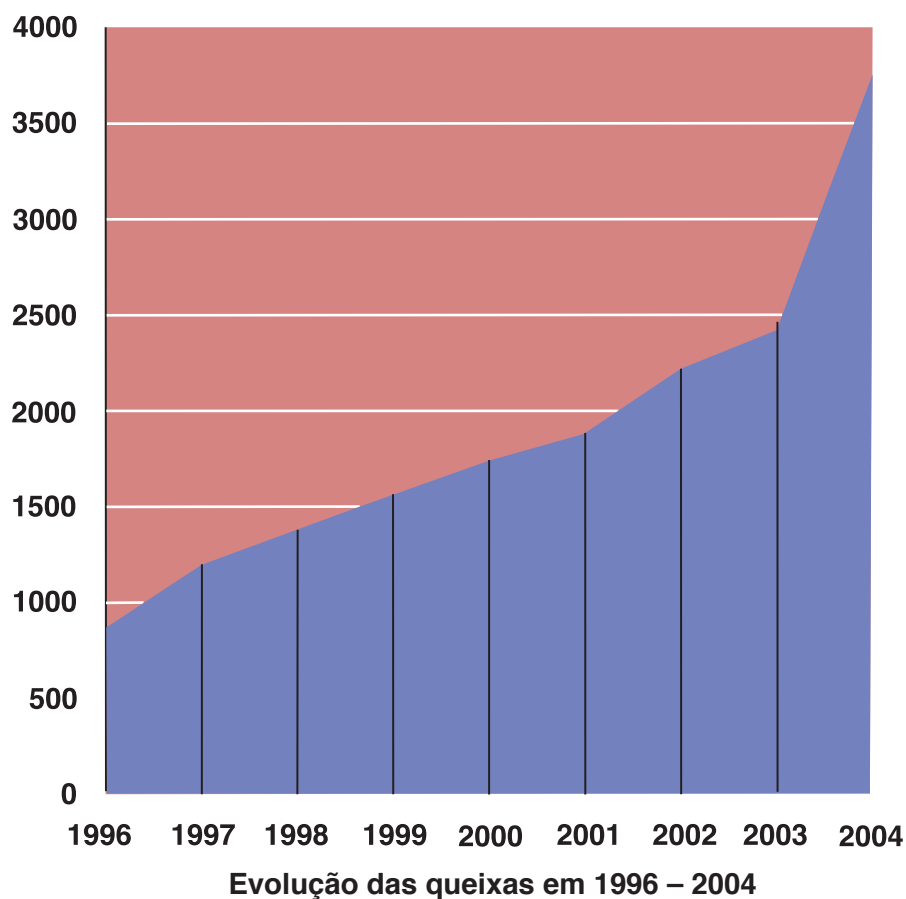




## A ESTATÍSTICAS

### 1 PROCESSOS TRATADOS DURANTE 2004

<b>1.1 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS EM 2004 .....</b>	<b>4 048</b>
– queixas e inquéritos não encerrados em 31.12.2003 .....	183 <sup>1</sup>
– queixas que aguardavam uma decisão quanto à admissibilidade em 31.12.2003 ....	131
– queixas recebidas em 2004.....	3 726
– inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu.....	8



<sup>1</sup>

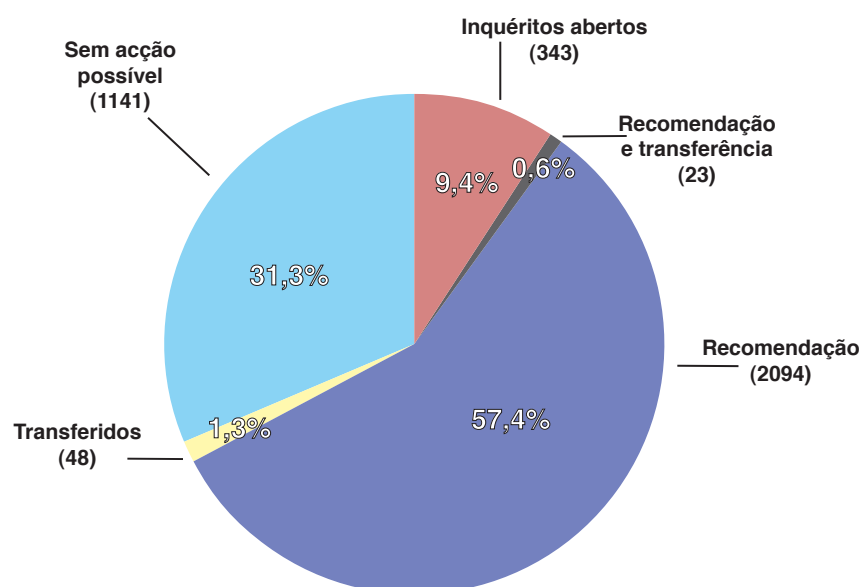
Dos quais, quatro inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu e 179 inquéritos baseados em queixas.



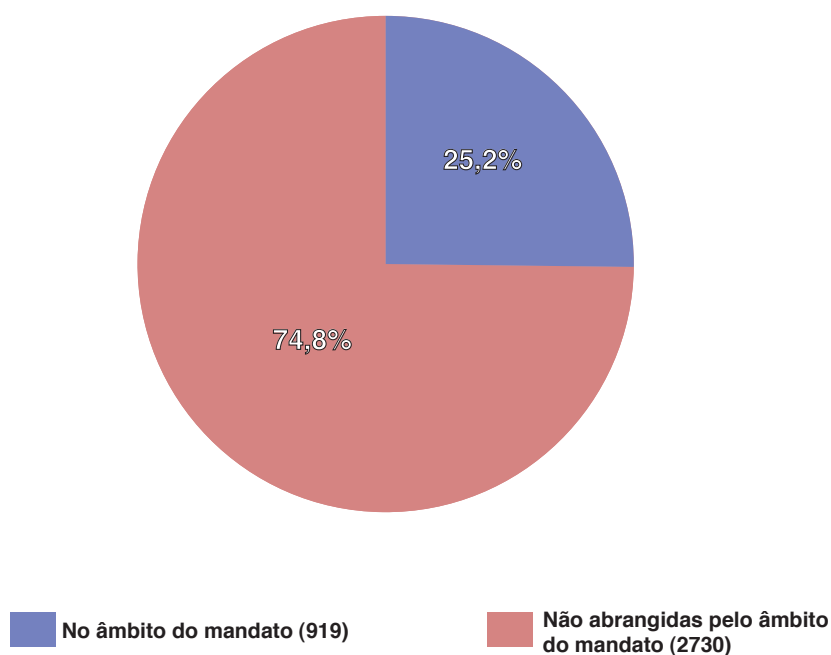
## 1.2 APRECIACÕES CONCLUÍDAS QUANTO À ADMISSIBILIDADE/NÃO ADMISSIBILIDADE ..... 94,6 %

### 1.3 CLASSIFICAÇÃO DAS QUEIXAS

#### 1.3.1 Segundo o tipo de acção do Provedor de Justiça Europeu em benefício dos queixosos

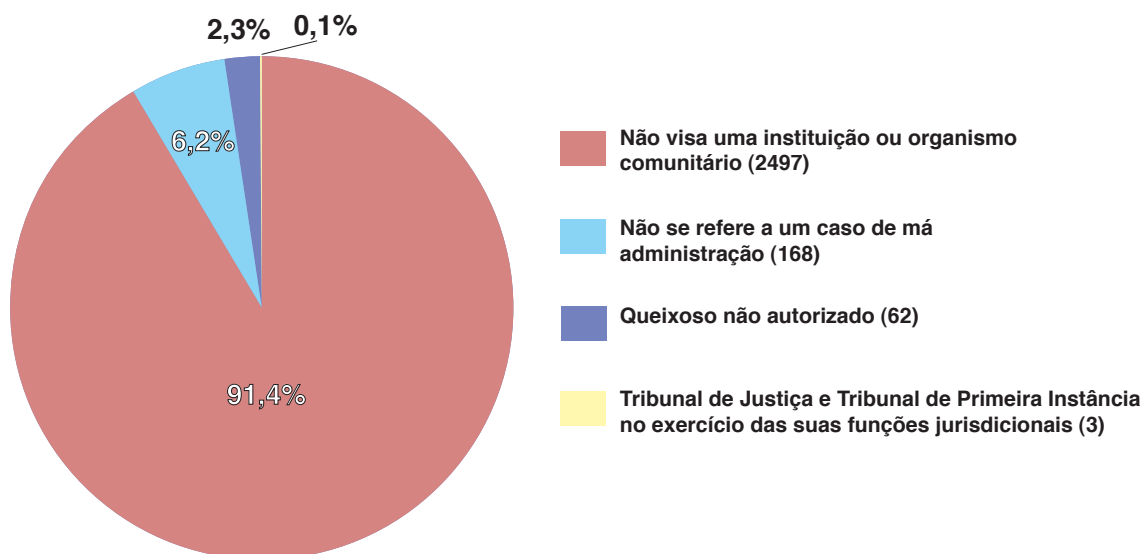


#### 1.3.2 Em relação ao âmbito do mandato do Provedor de Justiça Europeu



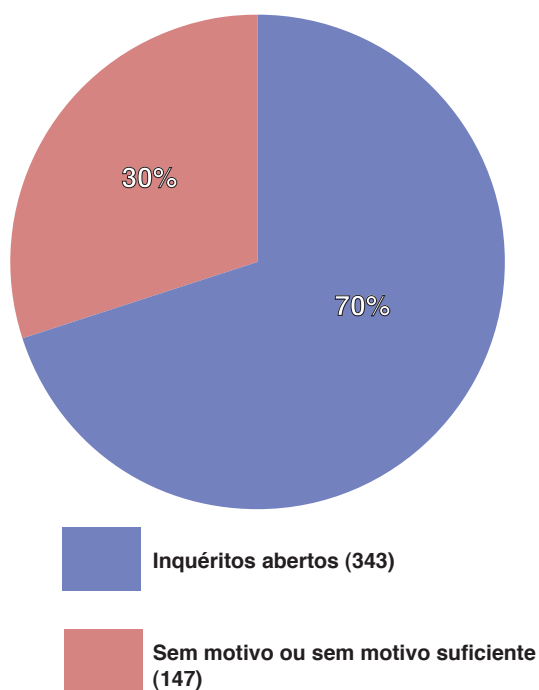


## NÃO ABRANGIDAS PELO ÂMBITO DO MANDATO

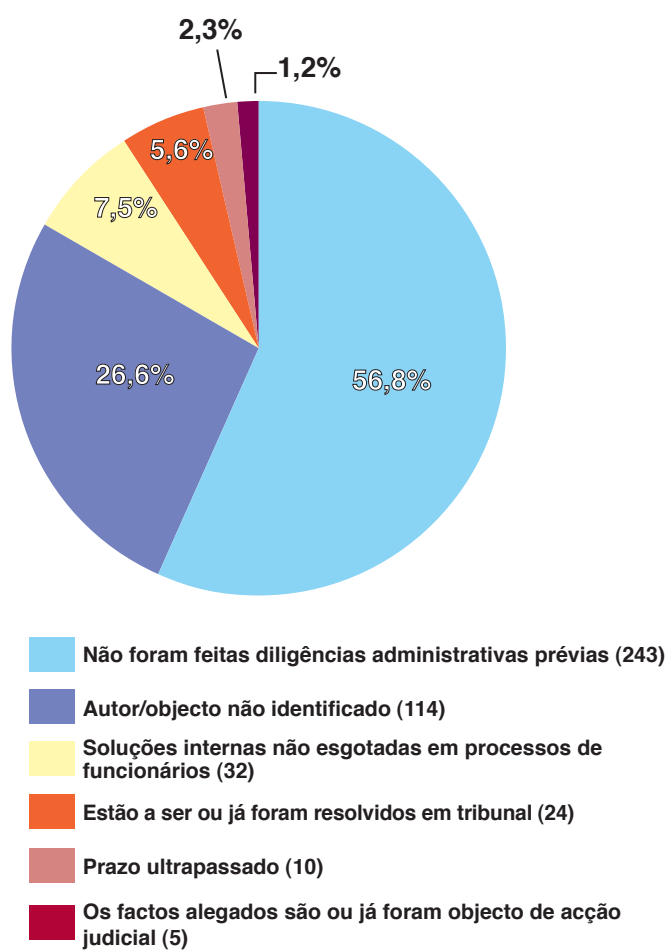


## NO ÂMBITO DO MANDATO

### Queixas admissíveis

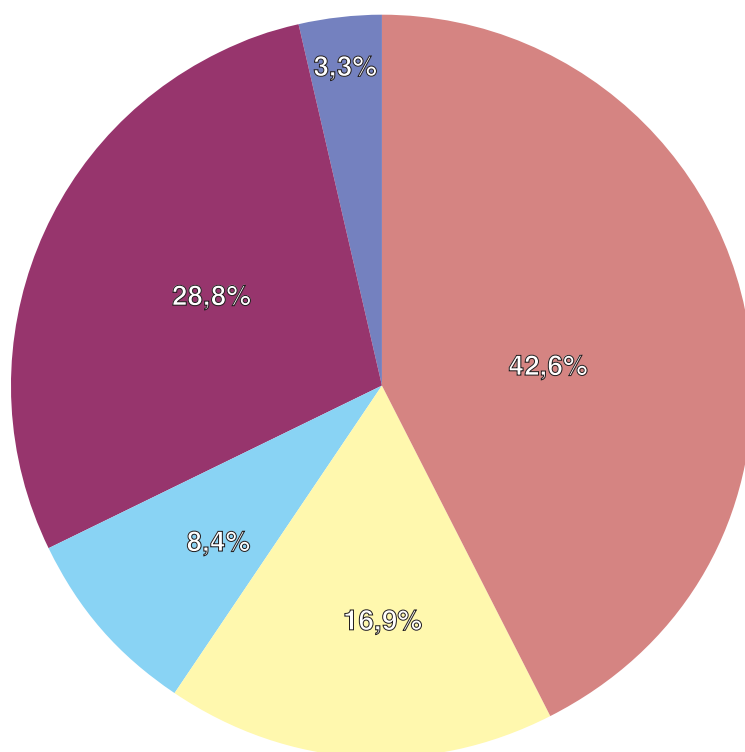


### Queixas não admissíveis





## 2 QUEIXAS TRANSFERIDAS E RECOMENDAÇÕES



- Conselho de contactar outro Provedor de Justiça ou de apresentar uma parlamento regional ou nacional (906)
- Conselho de contactar a Comissão Europeia (359)
- Conselho de apresentar uma petição ao Parlamento Europeu (179)
- Conselho de contactar outros organismos (613)
- Queixas transferidas (71)
  - Para o Parlamento Europeu (13)
  - Para a Comissão Europeia (4)
  - Para um Provedor de Justiça nacional ou regional (54)

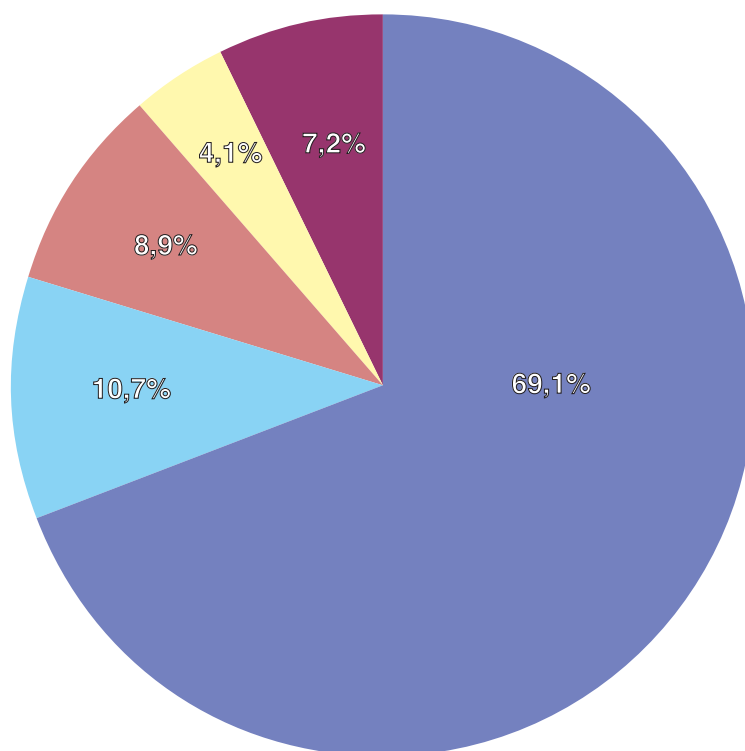


### 3 INQUÉRITOS TRATADOS EM 2004 ..... 534

Em 2004, o Provedor de Justiça Europeu tratou 534 inquéritos, 351 abertos em 2004 (oito dos quais de iniciativa própria) e 183 não encerrados até 31.12.2003.

#### 3.1 INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SUBMETIDOS A INQUÉRITO

(Alguns casos envolvem dois ou mais organismos ou instituições)



Comissão Europeia (375)

Serviço Europeu de Selecção do Pessoal (58)

Parlamento Europeu (48)

Conselho da União Europeia (22)

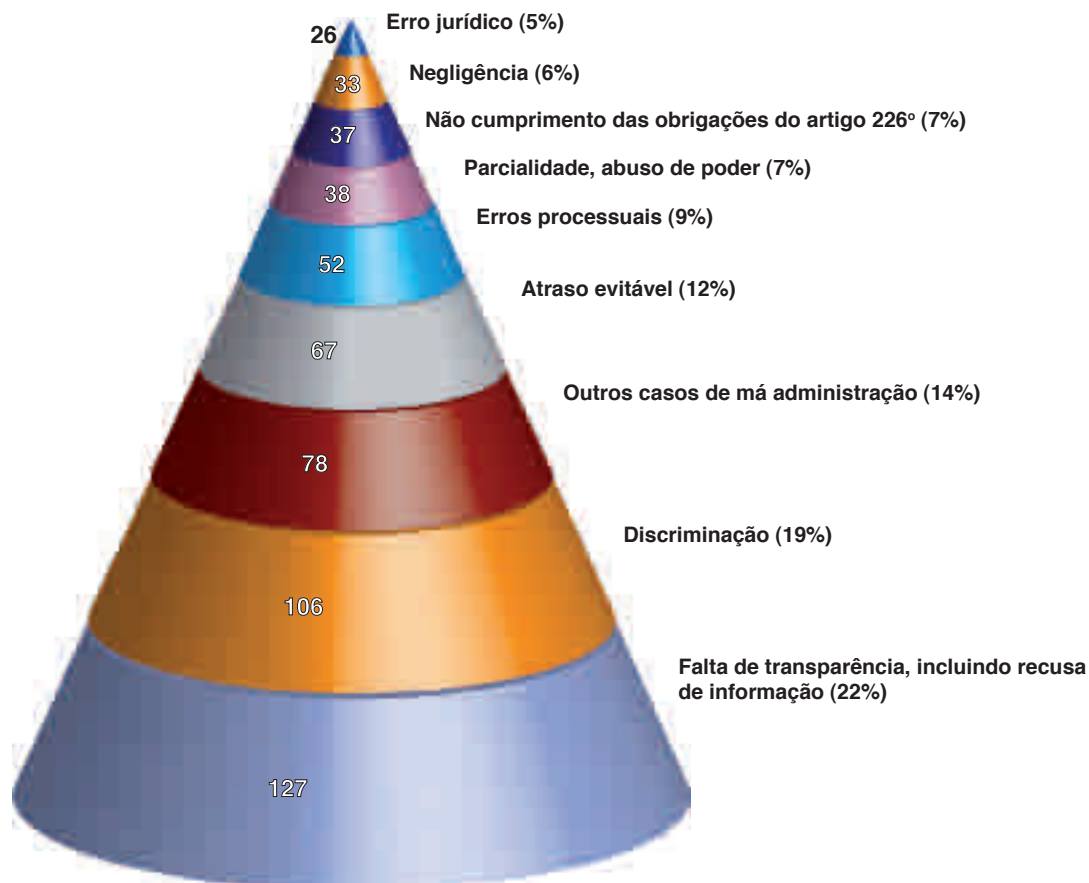
Outros (39):

Banco Europeu de Investimento	7
Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)	5
Comité das Regiões da União Europeia	5
Banco Central Europeu	4
Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias	3
Tribunal de Contas Europeu	3
Comité Económico e Social Europeu	3
Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia	2
Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos	1
Missão policial da UE na Bósnia e Herzegovina	1
Eurojust	1
Europol	1
Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias	1
Instituto Universitário Europeu	1
Agência Europeia do Ambiente	1



### 3.2 TIPOS DE ALEGADA MÁ ADMINISTRAÇÃO

(Em alguns casos, são alegados dois tipos de má administração)



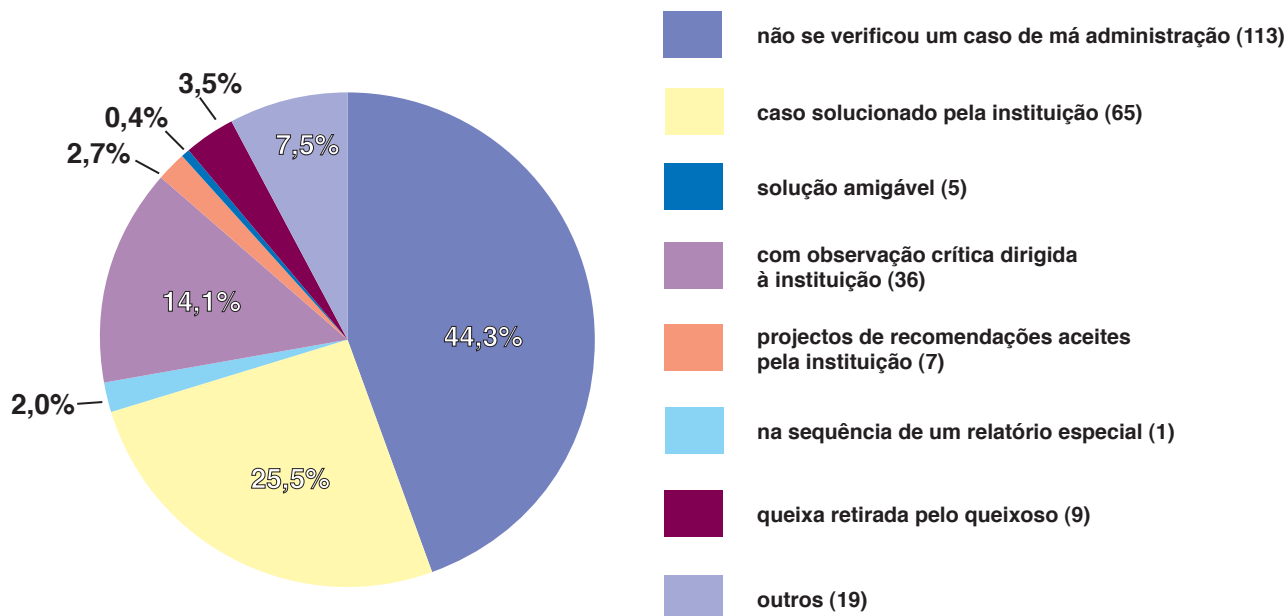
### 3.3 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES AMIGÁVEIS, PROJECTOS DE RECOMENDAÇÃO E RELATÓRIOS ESPECIAIS FEITOS EM 2004

– propostas de soluções amigáveis	12
– projectos de recomendação	17
– relatórios especiais	1



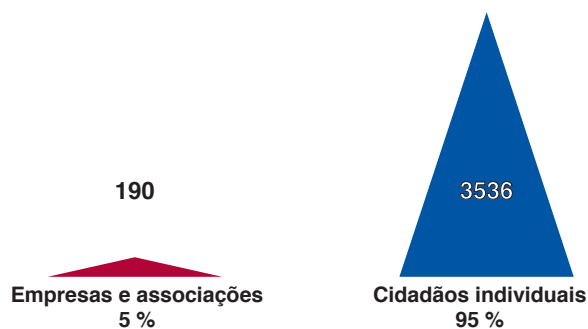
### 3.4 INQUÉRITOS ENCERRADOS COM DECISÃO FUNDAMENTADA ..... 251<sup>2</sup>

(Um inquérito pode ser encerrado por uma ou mais das razões seguintes)



## 4 ORIGEM DAS QUEIXAS REGISTRADAS EM 2004

### 4.1 ORIGEM DAS QUEIXAS

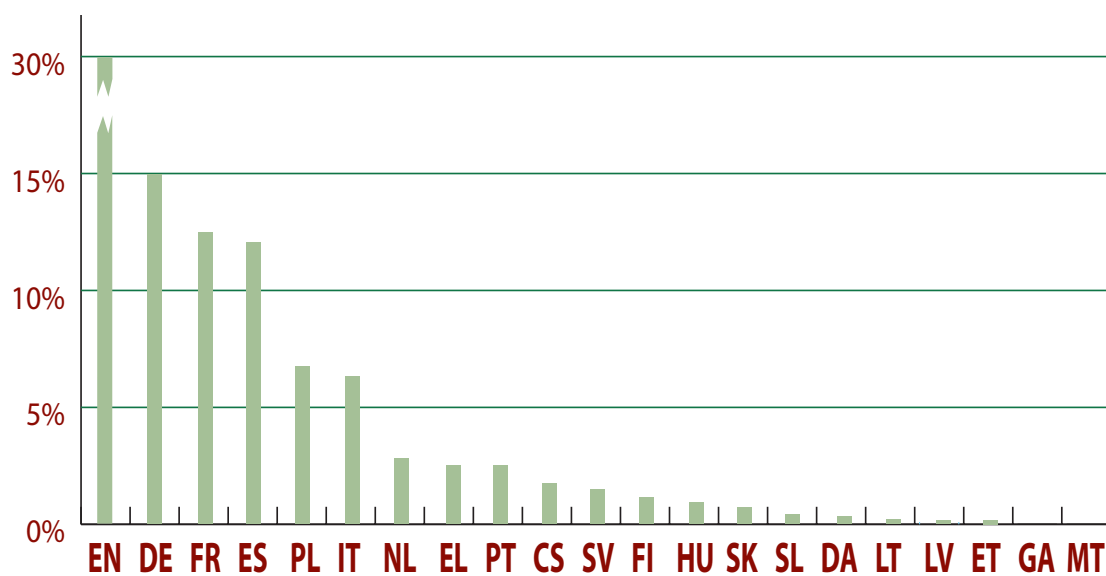


<sup>2</sup>

Dos quais dois inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça.




























## 4.2 DISTRIBUIÇÃO LINGÜÍSTICA DAS QUEIXAS





### 4.3 ORIGEM GEOGRÁFICA DAS QUEIXAS

País	Número de queixas	% das queixas	% da população da UE	Taxa <sup>3</sup>
 Malta	38	1,0	0,1	11,7
 Luxemburgo	40	1,1	0,1	10,9
 Chipre	59	1,6	0,2	10,0
 Bélgica	268	7,2	2,3	3,2
 Eslovénia	38	1,0	0,4	2,3
 Finlândia	73	2,0	1,1	1,7
 Irlanda	53	1,4	0,9	1,6
 Grécia	129	3,5	2,4	1,4
 Espanha	482	12,9	9,2	1,4
 Portugal	116	3,1	2,3	1,4
 Eslováquia	52	1,4	1,2	1,2
 República Checa	98	2,6	2,2	1,2
 Suécia	84	2,3	2,0	1,2
 Áustria	69	1,9	1,8	1,1
 Polónia	285	7,6	8,3	0,9
 Dinamarca	32	0,9	1,2	0,7
 Alemanha	464	12,4	18,0	0,7
 Países Baixos	88	2,4	3,5	0,7
 Hungria	53	1,4	2,2	0,6
 Lituânia	18	0,5	0,8	0,6
 Estónia	7	0,2	0,3	0,6
 França	303	8,1	13,5	0,6
 Itália	269	7,2	12,6	0,6
 Letónia	9	0,2	0,5	0,5
 Reino Unido	195	5,2	13,0	0,4
Outros	404	10,9		

3

Este valor foi calculado dividindo a percentagem das queixas pela percentagem da população. Nos casos em que é superior a 1, isto indica que o país em questão apresenta mais queixas ao Provedor de Justiça do que seria de esperar em virtude da dimensão da sua população. Todas as percentagens do quadro supra foram arredondadas a uma casa decimal.





## B O ORÇAMENTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

### Um orçamento independente

O Estatuto do Provedor de Justiça Europeu previa, inicialmente, que o orçamento do Provedor de Justiça fosse anexado à Secção I (Parlamento Europeu) do orçamento geral da União Europeia.

Em Dezembro de 1999, o Conselho decidiu que o orçamento do Provedor de Justiça deveria ser independente. A partir de 1 de Janeiro de 2000<sup>4</sup>, o orçamento do Provedor de Justiça passou a constituir uma secção independente (Secção VIII-A) do orçamento da União Europeia.

### Estrutura do orçamento

O orçamento do Provedor de Justiça está dividido em três títulos. O Título 1 contém os vencimentos, subsídios e outras despesas relativas ao pessoal. Este título também inclui as despesas das missões realizadas pelo Provedor de Justiça e pelo seu pessoal. O Título 2 do orçamento inclui os imóveis, o equipamento e despesas diversas de funcionamento. O Título 3 tem um único capítulo, a partir do qual são pagas as despesas do Provedor de Justiça decorrentes das relações com organizações internacionais de provedores de justiça.

### Cooperação com o Parlamento Europeu

Para evitar uma duplicação desnecessária do pessoal administrativo e técnico, muitos dos serviços de que o Provedor de Justiça necessita são prestados pelo Parlamento Europeu, ou através dele. Os domínios em que o Provedor de Justiça depende, em maior ou menor grau, do apoio dos serviços do Parlamento são os seguintes:

- pessoal, nomeadamente preparação de contratos e decisões relativas a direitos individuais;
- controlo financeiro e contabilidade;
- tradução, interpretação e impressão;
- aluguer de instalações;
- informática, telecomunicações e tratamento de correio.

A cooperação entre o Provedor de Justiça Europeu e o Parlamento Europeu permitiu economias consideráveis, em termos de eficiência, ao orçamento da Comunidade. A cooperação com o Parlamento Europeu possibilitou, na verdade, que o pessoal administrativo do Provedor de Justiça não aumentasse substancialmente.

Sempre que os serviços prestados ao Provedor de Justiça envolvem despesas directas adicionais por parte do Parlamento Europeu, é-lhes imputado um custo, sendo o pagamento efectuado através de uma conta de ligação. A cedência de gabinetes e apresentação de serviços de tradução são as maiores rubricas de despesa tratadas desta forma.

O orçamento de 2004 incluía um montante fixo para cobrir os custos de prestação de serviços pelo Parlamento Europeu, que consistiam apenas em tempo de trabalho do pessoal, como a administração de contratos, vencimentos e subsídios dos funcionários, e numa série de serviços de informática.

A cooperação entre o Parlamento Europeu e o Provedor de Justiça Europeu foi iniciada por um acordo-quadro datado de 22 de Setembro de 1995, completado por acordos de cooperação administrativa e de cooperação orçamental e financeira, assinados em 12 de Outubro de 1995.

<sup>4</sup> Regulamento (CE) n.º 2673/1999 do Conselho, de 13 de Dezembro de 1999, JO L 326, p.1.



Em Dezembro de 1999, o Provedor de Justiça e a Presidente do Parlamento Europeu assinaram um acordo que renovava os acordos de cooperação, com algumas alterações, para o ano 2000 e que previa uma renovação automática daí por diante.

### O orçamento de 2004

O organigrama do Provedor de Justiça incluía, em 2004, um total de 38 lugares.

O montante inicial das dotações disponíveis no orçamento de 2004 do Provedor de Justiça era de 5 817 468 euros. O Título 1 (Despesas relativas a pessoas vinculadas à instituição) ascendia a 4 944 500 euros, o Título 2 (Imóveis, equipamento e despesas diversas de funcionamento) a 869 968 euros e o Título 3 (Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição) a 3 000 euros.

O quadro seguinte indica as despesas efectuadas em 2004, em termos de dotações autorizadas.

<b>Título 1</b>	€ 4 173 642,33
<b>Título 2</b>	€ 892 632,78
<b>Título 3</b>	€ 2 644,78
<b>Total</b>	€ 5 068 919,89

As receitas são primordialmente constituídas por descontos efectuados sobre as remunerações do Provedor de Justiça e do seu pessoal. Em termos de pagamentos recebidos, a receita total em 2004 foi de 530 367,85 euros.

### O orçamento de 2005

O orçamento de 2005, elaborado em 2004, prevê um organigrama de 51 lugares, o que corresponde a mais 13 lugares em relação ao organigrama de 2004. Este aumento é devido, principalmente, ao alargamento da União Europeia e à necessidade de os serviços do Provedor de Justiça Europeu disporem de um conhecimento adequado tanto das línguas como dos regimes jurídicos dos novos Estados-Membros.

As dotações totais para 2005 elevam-se a 7 312 614 euros. O Título 1 (Despesas relativas a pessoas vinculadas à instituição) ascende a 6 239 614 euros, o Título 2 (Imóveis, equipamento e despesas diversas de funcionamento) a 1 070 000 euros e o Título 3 (Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição) a 3 000 euros.

O orçamento de 2005 prevê um total de receitas de 720 241 euros.



## C PESSOAL

### PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

#### P. NIKIFOROS DIAMANDOUROS

P. Nikiforos DIAMANDOUROS nasceu em 25 de Junho de 1942 em Atenas, Grécia. Foi eleito Provedor de Justiça Europeu em 15 de Janeiro de 2003 e entrou em funções em 1 de Abril de 2003.

De 1998 a 2003, ocupou o cargo de Provedor de Justiça – o primeiro – da Grécia. É também Professor de Política Comparada no Departamento de Ciências Políticas e Administração Pública da Universidade de Atenas desde 1993 (estando actualmente em situação de licença). De 1995 a 1998, foi Director e Presidente do Centro Nacional Grego para a Investigação Social (EKKE).

Em 1963, formou-se em letras (B.A.) na Universidade de Indiana, tendo obtido em 1965 o seu M.A., em 1969 o M. Phil., e em 1972 o seu Ph. D. na Universidade de Columbia. Antes de integrar o corpo docente da Universidade de Atenas, em 1988, deu aulas e dedicou-se à investigação, respectivamente na Universidade do Estado de Nova Iorque e na Universidade de Columbia, entre 1973 e 1978. De 1980 a 1983, foi Director para o Desenvolvimento no *Athens College*, em Atenas, Grécia. De 1983 a 1988, foi Director do Programa para a Europa Ocidental, Próximo e Médio Oriente no Conselho de Investigação em Ciências Sociais, em Nova Iorque. De 1988 a 1991, foi Director do Instituto Grego de Estudos Internacionais e Estratégicos, em Atenas, uma organização que se dedica à investigação orientada para a política, criada com fundos conjuntos das Fundações Ford e MacArthur. Em 1997, foi Professor convidado de Ciências Políticas no *Juan March Centre* de Estudos Superiores em Ciências Sociais, de Madrid.

De 1992 a 1998, foi Presidente da Associação Grega de Ciências Políticas e, de 1985 a 1988, foi Presidente da Associação de Estudos Modernos Gregos dos Estados Unidos. Em 1999 e 2000, foi nomeado membro da Comissão Nacional Grega para os Direitos Humanos e do Conselho Nacional da Reforma Administrativa, respectivamente. Em 2000, participou na Conferência de Bilderberg. Desde 1990, é co-presidente da Sub-Comissão para a Europa do Sul do Conselho de Investigação de Ciências Sociais, em Nova Iorque, cujas actividades são subsidiadas através duma subvenção da Fundação Volkswagen. Também é editor geral da série de artigos sobre a Nova Europa do Sul publicados pela *Johns Hopkins University Press* e teve projectos de investigação financiados pela Fundação Fullbright e NEH (*National Endowment for the Humanities*).

Escreveu numerosos artigos sobre política e história da Grécia, sobre a Europa do Sul e do Sudeste, mais especificamente sobre democratização, a construção do Estado e da nação e a relação entre cultura e política.



## SECRETARIADO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

O Secretariado do Provedor de Justiça Europeu é responsável pelo funcionamento do gabinete pessoal do Provedor de Justiça. Gere a agenda do Provedor de Justiça, coordena as entradas e saídas da sua correspondência, assiste-o nas relações com as outras instituições e organismos da União Europeia, trata dos aspectos protocolares do trabalho da instituição e assegura as funções gerais de secretariado do Provedor de Justiça.

**Nicholas CATEPHORES**

*Assistente do Provedor de Justiça Europeu*

*Tel. +33 3 88 17 23 83*

**Eleni-Anna GALATIS**

*Secretária do Provedor de Justiça Europeu*

*Tel. +33 3 88 17 25 28*

## DEPARTAMENTO JURÍDICO

O Departamento Jurídico é constituído principalmente por juristas, que analisam as queixas recebidas pelo Provedor de Justiça e conduzem os inquéritos. O Chefe do Departamento Jurídico aconselha o Provedor de Justiça sobre a estratégia jurídica e a direcção da instituição e dirige o departamento. O Assistente do Chefe do Departamento Jurídico assegura o funcionamento dos sistemas de controlo interno de qualidade e de gestão da informação e coordena a contribuição do Departamento para o Relatório Anual.

Em 2004, o Departamento era constituído pelo Chefe do Departamento Jurídico, seis Conselheiros Jurídicos Principais, cinco juristas, um assistente jurídico e o assistente do Chefe do Departamento Jurídico. Em 2004, o Departamento Jurídico orientou dez estagiários.

**Ian HARDEN**

*Chefe do Departamento Jurídico*

*Tel. +33 3 88 17 23 84*

Ian HARDEN nasceu em Norwich, Inglaterra, em 22 de Março de 1954. Estudou Direito no Churchill College, em Cambridge, tendo obtido um BA com distinção de primeira classe em 1975 e um LLB em 1976. Após a conclusão dos estudos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Sheffield, onde foi assistente de 1976 a 1990, assistente principal de 1990 a 1993, leitor de 1993 a 1995 e Professor de Direito Público a partir de 1995. Ingressou no Serviço do Provedor de Justiça Europeu como Conselheiro Jurídico Principal em 1996, tendo sido Chefe do Secretariado entre 1997 e 1999 e Chefe do Departamento Jurídico desde 2000. É autor ou co-autor de numerosas publicações sobre direito comunitário e direito público, nomeadamente *The Contracting State* (Buckingham: Open University Press, 1992); *Flexible Integration: towards a more effective and democratic Europe* (London CEPR, 1995) e *European Economic and Monetary Union: the Institutional Framework* (Kluwer Law International, 1997). É membro da *Association Française des Constitutionnalistes* e do «Study of Parliament Group» do Reino Unido.

**Murielle RICHARDSON**

*Assistente do Chefe do Departamento Jurídico*

*Tel. +33 3 88 17 23 88*

## JURISTAS

Os juristas tratam das queixas, que podem ser apresentadas ao Provedor de Justiça em qualquer das 21 línguas do Tratado da União Europeia. Propõem e conduzem igualmente inquéritos de iniciativa própria, respondem a pedidos de informação dos cidadãos, dão assistência ao Provedor de Justiça em assuntos jurídicos, aconselham-no em matéria de procedimentos, desenvolvimentos e tradições jurídicas dos seus respectivos Estados-Membros e representam o Provedor de Justiça em alguns eventos públicos.

**Elodie BELFY**

*Assistente jurídica*  
Tel. +32 2 284 39 01

**Peter BONNOR**

*Jurista*  
Tel. +33 3 88 17 25 41

**Benita BROMS**

*Chefe da Antena de Bruxelas*  
*Conselheira Jurídica Principal*  
Tel. +32 2 284 25 43

**Alessandro DEL BON**

*Jurista (até 31.05.2004)*  
Tel. +33 3 88 17 23 82

**Marjorie FUCHS**

*Jurista*  
Tel. +33 3 88 17 40 78

**Gerhard GRILL**

*Conselheiro Jurídico Principal*  
Tel. +33 3 88 17 24 23

**Marta HIRSCH-ZIEMBINSKA**

*Conselheira Jurídica Principal*  
Tel. +33 3 88 17 27 46

**Andrea JANOSI**

*Conselheiro Jurídico Principal (até 30.09.2004)*

**José MARTÍNEZ ARAGÓN**

*Conselheiro Jurídico Principal*  
Tel. +33 3 88 17 24 01

**Tina NILSSON**

*Jurista*  
Tel. +32 2 284 14 17

**Ida PALUMBO**

*Jurista*  
Tel. +33 3 88 17 23 85

**Olivier VERHEECKE**

*Conselheiro Jurídico Principal*  
Tel. +32 2 284 20 03

**ESTAGIÁRIOS****Mari AMOS**

*Estagiária (de 01.02.2004 a 31.12.2004)*

**Sigita BRUZAITE**

*Estagiária (de 01.02.2004 a 31.07.2004)*

**Liv-Stephanie HAUG**

*Estagiária (até 31.07.2004)*

**Georgios KATHARIOS**

*Estagiário (desde 01.09.2004)*  
Tel. +32 2 284 38 49

**Daniel KOBLENCZ**

*Estagiário (desde 01.09.2004)*  
Tel. +32 2 284 38 31

**Jernej LETNAR CERNIC**

*Estagiário (desde 01.09.2004)*  
Tel. +33 3 88 17 29 64

**Wiebke PANKAUKE**

*Estagiária (desde 01.09.2004)*  
Tel. +33 3 88 17 24 02

**Pagona-Maria REKAITI**

*Estagiária (até 30.06.2004)*

**Andrea SACK**

*Estagiária (desde 01.09.2004)*  
Tel. +33 3 88 17 39 31

**Tereza SAMANOVA**

*Estagiária (de 01.02.2004 a 31.12.2004)*

**Asta UPTAITE**

*Estagiária (desde 01.10.2004)*  
Tel. +32 2 284 26 09



## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O Departamento Administrativo e Financeiro é responsável por todo o trabalho não jurídico da Provedoria de Justiça. Está dividido em três secções – a secção de Pessoal, Administração e Finanças, a Secção de Processamento de Queixas e a Secção de Comunicação. O Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro coordena o trabalho do Departamento, gere o seu pessoal, propõe e supervisiona a estratégia administrativa e financeira da instituição, representa o Provedor de Justiça em algumas reuniões interinstitucionais e é responsável pelo planeamento e execução do orçamento do Provedor de Justiça.

### João SANT'ANNA

*Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro*

*Tel. +33 3 88 17 53 46*

João SANT'ANNA nasceu em Setúbal, Portugal, em 3 de Maio de 1957. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1975 a 1980 e acedeu à advocacia, em Lisboa, em 1981. Entre 1980 e 1982, trabalhou como advogado na Divisão Jurídica e Administrativa da Região de Lisboa do Ministério da Administração Interna de Portugal. Entre 1982 e 1984, prosseguiu os seus estudos jurídicos, na área dos direitos de propriedade intelectual, na Universidade Ludwig-Maximilian e no Instituto Max-Planck, em Munique. Após o seu regresso a Portugal em 1984, foi nomeado Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Região de Lisboa do Ministério da Administração Interna. Em 1986, foi recrutado como funcionário do Parlamento Europeu, trabalhando nas Direcções-Gerais da Informação e Relações Públicas, da Investigação, do Pessoal e Finanças e, por último, no Serviço Jurídico do Parlamento Europeu. Ingressou nos Serviços do Provedor de Justiça Europeu em 2000, como Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro.

## SECÇÃO DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Secção de Pessoal, Administração e Finanças é a mais diversificada no que se refere às funções que desempenha.

As responsabilidades financeiras, decorrentes do facto de o Provedor de Justiça Europeu ter um orçamento independente, estão divididas entre quatro gestores financeiros, que são responsáveis pela preparação e execução do orçamento.

O gestor de Tecnologia da Informação é responsável, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, por todas as necessidades dos serviços em matéria de informática. Gere os equipamentos e programas utilizados por todo o pessoal, desenvolve bases de dados e outras aplicações para uso interno, propõe e efectua a aquisição e a desactivação de equipamentos e presta apoio aos utilizadores.

Outras funções essenciais desempenhadas na secção incluem as questões de pessoal e recrutamento, a entrada e saída de correspondência, a central telefónica, a infra-estrutura dos serviços, a coordenação da tradução dos documentos, a biblioteca de referências jurídicas e os arquivos da instituição.



**Rachel DOELL***Secretária**Tel. +33 3 88 17 23 98***Jean-Pierre FEROU MONT***Gestor financeiro**Tel. +32 2 284 38 97***Giovanna FRAGAPANE***Gestora financeira (desde 01.05.2004)**Tel. +33 3 88 17 29 62***Alexandros KAMANIS***Gestor financeiro (até 29.02.2004)***Isgouhi KRIKORIAN***Secretária**Tel. +33 3 88 17 25 40***Gaël LAMBERT***Gestor de tecnologia da informação**Tel. +33 3 88 17 23 99***Juan Manuel MALLEA***Secretário**Tel. +33 3 88 17 23 01***Charles MEBS***Secretário**Tel. +33 3 88 17 70 93***Elizabeth moore***Secretária (até 30.11.2004)***Véronique VANDAELE***Gestora financeira**Tel. +32 2 284 23 00***Félicia VOLTZENLOGEL***Secretária**Tel. +33 3 88 17 23 94***Christophe WALRAVENS***Gestor financeiro (desde 01.02.2004)**Tel. +33 3 88 17 24 03***SECÇÃO DE COMUNICAÇÃO**

A Secção de Comunicação é responsável pela política de comunicação da instituição em relação às instituições e organismos da UE, à comunidade dos provedores de justiça e ao público em geral. A secção assegura igualmente uma comunicação interna eficaz nos Serviços do Provedor de Justiça.

A Adida de Imprensa e Comunicação e o Responsável pelas comunicações via Internet são conjuntamente responsáveis por aconselhar o Provedor de Justiça em matéria de comunicação. Partilham as tarefas referentes às viagens de informação do Provedor de Justiça aos actuais e futuros Estados-Membros da UE, aos eventos externos, aos discursos, à preparação do Relatório Anual (em cooperação com o Departamento Jurídico) e às ligações aos provedores de justiça de toda a Europa, sendo responsáveis, respectivamente, pelas relações com a comunicação social e publicações e pela Internet. O Assistente da Secção de Comunicação apoia-os numa grande variedade de tarefas, em especial no que se refere à Internet, às publicações e ligações, sendo ainda responsável pela organização de visitas de grupo ao Gabinete de Estrasburgo.

O responsável pelas comunicações funciona como uma ligação importante entre a Secção de Comunicação e o Departamento Jurídico. É responsável pelas questões de comunicação interna, como a Intranet dos Serviços, o arquivo audiovisual e a formação inicial de novos membros do pessoal. Gere igualmente a principal conta de correio electrónico da instituição e é responsável pelo desenvolvimento de processos de tratamento eficazes das queixas e pedidos de informação.

**Rosita AGNEW***Adida de Imprensa e Comunicação**Tel. +32 2 284 25 42***Ben HAGARD***Responsável pelas comunicações via Internet**Tel. +33 3 88 17 24 24***Alessandro DEL BON***Adido de Comunicação (desde 01.06.2004)**Tel. +33 3 88 17 23 82***Dace PICOT-STIEBRINA***Assistente da Secção de Comunicação**Tel. +33 3 88 17 40 80*

## SECÇÃO DE PROCESSAMENTO DAS QUEIXAS

A Secção de Processamento das Queixas é responsável pelo registo, distribuição e acompanhamento das queixas apresentadas ao Provedor de Justiça Europeu. A Secção assegura que todas as queixas são registadas numa base de dados, dão lugar a uma carta de aviso de recepção e são transmitidas ao Departamento Jurídico. É responsável pela gestão da entrada e saída de toda a correspondência relacionada com as queixas, assegura a actualização dos registos das queixas na base de dados ao longo do processo de tratamento, alerta para o cumprimento de prazos, elabora estatísticas relativas às queixas e regista os documentos relacionados com as queixas.

**Séverine BEYER***Secretária**Tel. +33 3 88 17 23 93***Isabelle FOUCAUD***Secretária**Tel. +33 3 88 17 23 91***Bruno BISMARQUE-ALCÂNTARA***Secretário (desde 05.01.2004)**Tel. +33 3 88 17 20 91***Isabelle LECESTRE***Secretária**Tel. +33 3 88 17 24 29***Evelyne BOUTTEFROY***Secretária**Tel. +33 3 88 17 24 13***Gabrielle SHERIDAN***Secretária (desde 16.02.2004)**Tel. +33 3 88 17 24 08***Elaine DRAGO***Secretária (desde 01.11.2004)**Tel. +33 3 88 17 33 31*



## D ÍNDICE DAS DECISÕES

### 1 POR NÚMERO DE PROCESSO

#### 2002

1435/2002/GG .....	80
1769/2002/(IJH)ELB .....	100
1876/2002/OV .....	61
1878/2002/GG .....	98
1889/2002/GG .....	81
1963/2002/IP .....	99
1986/2002/OV .....	82
2007/2002/ADB .....	82
2185/2002/IP .....	83
2204/2002/MF .....	85

#### 2003

0253/2003/ELB .....	103
0260/2003/OV .....	78
0278/2003/JMA .....	86
0378/2003/MF .....	95
0415/2003/(IJH)TN .....	76
0701/2003/IP .....	87
0753/2003/GG .....	88
0821/2003/JMA .....	57
0841/2003/(FA)OV .....	62
0849/2003/JMA .....	63
0900/2003/TN .....	64
0907/2003/ELB .....	58
0953/2003/(FA)OV .....	94
1110/2003/ELB .....	71
1196/2003/ELB .....	105
1219/2003/GG .....	104
1286/2003/JMA .....	65
1304/2003/(ADB)PB .....	66
1319/2003/ADB .....	89

1320/2003/(ADB)ELB .....	77
1367/2003/OV .....	90
1481/2003/OV .....	67
1571/2003/OV .....	97
1600/2003/ADB .....	72
1624/2003/ELB .....	90
1874/2003/GG .....	91
1949/2003/(TN)(IJH)TN .....	72
2046/2003/GG .....	79
2124/2003/ADB .....	73
2126/2003/PB .....	59
2183/2003/(TN)(IJH)TN .....	73
2210/2003/MHZ .....	102
2216/2003/MHZ .....	96
2225/2003/(ADB)PB .....	107
2239/2003/(AJ)TN .....	92
2333/2003/GG .....	93
2371/2003/GG .....	60
OI/1/2003/ELB .....	109
OI/2/2003/GG .....	108
OI/5/2003/IJH .....	110

#### 2004

0032/2004/GG .....	106
0220/2004/GG .....	75
0221/2004/GG .....	68
0326/2004/IP .....	68
0435/2004/GG .....	74
0480/2004/TN .....	69
0520/2004/TN .....	73
0760/2004/GG .....	104
1044/2004/GG .....	70



## 2 POR ASSUNTO

### Agricultura (PAC)

1219/2003/GG .....	104
0760/2004/GG .....	104

### Direitos dos cidadãos

0753/2003/GG .....	88
1286/2003/JMA .....	65
2333/2003/GG .....	93
2371/2003/GG .....	60
0220/2004/GG .....	75
1044/2004/GG .....	70

### Política de concorrência

1963/2002/IP .....	99
--------------------	----

### Política do consumidor

2126/2003/PB .....	59
--------------------	----

### Contratos

1878/2002/GG .....	98
1889/2002/GG .....	81
1986/2002/OV .....	82
0953/2003/(FA)OV .....	94
1874/2003/GG .....	91
1949/2003/(TN)(IJH)TN .....	72
2124/2003/ADB .....	73
0435/2004/GG .....	74

### Cooperação para o desenvolvimento

0253/2003/ELB .....	103
1624/2003/ELB .....	90
2124/2003/ADB .....	73
0326/2004/IP .....	68

### Educação, formação profissional e juventude

0221/2004/GG .....	68
--------------------	----

### Ambiente

0278/2003/JMA .....	86
2124/2003/ADB .....	73

### Emprego

0480/2004/TN .....	69
--------------------	----

### Livre circulação de pessoas e serviços

0701/2003/IP .....	87
--------------------	----

### Saúde pública

0849/2003/JMA .....	63
2126/2003/PB .....	59

### Investigação e tecnologia

1876/2002/OV .....	61
--------------------	----

### Auxílios estatais

2185/2002/IP .....	83
--------------------	----

### Pessoal

#### – Recrutamento

1435/2002/GG .....	80
0378/2003/MF .....	95
0821/2003/JMA .....	57
1110/2003/ELB .....	71
1196/2003/ELB .....	105
1320/2003/(ADB)ELB .....	77
1367/2003/OV .....	90
1571/2003/OV .....	97
1600/2003/ADB .....	72
2216/2003/MHZ .....	96
2225/2003/(ADB)PB .....	107

#### – Outros assuntos

2204/2002/MF .....	85
0907/2003/ELB .....	58
1319/2003/ADB .....	89
2046/2003/GG .....	79
2210/2003/MHZ .....	
OI/1/2003/ELB .....	109
OI/2/2003/GG .....	108
0032/2004/GG .....	106

### Transportes

2239/2003/(AJ)TN .....	92
------------------------	----



### 3 POR TIPO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO ALEGADA

#### Atraso evitável

1963/2002/IP .....	99
2185/2002/IP .....	83
0260/2003/OV .....	78
1319/2003/ADB .....	89
1949/2003/(TN)(IJH)TN .....	72
2124/2003/ADB .....	73
2333/2003/GG .....	93
0435/2004/GG .....	74

#### Discriminação

0278/2003/JMA .....	86
0821/2003/JMA .....	57
1367/2003/OV .....	90
2210/2003/MHZ .....	102
2216/2003/MHZ .....	96
2126/2003/PB .....	59
OI/2/2003/GG .....	108
0326/2004/IP .....	68

#### Erro no procedimento do artigo 226º

2007/2002/ADB .....	82
0701/2003/IP .....	87
0841/2003/(FA)OV .....	62
0849/2003/JMA .....	63
0480/2004/TN .....	69
1044/2004/GG .....	70

#### Falta ou recusa de informação

1986/2002/OV .....	82
0415/2003/(IJH)TN .....	76
0753/2003/GG .....	88
0907/2003/ELB .....	58
1110/2003/ELB .....	71
1196/2003/ELB .....	105
1286/2003/JMA .....	65
1319/2003/ADB .....	89
1320/2003/(ADB)ELB .....	77
1367/2003/OV .....	90
1874/2003/GG .....	91
2126/2003/PB .....	59

2239/2003/(AJ)TN .....	92
2371/2003/GG .....	60

#### Falta de transparência

1304/2003/(ADB)PB .....	66
1481/2003/OV .....	67
0220/2004/GG .....	75

#### Erro jurídico

0900/2003/(IJH)TN .....	64
1571/2003/OV .....	97

#### Negligência

1963/2002/IP .....	99
2185/2002/IP .....	83
2204/2002/MF .....	85
0260/2003/OV .....	78
1600/2003/ADB .....	72

#### Erros processuais

1769/2002/(IJH)ELB .....	100
2007/2002/ADB .....	82
2216/2003/MHZ .....	96
OI/1/2003/ELB .....	109
0326/2004/IP .....	68

#### Argumentação

0953/2003/(FA)OV .....	94
------------------------	----

#### Injustiça

1435/2002/GG .....	80
1876/2002/OV .....	61
1878/2002/GG .....	98
1889/2002/GG .....	81
1986/2002/OV .....	82
0378/2003/MF .....	95
0953/2003/(FA)OV .....	94
1219/2003/GG .....	104
2046/2003/GG .....	79
0032/2004/GG .....	106
0221/2004/GG .....	68

**Outros casos de má administração**

1876/2002/OV .....	61
1986/2002/OV .....	82
0253/2003/ELB .....	103
0953/2003/(FA)OV .....	94
1624/2003/ELB .....	90
2183/2003/(TN)(IJH)TN .....	73
OI/5/2003/IJH .....	110





## COMO CONTACTAR O PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

### POR CORREIO

Provedor de Justiça Europeu  
1, avenue du Président Robert Schuman  
B.P. 403  
67001 Strasbourg Cedex  
França

### POR TELEFONE

+33 3 88 17 23 13

### POR FAX

+33 3 88 17 90 62

### POR CORREIO ELECTRÓNICO

euro-ombudsman@europarl.eu.int

### PELA INTERNET

<http://www.euro-ombudsman.eu.int>





## **VENDAS E ASSINATURAS**

As publicações para venda editadas pelo Serviço das Publicações estão disponíveis nos nossos agentes de vendas espalhados pelo mundo.

Para fazer a sua encomenda, procure a lista desses agentes de vendas no sítio Internet do Serviço das Publicações (<http://publications.eu.int/>), ou peça-a pelo fax (352) 29 29-42758.



**Serviço das Publicações**

*Publications.eu.int*

ISBN 92-95022-53-X



9 789295 022539